

**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)**

**CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 19/2024**  
**09 a 22 de outubro de 2024**



**Convention on  
Biological Diversity**



**COP16**  
**COLOMBIA**  
Paz con la Naturaleza



**Publicação Digital**

**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**  
**Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2024**



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**

Presidência  
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



**PATRIMÔNIO**  
**DA SOCIEDADE**  
**BRASILEIRA**

## SUMÁRIO

---

04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

### **Sistema Nações Unidas**

15 - Respostas Coordenadas em Saúde Pública: Aprendizados do Surto de Marburg e Outras Emergências Sanitárias concomitantes - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*

22 - Desafios da Biodiversidade e uma oportunidade de diálogo - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

29 - Identifying international sustainable health models. How to achieve 10% higher life expectancy with 50% less resources (and 12% of resources for health) - Guess which models should lead - *Juan Garay*

36 - Brasil e OIT firmam novo acordo para promover direitos trabalhistas e trabalho decente no contexto do Programa de Cooperação Sul-Sul 2023-2027 “Justiça Social para o Sul Global” - *René Mendes*

42 - Cartagena+40: Transformando desafios em oportunidades para o futuro da migração na América Latina e Caribe - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Giacomo Giannelli, Giulia Mariano Machado, Júlia Moraes e Deisy de Freitas Lima Ventura.*

47 - Reflexões feministas sobre justiça climática - *Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos*

59 - Dia Mundial da Alimentação 2024: celebrando o desafio de implementar o direito humano à alimentação - *Eduardo Nilson e Denise Oliveira*

72 - Preservação do patrimônio cultural imaterial para as futuras gerações - *Fabiane Gaspar*

78 - Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e o Recorde em Financiamento Climático Global - *Isis Pillar Cazumbá*

82 - Relatório SDG Pulse 2024- *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

### **Movimentos sociais globais e saúde**

90 - Conflitos, crises humanitárias e fome: atuação da sociedade civil nas diferentes frentes - *Diana Zeballos, Renan Amaral Oliveira, Laurenice Pires, Patrícia Lewis Carpio, Matheus dos Santos da Silveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza*

105 - Do papel à realidade: a Sociedade Civil Organizada deve agir pressionar e pedir pelo impossível - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

### **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

114 - De volta às atividades - *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Tiago Nery*

153 - Equidade de gênero é pauta de disputa e não tem consenso no G20. G7 e a agenda robusta de eventos da quinzena: destaque para o encontro dos líderes em saúde e a enriquecedora participação da ministra brasileira Nísia Trindade. A OCDE a favor da

resiliência econômica, política e ambiental - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*

169 - A 16ª Cúpula dos líderes dos BRICS: estabelecimento de um novo sistema financeiro internacional? - *Claudia Hoirsch*

174 - XVI Cúpula do BRICS – Kazan, Rússia, 22 a 24 de outubro de 2024 – Declaração de Kazan

196 - Discurso do presidente Lula na XVI Cúpula do BRICS - Kazan, Rússia

198 - Declaração da XIV Reunião de Ministros da Saúde do BRICS – Moscou, 11 de outubro de 2024

203 - A América Latina ainda está longe de alcançar o ODS 3 - *Samia de Brito, Sebastian Tobar e Miryam Minayo,*

213 - África em outubro - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

234 - A União Europeia estuda emigrar os imigrantes - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

238 - Gaza: onde todos foram deixados para trás - *Lúcia Marques*

244 - Atualização EUA - *Guto Galvão*

Autores deste fascículo - 251

Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 254

Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 255

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 19/2024 – 09 a 22 de outubro de 2024

#### Apresentação

Intensa agenda política global em temas cruciais para a saúde e seus determinantes vem sendo desenvolvida globalmente neste mês de outubro.

A **Cúpula de BRICS** reuniu-se pela primeira vez ampliada com os novos membros, de 22 a 24 de outubro, em Kazan, Rússia, encerrando a presidência russa de BRICS, que passa para o Brasil a partir de 1º de janeiro de 2025. A *Declaração Final* da Cúpula encontra-se na página 174 e a íntegra do discurso do presidente Lula na página 196. Em 30 de outubro, 4ª feira, o CRIS dedica seu *Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde* ao tema **Saúde em BRICS**.

Os **Ministros da Saúde de BRICS** reuniram-se dias 10 e 11 de outubro, em Moscou, na Rússia. A Declaração Ministerial também está reproduzida na íntegra neste Caderno, na página 198 e seguintes, incluindo temas como o *Centro de Vacinas do BRICS*, a *Rede BRICS de Pesquisa em Saúde Pública*, a criação de um *Sistema Integrado de Alerta Precoce para Prevenir o Risco de Doenças Infeciosas em Massa nos BRICS*, a *Rede de Pesquisa sobre Tuberculose do BRICS*, e o combate à *resistência antimicrobiana (RAM)*, entre outros.

A reunião de **Ministros da Saúde do G7** realizou-se dias 10 e 11 de outubro em Ancona, Itália, contando com ministros da saúde de países convidados, entre os quais o Brasil, bem como com representantes de organizações internacionais. A reunião focou nos seguintes temas: 1) Arquitetura global da saúde e prevenção, preparação e resposta a pandemias; 2) Envelhecimento saudável e ativo através da prevenção e inovação ao longo da vida, desde o pré-natal; 3) Abordagem “*One Health*”, com ênfase na resistência antimicrobiana. O longo comunicado final do evento (90 itens) encontra-se em: [G7-Health-Ministers-Communique.pdf](https://www.g7-health-ministers-communicue.pdf)

As **Reuniões Anuais de 2024 do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Grupo Banco Mundial (GBM)** desenvolveram-se em Washington, DC, de 21 a 26 de outubro, incluindo a sessão plenária, o Comitê de Desenvolvimento e as reuniões do Comitê Monetário e Financeiro Internacional. Outros eventos em destaque foram *briefings* regionais, conferências de imprensa e fóruns focados no desenvolvimento internacional, na economia global e nos mercados financeiros. O Banco Mundial lançou o **Relatório sobre Pobreza, Prosperidade e Planeta 2024**, que oferece a primeira avaliação pós-pandemia do progresso global em direção a esses objetivos interligados e explora possíveis caminhos para sair da polícrise de hoje (leia no informe sobre as IFIs). O acesso online às programações realizadas e em desenvolvimento pode ser feito pelo site: <https://meetings.imf.org/en/2024/Annual>

A **Cúpula Mundial da Saúde (World Health Summit WHS) 2024** reuniu novamente em *Berlim, Alemanha*, e online, de 13 a 15 de outubro, partes interessadas da política, ciência, setor privado e sociedade civil de todo o mundo, sob o tema “*Construindo confiança para um mundo mais saudável*”. Nos 3 dias, realizaram-se 67 sessões, com 380 palestrantes (51% mulheres, 49% homens) de 140 países, que reuniram mais de 3.500 participantes no local e mais de 21.000 participantes online. Promessas de doações de 1 bilhão de dólares americanos para a OMS foi o compromisso mais importante obtido no evento central da WHS 2024, no âmbito *da Rodada de*

*Investimentos da OMS. “All for Health, Health for All: Signature Event for the WHO Investment Round”* contou com a presença de palestrantes de alto nível, como o Chanceler Federal Olaf Scholz, o Presidente da Fundação Gates, Bill Gates, e o Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus. Mais de 1.700 participantes estavam no local e mais de 46.500 acompanharam ao vivo online. O acesso ao amplo rol de documentos e reproduções das sessões realizadas encontra-se em: <https://www.worldhealthsummit.org/>

O **G20 Brasil** está na reta final de sua jornada, que busca impactar as maiores economias do mundo, por meio da celeridade nas medidas de combate à fome e a pobreza, por uma transição ecológica capaz de frear os efeitos das mudanças climáticas, e que inclua as diferentes realidades do mundo, mirando o desenvolvimento sustentável e justo. Nos próximos 30 dias até a **Cúpula de Líderes do G20**, dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro, a presidência brasileira estará focada nas articulações com os países-membros por consensos históricos e fundamentais para o futuro do planeta.

Nos aproximamos ainda da realização da inovação brasileira que incluiu a sociedade civil nos debates do fórum. Entre 14 e 16 de novembro, a **Cúpula do G20 Social** será espaço para a atuação cidadã que lançará luz a realidade de diferentes territórios, bem como soluções para os desafios da economia mundial. Um marco nos debates do G20 pela democratização dos espaços de governança global.

Na semana 21-25/10, a **Trilha de Finanças do G20** realiza a reunião de ministros e vice-ministros de Finanças; presidentes e vice-presidentes de Bancos Centrais, em Washington, Estados Unidos, aproveitando as reuniões anuais do FMI e Banco Mundial. A cidade também recebe a Reunião Conjunta de Mudança do Clima e Ministros da Finanças do G20. Em Brasília, os debates entre representantes dos países-membros são em busca de acordos na agenda de investimentos e comércio exterior. Em Natal, capital do Rio Grande do Norte, o grupo de trabalho Anticorrupção realiza reuniões técnica e ministerial.

No Rio de Janeiro, dias 29 e 30 reúne-se o *GT de Saúde do G20* e dia 31/10 realiza-se a **Reunião de Ministros da Saúde**, da qual se espera a *Declaração Final* com as propostas de saúde para a Cúpula dos Líderes. Sua esperada declaração final deverá incluir as quatro prioridades de saúde que vêm sendo comentadas por nossos analistas desde o início dos trabalhos: 1) Prevenção, preparação e resposta a pandemias, com foco na produção local e regional de medicamentos, vacinas e insumos estratégicos de saúde; 2) Saúde digital, para expansão da telessaúde, integração e análise de dados dos sistemas nacionais de saúde; 3) Equidade em saúde; e 4) Mudanças climáticas e saúde (ver: <https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/saude>)

Resumidamente, a **Agenda da Semana do G20** é a seguinte:

- 21 a 22 de outubro - Reunião técnica do GT Comércio e Investimentos (Brasília/DF)
- 22 e 23 de outubro - Reunião Técnica do GT Anticorrupção (Natal/RN)
- 22 de outubro - Reunião de vice-ministros de Finanças e vice-presidentes dos Bancos Centrais do G20 (Washington/EUA)
- 23 e 24 de outubro - Reunião de ministros de Finanças e presidentes dos Bancos Centrais do G20 (Washington/EUA)
- 23 a 25 de outubro - Reunião Conjunta de Mudança do Clima e Ministros da Finanças do G20 (Washington/EUA)
- 24 de outubro - Ministerial de Comércio e Investimento (Brasília/DF)

Em Cali, Colômbia, de 21 de outubro a 1º. de novembro, realiza-se a **COP16 da Biodiversidade**, a *Conferência das Partes*, órgão supremo de tomada de decisões da *Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)*, firmada por líderes de 150 países na Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, em 1992. Considerado o evento mais importante do mundo para a conservação da biodiversidade, a Cúpula receberá cerca de 15 mil participantes, incluindo uma dúzia de chefes de Estado, 103 ministros e mais de 1.000 jornalistas internacionais. Uma ampla programação oficial de governos e da sociedade civil está sendo desenvolvida, para muitas das quais o acesso online é facultado pelo link <https://www.cbd.int/conferences/2024>. Nossos analistas **Galvão e Magalhães** tratam do tema no artigo da seção sobre ambiente e saúde deste fascículo do Caderno.

## As guerras

Nenhum dos importantes conflitos armados no mundo andou qualquer milímetro na direção da paz ou da melhora das questões humanitárias. No Oriente Médio as forças militares regulares de Israel já fizeram mais de 42 mil vítimas em *Gaza*, o massacre continua na Faixa e na Cisjordânia, e agora o conflito se estende quase como guerra total por todo o *Oriente Médio*, incluindo de maneira profunda não só o sul do Líbano, como também se registram ataques letais a bairros da capital, Beirute. Na *Ucrânia*, no *Sudão*, no *Haiti* e nas *jovens repúblicas africanas do Sahel*, entre outros territórios, as guerras continuam matando milhares de inocentes, deixando dezenas de milhares de sequelados físicos e mentais e milhões de desalojados que perderam tudo e hoje encontram-se, muitos deles, sem qualquer amparo.

*A fome provocada pelos conflitos está matando cerca de 21 mil pessoas por dia em todo o mundo.* De acordo com um novo relatório da **Oxfam**, publicado no Dia Mundial da Alimentação, entre 7.000 e 21.000 pessoas estão morrendo de fome por dia em países afetados por conflitos.

O relatório, intitulado “*Guerra dos Alimentos*” (*Food Wars*, no original) examinou 54 países afetados por conflitos e descobriu que eles representam 281,6 milhões de pessoas que enfrentam fome aguda hoje. O conflito também tem sido uma das principais causas do deslocamento forçado nesses países, que atingiu globalmente um nível recorde de mais de 117 milhões de pessoas.

O relatório sustenta que a causa da fome não é apenas o conflito, mas que as partes em guerra também estão usando os alimentos como arma, atacando deliberadamente as infraestruturas alimentares, hídricas e energéticas e bloqueando a ajuda humanitária. Em um mundo devastado por conflitos, a **fome** se tornou uma arma letal usada pelas partes envolvidas, contradizendo as leis internacionais e provocando um alarmante aumento das mortes e do sofrimento.

Segundo a **Oxfam**, as crises alimentares atuais são, em grande parte, provocadas. Quase meio milhão de pessoas em Gaza — onde atualmente 83% da ajuda alimentar necessária não chega — e mais de 750 mil no Sudão estão morrendo de fome devido aos efeitos mortais das guerras sobre os alimentos, cujos impactos provavelmente perdurarão por gerações.

Leia mais em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/a-fome-provocada-pelos-conflitos-esta-matando-cerca-de-21-000-pessoas-por-dia-em-todo-o-mundo/#:~:text=De%20acordo%20com%20um%20novo%20relat%C3%B3rio%20da%20Oxfam%2C,fome%20por%20dia%20em%20pa%20https://www.oxfamamerica.org/explore/research-publications/food-wars-conflict-hunger-and-globalization-2022-2023/C3%ADses%20afetados%20por%20conflitos>. Acesse

o informe em: <https://www.oxfamamerica.org/explore/research-publications/food-wars-conflict-hunger-and-globalization-2022-2023/>

A OMS anunciou nesta terça-feira, 22 de outubro de 2024, que 14 pacientes e 10 cuidadores foram transferidos de Kamal Adwan, no norte de Gaza, para o Hospital Al-Shifa, na Cidade de Gaza, em missão conjunta de alto risco liderada pela OMS, em meio a intensas hostilidades e restrições de acesso. Apesar de um acordo inicial, a entrega de suprimentos médicos essenciais, sangue e combustível — recursos essenciais para manter os hospitais Kamal Adwan e Al-Awda funcionando — foi negada poucas horas antes do início da missão em 20 de outubro. Esta foi a quarta missão da OMS ao norte de Gaza desde 1º de outubro. Até agora neste mês, das 21 missões solicitadas pela OMS, apenas 6 foram facilitadas, a maioria sendo negada ou impedida.

A OMS reiterou seu apelo por acesso desimpedido às unidades de saúde, facilitação confiável e oportuna de missões, fluxo sustentado de ajuda para e através de Gaza, proteção da assistência médica e, acima de tudo, um cessar-fogo.

Ver: <https://www.who.int/news/item/22-10-2024-patients-transferred--critical-supplies-denied-as-high-risk--on-who-led-joint-mission-in-northern-gaza-amid-intense-hostilities>

## Eleições

No **Uruguai**, em 27 de outubro, a população irá às urnas para escolher presidente e vice-presidente para o período 2025-2030, assim como os 30 membros do Senado e os 99 da Câmara de Representantes. Se nenhuma chapa presidencial obtiver mais de 50% dos votos, haverá um segundo turno em 24 de novembro. O ex-presidente do Uruguai *José 'Pepe' Mujica* (2010 - 2015) reapareceu de surpresa em público no final do evento do *Movimento de Participação Popular (MPP)*, setor da coalizão de esquerda Frente Ampla (FA), com a mensagem: “Devemos trabalhar pela esperança”. “Estou feliz porque vocês estão aqui, porque quando meus braços partirem haverá milhares de armas substituindo a luta”, disse ele à multidão.

Faltando exatas duas semanas para as eleições presidenciais nos **Estados Unidos**, marcadas para 5 de novembro, o embate entre a democrata **Kamala Harris** e republicano **Donald Trump** segue acirrado. As pesquisas de intenção de voto indicam uma eleição polarizada, com os dois candidatos empatados dentro da margem de erro no voto popular e nos estados-chave. No [levantamento mais recente, elaborado pela agência de notícia Reuters e o Instituto Ipsos e divulgada nesta terça-feira \(22\)](#), a democrata aparece ligeiramente à frente do republicano, com 46% contra 43% das intenções de voto, o que configura empate técnico.

## O mundo

Segundo **Reges, Bermudez e Galvão**, o surto da *Doença do Vírus Marburg (DVM)*, iniciado em Ruanda em setembro de 2024, reforça a importância da solidariedade global em emergências sanitárias. A DVM, altamente letal e transmitida por morcegos, gerou 62 casos e 15 mortes, com uma taxa de letalidade de 24,2%. A resposta rápida de Ruanda, incluindo investimentos em saúde comunitária e colaboração com a OMS, foi elogiada. Neste momento há ainda o incremento de *múltiplas crises de saúde*, agravadas por eventos climáticos e conflitos bélicos, como aumento de casos de *cólera e mpox* globalmente, além da grave insegurança alimentar na Faixa de Gaza. Por fim, a *Cúpula Mundial da Saúde em Berlim* destacou compromissos financeiros para a **OMS** e o lançamento de uma declaração da juventude.

**Magalhães e Galvão** informam que a brasileira Anacláudia Rossbach foi nomeada Diretora Executiva do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (**ONU-Habitat**). Em Cali, transcorre a **Conferência da ONU sobre Biodiversidade de 2024: Um Ponto de Inflexão para o Planeta**. A COP 16 é um marco importante na luta pela conservação da biodiversidade. No entanto, o sucesso a longo prazo dependerá do compromisso de todos nós em construir um futuro mais sustentável para o planeta. [O relatório do WWF “2024 Living Planet Report: a System in Peril”](#) destaca que os próximos cinco anos serão críticos para determinar o futuro da vida na Terra. As ações tomadas agora para conservar a natureza, mitigar as mudanças climáticas e transformar sistemas alimentares, energéticos e financeiros serão decisivas para evitar pontos de inflexão ambientais catastróficos e garantir um futuro sustentável para a humanidade. [Unidos na Ciência 2024](#) é um relatório detalhado compilado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) sob a direção do Secretário-Geral das Nações Unidas. Ele consolida as atualizações mais recentes em clima, clima e ciências ambientais e sociais relacionadas das principais organizações parceiras globais.

O texto do nosso analista **René Mendes** analisa o novo acordo firmado em 14 de outubro, entre a **Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE)**, o **Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)** e a **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, durante a XI Reunião Anual de Avaliação do Programa Trilateral de Cooperação Sul-Sul Brasil – OIT, para implementação do Projeto de Cooperação Sul-Sul “Trabalho Digno e Justiça Social”, com o objetivo de promover o trabalho digno, a justiça social, o diálogo social e os direitos trabalhistas nos países em desenvolvimento do Sul Global. Este novo projeto será executado no âmbito do Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil - OIT “Justiça Social para o Sul Global”, assinado em 2023 pela ABC e pela OIT, com o objetivo de apoiar a promoção de condições dignas (decentes) de trabalho e justiça social nos países em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia-Pacífico. O programa tem frentes de atuação para a erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado, o fortalecimento da segurança e saúde do trabalhador (SST) e da fiscalização do trabalho, a promoção da equidade de gênero, racial e geracional, a promoção da igualdade no mundo do trabalho e a promoção da proteção social. Assuntos como este servem para exemplificar a necessária interseccionalidade das políticas, dos programas, das ações e atividades que buscam promover e fortalecer o desenvolvimento sustentável; a importância do Trabalho como motor da economia, mas não qualquer trabalho: busca-se trabalho digno (decente) para todos e todas, sem o qual, não haverá saúde! Daí as interfaces sempre presentes em nossos textos!

O **Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** explora os resultados das consultas técnicas regionais feitas em 2024, no âmbito do **Processo de Cartagena**, que visa encontrar respostas aos desafios que os países da América Latina e Caribe enfrentam com o crescente regime de migrações.

**Nilson e Silva** discutem as celebrações do **Dia Mundial da Alimentação de 2024**, que escolheu como tema o direito humano à alimentação, ligado, ainda, ao lema dos ODS, “não deixar ninguém para trás”. O tema traz importantes desafios e alternativas para avançarmos na agenda e o Brasil se coloca como ator importante em sua consecução.

**Santos, Massari e Gomes** informam que a **ONU Mulheres** publicou uma série de quatro artigos sobre gênero e clima. Estes artigos foram encomendados para informar a próxima edição do relatório principal “Progresso das mulheres do mundo”, que será publicado em 2026 e fornece uma análise abrangente do rápido aquecimento do planeta e do progresso estagnado para as mulheres e meninas. A série investiga temas críticos como direitos humanos,

transformação dos sistemas alimentares, responsabilização, reparações, interseccionalidade e interdependência. Cada artigo visa fornecer análises robustas e perspectivas inovadoras sobre como a justiça climática feminista pode impulsionar mudanças transformadoras e sustentáveis para alcançar a igualdade de gênero e concretizar os direitos das mulheres.

O informe de **Gaspar** tem por objetivo ressaltar **as ações de salvaguarda do patrimônio imaterial pela UNESCO**. Dentre as ações há o Dia Internacional do Patrimônio Cultural Imaterial, considerado como uma oportunidade para celebrar a riqueza global das tradições e práticas culturais e destacar a necessidade de preservar esse legado. Para o caso brasileiro, a despeito da Constituição de 1988 prever a salvaguarda do patrimônio imaterial, foi somente no ano 2000 que foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). A partir de exemplos nacionais e internacionais procuramos evidenciar estas ações.

**Chamas e Cesário** abordam o processo de seleção do próximo Diretor-Geral da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**. O relatório *SDG Pulse 2024*, publicado pela **UNCTAD**, oferece visão ampla sobre o progresso global em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Destaca os principais desafios econômicos, sociais e ambientais, com foco no comércio, investimento e na divisão digital. Apesar das tendências positivas, como o crescimento do comércio global de serviços, permanecem lacunas significativas em termos de igualdade de gênero, desenvolvimento sustentável e fluxos financeiros para as nações em desenvolvimento. O relatório enfatiza a necessidade urgente de maior cooperação e políticas direcionadas para superar essas disparidades.

O artigo de nossa analista **Ísis Cazumbá** mostra que os **Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs)**, em uma coalizão formada pelo **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**, pelo **Banco Mundial (BM)** e mais oito instituições, anunciaram um recorde histórico de financiamento climático global em 2023. Apresenta também um resumo sobre o importante *Relatório sobre Pobreza, Prosperidade e Planeta 2024*, recém-lançado pelo Banco Mundial.

Nesta quinzena, foram monitoradas **38 Organizações da Sociedade Civil**, das quais 24 tiveram manifestações registradas neste informe devido à relevância para a saúde global. A equipe liderada por **Souza** aborda temas como o genocídio em Gaza e os ataques israelenses ao Líbano, com apelos por um cessar-fogo e pela solidariedade internacional foram, mais uma vez, destaques nas manifestações. Em relação à Gaza, foi ressaltado o impacto sobre pacientes e hospitais, além da fome generalizada, particularmente entre crianças. Também foi abordado o fechamento de unidades de saúde no Líbano devido à insegurança. A saúde mental foi outro tema relevante com organizações promovendo a conscientização e o fortalecimento da saúde mental em contextos de mudanças climáticas. As doenças não transmissíveis tiveram destaque em relação aos avanços da OMS no Sudeste Asiático e a importância da atividade física no Mediterrâneo Oriental. Questões como a acessibilidade a medicamentos preventivos contra o HIV, a vacinação contra o HPV e a gripe em pessoas vivendo com HIV também foram ressaltadas, assim como uma campanha contra a pólio. Nas **organizações de interesse privado**, ajuda humanitária em situações de conflito e saúde mental emergiram como temas centrais, destacando-se a importância de se manter abertos corredores humanitários e de oferecer a vacinação mesmo em momentos de crise.

**De Negri e De Negri Filho** analisam os contornos dos possíveis caminhos para a reforma financeira internacional nos dias que antecederam as *Reuniões Anuais do FMI e Banco Mundial*,

juntamente com os contrastes entre diferentes ideologias anticapitalistas. Na segunda seção, Saúde, exploram os últimos acontecimentos nas terras ocupadas da Palestina e de Gaza em comparação com a Declaração da Juventude sobre a Criação de Sociedades Saudáveis.

**Ungerer, Kastrup e Nery** debruçaram-se sobre o **Sul Global**. O grande destaque do **UNOSSC** foi o *8º Encontro Internacional sobre Cooperação Triangular* realizado em Lisboa sob tema “Conectando processos globais para criar impacto local”. Alinhada com os temas em discussão no G20 e na Cúpula do Futuro, os debates tiveram o objetivo de ampliar as parcerias triangulares em todo o mundo. Precedendo este encontro, a ABC promoveu uma reunião técnica do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento, estabelecido durante a presidência brasileira do G20. A Cooperação Triangular tem sido uma prioridade deste Grupo de Trabalho envolvendo a participação voluntária de países membros como um mecanismo de compartilhamento de conhecimentos, criação de redes de profissionais focados em Cooperação Sul-Sul e Triangular e na troca de boas práticas.

Período bastante intenso da **Cooperação Sul-Sul do Brasil**, especialmente em relação a alimentação escolar, agricultura familiar, cultivo do algodão e o compromisso do Brasil em contribuir para o desenvolvimento de políticas alimentares sustentáveis na América Latina e África. Destaque também foi o dia mundial da erradicação da pobreza, Dia Mundial da Alimentação, eliminação do trabalho infantil promoção dos direitos humanos e do trabalho decente e justiça social promovendo os direitos trabalhistas em países em desenvolvimento do Sul Global. De ressaltar a solidariedade com o Líbano e o envio de donativos ao país enquanto repatria os brasileiros que desejam voltar ao Brasil.

O **G-77 e a China** iniciaram o ano participando de 13 reuniões do 2º, 3º e 5º comitês da AGNU. Os temas foram desde a renovação de salas e prédios, orçamento programa da ONU para 2025, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento social, financiamento para o desenvolvimento, despesas das operações e auditoria, escala de contribuições dos Estados-Membros até seu apoio à soberania do povo palestino.

O **Movimento Jovem dos Não-alinhados** destacou o dia internacional da menina sob o tema "Visão das meninas para o futuro", enfatizando a importância de investir em seus direitos e que com recursos e oportunidades, o potencial de mais de 1,1 bilhão de meninas no mundo, será ilimitado. Destacou também que o direito à alimentação é um direito essencial para o desenvolvimento e para uma vida e futuro melhores. E seguindo a tendência, mencionaram a necessidade de aumentar a conscientização sobre saúde mental no trabalho e destacaram a necessidade de cuidar da saúde mental dos jovens.

O **Centro Sul** esteve presente na 29ª Sessão do Comitê fiscal da ONU e na Conferência de Sustentabilidade de Hamburgo em que foi discutido a necessidade de novas alianças em uma nova era de sustentabilidade e uma nova cooperação multilateral. Publicaram sobre os direitos de tributação de serviços para os países em desenvolvimento e sobre a decisão para a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da Conferências das Partes (COP).

A próxima **Cúpula dos BRICS** ocorrerá entre os dias 22-24 de outubro em Kazan, Rússia. Andrey Mikhailishin, chefe da força-tarefa sobre serviços financeiros do Conselho Empresarial do BRICS, confirmou que uma lista de projetos foi determinada, incluindo uma unidade de conta comum (Unit), uma plataforma para liquidações internacionais em moedas digitais do BRICS (Bridge), um sistema de pagamento (Pay), um depósito de liquidação (Clear), um sistema de seguro (Insurance) e uma aliança de classificação de risco própria do BRICS. Afirmou que os princípios-chave na concepção de um novo sistema financeiro são a descentralização da

interação internacional e o uso de tecnologias digitais. O projeto Unit pressupõe que o valor da unidade de conta comum esteja atrelado em 40% ao valor do ouro, e nos 60% restantes a uma cesta de moedas nacionais dos países do BRICS. Essa abordagem pode torná-lo um instrumento conveniente e universal, porque quando você tem uma unidade de conta que pode ser convertida em qualquer moeda nacional, é mais conveniente mantê-la, pois é um instrumento mais líquido. É o informe elaborado por **Cláudia Hoirisch**.

Para o grupo de analistas liderados por **Burger, Estephânio e Esteves**, no **G20**, indo em direção contrária aos resultados positivos de reuniões ministeriais realizadas neste ano, o *GT de Empoderamento das Mulheres* não consegue produzir um documento final em consenso. Avanços, no entanto, aparecem no G20 ao tratar de *Inteligência Artificial* e na adesão dos primeiros membros na *Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza*. Por fim, Putin declara que não virá para a Cúpula de Líderes em novembro no Rio de Janeiro. Dentre os destaques desta quinzena para o **G7** estão as reuniões dos *Ministros da Saúde*, com a participação da ministra da saúde brasileira Nísia Trindade; dos *Ministros da Indústria e Inovação Tecnológica*; dos *Ministros sobre Deficiência e Inclusão*; e dos *Ministros da Defesa*. Os encontros ocorrem de forma a nos fornecer encaminhamentos e primeiras ações fruto das discussões da cúpula anual do grupo que ocorreu nos dias 13 a 15 deste ano. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a publicação de estudos sobre democracia, indicadores ambientais, políticas urbanas resilientes, produtividade global e fontes de financiamento para fins sociais, além de atualizações sobre índices de emprego e desemprego internacional.

**Tobar, Brito e Minayo** apresentam o panorama político e econômico recente da **região latino-americana**, com destaque para o **relatório conjunto da OPAS/CELAC**. Além disso, acompanham as agendas de organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: **ORAS-CONHU**, que realizou atividades sobre questões de fronteira, saúde e migração; **COMISCA**, que realizou uma agenda sobre vigilância e farmacovigilância em saúde; **OTCA**, que participou de atividades sobre conhecimento tradicional dos povos indígenas, desenvolvimento sustentável e biodiversidade.

**Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg** dedicam seu informe aos diferentes acontecimentos ocorridos no continente, com destaque para a **União Africana** e o seu Departamento de Agricultura e Ambiente, que considera as mulheres a espinha dorsal do setor agrícola, guardiãs de conhecimentos e práticas tradicionais que sustentam os sistemas agroalimentares. O informe também registra a realização na **África do Sul** do *8º Congresso Mundial de Uma Só Saúde* com uma agenda excepcional, extraordinária e visionária, que incluiu trilhas paralelas abordando ciência da saúde, agentes antimicrobianos e resistência e interface de política científica trilhas. Lamentavelmente, constata-se uma fraca participação das instituições brasileiras e da América Latina. Um ano após sua reunião regional no Burundi, o **CDC África** continua a defender e a rever os progressos feitos na criação e fortalecimento dos *Institutos Nacionais de Saúde Pública*. O Diretor-Geral do CDC África aproveitou o palco oferecido pelos parlamentares africanos para informar e advogar porque é que a *Nova Ordem de Saúde Pública* é importante e como o CDC África tem respondido, até agora e de forma eficaz, aos *surtos* que assolam o continente, incluindo a *Mpox*. O **Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)** continua denunciando a crítica situação enfrentada pelas crianças sudanesas em meio à guerra que esse país vive. Depois de Cabo Verde, a OMS certificou o **Egito** como *livre de malária*. A **OOAS da CEDEAO** realizou duas importantes oficinas regionais, uma sobre a busca de consensos para uma abordagem à saúde comunitária e a outra, especificamente para os PALOP, de capacitação dos membros de Grupos Técnicos Consultivos sobre Vacinação.

Na **Europa**, o tema central da agenda política segue sendo a *imigração*. **Freire** comenta sobre a disputa política e o movimento de “soluções inovadoras”, que visa a exportação dos imigrantes para países terceiros. A **Ucrânia** desenha plano de vitória, mas ainda não ingressará na Otan, o que implicaria no envolvimento direto dos aliados na guerra. A **OMS Europa** inicia os trabalhos preventivos para o inverno que se aproxima e repercute o dia internacional da saúde mental.

Segundo **Marques**, doze meses de uma guerra brutal transformaram a Faixa de Gaza em um mar irreconhecível de escombros e um cemitério para dezenas de milhares de pessoas. Mesmo que um cessar-fogo seja acordado e a ajuda humanitária seja autorizada a entrar em Gaza, a pobreza e a privação afetarão uma parcela significativa da população nos próximos anos, principalmente devido à escala de perda de vidas e membros humanos, perda de capital e capacidades humanas e destruição de infraestrutura socioeconômica. O bloqueio a Gaza, juntamente com essas ofensivas cada vez mais violentas, resultou em um (des)desenvolvimento perpétuo e uma crise humanitária contínua. Isso levou a uma deterioração sem precedentes na situação de grupos vulneráveis, que estão em uma posição severamente desfavorecida em comparação com outras mulheres, crianças e pessoas com deficiência na região árabe e no mundo. Os números são astronômicos! E mostram que são as crianças que mais estão sendo penalizadas. Se as bombas não as matarem, a doença ou a fome estão a rondar. São milhares de crianças desaparecidas sob escombros, enterradas em valas comuns ou perdidas, cujas famílias foram dizimadas. Os dados atuais do conflito, um ano depois, só confirmam a dramática situação dessa população que realmente está sendo deixada para trás. “O nível de impunidade no mundo é politicamente indefensável e moralmente intolerável”, afirmou o Secretário Geral da ONU, Antônio Guterres, em seu [discurso](#) na abertura do Debate Geral da 79ª sessão da Assembleia Geral.

**Galvão** reporta que a proclamação do *Dia da Saúde Infantil 2024* pelo presidente Biden se concentra em melhorar a saúde infantil, com iniciativas como expandir o Crédito Fiscal Infantil, investir em creches, apoio materno, serviços de saúde mental, segurança de armas e proteção ambiental. Ele enfatiza a colaboração para garantir que as crianças prosperem. Relatório da *American Public Health Association (APHA)* destaca que as mudanças climáticas prejudicam desproporcionalmente as comunidades de baixa renda e minorias. Ele pede soluções equitativas, melhor infraestrutura, apoio à saúde mental e capacitação dos jovens para defender a justiça climática. O relatório sobre *Crise de Saúde Materna* destaca disparidades raciais significativas nos resultados devido ao calor extremo. As gestantes negras enfrentam maiores riscos de hospitalização, mortalidade materna e morbidade grave. Os contribuintes incluem desigualdades sistêmicas, ilhas de calor urbanas, acesso limitado ao resfriamento e exposição ocupacional. Intervenções políticas urgentes são necessárias para proteger as grávidas negras dos efeitos extremos do calor.

## Fiocruz na saúde global



A **Reunião Anual da Rede Pasteur 2024 (PNAM 2024**, na sigla em inglês) ocorre este ano pela primeira vez nas Américas, de 21 a 23 de outubro, tendo a Fiocruz como coorganizadora. Além de ser a primeira reunião no continente, é também a primeira com o presidente da Fiocruz, Mario Moreira, como um dos dois representantes regionais da Rede nas Américas. A cerimônia de abertura contou com as presenças do presidente da Fiocruz, Mario

Moreira; do presidente da Rede Pasteur e administrador geral do Institut Pasteur de Dakar, Amadou Sall; da diretora-executiva da Rede Pasteur, Rebecca Grais; e da vice-presidente da rede e presidente do Institut Pasteur, Yasmine Belkaid. *“Ao sediarmos esta reunião, esperamos promover o avanço científico e um debate sobre saúde global com uma visão integrada e diversa, fundamental para enfrentar de forma menos assimétrica as crises sanitárias que afetam o mundo”*, declarou o presidente da Fiocruz, Mario Moreira. A conferência congrega representantes de mais de 30 instituições de 25 países, além de parceiros.



Registramos com profunda tristeza o falecimento do ex-ministro da saúde da Argentina **Ginés González García**, aos 79 anos, em Buenos Aires. Com uma longa carreira no serviço público argentino, foi um proeminente sanitarista e líder político na saúde pública latino-americana. Grande amigo do Brasil e da Fiocruz, rendemos a ele nossas melhores homenagens.

Ginés nasceu em San Nicolás de los Arroyos em 31 de agosto de 1945. Estudou medicina na Universidade Nacional de Córdoba (UNC), trabalhou como cirurgião, recebeu um diploma em saúde pública pela Universidade de Buenos Aires (UBA), mestrado em Economia e Gestão da Saúde (Isalud e UNLZ), além de *doutorado honorário* em diversas universidades. Em 1988 se tornou Ministro da Saúde da província de Buenos Aires. Foi o fundador e presidente da Universidade ISALUD entre 1991 e 1997.



Em 2002 tornou-se chefe do Ministério da Saúde Nacional, durante a presidência de Eduardo Duhalde, cargo que ocupou até 2007. Foi também Ministro do Meio Ambiente da Nação entre 2004 e 2006, presidente do Comitê Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde entre 2005 e 2006, presidente da Associação Latino-Americana de Economia da Saúde de 2007 a 2011. Foi embaixador da República Argentina no Chile, entre 2007 e 2015. Seu último cargo na gestão pública foi em 2019, quando assumiu novamente a chefia do Ministério da Saúde Nacional, cargo que ocupou até fevereiro de 2021. Segundo amigos e colegas argentinos, *“a sua convicção inabalável por um mundo mais justo foi um farol e um exemplo de integridade num caminho muitas vezes árduo”*.



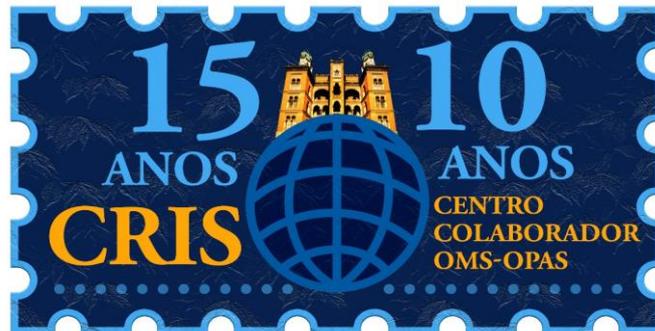
Encerramos com uma notícia benfazeja: a eleição de nosso colega sanitaria brasileiro **Jarbas Barbosa**, diretor da *Organização Pan-americana da Saúde* como membro da prestigiosa *Academia Nacional de Medicina dos Estados Unidos*. Foi indicado não apenas por suas qualidades e contribuições técnico-científicas no campo da epidemiologia e da vigilância sanitária, mas também pelos reconhecidos serviços que vem prestando à saúde pública das Américas. Jarbas merece nossos mais calorosos parabéns pela

honrosa indicação. Ele já é membro honorário da Academia Nacional de Medicina do Brasil.

Desejamos uma excelente leitura a todos.

**Rio de Janeiro, Manguinhos, 24 de outubro de 2024**

***Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger***  
Coordenação do CRIS/Fiocruz



**Respostas coordenadas em Saúde Pública:  
Aprendizados do surto de Marburg e outras emergências sanitárias concomitantes**

**Paula Reges**

**Luana Bermudez**

**Luiz Augusto Galvão**

**Resumo.** O surto da Doença do Vírus Marburg (DVM), iniciado em Ruanda em setembro de 2024, reforça a importância da solidariedade global em emergências sanitárias. A DVM, altamente letal e transmitida por morcegos, gerou 62 casos e 15 mortes, com uma taxa de letalidade de 24,2%. A resposta rápida de Ruanda, incluindo investimentos em saúde comunitária e colaboração com a OMS, foi elogiada. Neste momento há ainda o incremento de múltiplas crises de saúde, agravadas por eventos climáticos e conflitos bélicos, como aumento de casos de cólera e mpox globalmente, além da grave insegurança alimentar na Faixa de Gaza. Por fim, a Cúpula Mundial da Saúde em Berlim destacou compromissos financeiros para a OMS e o lançamento de uma declaração da juventude.

Palavras-chave: Doença do Vírus Marburg; Mpox; Cólera; Cúpula Mundial da Saúde

**Abstract.** *The outbreak of Marburg Virus Disease (MVD) that began in Rwanda in September 2024 reinforces the importance of global solidarity in health emergencies. The highly lethal bat-borne virus has resulted in 62 cases and 15 deaths, with a fatality rate of 24.2%. Rwanda's rapid response, including investments in community health and collaboration with the WHO, has been praised. At this time, there is also an increase in multiple health crises, aggravated by climate events and armed conflicts, such as an increase in cholera and measles cases globally, in addition to severe food insecurity in the Gaza Strip. Finally, the World Health Summit in Berlin highlighted financial commitments to the WHO and the launch of a youth declaration.*

*Keywords: Marburg Virus Diseases; Mpox; Cholera; World Health Summit*

### **Marburg e mais uma prova à Solidariedade Global**

A Doença do Vírus Marburg (DVM) é causada pelo Vírus Marburg, pertencente à família viral *Filoviridae*, mesma do vírus do Ebola, tendo também similaridades de apresentação clínica. Ambas são doenças raras, mas têm a capacidade de causar surtos com potenciais elevadas taxas de letalidade. A DVM foi detectada pela primeira vez em 1967, após surtos simultâneos na Alemanha e na Sérvia, associados ao uso de macacos-verdes africanos importados de Uganda. Desde então, surtos esporádicos foram registrados em vários países da África e em viajantes. A transmissão inicial ocorre por exposição prolongada a cavernas ou minas com colônias de morcegos. Após a infecção, o vírus pode se espalhar entre humanos por contato direto com fluidos corporais de pessoas infectadas ou objetos contaminados. Profissionais de saúde e cerimônias fúnebres com contato direto com o corpo do falecido são fatores de risco<sup>1</sup>.

Os sintomas incluem febre alta, dor de cabeça, diarreia e, em casos graves, hemorragias e danos ao sistema nervoso. O diagnóstico é feito com testes laboratoriais específicos, como testes para antígenos específicos, testes moleculares PCR-t, métodos serológicos como ELISA ou

isolamento em cultura viral. O tratamento envolve cuidados de suporte, e ainda não há vacinas ou tratamentos antivirais aprovados, embora existam candidatos em desenvolvimento<sup>1</sup>.

Desde a data da identificação do vírus Marburg, foram considerados 18 surtos ao redor do mundo<sup>1</sup> e sendo o último reportado a partir de 27 de setembro de 2024, em Ruanda. Exponenciando mais uma crise em saúde com necessidade de articulação da comunidade global, reforço da relevância das instituições multilaterais e fortalecimento dos sistemas de saúde.

Ruanda tem sido reconhecida por seus investimentos em reestruturações de seu sistema de saúde<sup>2</sup>. Trinta anos após o genocídio contra o povo Tutsi, Ruanda enfrentou obstáculos difíceis para se restabelecer. A alta carga de doenças infecciosas, como HIV/AIDS, malária e tuberculose, a escassez de profissionais de saúde, infraestrutura inadequada e declínio de recursos impôs a necessidade de investimentos consideráveis em saúde. Através de colaborações com organizações internacionais, é registrada uma melhora no acesso e no padrão de atendimento. Um dos elementos mais cruciais do sucesso de Ruanda foi a ênfase em saúde comunitária, o que permitiu a descentralização de serviços e o desenvolvimento de uma força de trabalho em saúde mais receptiva às necessidades públicas. Essa estratégia também ajudou a aumentar o acesso a cuidados em áreas rurais e a reduzir disparidades em resultados de saúde<sup>3</sup>.

Outro fator importante foi o investimento em sistemas de informação e tecnologia de saúde, o que permitiu melhor coleta e análise de dados e aumentou a eficiência e eficácia do sistema de saúde. Além disso, o investimento em sistemas de informação de saúde e tecnologia melhorou o padrão de atendimento ao permitir melhor rastreamento de pacientes, melhor tomada de decisão clínica e vigilância de doenças mais eficaz<sup>3</sup>.

Até 17 de outubro de 2024, um total de 62 casos de doença do vírus de Marburg, incluindo 15 mortes (CFR: 24,2%), foram relatados em Ruanda, com quarenta e três recuperações. O rastreamento de contatos está em andamento, com mais de 800 contatos sob acompanhamento até 14 de outubro de 2024. Essa taxa de letalidade é tida como a menor em surtos de DVM recentes e o surto é considerado estacionado, sem novos casos diagnosticados também desde 14 de outubro de 2024<sup>4</sup>. Isso parece ser resultado do trabalho de forma coordenada do Ministério da Saúde ruandês, agências internacionais como o CDC Africa e a OMS e seus escritórios regionais. Houve proatividade para se colocar em ação ensaios clínicos com vacinas, testes rápidos ampliados e uma resposta de emergência coordenada.

No entanto, e sob críticas da comunidade global e do Diretor Geral da OMS e do Africa CDC, o governo norteamericano impôs restrições a viagens a Ruanda no início de outubro, o que foi considerado uma medida injusta e infundada, que geraria pânico desnecessário e poderia desincentivar a transparência em crises de saúde futuras. Considerando o momento atual, a resposta a DVM é mais uma prova da necessidade de um Acordo Pandêmico robusto.

Para legitimar o trabalho que está sendo realizado em Ruanda, o diretor-geral (DG) da OMS, Tedros Adhanom, visitou o país na última semana. O DG destacou a liderança do governo de Ruanda na resposta ao surto de Marburg, elogiando tanto o Presidente Kagame quanto o Ministro da Saúde pelo seu envolvimento direto e ações rápidas. Foram mencionadas a ausência de novos casos nos últimos dias e as iniciativas avançadas de tratamento no centro médico, que, pela primeira vez na África, utilizaram cuidados críticos como intubação e extubação de pacientes gravemente afetados pelo vírus, salvando vidas que em surtos anteriores teriam sido perdidas<sup>5</sup>.

Ruanda também foi elogiada pela rápida implementação de testes de vacinas e tratamentos experimentais, mesmo sem produtos aprovados para Marburg, demonstrando a eficiência de seu sistema de regulamentação e a parceria com instituições internacionais. Além disso, a visita ao centro de comando nacional mostrou como a tecnologia está sendo usada para otimizar a resposta ao surto, e os avanços na construção da fábrica de vacinas da BioNTech em Kigali foram vistos como um marco importante para a produção local de vacinas, essencial para combater a desigualdade observada durante a pandemia de COVID-19<sup>5</sup>.

Por fim, reforçou a necessidade de vigilância contínua e medidas rigorosas até que o surto seja declarado controlado, além de reiterar a posição da OMS contra restrições de viagem, que prejudicam a economia sem benefícios claros. O compromisso da OMS em apoiar Ruanda foi reafirmado, assim como o reconhecimento dos trabalhadores da saúde por seus esforços heroicos no combate ao surto<sup>5</sup>.

### **Mas não é só Marburg...**

De 01 de janeiro a 29 de setembro de 2024, um total acumulado de 439.724 casos de cólera e 3.432 mortes foram relatados globalmente nas cinco regiões da OMS. Embora o número de casos em 2024 seja 16% menor do que no ano passado, o pico de aumento de 126% nas mortes é extremamente preocupante. O aumento da mortalidade pode ser parcialmente atribuído aos locais específicos desses surtos, que incluem áreas afetadas por conflitos onde o acesso à assistência médica é severamente comprometido, regiões sofrendo inundações massivas que danificaram infraestrutura crítica e áreas com instalações médicas inadequadas. Esses desafios são particularmente pronunciados em regiões rurais e remotas, onde atrasos no acesso ao tratamento são comuns devido à infraestrutura precária e recursos limitados de assistência médica<sup>6</sup>.

Desde o último relatório, novos surtos de cólera foram relatados no Níger (705 casos e 17 mortes) e na Tailândia (cinco casos sem mortes), elevando o número total de países afetados em 2024 para 30. Na região das Américas, a situação crítica acontece no Haiti, com 9630 casos e 142 mortes<sup>6</sup>.

Em 14 de outubro, o estoque global de Vacina Oral contra Cólera (OCV, sigla em inglês) foi taxado como esgotado, sem doses restantes disponíveis. Embora mais doses sejam esperadas nas próximas semanas, essa escassez representa desafios significativos para os esforços de resposta ao surto e dificulta os esforços para controlar a disseminação da doença. O Grupo de Coordenação Internacional (ICG) recebeu seis solicitações de OCV de cinco países: Bangladesh, Sudão, Níger, Etiópia e Mianmar. Essas solicitações totalizaram 8,4 milhões de doses, todas aprovadas pelo ICG. No entanto, devido à disponibilidade limitada da vacina, apenas 7,6 milhões de doses puderam ser enviadas para esses países. A escassez no fornecimento destaca os desafios contínuos para atender à demanda global, especialmente porque os surtos de cólera continuam a aumentar em várias regiões. Esforços para aumentar a produção estão em andamento, mas o acesso imediato à vacina continua limitado<sup>6</sup>.

A dinâmica dos surtos de cólera está se tornando cada vez mais complexa, impulsionada por fatores que transcendem fronteiras —como deslocamento em massa, desastres naturais, agitação civil, conflito militar e mudanças climáticas. Recentes inundações severas na África Central e Ocidental, bem como no Sudeste Asiático, intensificaram a transmissão da cólera, com vários países continuando a relatar surtos de casos<sup>6</sup>. E em meio ao conflito crescente, há também receio com a progressão de casos e degradação das condições mínimas de saúde no Líbano.

De forma persistente e ainda sem controle obtido, a mpox segue a aumentar a sua curva de casos. Novos casos de mpox já foram identificados em 18 países africanos, com novas adições sendo Zâmbia e Zimbábue. Espera-se ainda a disponibilização de testes rápidos para mpox, que possam simplificar o processo de diagnóstico, confirmação e notificação de casos<sup>7</sup>.

O diretor do Africa CDC sinalizou a especial fragilidade que pessoas em condições sociais de maior vulnerabilidade, como as pessoas deslocadas internamente, particularmente na República Democrática do Congo (RDC), e pessoas privadas de liberdades— ambos os grupos caracterizados por situações que os expõe a contato próximo<sup>7</sup>.

No leste da RDC, o conflito deslocou cerca de 2,5 milhões de pessoas que agora vivem em acampamentos em alojamentos próximos com acesso limitado a água, saneamento e higiene. A campanha de vacinação da RDC começou em outubro em três províncias – Kivu do Norte, Kivu do Sul e Tshopo. O plano do país inclui homens que fazem sexo com homens (HSH) e profissionais do sexo. Na RDC, o contato sexual entre pessoas do mesmo sexo não é proibido, como em muitos outros países atualmente afetados pela mpox – Uganda, Burundi, Quênia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. A comunicação de risco e o envolvimento da comunidade no desenho dos planos de prevenção e resposta são predcados para planos efetivos<sup>7</sup>.

### **Risco persistente de Fome e os conflitos em Gaza**

Um ano após o início do conflito, o risco de fome generalizada persiste em toda a Faixa de Gaza, e a intensificação das hostilidades aumenta a preocupação de que esse cenário catastrófico possa se concretizar. A violência deslocou cerca de 2 milhões de pessoas, destruiu meios de subsistência, paralisou os sistemas alimentares, devastou 70% das áreas agrícolas, limitou severamente as operações humanitárias e levou ao colapso dos serviços de saúde e de saneamento. A insegurança alimentar grave e os altos níveis de desnutrição continuarão se a guerra persistir e as atividades humanitárias permanecerem restritas<sup>8</sup>.

Entre setembro e outubro de 2024, todo o território foi classificado na Fase 4 do IPC (Emergência), com 1,84 milhão de pessoas enfrentando insegurança alimentar aguda, sendo que 133 mil estão na Fase 5 (Catástrofe) e 664 mil na Fase 4 (Emergência). A desnutrição aguda atingiu níveis dez vezes maiores do que antes do aumento das hostilidades<sup>8</sup>.

Quase toda a população foi deslocada diversas vezes, muitas sob bombardeios contínuos. A maioria vive em acampamentos improvisados, com densidades alarmantes de até 40 mil pessoas por quilômetro quadrado. A intensificação das ofensivas militares e a emissão de ordens de evacuação têm interrompido gravemente as operações humanitárias, e as constantes realocações têm reduzido a capacidade das pessoas de lidar com a situação e acessar alimentos, água e medicamentos<sup>8</sup>.

Entre maio e agosto de 2024, um aumento temporário na assistência humanitária e no fornecimento comercial aliviou parcialmente a insegurança alimentar e a desnutrição. No entanto, em setembro, a entrada de suprimentos caiu drasticamente, limitando a disponibilidade de alimentos e serviços nas próximas semanas. O inverno trará temperaturas mais baixas, chuva e possíveis enchentes, agravando a desnutrição, especialmente nas áreas densamente povoadas, onde o risco de epidemias é elevado<sup>8</sup>.

A previsão é que o número de pessoas na Fase 5 (Catástrofe) triplique nos próximos meses. Entre novembro de 2024 e abril de 2025, cerca de 2 milhões de pessoas, mais de 90% da população, estarão em Fase 3 (Crise) ou acima, com 345 mil em Catástrofe e 876 mil em

Emergência. As regiões de Rafah e as províncias do norte devem enfrentar insegurança alimentar ainda mais grave<sup>8</sup>.

### **A Cúpula Mundial da Saúde**

Aconteceu em Berlim a Cúpula Mundial da Saúde, ou World Health Summit (WHS), em inglês. O evento que aconteceu de 13 a 15 de outubro teve como tema "Construindo confiança para um mundo mais saudável". Foi marcado pela assinatura de um memorando de entendimento entre OMS e a organização da cúpula, e culminou com o lançamento do plano de financiamento da Organização parte do 'Investments Round'. Essa Rodada de Investimentos, lançada pela OMS em maio de 2024, visa mobilizar recursos previsíveis, resilientes e flexíveis de uma base mais ampla de doadores para o trabalho principal da OMS para o período de 2025–2028, parte do 14º Programa Geral de Trabalho da OMS. A lacuna de financiamento no momento em que a rodada foi lançada era de US\$ 7,1 bilhões<sup>9</sup>.

Assim, em uma poderosa demonstração de apoio de alto nível, a OMS recebeu quase US\$ 700 milhões em novos compromissos de financiamento de países europeus, fundações e outros, e outros US\$ 300 milhões em compromissos reafirmados. O compromisso foi anunciado pela Alemanha, França e Noruega, que destacaram a necessidade urgente de investimentos na missão da Organização de melhorar os resultados de saúde em todo o mundo.

Chanceler alemão Olaf Scholz; os primeiros-ministros da Estônia (Kristen Michal), Montenegro (Milojko Spajić) e Noruega (Jonas Gahr Støre); ministros do governo e representantes da Alemanha, França, Noruega, Dinamarca, Finlândia, Grécia, Irlanda, Luxemburgo, Malta, Holanda, Espanha e Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (RU); o CEO da Wellcome, John-Arne Røttingen; a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen; o presidente da Fundação Gates, Bill Gates; e a CEO da Gavi, Sania Nishtar, estavam entre os líderes que assumiram compromissos ou falaram em apoio à OMS durante o evento de alto nível.

O chanceler federal Scholz disse que a Alemanha estava comprometendo quase US\$ 400 milhões em financiamento para a OMS nos próximos quatro anos, incluindo mais de US\$ 260 milhões em novos financiamentos voluntários. Em seu discurso, o chanceler disse: "O trabalho da OMS beneficia a todos nós. O que ele precisa para esse trabalho é um financiamento sustentável que lhe dê a certeza de planejar com antecedência e a flexibilidade para reagir."

Parceiros e CEOs de fundações globais de saúde fizeram promessas, incluindo a Wellcome, com um compromisso de US\$ 50 milhões, e o Institute for Philanthropy, Resolve to Save Lives e a World Diabetes Foundation, cada um comprometendo ou recomprometendo US\$ 10 milhões.

O CEO da WHO Foundation, Anil Soni, anunciou um compromisso de US\$ 50 milhões para a Rodada de Investimentos, que inclui parte de uma promessa de US\$ 57 milhões da Foundation S e da Sanofi para apoiar a agenda global de saúde da OMS, e pelo menos US\$ 30 milhões em contribuições de outros parceiros filantrópicos e do setor privado, incluindo novos compromissos da Boehringer Ingelheim e da Novo Nordisk.

Governos e parceiros já fizeram promessas significativas para a Rodada de Investimentos, incluindo 16 governos africanos até agora, e em Berlim o Ministro da Saúde da Mauritânia, falando em nome da União Africana, reconfirmou o apoio a um resultado bem-

sucedido para a Rodada de Investimentos. Anunciando planos para promover ou continuar financiando a OMS foram França, Espanha, Reino Unido e a Fundação Gates.

O evento foi um marco no processo de engajamento da Rodada de Investimentos que se espera culminar na Cúpula dos líderes do G20 no mês que vem, presidida pelo presidente brasileiro Lula da Silva. A Cúpula será um momento para os líderes prometerem recursos adicionais para a OMS, promovendo ainda mais a equidade global em saúde.

E ainda durante a WHS foi lançada a primeira declaração do WHO Youth Council, intitulada [Youth Declaration on Creating Healthy Societies](#).

O Conselho da Juventude da OMS declarou com orgulho de emitir sua primeira Declaração da Juventude sobre a Criação de Sociedades Saudáveis. Esta Declaração representa o compromisso coletivo e prioridades para ajudar as comunidades, especialmente os jovens, em níveis local, regional e global, a serem mais saudáveis e resilientes diante dos muitos desafios de saúde que o mundo enfrenta hoje, bem como os que estão por vir.

A Declaração descreve 10 apelos à ação que colocam os jovens no centro da cocriação de sociedades mais saudáveis globalmente e explica o que é necessário para que isso seja bem-sucedido. Os apelos à ação clamam:

- Acesso, equidade e inclusão para os jovens na educação, removendo barreiras e projetados para refletir as diversas necessidades de saúde para indivíduos e comunidades.
- Currículos nacionais abrangentes sobre saúde, mudanças climáticas e alfabetização digital.
- Educação de qualidade e adaptável por meio de ambientes de aprendizagem flexíveis e responsivos.
- Engajamento e liderança dos jovens no design e implementação de políticas e programas de saúde.
- Assistência médica inclusiva, acessível e focada na prevenção, inclusive para jovens de grupos marginalizados e vulneráveis.
- Investimento em jovens para capacitá-los a se tornarem líderes e impulsionar soluções nas áreas de saúde, mudanças climáticas e educação.
- Espaços corajosos para ambientes saudáveis são criados para proteger os jovens de barreiras sociais e institucionais e mantê-los seguros de violência, assédio e outras práticas prejudiciais.
- Inclusão de jovens por governos, organizações internacionais e da sociedade civil para cocriar políticas sobre necessidades prioritárias de saúde.
- Valorizar as experiências dos jovens, incluindo sua diversidade e visões, no desenvolvimento e implementação de políticas de saúde.
- Maior apoio às organizações de base da juventude como um meio de investir nas gerações futuras.

O Conselho da Juventude da OMS foi estabelecido em 2023 e é uma rede dinâmica que visa amplificar as vozes e experiências dos jovens e alavancar sua expertise, energia e ideias para promover a saúde pública. Os membros do Conselho da Juventude são representantes jovens de organizações e movimentos de saúde e não saúde. Eles aconselham e se envolvem ativamente com o Diretor-Geral da OMS e a liderança sênior da OMS para garantir que as políticas e programas de saúde reflitam a expertise, inovação e necessidades dos jovens em todo

o mundo. O Conselho da Juventude da OMS também serve como uma plataforma para projetar e incubar novas iniciativas e para expandir as iniciativas de engajamento juvenil existentes da OMS.

## Referências

1. World Health Organization. Marburg Virus Disease [Internet]. Who.int. World Health Organization: WHO; 2021. Available from: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/marburg-virus-disease>
2. The 4x4 Reform: A Path to Quality Health Care in Rwanda [Internet]. Moh.gov.rw. 2023. Available from: <https://www.moh.gov.rw/news-detail/the-4x4-reform-a-path-to-quality-health-care-in-rwanda>
3. Uwishema O. Rwanda's health-care transformation: a case study for war-torn countries. *The Lancet*. 2023 Apr;401(10382):1076–7.
4. Marburg virus disease – Rwanda [Internet]. Who.int. 2024. Available from: <https://www.who.int/emergencies/disease-outbreak-news/item/2024-DON540>
5. .WHO / RWANDA TEDROS VISIT [Internet]. UNifeed. 2024 [cited 2024 Oct 21]. Available from: <https://media.un.org/unifeed/en/asset/d328/d3284751>
6. Multi-country outbreak of cholera, External situation report #19 - 18 October 2024 [Internet]. Who.int. 2024 [cited 2024 Oct 21]. Available from: <https://www.who.int/publications/m/item/multi-country-outbreak-of-cholera-external-situation-report--19---18-october-2024>
7. Rwanda's Marburg Outbreak Wanes But Mpox Continues To Spread - Health Policy Watch [Internet]. Health Policy Watch. 2024 [cited 2024 Oct 21]. Available from: <https://healthpolicy-watch.news/rwandas-marburg-outbreak-wanes-but-mpox-continues-to-spread/>
8. GAZA STRIP: Risk of Famine persists amidst recent surge in hostilities | IPC - Integrated Food Security Phase Classification [Internet]. Ipcinfo.org. 2024 [cited 2024 Oct 21]. Available from: <https://www.ipcinfo.org/ipcinfo-website/countries-in-focus-archive/issue-112/en/>
9. US\$ 1 billion in new and reaffirmed funding commitments announced for WHO's ongoing Investment Round [Internet]. Who.int. 2024. Available from: <https://www.who.int/news/item/14-10-2024-usd-1-billion-in-new-and-reaffirmed-funding-commitments-announced-for-who-s-ongoing-investment-round>
10. Youth Declaration on Creating Healthy Societies [Internet]. Who.int. 2024 [cited 2024 Oct 21]. Available from: <https://www.who.int/publications/m/item/youth-declaration-on-creating-healthy-societies>

## Desafios da Biodiversidade e uma oportunidade de diálogo

### *Challenges of Biodiversity and an opportunity for dialogue*

**Luiz Augusto Galvão**

**Danielly Magalhães**

**Resumo.** Uma brasileira é a nova diretora executiva da UN-HABITAT. A Conferência da ONU sobre Biodiversidade de 2024: Um Ponto de Inflexão para o Planeta. A COP 16 é um marco importante na luta pela conservação da biodiversidade. No entanto, o sucesso a longo prazo dependerá do compromisso de todos nós em construir um futuro mais sustentável para o planeta. [O relatório do WWF "2024 Living Planet Report: a System in Peril"](#) O relatório destaca que os próximos cinco anos serão críticos para determinar o futuro da vida na Terra. As ações tomadas agora para conservar a natureza, mitigar as mudanças climáticas e transformar sistemas alimentares, energéticos e financeiros serão decisivas para evitar pontos de inflexão ambientais catastróficos e garantir um futuro sustentável para a humanidade. [Unidos na Ciência 2024](#) é um relatório detalhado compilado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) sob a direção do Secretário-Geral das Nações Unidas. Ele consolida as atualizações mais recentes em clima, clima e ciências ambientais e sociais relacionadas das principais organizações parceiras globais.

**Palavras chave:** COP16, biodiversidade, Marco Global Kunming-Montreal, conservação da natureza, sustentabilidade, meio ambiente, ecossistemas, espécies, extinção, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, Biodiversidade, declínio de populações, Índice Planeta Vivo (LPI), degradação de habitat, mudanças climáticas, perda de biodiversidade, espécies ameaçadas, conservação, poluição, perda de ecossistemas.

**Summary.** *A Brazilian woman is the executive director of UN-HABITAT. The 2024 UN Biodiversity Conference: A Tipping Point for the Planet. COP 16 is an important milestone in the fight for biodiversity conservation. However, long-term success will depend on the commitment of all of us to building a more sustainable future for the planet. WWF's "2024 Living Planet Report: a System in Peril" report highlights that the next five years will be critical in determining the future of life on Earth. Actions taken now to conserve nature, mitigate climate change, and transform food, energy, and financial systems will be decisive in avoiding catastrophic environmental tipping points and ensuring a sustainable future for humanity*

**Keywords:** *COP16, biodiversity, Kunming-Montreal Global Framework, nature conservation, sustainability, environment, ecosystems, species, extinction, climate change, sustainable development, Biodiversity, population decline, Living Planet Index (LPI), habitat degradation, climate change, biodiversity loss, endangered species, conservation, pollution, ecosystem loss*

### [A Conferência da ONU sobre Biodiversidade de 2024: Um Ponto de Inflexão para o Planeta](#)

A Conferência realiza-se de 21 de outubro a 1º de novembro, em Cali, Colômbia. Este evento de grande importância global marca um novo capítulo nos esforços para proteger a biodiversidade e garantir um futuro sustentável para todas as formas de vida na Terra.

## **A COP16 de Biodiversidade: Um Ponto de Inflexão para o Planeta**

A Conferência das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica de 2024 (COP 16), a ser realizada em Cali, Colômbia, representa um marco crucial nos esforços globais para proteger a natureza. Este evento histórico reunirá líderes mundiais, cientistas, ativistas e representantes da sociedade civil para avaliar o progresso na implementação do Marco Global Kunming-Montreal para a Biodiversidade (GBF) e traçar novos caminhos para um futuro sustentável.

### **O GBF: Um Plano Ambicioso para a Conservação da Biodiversidade**

O GBF, adotado em 2022, estabelece metas ambiciosas para a conservação da biodiversidade até 2030 e 2050. O objetivo é reverter a tendência de perda de biodiversidade, proteger 30% das áreas terrestres e marinhas e garantir a distribuição justa dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos.

### **A Importância da Biodiversidade**

A biodiversidade é fundamental para o bem-estar humano, a saúde do planeta e a prosperidade econômica. Ela fornece alimentos, medicamentos, energia, ar e água limpos, proteção contra desastres naturais e inspiração cultural. A perda de biodiversidade ameaça a base de toda a vida na Terra.

### **A COP16: Uma Oportunidade para Avançar**

A COP16 é uma oportunidade para os países participantes revisarem o progresso na implementação do GBF e fortalecerem seus compromissos. Entre os temas que serão discutidos estão:

- **Financiamento da biodiversidade:** A mobilização de recursos financeiros suficientes é essencial para a implementação do GBF. Estima-se que sejam necessários cerca de US\$ 700 bilhões por ano para alcançar as metas do GBF. A conferência discutirá a necessidade de aumentar o financiamento público e privado para a conservação da biodiversidade, bem como a criação de mecanismos inovadores de financiamento, como pagamentos por serviços ecossistêmicos.

- **Cooperação internacional:** A colaboração entre países é fundamental para enfrentar os desafios da perda de biodiversidade. A COP16 promove a cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como entre diferentes setores da sociedade, como governos, empresas e organizações não governamentais. Um exemplo de sucesso é a criação de corredores ecológicos transfronteiriços, que conectam áreas protegidas e permitem a movimentação da fauna e da flora.

- **Inovação:** O desenvolvimento de soluções inovadoras para a conservação da biodiversidade é crucial. A conferência discutirá o papel da ciência e da tecnologia na proteção da natureza, como o uso de drones para monitorar áreas protegidas, o desenvolvimento de tecnologias limpas para reduzir a pressão sobre os ecossistemas e o uso da inteligência artificial para analisar dados sobre a biodiversidade.

- **Beneficiamento justo:** A distribuição justa dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos é um objetivo importante do GBF. A conferência abordará a necessidade de garantir que as comunidades indígenas e locais tenham acesso aos benefícios da utilização de seus recursos genéticos e que sejam compensadas de forma justa. Por exemplo, o Protocolo

de Nagoya, um dos acordos internacionais sobre biodiversidade, estabelece um mecanismo para compartilhar os benefícios derivados da utilização de recursos genéticos.

### Resultados esperados da COP16

Espera-se que a COP16 faça avanços significativos na implementação do GBF, incluindo:

- **Reforço dos compromissos nacionais:** A maioria dos países participantes apresentarão planos nacionais de ação para a biodiversidade, detalhando as medidas que serão tomadas para alcançar as metas do GBF.
- **Mobilização de recursos:** A conferência de dar um impulso a discussão sobre a necessidade de aumentar o financiamento para a conservação da biodiversidade, e alguns países anunciaram novos investimentos.
- **Fortalecimento da cooperação internacional:** A conferência promoverá a criação de novas parcerias e a intensificação da colaboração entre países e organizações.
- **Inovação:** A conferência destacará o papel da ciência e da tecnologia na conservação da biodiversidade, e o eventual lançamento de diversas iniciativas para promover a inovação nesse campo.

### Desafios e Caminhos a Seguir

Apesar dos avanços que poderão ser alcançados, ainda existem muitos desafios a serem superados para garantir a conservação da biodiversidade. Entre os principais desafios estão:

- **Mudanças climáticas:** As mudanças climáticas representam uma ameaça crescente para a biodiversidade, exigindo ações urgentes para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.
- **Desmatamento:** O desmatamento continua sendo uma das principais causas de perda de biodiversidade, especialmente nas regiões tropicais.
- **Poluição:** A poluição por plásticos, agrotóxicos e outros contaminantes ameaça a saúde dos ecossistemas e a biodiversidade.
- **Consumo desenfreado:** O modelo de consumo atual, baseado na exploração excessiva dos recursos naturais, é insustentável e contribui para a perda de biodiversidade.

Para enfrentar esses desafios, é necessário que todos os setores da sociedade se envolvam na conservação da biodiversidade, incluindo governos, empresas, organizações da sociedade civil e indivíduos.

**Em resumo**, a COP16 de Biodiversidade representa um marco histórico na luta pela proteção da natureza. A conferência reafirma a importância da biodiversidade para a humanidade e deve estabelecer um plano ambicioso para o futuro. No entanto, para alcançar as metas do GBF, é necessário um esforço conjunto de todos os países e de toda a sociedade.

### [O relatório do WWF “2024 Living Planet Report: a System in Peril”](#)

O relatório do WWF “2024 Living Planet Report: a System in Peril” afirma que a natureza está se perdendo – com enormes implicações para nós. Ele apresenta um panorama alarmante sobre o declínio da biodiversidade global e seus impactos para a humanidade. A biodiversidade

sustenta a vida humana e as sociedades, mas a natureza está sendo destruída em uma escala preocupante.

### ***Principais estatísticas e pontos-chave***

- Queda nas populações de vida selvagem: Entre 1970 e 2020, o tamanho médio das populações monitoradas de vida selvagem encolheu 73%, segundo o Índice Planeta Vivo (LPI). O declínio é especialmente acentuado nas populações de água doce (85%), seguido por populações terrestres (69%) e marinhas (56%).

- Regiões mais afetadas: A América Latina e o Caribe apresentam a maior queda (95%), seguidas pela África (76%) e Ásia-Pacífico (60%). Na Europa e Ásia Central (35%) e América do Norte (39%), os impactos já haviam sido sentidos antes de 1970, o que explica declínios menos dramáticos.

- Principais ameaças: A degradação e perda de habitats, impulsionadas principalmente pelo sistema alimentar global, são as principais ameaças em todas as regiões, seguidas pela superexploração, espécies invasoras, doenças, mudanças climáticas (mais citadas na América Latina) e poluição (particularmente na América do Norte e Ásia-Pacífico).

### ***Pontes críticas de impacto***

- Pontos de inflexão: Se as tendências atuais continuarem, grandes pontos de inflexão ambientais, como a destruição de recifes de coral e a degradação da Amazônia, podem ser atingidos, causando impactos irreversíveis, como mudanças climáticas globais e elevações dramáticas do nível do mar.]

- Exemplos regionais: No oeste da América do Norte, incêndios florestais exacerbados pelas mudanças climáticas e infestações de besouros estão levando florestas de pinheiros a serem substituídas por áreas de arbustos. O aquecimento dos oceanos resultou em eventos recorrentes de branqueamento de corais na Grande Barreira de Corais, e há uma alta probabilidade de perda de até 90% dos recifes de corais globais, mesmo se o aquecimento global for limitado a 1,5°C.

### ***Desafios globais***

- Metas globais não alcançadas: Mais da metade das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030 serão perdidas, e os compromissos nacionais sobre o clima resultarão em um aumento de temperatura global de quase 3°C até o fim do século. Planos de ação sobre biodiversidade são inadequados, faltando suporte financeiro e institucional.

### ***Transformações necessárias***

1. Sistemas de conservação: Embora algumas populações tenham se estabilizado devido a esforços de conservação, é necessário aumentar significativamente as áreas protegidas. O Acordo de Kunming-Montreal estabelece como meta proteger 30% das terras e mares e restaurar 30% das áreas degradadas até 2030.

2. Transformação do sistema alimentar: O atual sistema alimentar global é insustentável, responsável por 70% do uso de água e mais de um quarto das emissões de gases de efeito estufa. Reformas urgentes são necessárias para aumentar a produção sustentável, reduzir o desperdício de alimentos (atualmente 30-40%) e melhorar a nutrição global.

3. **Transição energética:** A produção de energia, principalmente com combustíveis fósseis, é o principal impulsionador das mudanças climáticas. A transição para fontes renováveis deve ser rápida, sustentável e justa, com triplicação dos investimentos e aumento da eficiência energética.

4. **Transformação financeira:** Há uma necessidade urgente de redirecionar o financiamento para soluções baseadas na natureza e metas de clima sustentável. O atual sistema financeiro global continua a apoiar atividades prejudiciais ao meio ambiente.

#### Unidos na Ciência 2024

"Unidos na Ciência 2024" é um relatório detalhado compilado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) sob a direção do Secretário-Geral das Nações Unidas. Ele consolida as atualizações mais recentes em clima, clima e ciências ambientais e sociais relacionadas das principais organizações parceiras globais. O relatório está alinhado com a Cúpula do Futuro das Nações Unidas de 2024 e destaca a necessidade urgente de uma ação climática ambiciosa devido ao aumento das emissões de gases de efeito estufa e às temperaturas globais recordes. Os principais destaques são:

#### ***Estado da Ciência do Clima***

- **Emissões de gases de efeito estufa:** As emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) aumentaram 1,2% de 2021 a 2022, atingindo um recorde de 57,4 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente. As emissões de metano (CH<sub>4</sub>), óxido nitroso (N<sub>2</sub>O) e gases fluorados também estão aumentando rapidamente.

- **Recordes de temperatura:** O ano de 2023 foi o mais quente já registrado, com temperaturas globais e conteúdo de calor oceânico atingindo níveis sem precedentes. A extensão do gelo marinho do Ártico e da Antártida atingiu níveis recordes.

- **Eventos climáticos extremos:** O primeiro semestre de 2024 registrou temperaturas globais excepcionalmente altas e vários eventos climáticos extremos, incluindo ondas de calor na Ásia, seca na África Austral e inundações recordes no Brasil. Há uma chance de 86% de que pelo menos um ano nos próximos cinco exceda 2023 como o ano mais quente já registrado.

#### ***Inovações tecnológicas***

- **Inteligência artificial e aprendizado de máquina:** IA e ML estão revolucionando a previsão do tempo, tornando-a mais rápida, barata e acessível. Os modelos de IA/ML estão superando os modelos tradicionais baseados em física na previsão de algumas variáveis climáticas e eventos extremos.

- **Observações da Terra baseadas no espaço:** Inovações em tecnologias de satélite, como imagens de altíssima resolução e megaconstelações, estão melhorando as aplicações meteorológicas, climáticas, hídricas e ambientais. Essas tecnologias são cruciais para monitorar fontes e sumidouros de gases de efeito estufa.

- **Tecnologias imersivas:** gêmeos digitais, realidade virtual e o metaverso estão fornecendo soluções inovadoras para a gestão de terras e águas. Por exemplo, um gêmeo digital de bacias hidrográficas na República da Coreia está sendo desenvolvido para simular operações de resposta a inundações.

## **Abordagens transdisciplinares**

- **Integração de Conhecimentos Diversos:** Enfrentar desafios globais como mudanças climáticas e redução de riscos de desastres requer abordagens transdisciplinares que integrem diversas perspectivas, conhecimentos e experiências. Essa abordagem pode ampliar o impacto do tempo, clima, água e ciências ambientais e sociais relacionadas.

- **Estudos de caso:** O projeto Future Resilience for African Cities And Lands (FRACTAL) usou uma abordagem transdisciplinar para aumentar a resiliência climática nas cidades africanas por meio de Laboratórios de Aprendizagem, que envolveram vários detentores de conhecimento para coproduzir conhecimento climático relevante.

## **Avisos Antecipados para Todos (EW4All)**

- **Iniciativa Global:** A iniciativa EW4All visa garantir que todos na Terra estejam protegidos de eventos climáticos, hídricos ou climáticos perigosos por meio de sistemas de alerta precoce que salvam vidas até 2027.

- **Impacto dos Sistemas de Alerta Precoce:** Os países com cobertura limitada a moderada do sistema de alerta precoce de múltiplos riscos (MHEWS) têm uma taxa de mortalidade relacionada a desastres quase seis vezes maior do que aqueles com cobertura substancial a abrangente.

- **Contribuições tecnológicas:** Avanços em IA, observações da Terra baseadas no espaço e tecnologias imersivas são cruciais para um MHEWS eficaz. Por exemplo, a União Internacional de Telecomunicações (UIT) está desenvolvendo uma ferramenta baseada em IA para melhorar o mapeamento da conectividade de desastres, que foi ativada mais de 50 vezes em mais de 30 países.

## **Estatística**

- **Emissões de GEE:** 57,4 bilhões de toneladas de CO2 equivalente em 2022.

- **Recordes de temperatura:** 2023 foi o ano mais quente já registrado, com 86% de chance de pelo menos um ano nos próximos cinco superar esse recorde.

- **Extensão do gelo marinho:** A extensão do gelo marinho do Ártico e da Antártida atingiu níveis recordes.

- **Cobertura do MHEWS:** 101 países (52% globalmente) relataram ter MHEWS, com lacunas significativas remanescentes na África, nas Américas e no Caribe.

## **Conclusão**

O relatório ressalta a importância da cooperação internacional, governança robusta e engajamento inclusivo para aproveitar todo o potencial dos avanços científicos e tecnológicos para um futuro sustentável e resiliente. A colaboração aprimorada entre escalas é essencial para garantir que os benefícios do tempo, clima, água e ciências ambientais e sociais relacionadas sejam acessíveis a todos.

## **Anacláudia Rossbach assume liderança do ONU-Habitat**

*Anacláudia Marinheiro Centeno Rossbach*, economista brasileira com vasta experiência em urbanismo e habitação social, foi nomeada *Diretora-Executiva do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)*. Sua nomeação, aprovada pela

Assembleia Geral da ONU em junho de 2024, marca um momento histórico para a organização, sendo a primeira vez que um latino-americano assume o cargo.

### ***Trajatória e experiência***

**Experiência internacional:** Atua há mais de 20 anos em projetos de desenvolvimento urbano sustentável, planejamento urbano e melhoria de assentamentos precários em diversos países.

**Liderança em projetos:** Trabalhou em projetos de grande escala, como a liderança de inovações na agenda urbana e de habitação da cidade de São Paulo e a participação na construção da política de habitação brasileira.

**Especialista em políticas públicas:** Atuou como especialista no Banco Mundial, fornecendo assistência técnica para o desenvolvimento de políticas de melhoria de habitações e favelas em diversos países.

**Participação em conferências internacionais:** Teve papel crucial na formação da Nova Agenda Urbana durante a Habitat III.

### ***Desafios e Expectativas***

**Liderança em um momento crítico:** A nova diretora assume o cargo em um momento de grandes desafios urbanos, como a rápida urbanização, as mudanças climáticas e a desigualdade social.

**Compromisso com a missão do ONU-Habitat:** Rossbach expressou seu compromisso em promover cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

**Implementação da Nova Agenda Urbana e dos ODS:** Sua liderança será fundamental para avançar na implementação da Nova Agenda Urbana e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A nomeação de Anacláudia Rossbach representa um passo importante para o ONU-Habitat, fortalecendo a liderança da organização no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável. Sua vasta experiência e compromisso com a justiça social e a sustentabilidade a posicionam como uma figura chave para enfrentar os desafios urbanos do século XXI e construir um futuro mais equitativo e resiliente para todas as cidades do mundo.

**Em resumo:** Uma brasileira com vasta experiência em urbanismo assume a liderança do ONU-Habitat com o objetivo de promover cidades mais justas e sustentáveis em todo o mundo.

## **Identifying international sustainable health models. How to achieve 10% higher life expectancy with 50% less resources (and 12% of resources for health)**

### **Guess which models should lead**

*Juan Garay*

For the past 15 years<sup>i</sup>, we have been studying international benchmarks for "best feasible health" levels to measure the WHO's constitutional goal—achieving the best feasible health for all people<sup>ii</sup>, the only globally shared health objective among nations. Our aim is to quantify the global burden of health inequity.

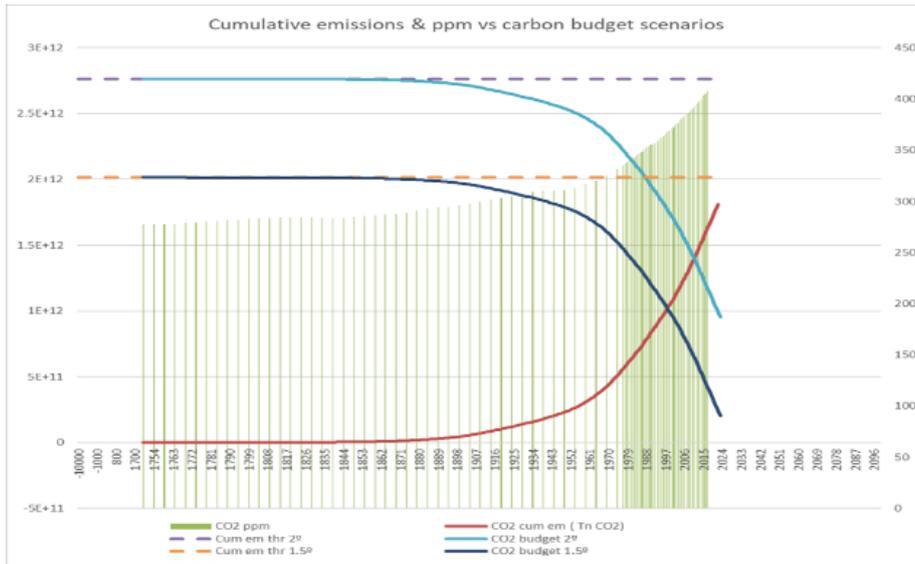
We identify countries with life expectancy (as a proxy for health and well-being) above the global average, while maintaining feasible economic (below world average GDP per capita) and ecological (below recyclable thresholds) standards. The selection criteria are reviewed every five years in consultation with experts from health, economics, and ecology. The latest analysis includes 12 criteria, such as life expectancy disaggregated by sex, healthy life expectancy, GDP and GNI per capita in CV and PPP units, wealth per capita, carbon and ecological footprint per capita, and biocapacity per capita<sup>iii</sup>.

After identifying countries that meet these "best feasible health" standards, we calculate adjusted mortality rates by country, age, and sex group, and compare them to actual deaths. The excess deaths beyond what is expected at feasible levels constitute the global burden of health inequity. The proportion of these excess deaths is referred to as the relative burden of health inequity. This analysis is conducted every five years when the UN Population Division releases demographic data. This year, we are publishing ahead of the usual schedule due to the UN's release of projections for 2021-2025 and beyond, which also allow us to update estimates of the carbon footprint ethical threshold<sup>iv</sup>.

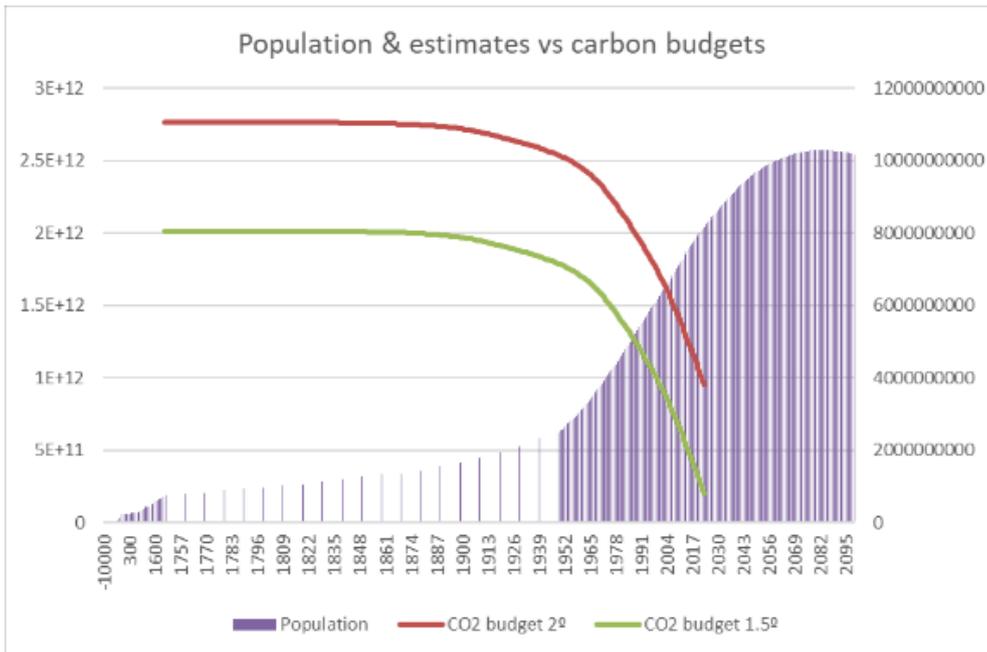
Our findings are shared via interactive data dashboards, maps, and country reports in the Global Atlas of Health Equity<sup>v</sup>. Currently, we are reviewing all steps of the updated analysis with the latest UN data through participatory discussions at the monthly open webinars of the Sustainable Health Equity Movement<sup>vi</sup>.

We have also referred to the 2023 ecological thresholds—1.42 hectares per capita for biocapacity and ecological footprint<sup>vii</sup>, and 1.34 metric tons of CO<sub>2</sub> emissions per capita<sup>viii</sup>. Exceeding these levels means the planet cannot recycle human resource consumption, progressively undermining future generations' livelihoods. The impact of global warming, driven by excess carbon emissions, has been extensively studied, leading to international agreements and commitments, though these have been largely inadequate and poorly implemented. The graphs below illustrate the remaining carbon budgets for limiting global warming to 1.5°C and 2°C above the Holocene average, and the relationship with cumulative carbon emissions from 1990 to 2020, including the effects of the COVID-19 pandemic.

**Figure 1- Cumulative CO2 emissions vs carbon budget**

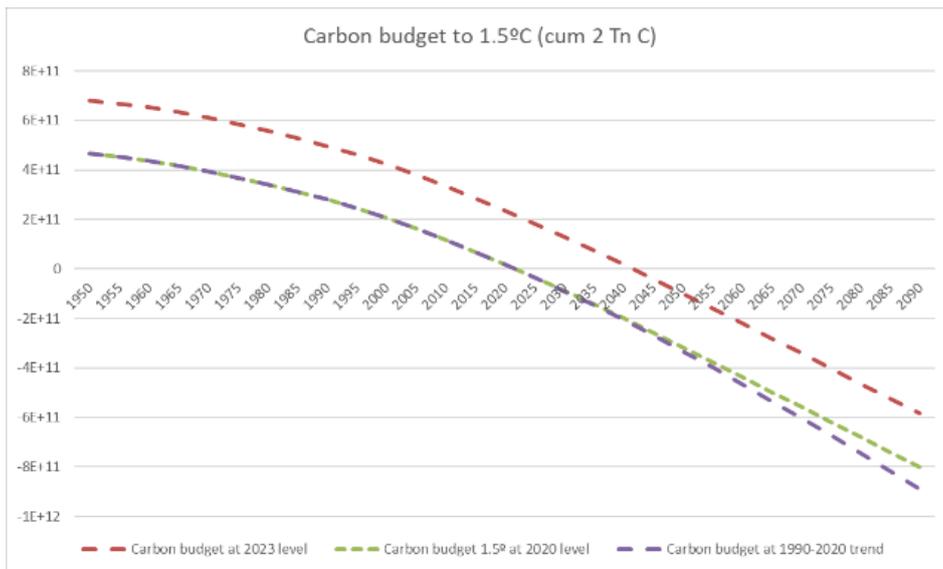


**Figure 2 Carbon budget vs. human population estimates till 2100**



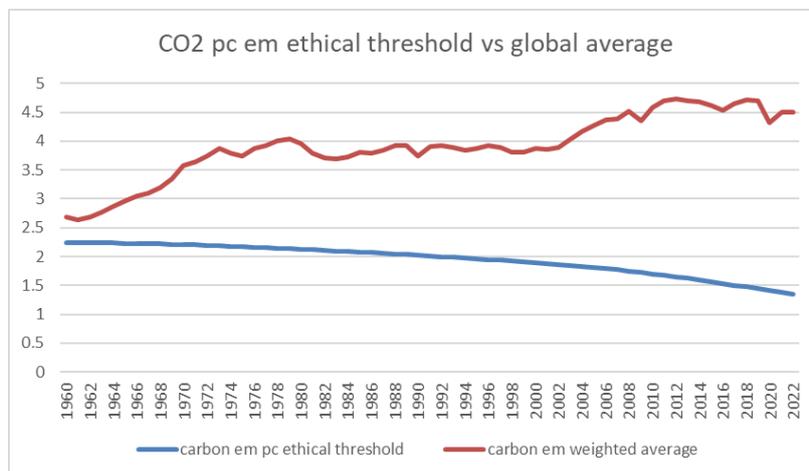
As shown in the following graph, unless there is a radical shift across all nations and populations to reduce carbon emissions below the "ethical" threshold mentioned earlier (a goal our analysis aims to promote), the planet will reach a critical "fever" point, potentially long-lasting due to feedback effects on other planetary boundaries. This is expected to occur by 2030 with a 1.5°C increase, and by 2050 with a 2°C increase.

**Figure 3 Carbon budget sunset scenarios**

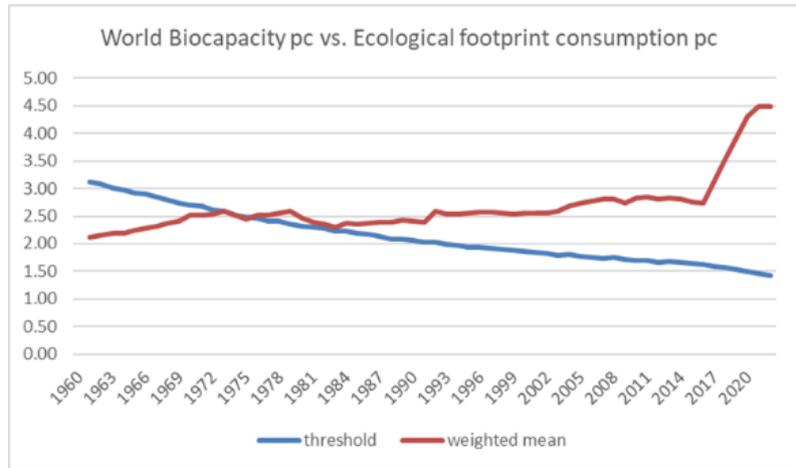


At the current trend, the excess of mortality in the 21st century due to rising temperatures from excess carbon emissions is projected to exceed 220 million deaths<sup>ix</sup>, primarily affecting low-polluting countries. This figure represents only one aspect of the broader, unsustainable impact humans are having on the planet. Graphs 1 and 2 illustrate how the global average carbon and ecological footprint has already surpassed sustainable thresholds and continues to rise.

**Figure 4 CO2 emissions 'ethical threshold vs world average emissions per capita**

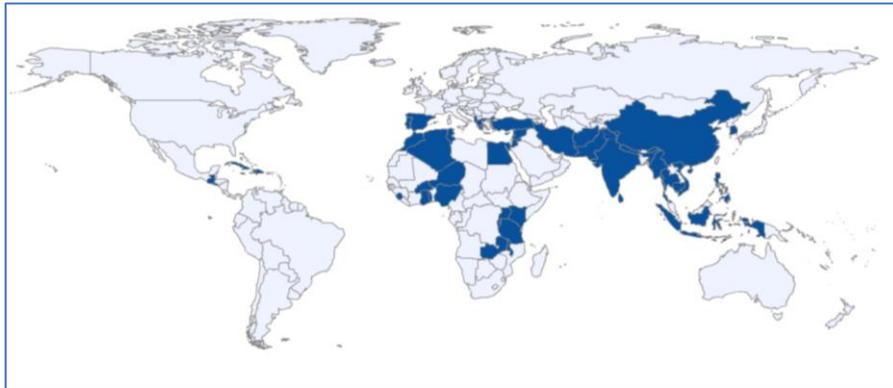


**Figure 5 World biocapacity and ecological footprint threshold vs world average**

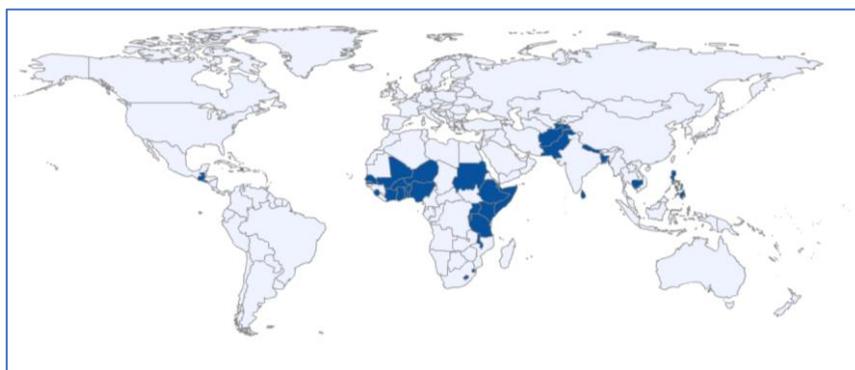


As the graphs below show, the number of countries which meet the mentioned ecological sustainability criteria has gradually decreased, with only 20 countries having met all criteria since 1970, namely Afghanistan, Burundi, Benin, Burkina Faso, Comoros, Haiti, Kenya, Cambodia, Sri Lanka, Malawi, Niger, Nepal, Pakistan, Philippines and Rwanda.

**Figure 6 Ecologically sustainable countries 1970**



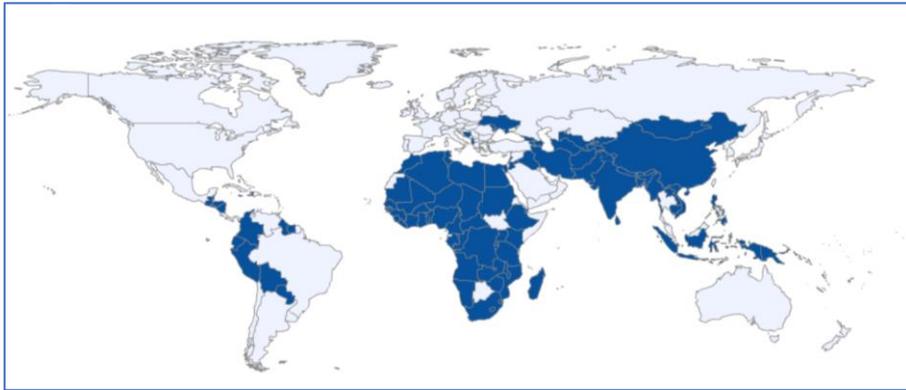
**Figure 7 - Ecologically sustainable countries 2023**



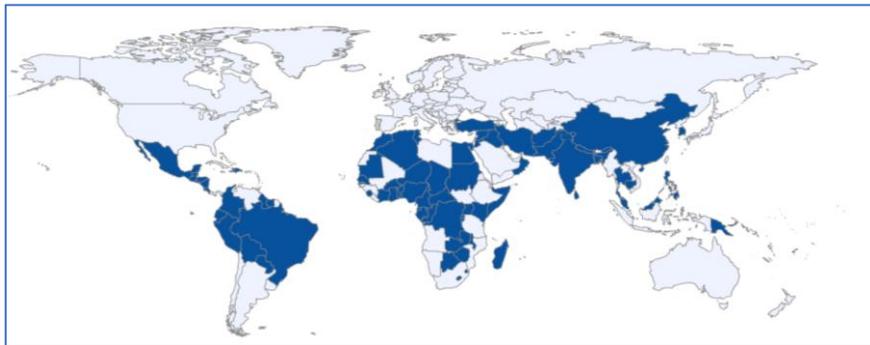
As for the economic criteria, it happens that all countries with ecologically sustainable rates have economic indicators below the world average. In fact, all of them have wealth pc

below 34% and GDP pc in constant value below 44% of the world average. The following maps using the open source statplanet software<sup>x</sup>, show economically replicable countries in 1970 (with enough comparable data on GDP pc PPP) and in 2023.

**Figure 7 Economically replicable countries 1970**



**Figure 8 Economically replicable countries 2023**



The final selection adds the criteria of health (average life expectancy and disaggregated by sex, and healthy life expectancy). The following maps show the countries in 1990 (when after we have data on healthy life expectancy) and 2023.

**Figure 9 Healthy (life expectancy > world average) countries 1990**

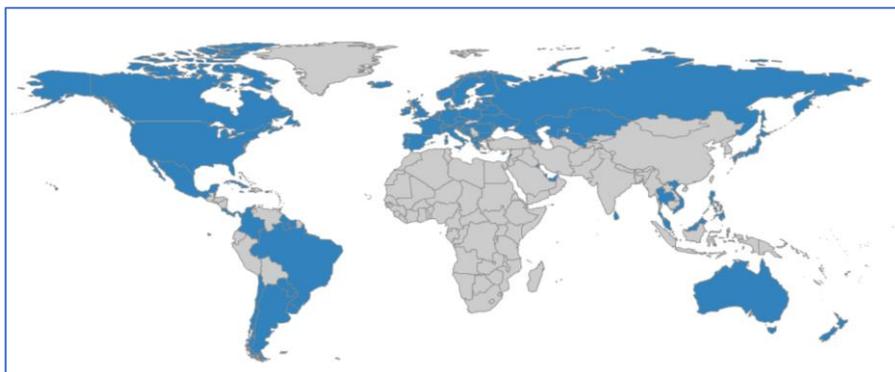
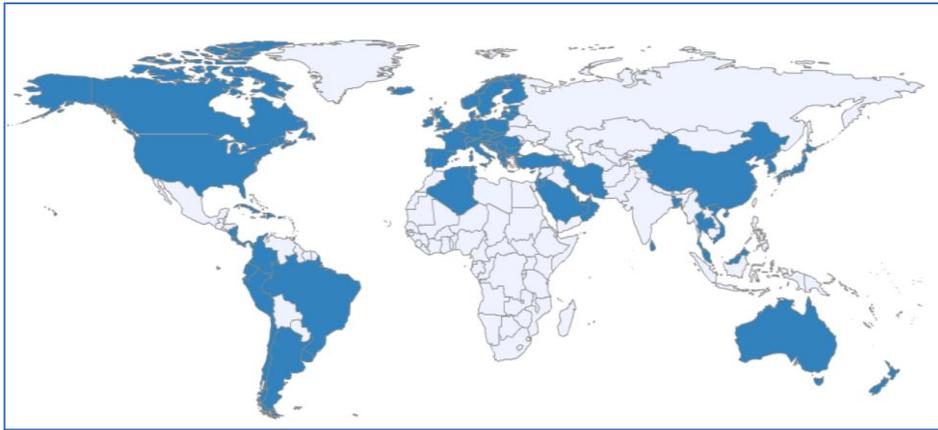


Figure 10 Healthy countries 2023

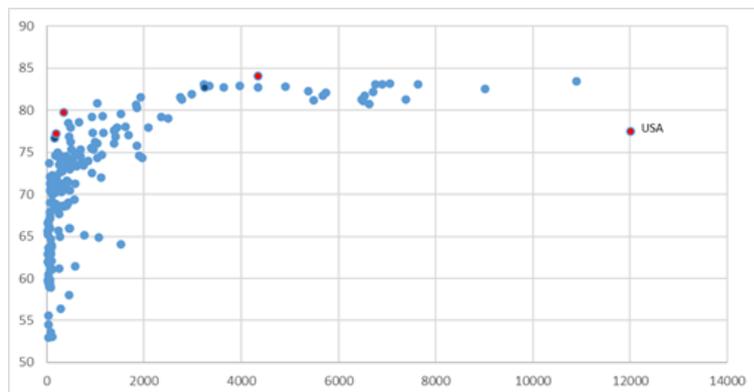


The combination of all criteria has resulted in only one country consistently meeting them from 1961 to 2023: Sri Lanka. Despite maintaining a balance with nature and using less than half the world's average economic resources, Sri Lanka's life expectancy is 9.8% higher than the global average—8.5% higher for men and 10.5% for women.

Global averages can be inaccurate due to reliance on time-series estimates and misleading because they obscure subnational differences. As the sample size increases and the units of analysis decrease, sensitivity improves in identifying more efficient and healthier benchmarks. We have begun analyzing subnational entities in large countries and found sustainable, healthy examples in India (Kerala, Nagaland), China (Shanxi, Guangxi, Anhui, Sichuan, Henan), Russia (Ingushetia, Chechnya, Kabardino, Dagestan, Karachay in the North Caucasus), Indonesia (Sulawesi, Kalimantan, Bali, Java), Pakistan (FATA), and Brazil (Piaui, Alagoas, Paraiba, Ceara, Para, Rio Grande do Norte). Conversely, we found none in the United States or Nigeria (neither met sustainability or health criteria), while Bangladesh has emerged, alongside Sri Lanka, as a model of sustainable health over the last three years.

Sri Lanka's health achievements, despite a long civil war, are attributed to its universal healthcare system, established in the 1930s, which is tax-funded and free at the point of access. Despite minimal GDP spending on health, the country has made significant progress in maternal and child survival. Sri Lanka's health expenditure per capita is only 12% of the global average and just 1.3% of the U.S.'s<sup>xi</sup>. Further comparative analysis could offer valuable insights for sustainable health models globally.

Figure 11 Health spending per capita vs. life expectancy at birth



In upcoming articles and interactive webinars, we will estimate the burden of health inequity over the past three years, examining trends and future prospects in a world still plagued by deep inequalities, environmental disregard, and growing health risks stemming from these root causes.

As noted earlier, analyzing the best feasible health and the gaps in equity requires more granular studies, ideally at the subnational level—focusing on districts of around 100,000 people, each with a referral hospital. A detailed analysis of the world's approximately 80,000 districts will likely uncover the most efficient and sustainable models of well-being, helping to channel human efforts towards sustainable health and foster collaboration on global public goods, in a new paradigm of human wellbeing in sustainable equity (WISE)<sup>xii</sup>.

## References

- i. <https://www.binasss.sa.cr/eng.pdf>
- ii. <https://www.who.int/about/governance/constitution>
- iii. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190632366.013.62>
- iv. <https://population.un.org/wpp/>
- v. <https://www.interacademies.org/news/launching-global-health-equity-atlas>
- vi. <https://www.sustainablehealthequity.org/concept-and-metrics>
- vii. <https://www.footprintnetwork.org/>
- viii. <https://www.peah.it/2024/07/13556/>
- ix. <https://www.peah.it/2018/07/5498/>
- x. <https://www.statsilk.com/software/statplanet>
- xi. <https://apps.who.int/nha/database>
- xii. <https://www.peah.it/2023/12/12800/>

**Brasil e OIT firmam novo acordo para promover direitos trabalhistas e trabalho decente no contexto do Programa de Cooperação Sul-Sul 2023-2027 “Justiça Social para o Sul Global”**

***Brazil and ILO sign new agreement to promote labor rights and decent work in the context of the South-South Cooperation Program 2023-2027 “Social Justice for the Global South”***

**René Mendes**

**Resumo.** Trata-se de uma breve nota escrita a propósito da assinatura de um novo acordo firmado em 14 de outubro, entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), durante a XI Reunião Anual de Avaliação do Programa Trilateral de Cooperação Sul-Sul Brasil – OIT, para implementação do Projeto de Cooperação Sul-Sul “Trabalho Digno e Justiça Social”, com o objetivo de promover o trabalho digno, a justiça social, o diálogo social e os direitos trabalhistas nos países em desenvolvimento do Sul Global. Este novo projeto será executado no âmbito do Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil - OIT “Justiça Social para o Sul Global”, assinado em 2023 pela ABC e pela OIT, com o objetivo de apoiar a promoção de condições dignas (decentes) de trabalho e justiça social nos países em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia-Pacífico. O programa tem frentes de atuação para a erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado, o fortalecimento da segurança e saúde do trabalhador (SST) e da fiscalização do trabalho, a promoção da equidade de gênero, racial e geracional, a promoção da igualdade no mundo do trabalho e a promoção da proteção social. Assuntos como este servem para exemplificar a necessária interseccionalidade das políticas, dos programas, das ações e atividades que buscam promover e fortalecer o desenvolvimento sustentável; a importância do Trabalho como motor da economia, mas não qualquer trabalho: busca-se trabalho digno (decente) para todos e todas, sem o qual, não haverá saúde! Daí as interfaces sempre presentes em nossos textos!

**Palavras-chave:** Organização Internacional do Trabalho (OIT); Sul Global; Cooperação Sul-Sul; Trabalho Digno/Decente; Justiça Social.

**Abstract.** *This is a brief note written on the occasion of the signing of a new agreement signed on October 14 between the Brazilian Cooperation Agency (ABC) of the Ministry of Foreign Affairs (MRE), the Ministry of Labor and Employment (MTE) and the International Labor Organization (ILO), during the 11th Annual Evaluation Meeting of the Brazil-ILO Trilateral South-South Cooperation Program, for the implementation of the South-South Cooperation Project “Decent Work and Social Justice”, with the objective of promoting decent work, social justice, social dialogue and labor rights in developing countries of the Global South. This new project will be implemented within the scope of the Brazil-ILO South-South Cooperation Program “Social Justice for the Global South”, signed in 2023 by the ABC and the ILO, with the objective of supporting the promotion of decent working conditions and social justice in developing countries in Latin America, Africa and Asia-Pacific. The program has fronts of action for the eradication of child labor and forced labor, the strengthening of worker health and safety (OHS) and labor inspection, the promotion of gender, racial and generational equity, the promotion of equality in the world of work and the promotion of social protection. Topics like this serve to exemplify the necessary intersectionality of policies, programs, actions and activities that seek to promote and strengthen*

*sustainable development; the importance of Work as a driver of the economy, but not just any work: we seek decent work for everyone, without which there will be no health! Hence the interfaces always present in our texts!*

**Keywords:** *International Labour Organization (ILO); Global South; South-South Cooperation; Decent Work; Social Justice.*

## Introdução

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) anunciou no último dia 15 de outubro<sup>1</sup>, que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) assinaram em 14 de outubro, durante a XI Reunião Anual de Avaliação do Programa Trilateral de Cooperação Sul-Sul Brasil – OIT, realizada no Palácio do Itamaraty, Brasília, o **Projeto de Cooperação Sul-Sul “Trabalho Digno e Justiça Social”**, com o objetivo de promover o **trabalho digno**, a **justiça social**, o **diálogo social** e os **direitos trabalhistas** nos países em desenvolvimento do Sul Global.

O novo projeto com o MTE e a OIT será executado no âmbito do **Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil - OIT “Justiça Social para o Sul Global”**, assinado em 2023 pela ABC e pela OIT<sup>2</sup>, com o objetivo de apoiar a promoção de condições dignas (decentes) de trabalho e justiça social nos países em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia-Pacífico. O programa tem frentes de atuação para a **erradicação do trabalho infantil** e do **trabalho forçado**, o **fortalecimento da segurança e saúde do trabalhador (SST)** e da **fiscalização do trabalho**, a **promoção da equidade de gênero, racial e geracional**, a **promoção da igualdade no mundo do trabalho** e a **promoção da proteção social**.

O objetivo da XI Reunião de Cooperação Sul-Sul e Trilateral Brasil – OIT foi discutir o futuro do Programa de Cooperação Sul-Sul (SSC) Brasil - OIT, os principais resultados dos 15 anos de parceria e novas perspectivas de cooperação, além de debates sobre temas como **igualdade salarial**, a **economia do cuidado**, a luta contra o **trabalho infantil** e o **trabalho forçado**.

O Ministro Interino do Trabalho e Emprego, Francisco Macena, acompanhado da Diretora Regional da OIT para a América Latina e o Caribe, Ana Virgínia Moreira Gomes; do Diretor do Escritório da OIT no Brasil, Vinícius Pinheiro; e da Chefe da Cooperação Trilateral Sul-Sul com Organizações Internacionais da ABC, Cecília Malaguti, inaugurou o evento, que reforçou o compromisso do Brasil e da OIT com a **promoção do trabalho digno e da justiça social**, diretrizes essenciais para enfrentar os desafios prementes do mundo do trabalho.

Na sua intervenção, Francisco Macena destacou que o acordo de cooperação assinado com a OIT reforçará o diálogo social entre trabalhadores, governo, empresários e sociedade civil, sublinhando que esse diálogo será essencial para o Brasil se preparar para as mudanças no mercado de trabalho global.

Ana Virgínia Moreira Gomes, destacou que o sistema tripartite da OIT pode ser um veículo importante para a cooperação Sul-Sul, porque oferece uma plataforma de diálogo e

<sup>1</sup> <https://www.ilo.org/es/resource/news/brasil-y-oit-nuevo-acuerdo-promover-derechos-laborales-trabajo-decente>

<sup>2</sup> <https://www.ilo.org/es/resource/news/brasil-y-la-oit-firman-un-nuevo-programa-de-cooperacion-sur-sur-para>

colaboração entre governos, empregadores e trabalhadores para enfrentar desafios comuns e promover o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

“Estamos muito satisfeitos com a assinatura deste acordo que apoia a construção da justiça social. O Brasil tem sido um importante aliado na busca de soluções globais para os desafios do mundo do trabalho e no seu compromisso com a justiça social, por exemplo, sendo o primeiro país a copresidir, juntamente com a OIT, a Coalisão Global para a Justiça Social”, destacou a Diretora Regional.

Mencionando a importância da nova iniciativa, Vinícius Pinheiro afirmou que “o projeto visa criar alianças estratégicas internacionais que abordem também questões cruciais como a erradicação do trabalho infantil e forçado, a segurança e saúde no trabalho, a equidade de gênero e racial, e a promoção do emprego e da proteção social”.

### **Painel de alto nível**

À tarde do dia 14 de outubro, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Wellington Dias, inaugurou um painel de alto nível, com a participação da Secretária Geral das Relações Exteriores (MRE), Embaixadora Maria Laura da Rocha; do diretor da ABC, embaixador Ruy Pereira; do procurador-geral do MPT, José de Lima Ramos Pereira, e do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Lelio Bentes Corrêa.

Para o responsável pela pasta do MDS, a cooperação Sul-Sul é uma ferramenta importante para fortalecer e trocar conhecimentos e recursos mútuos entre os países em desenvolvimento, e a OIT é uma ponte importante para estes parceiros. Dias também enfatizou a questão da política assistencial, uma das prioridades de sua gestão. “O trabalho do cuidado é essencial para a sobrevivência das famílias e o bem-estar das pessoas, e para o bom funcionamento da economia e das sociedades”.

A Embaixadora Maria Laura da Rocha, Secretária Geral das Relações Exteriores, lembrou a importância do mecanismo de cooperação Sul-Sul. “Para o Brasil, a cooperação Sul-Sul tornou-se um elemento-chave nas últimas décadas para promover o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões”, afirmou.

“Esse tipo de cooperação tem permitido a capacitação de instituições públicas nacionais para interagir com congêneres estrangeiras e o desenho de formatos associativos inovadores, favorecendo o estabelecimento, no âmbito do mandato da OIT, de uma rede global que reflita o compromisso do Brasil com a solidariedade internacional e a redução de desigualdades, também no mundo do trabalho”, acrescentou.

O Embaixador Ruy Pereira, Diretor da ABC, lembrou que o Programa de Parceria Brasil - OIT para a promoção da cooperação Sul-Sul é uma colaboração estratégica entre o governo brasileiro e a OIT para promover o **desenvolvimento sustentável**, o **trabalho decente** e a **justiça social**. “Dentro da diversidade e amplitude dos temas dos projetos de cooperação trilateral com a OIT, a **promoção do trabalho digno** continua a ser uma prioridade”, afirmou.

“Sabemos que a cooperação Sul-Sul desempenha um papel fundamental na abordagem dos vários desafios e vulnerabilidades relacionados com as relações laborais precárias no mundo em desenvolvimento, incluindo o ressurgimento do trabalho infantil, a persistência do trabalho análogo ao escravo, o trabalho forçado e a precariedade do trabalho em geral, no Brasil, na América Latina e Caribe e na África.”

## Diálogos temáticos

Ao longo do dia, especialistas e representantes do governo brasileiro, da OIT e de organizações de trabalhadores e empregadores participaram de diálogos temáticos sobre o papel da cooperação Sul-Sul na promoção da proteção social, da igualdade de gênero e do combate à pobreza.

Moderado pela Chefe da Unidade de Parcerias Emergentes e Especiais do Departamento de Parcerias Multilaterais e Cooperação para o Desenvolvimento da OIT, Anita Amorim, o debate sobre “Promoção da política de igualdade salarial e de cuidados” reuniu a Secretária Nacional da Política de Cuidados e Família, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Laís Abramo, a Subsecretária de Estatística e Estudos Trabalhistas do MTE, Paula Montagner, e a Diretora de Segurança do Trabalho e Renda do Ministério da Mulher (MM), Neuza Tito.

As perspectivas do governo brasileiro e da OIT sobre as questões do trabalho infantil e do trabalho escravo foi o tema do debate com a Coordenadora da Área de Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho da OIT Brasil, Maria Cláudia Falcão; o Chefe da Seção de Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho da OIT, Philippe Vanhuynegem; o Secretário de Inspeção do Trabalho do MTE, Luiz Felipe Brandão de Mello; o Diretor do Departamento de Proteção Social Especial do MDS, Regis Aparecido Andrade, Spindola; a Coordenadora Geral de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), Andréia Minduca; e a Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalhista (MPT), Luísa Carvalho Rodrigues.

Em 2024, o Programa Brasil - OIT comemora 15 anos. Nesse período, foram investidos mais de 27 milhões de dólares em 20 projetos de cooperação para o desenvolvimento, centrados na **luta contra o trabalho infantil e escravo** e na **promoção do trabalho digno**, que trouxeram benefícios a 40 países em quatro continentes.

### Remontando a junho de 2023

O acordo assinado em Brasília, no último dia 14 de outubro, é uma extensão conceitual e operacional do **“Programa de Cooperação Sul-Sul para Promover a Justiça social no Sul Global”**, assinado em Genebra, em 16 de junho de 2023<sup>3</sup>.

Naquela ocasião, paralelamente à realização da 111ª Conferência Internacional do Trabalho, o Governo do Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinou o novo **Programa de Cooperação Sul -Sul 2023- 2027 "Justiça Social para o Sul Global"**, com o objetivo de apoiar a promoção do **trabalho digno** e da **justiça social** nos países em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia-Pacífico.

O programa foi assinado em 2023 pela Diretora Geral Adjunta de Relações Externas e Corporativas da OIT, Laura Thompson, e pelo Diretor da ABC, Embaixador Ruy Pereira, na sede da OIT em Genebra, na Suíça, como parte da 10ª Reunião Anual de Avaliação de Cooperação

---

<sup>3</sup> <https://www.ilo.org/es/resource/news/brasil-y-la-oit-firman-un-nuevo-programa-de-cooperacion-sur-sur-para>

Sul-Sul Brasil - OIT, que contou com a presença de representantes do governo, de organizações de trabalhadores e empregadores brasileiras e da OIT.

“O programa reflete o compromisso do Brasil com a Justiça Social e está intimamente relacionado com a atual **Cúpula Mundial do Trabalho da OIT: Justiça Social para Todos**, que provou ser uma excelente oportunidade para ouvir as prioridades dos constituintes da OIT, agências e intervenientes, e alimentar a proposta de forjar uma Coalisão Global para a Justiça Social”, afirmou Laura Thompson.

“Reflete também o compromisso do Brasil como ator-chave em organizações regionais como o Fórum Índia-Brasil-África Austral (IBAS), G20, G77 + China, CPLP e BRICS, na promoção de parcerias estratégicas e no fortalecimento da cooperação Sul-Sul e triangular entre os países membros”, acrescentou.

Como destacou o Diretor da ABC, “o novo Programa procurará avançar na **promoção do trabalho digno** e da **justiça social** nos países em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia-Pacífico, apoiando a expansão das capacidades dos países parceiros para desenvolver, fortalecer e integrar políticas, programas e iniciativas em quatro linhas de ação consideradas prioritárias pelo governo brasileiro e pela OIT.”

Naquela ocasião, a reunião contou com a presença do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho; do Secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), representando os trabalhadores, Antônio Lisboa; do Representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Pablo Cordeiro; do Embaixador do Brasil nas Nações Unidas, Embaixador Tovar da Silva Nunes; do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Lélío Bentes Côrrea; do Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT), José de Lima Ramos Pereira, além de representantes da ABC e da OIT.

Realizada pela primeira vez após sete anos, a 10ª Reunião Anual de Avaliação da Cooperação Sul-Sul Brasil - OIT apresentou os avanços alcançados e discutiu a colaboração presente e futura na promoção da Cooperação Sul-Sul no Mundo do Trabalho, em Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, em Justiça Social e em Trabalho Digno para o Sul Global.

### **Sobre o Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil - OIT**

Criado em 2009, o Programa havia implementado, até 2023, mais de 20 projetos em colaboração com mais de 40 países da África, América Latina e Caribe.

Segundo a OIT, na sua nova fase, a iniciativa procurará contribuir para o avanço e **promoção do trabalho digno** e da **justiça social** nos países em desenvolvimento da América Latina, África e Ásia-Pacífico, apoiando a expansão das capacidades dos países parceiros para desenvolver, fortalecer e integrar políticas, programas e iniciativas em quatro eixos de ação:

- Erradicação do **trabalho infantil** e do **trabalho forçado**;
- Fortalecimento da **saúde e segurança no trabalho** (SST) e da **fiscalização do trabalho**;
- Promoção de **gênero, raça, equidade geracional** e promoção da **igualdade no mundo do trabalho**;
- Promoção do **emprego digno** e da **proteção social**.

As prioridades estratégicas do **Programa de Cooperação Sul-Sul 2023-2027 “Justiça Social para o Sul Global”** foram definidas de forma participativa em abril de 2023, durante um dia estratégico de diálogos sociais com a participação de representantes do Escritório da OIT no

Brasil, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e outras áreas políticas, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério da Seguridade Social (MPS), o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDH), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), os trabalhadores representados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), os empregadores representados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Ministério Público do Trabalho (MPT) ) e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O Brasil desempenha um papel fundamental na Cooperação Sul-Sul, exemplificando o espírito de solidariedade e compromisso com o desenvolvimento internacional das nações. Através de diferentes modalidades e alianças, o país tem participado ativamente na promoção da cooperação e do desenvolvimento entre as economias em desenvolvimento, com parcerias fortes, intercâmbio de conhecimentos e uma abordagem conjunta aos desafios comuns que o Sul Global enfrenta. O Brasil tem contribuído para fortalecer os laços e promover a cooperação internacional.

Saliente-se, por último, que o novo **Programa de Cooperação Sul-Sul 2023-2027** contribui para o alcance dos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 pelo Brasil e países parceiros: **ODS 8** (Trabalho digno e crescimento econômico) e **ODS 17** (Parcerias para atingir os objetivos).

Encerrando esta breve nota, salientamos que temas como este servem para exemplificar a necessária interseccionalidade das políticas, dos programas, das ações e atividades que buscam promover e fortalecer o desenvolvimento sustentável; a importância do Trabalho como motor da economia, mas não qualquer trabalho: busca-se trabalho digno (decente) para todos e todas, sem o qual, não haverá saúde! Daí as interfaces sempre presentes em nossos textos. Por último, mas não menos importante: enche-nos de alegria e orgulho ver nosso país como um protagonista sensível, ativo e engajado em arranjos multilaterais alternativos e altamente estratégicos como é a cooperação Sul-Sul. No caso, mediada pela centenária Organização Internacional do Trabalho, a qual busca também se ajustar aos novos arranjos internacionais. Creio que ganham todos!

**Cartagena+40: Transformando desafios em oportunidades para o futuro da migração na América Latina e Caribe**

***Cartagena+40: Turning challenges into opportunities for the future of migration in Latin America and the Caribbean***

**Rafael Gomes França, Caio Murta,  
Giacomo Giannelli, Giulia Mariano Machado,  
Júlia Moraes, Marina Sujkowski  
e Deisy de Freitas Lima Ventura**

**Resumo.** Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global explora os resultados das consultas técnicas regionais feitas em 2024, no âmbito do Processo de Cartagena, que visa encontrar respostas aos desafios que os países da América Latina e Caribe enfrentam com o crescente regime de migrações.

**Palavras chave:** América Latina e Caribe. Cartagena+40. Migração.

**Abstract.** *In this report, the Working Group on Migration, Refuge, and Global Health explores the outcomes of the regional technical consultations held in 2024, within the framework of the Cartagena Process, which aims to find solutions to the challenges that Latin American and Caribbean countries face with the growing migration regime.*

**Keywords:** *Latin America and Caribbean. Cartagena+40. Migration.*

Em 2024, comemora-se o 40º aniversário da Declaração de Cartagena<sup>1</sup> sobre os Refugiados, adotada na Colômbia, em 1984, pelo Colóquio sobre a Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá. A Declaração é um dos instrumentos jurídicos fundamentais de proteção na América Latina e Caribe e foi um marco normativo da tradição de solidariedade, asilo e proteção das pessoas refugiadas na região. O Processo de Cartagena é um modelo pioneiro de cooperação regional e responsabilidade compartilhada, em que a região adota planos de ação decenais, consolidados com o Pacto de San José sobre Pessoas Refugiadas, depois o Plano de Ação do México de 2004 e o Plano de Ação do Brasil de 2014, para abordar os desafios e propor soluções aos desafios do deslocamento humano.

O último plano de ação estabelecido para a década de 2014-2024, o Plano do Brasil<sup>2</sup>, precisou demonstrar resiliência frente a desafios sem precedentes, como deslocamentos em grande escala e a pandemia de covid-19. Alguns dos principais avanços destacados pelo ACNUR no período são: i) a digitalização dos sistemas de asilo; ii) a implementação de um enfoque diferencial de gênero, idade e diversidade; programas inovadores de realocação interna; iii) a emissão de vistos humanitários; iv) a adoção de procedimentos específicos para apátridas; e v) o estabelecimento de centros de acolhida e mecanismos de recepção; entre outros.

A partir do fórum deste ano, implementar-se-á o processo Cartagena+40, no qual os países latino-americanos e caribenhos trabalharão conjuntamente pela adoção de um novo plano estratégico regional - o Plano de Ação do Chile 2024-2034. Este plano corresponde à

adaptação do Pacto Mundial sobre os Refugiados sob os princípios de solidariedade e cooperação estabelecidos na região ao longo da história. Na esteira da construção do Plano, já foram realizadas três consultas regionais, que exploraremos abaixo.

#### **Primeira consulta temática – Cidade do México, nos dias 4 e 5 de abril de 2024.**

Foi realizada a Primeira Consulta Temática sobre "Proteção de Pessoas em Situação de Mobilidade Humana e Apatridia", com o intuito de reconhecer e refletir sobre as reais necessidades sobre a proteção na América Latina e no Caribe, pensando em como efetivar respostas comuns em direção à proteção de pessoas em situação de mobilidade humana e apátridas. A discussão que foi gerada, servirá de base para o desenvolvimento e, posteriormente, utilização de um novo Plano de Ação Regional para o período 2024-2034, dando continuidade ao Plano de Ação Brasil 2014-2024<sup>5</sup>.

O processo de consulta foi inaugurado pelo Ministério das Relações Exteriores do México, coordenado pela Sra. Alicia Bárcena, pelo Secretário-Geral de Política Externa do Ministério das Relações Exteriores do Chile, Embaixador Rodrigo Olsen, pelo Alto Comissário Adjunto para a Proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Sra. Ruvendrini Menikdiwela e pela Relatora sobre Pessoas em Mobilidade Humana da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Comissária Andrea Pochak.

Na consulta, foram destacadas as origens norteadoras da Declaração de Cartagena, assim como a definição ampliada de refugiado. Foram ainda evidenciados, os três pilares essenciais do Processo de Cartagena: i) a importância da realização de diagnósticos frequentes sobre a situação e dinâmica de deslocação; ii) a demanda de adaptabilidade e inovação que precisam estar presentes nas respostas operacionais; e iii) o reconhecimento da relevância de um alinhamento coordenado e colaborativo, na tentativa de responder aos grandes obstáculos da mobilidade humana<sup>5</sup>.

É importante destacar que a consulta possui o intuito de criar um espaço de reflexão inclusivo, para a geração de estratégias, estabelecimento de compromissos e respostas comuns para administrar os esforços que são realizados para a proteger as pessoas em situação de mobilidade humana na região. Na consulta, foram pautadas cinco áreas técnicas para discussão e, em cada uma delas, foram abordados temas específicos: i) erradicar a apatridia; ii) aumentar a proteção abrangente das pessoas em movimento nos países de origem, trânsito, destino e retorno; iii) fortalecer os Sistemas de Determinação do Status de Refugiado - Asilo de Qualidade; e iv) criação de mecanismos de proteção temporários ou complementares e mecanismo de cooperação e responsabilidade partilhada<sup>5</sup>.

#### **Segunda consulta temática - Brasília, nos dias 16 e 17 de maio de 2024.**

A Segunda Consulta Temática elaborada pela Secretaria Técnica de Cartagena+40, coordenada pelo Chile com o apoio do ACNUR, do governo brasileiro e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) teve como foco identificar soluções abrangentes e sustentáveis para promover a inclusão de pessoas deslocadas e comunidades anfitriãs. O debate buscou fomentar políticas de autonomia, acesso a serviços essenciais como saúde, educação e habitação, além de promover a inserção social e no mercado de trabalho. Atenção especial é dada a grupos vulneráveis, incluindo crianças, mulheres, comunidade LGBTQIA+, povos indígenas, afrodescendentes e pessoas em situação de rua.

O aumento do fluxo de pessoas em situação de mobilidade nos países de destino traz novos desafios para a resposta humanitária e a proteção social, pressionando os sistemas públicos e as autoridades locais. Essa situação evidenciou dificuldades no acesso a direitos básicos como moradia, saúde e educação, destacando a necessidade de planos abrangentes que incluam não só a legalização e documentação, mas também a integração social e econômica.

Os países da região têm adotado práticas inovadoras para facilitar a inclusão de refugiados e apátridas, como programas de inserção laboral com apoio do setor privado e mecanismos de realocação interna. Políticas públicas têm sido implementadas para garantir o acesso ao emprego, reconhecimento de diplomas e inclusão educacional, oferecendo ferramentas para que os deslocados possam reconstruir suas vidas. O novo Plano de Ação buscará regionalizar essas boas práticas, fortalecendo a cooperação entre os países de origem, trânsito, destino e retorno, com uma abordagem integrada e inclusiva. O plano é constituído por perguntas norteadoras que indicam caminhos a serem pensados para as ações das regiões, considerando seus contextos, estruturas e realidades locais.

O documento evoca pontos a serem considerados e questionados para o desenvolvimento sustentável e a integração, como promover a inclusão econômica e integração de pessoas deslocadas e apátridas. A documentação deve ser acessível, reconhecida e adequada às exigências legais, facilitando o acesso a emprego formal e serviços financeiros, como microcrédito. Desta forma, é essencial fortalecer a emissão de documentos e adotar práticas inovadoras em parceria com o setor privado e organismos internacionais, criando oportunidades de trabalho sustentável e combatendo a informalidade. A integração deve considerar abordagens de gênero, interculturalidade e interseccionalidade, aproveitando o potencial empreendedor e a diversidade cultural dos deslocados, assim como empreender programas de naturalização, acesso a produtos financeiros inclusivos e iniciativas nas fronteiras, que podem beneficiar tanto os deslocados quanto as comunidades de acolhimento, promovendo uma integração duradoura.

### **Terceira consulta temática - Bogotá, nos dias 19 e 20 de junho de 2024.**

A terceira consulta temática foi “Proteção em Contextos de Deslocamento Forçado por Desastres” contando com os seguintes subtemas:<sup>3</sup> Abordaram-se: i) estratégias de prevenção, respostas adaptadas e diferenciadas e ajuda humanitária para a proteção das pessoas em mobilidade humana nos países mais afetados; ii) reforço a proteção internacional nos países de acolhimento; e iii) principais estruturas e processos regionais na América Latina e no Caribe que abordam o deslocamento em contextos de desastre.

Os efeitos das mudanças climáticas e dos conflitos nos deslocamentos forçados foram pautas centrais durante as discussões, visto que esses eventos alcançaram níveis históricos nos últimos tempos. A necessidade de melhorar os sistemas de proteção internacional, da modernização dos sistemas de asilo e a ampliação das vias legais de mobilidade, bem como a promoção da integração local das pessoas refugiadas e deslocadas e mobilizar recursos para mitigar os efeitos do deslocamento forçado foram algumas das conclusões do evento. Também enfatizaram que a cooperação internacional e a responsabilidade compartilhada são fundamentais para contar com uma resposta efetiva e coordenada e que, com o Pacto Mundial sobre os Refugiados, a implementação do Plano de Ação do Chile terá melhores mecanismo de implementação.<sup>4</sup>

## O processo sub-regional do Caribe

O processo sub-regional do Caribe tem produzido importantes e progressivos resultados nesta região. Esse processo possui como objetivo identificar e refletir sobre as necessidades atuais e futuras da região do Caribe, buscando desenvolver estratégias e soluções para os problemas comuns deste espaço. Participam das ações o setor público e privado, bem como atores envolvidos no desenvolvimento e organizações internacionais do caribe (CARICOM, OECS, CDEMA).

A nota informativa indica os principais avanços proporcionados pela inclusão da região no Plano de Ação do Brasil (Cartagena+40): “o fortalecimento dos sistemas de asilo e proteção internacional, os esforços para melhorar a proteção no mar, a implementação de permissões legais de estadia voltadas à proteção de pessoas refugiadas e migrantes, e a formulação de políticas progressivas de integração local, incluindo a garantia dos direitos ao trabalho, à educação e ao acesso aos sistemas de saúde pública.”<sup>6</sup>

Historicamente, os países e territórios do Caribe enfrentam desafios regionais complexos e de longa data, especialmente no que tange aos fluxos migratórios mistos de refugiados e migrantes. A geografia da região, com fronteiras marítimas porosas e extensas, associada à limitação de recursos financeiros, humanos e materiais, agrava a dificuldade em gerenciar esses movimentos de pessoas. Nos últimos anos, esses desafios se intensificaram devido a uma combinação de fatores críticos.

Os desastres naturais, como furacões e terremotos, frequentemente devastam os países caribenhos, desestruturando as economias locais e levando a deslocamentos forçados. O impacto das mudanças climáticas tem sido particularmente severo, exacerbando a vulnerabilidade da região a eventos extremos e aumentando a pressão sobre os sistemas de acolhimento. Adicionalmente, o aumento da instabilidade política e da violência de gangues em diversos territórios tem levado a um fluxo migratório ainda mais intenso, ao mesmo tempo em que agrava as já deterioradas condições humanitárias em certos locais. A região está na vanguarda das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas. No entanto, conforme a nota, permanecem alguns problemas. Entre eles citam-se as dificuldades no compartilhamento de informações, na implementação dos programas, na gestão adequada dos movimentos mistos de fronteiras etc.

Sobre as áreas de discussão técnica e estratégica, destacaram-se 2 segmentos. O primeiro, intitulado “fortalecimento da proteção no caribe”, traz uma agenda de perguntas para intervenção dos Estados e compartilhamento de boas práticas. Aborda-se o fortalecimento da proteção no mar, os sistemas de determinação do Estatuto de refugiado e os mecanismos de proteção temporária ou complementar, e a repatriação voluntária; bem como a erradicação da apatridia no outro tópico. Já o segundo segmento tem por finalidade apoiar as comunidades de acolhida para melhorar a integração social e reforçar os mecanismos de responsabilidade compartilhada: seu primeiro tópico lida com inclusão econômica e autossuficiência, já o segundo indica as vias legais para implementação de responsabilidade compartilhada com terceiros países.

Dessa forma, chega-se à nota de recomendações e conclusões. Os principais desafios indicados são os recursos e as capacidades limitadas dos países do caribe.<sup>7</sup> No primeiro segmento, foram feitas as seguintes recomendações: i) desenvolver mecanismos de regularização migratória, ii) ampliar e fortalecer os sistemas de reconhecimento e proteção do refúgio, iii) elaborar políticas progressivas de integração local, iv) cooperar com os esforços de

reassentamento do ACNUR, v) continuar o esforço contra a apatridia e vi) uma chamada para uma maior cooperação nos mecanismos regionais do Caribe.

Já o segundo segmento trouxe as seguintes recomendações: i) resolver a falta de documentação, ii) solicitar apoio de organizações internacionais, iii) promover apoio educativo, iv) promover iniciativas e diálogos de integração social e participação comunitária, v) considerar que atenção médica é um direito fundamental, vi) impulsionar iniciativas de empoderamento econômico, vii) chamar soluções que envolvam terceiros países, viii) avaliar e monitorar os programas para garantir a sua fidelização, e ix) advogar à comunidade internacional para uma assistência às comunidades anfitriãs.

## REFERÊNCIAS

1. ACNUR. **Declaración de Cartagena sobre los refugiados**. Disponível em: <https://www.acnur.org/sites/default/files/2024-03/Declaracion-de-Cartagena-1984.pdf>. Acesso em: 19 out. 2024.
2. ACNUR. **Plan de acción de Brasil 2014-2024: Resumen de los avances más significativos de la última década**. Disponível em: <https://www.acnur.org/media/plan-de-accion-de-brasil-2014-2024-resumen-de-los-avances-mas-significativos-de-la-ultima>. Acesso em: 19 out. 2024.
3. ACNUR. **Tercera Consulta Temática del Proceso de Cartagena+40**. Disponível em: <https://www.acnur.org/eventos/tercera-consulta-tematica-del-proceso-de-cartagena-40>. Acesso em 20 out. 2024.
4. ACNUR. **Conclusiones y Recomendaciones: Tercera Consulta Temática del Proceso Cartagena +40 “Protección en Contextos de Desplazamiento Forzado por Desastres”** – 19 y 20 de junio de 2024, Bogotá. Disponível em: <https://www.acnur.org/sites/default/files/2024-08/conclusiones-y-recomendaciones-tercera-consulta-tematica-del-proceso-de-cartagena-40-desplazamiento-por-desastres.pdf>. Acesso em 20 out. 2024.
5. ACNUR. **Conclusiones y Recomendaciones de la Primera Consulta Temática del Proceso de Cartagena+40: “Protección de las personas en situación de movilidad humana y apatridia” - 4 y 5 de abril de 2024, Ciudad de México**. Disponível em: <https://www.acnur.org/media/conclusiones-y-recomendaciones-de-la-primera-consulta-tematica-del-proceso-de-cartagena-40>. Acesso em 20 out. 2024.
6. ACNUR. Nota conceptual. Consulta Subregional del Caribe del Proceso de Cartagena+40: “Protección y Soluciones Integrales para Personas en Situación de Movilidad Humana y Apatridia” - Bogotá, Colombia, 18 de junio de 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/media/nota-conceptual-consulta-subregional-del-caribe-del-proceso-de-cartagena-40>. Acesso em 20 out. 2024.
7. ACNUR. **Conclusiones y Recomendaciones Consulta Subregional del Caribe del Proceso de Cartagena+40 “Protección y Soluciones Integrales para Personas en Situación de Movilidad Humana y Apatridia”**. Disponível em: <https://www.acnur.org/media/conclusiones-y-recomendaciones-consulta-subregional-del-caribe-del-proceso-de-cartagena40>. Bogotá, Colômbia, 18 jun. 2024. Acesso em 20 out. 2024.
8. ACNUR. **Nota conceitual: Segunda consulta temática do Processo de Cartagena +40: Inclusão e Integração**. Disponível em: <https://www.acnur.org/media/nota-conceitual-segunda-consulta-tematica-do-processo-de-cartagena-40-inclusao-e-integracao>. Acesso em: 21 out. 2024.
9. ACNUR. Agenda: **Segunda consulta temática del Proceso de Cartagena +40: Inclusión e Integración mediante**. Disponível em: <https://www.acnur.org/media/agenda-segunda-consulta-tematica-del-proceso-de-cartagena-40-inclusion-e-integracion-mediante>. Acesso em: 21 out. 2024.
10. ACNUR. **Conclusiones y recomendaciones: Segunda consulta temática del Proceso Cartagena +40**. Disponível em: <https://www.acnur.org/media/conclusiones-y-recomendaciones-segunda-consulta-tematica-del-proceso-cartagena-40>. Acesso em: 21 out. 2024.

## Reflexões feministas sobre justiça climática

### *Feminist climate justice think pieces*

**Maria Teresa Rossetti Massari**

**Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos**

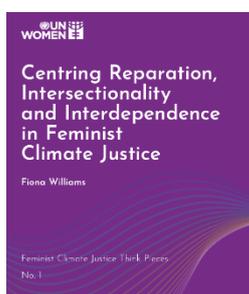
**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes**

**Resumo:** A ONU Mulheres publicou uma série de quatro artigos sobre gênero e clima. Estes artigos foram encomendados para informar a próxima edição do relatório principal “Progresso das mulheres do mundo”, que será publicado em 2026 e fornece uma análise abrangente do rápido aquecimento do planeta e do progresso estagnado para as mulheres e meninas. A série investiga temas críticos como direitos humanos, transformação dos sistemas alimentares, responsabilização, reparações, interseccionalidade e interdependência. Cada artigo visa fornecer análises robustas e perspectivas inovadoras sobre como a justiça climática feminista pode impulsionar mudanças transformadoras e sustentáveis para alcançar a igualdade de gênero e concretizar os direitos das mulheres.

**Palavras-chave:** Nações Unidas; Desenvolvimento sustentável; Equidade de gênero.

**Abstract:** UN Women published a series of four articles on gender and climate. These articles were commissioned to inform the next edition of the “Progress of the World’s Women” report, which will be published in 2026 and provides a comprehensive analysis of the rapidly warming planet and stalled progress for women and girls. The series investigates critical topics such as human rights, food system transformation, accountability, reparations, intersectionality and interdependence. Each article aims to provide robust analysis and innovative perspectives on how feminist climate justice can drive transformative and sustainable change to achieve gender equality and realize women's rights.

**Key-words:** United Nations; Sustainable development; Gender equity.



### **1. Centrando a reparação, a interseccionalidade e a interdependência na justiça climática feminista<sup>1</sup>**

Artigo escrito por Fiona Williams<sup>4</sup>, aborda dois aspectos do programa de trabalho da ONU Mulheres sobre justiça climática feminista:

- Adicionar um quarto "R" – reparação – ao já estabelecido tríptico conceito de justiça, que inclui redistribuição, reconhecimento e representação.
- Apresentar como uma ética feminista de cuidado estabelece sinergias importantes, com propostas de justiça ecológica e pensamento decolonial, gerando um novo conjunto de obrigações morais e materiais.

---

<sup>4</sup> Professora Emérita e pesquisadora em políticas sociais no Reino Unido. Conhecida por seu trabalho sobre bem-estar social, gênero e desigualdade, ela se destaca na análise das políticas sociais e seu impacto

## O quarto R: REPARAÇÃO

A teoria da justiça de Nancy Fraser, que aborda as questões de redistribuição, reconhecimento e representação, deve agora se expandir para incluir uma quarta arena: a reparação ou justiça reparativa. Essa nova dimensão foca nas ligações entre a exploração (pré)capitalista e as violações que ainda enfrentam povos colonizados e indígenas. No contexto das mudanças climáticas, as demandas por reparação relacionam o extrativismo colonial-capitalista às desigualdades atuais, destacando a importância de reconhecer os danos do passado e seus efeitos hoje.

A justiça reparativa requer três elementos essenciais:

- Pedido de desculpas que reconheça a responsabilidade
- Compensação simbólica que dê peso a esse reconhecimento
- Garantias de que os danos não se repetirão

Esses princípios vão além de ajudas internacionais condicionadas e compensações humanitárias, que frequentemente ocultam o poder do doador sobre o receptor. Assim, a reparação se torna uma questão central na busca por justiça climática, interligando as lutas por redistribuição e reconhecimento em um esforço mais amplo por equidade.

Embora haja evidências sobre o impacto das mudanças climáticas nas mulheres, as referências às intersecções entre capitalismo, colonialismo, extrativismo, racismo e patriarcado nas discussões sobre reparação e justiça climática são escassas. Estudos de caso demonstram como a justiça reparativa pode beneficiar mulheres em situações de conflito e como a degradação ambiental afeta sua saúde e capacidade reprodutiva, especialmente em comunidades marginalizadas.

A abordagem interseccional é crucial para a análise da justiça climática, pois destaca experiências vividas e identifica grupos marginalizados. Ela revela como as desigualdades de gênero são exacerbadas por histórias de exploração e questiona se as políticas de sustentabilidade realmente corrigem ou perpetuam injustiças. Além disso, a interseccionalidade deve ser entendida como uma prática que fomenta solidariedades entre diferentes grupos, mantendo suas raízes nas lutas feministas negras das décadas de 1970 e 1980. A justiça reparativa vai além do reconhecimento e redistribuição, explorando os processos históricos que geram desigualdades e refletindo sobre a interdependência entre a humanidade e o planeta.

### Coalizão entre Políticas de Cuidado e Meio Ambiente

A integração do "cuidado com os outros" e do "cuidado com o planeta" tem ganhado destaque em relatórios de políticas. Um exemplo é o relatório do Women's Budget Group do Reino Unido, intitulado "[A Green and Caring Economy](#)", que identifica quatro mudanças

---

sobre grupos marginalizados, com foco nos direitos das mulheres, questões de raça e classe. Recebeu o título de OBE (Order of the British Empire) por seus serviços à ciência social e à política pública. Seu trabalho enfatiza a importância de uma perspectiva feminista na análise das políticas sociais, defendendo uma abordagem mais inclusiva que considere a complexidade das identidades sociais e a interseção de várias formas de desigualdade. Além de suas contribuições acadêmicas, ela também tem se envolvido em *advocacy* político e em várias comissões relacionadas à justiça social e ao bem-estar.

estruturais necessárias para uma economia nacional que priorize tanto a sustentabilidade ambiental quanto o cuidado:

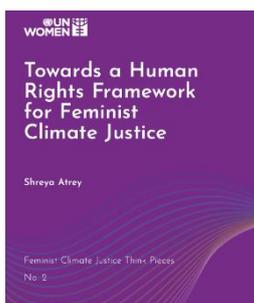
- Reorientar a economia, colocando o bem-estar acima do lucro e movendo-se em direção a atividades que cuidem das pessoas e do planeta, abandonando o crescimento do PIB como objetivo principal.
- Mudar os modelos de propriedade, democratizando a posse de recursos naturais e serviços básicos e reformulando o sistema energético com uma nova empresa pública de energia renovável.
- Alterar como arrecadamos e gastamos dinheiro, priorizando investimentos públicos em infraestrutura de descarbonização e expansão da infraestrutura social.
- Apoiar uma economia global verde e cuidadora, promovendo justiça climática através de alívio da dívida e financiamento climático sensível ao gênero.

De forma semelhante, o relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) - [La sociedad del cuidado: horizonte para una recuperación sostenible con igualdad de género](#) - destaca que a sustentabilidade do planeta deve centralizar o cuidado nas prioridades, reconhecendo a interdependência entre pessoas e entre estas e o meio ambiente. O relatório analisa o impacto desproporcional das mudanças climáticas em mulheres e grupos específicos, especialmente mulheres indígenas, e aplica o conceito de "extrativismo do cuidado", que se refere à mercantilização do trabalho de reprodução social e cuidado dentro de hierarquias de gênero, classe e raça, como uma estratégia para enfrentar a crise global de reprodução social.

### **Transformando obrigações morais de redistribuição, reconhecimento, representação e reparação**

Fica claro que, em muitos desses movimentos de coalizão, há ideias comuns relacionadas à interdependência e à coexistência. Isso enfatiza que as dimensões de gênero e interseccionais da justiça ambiental exigem uma compreensão mais crítica e radical do humanismo, onde a cooperação, coexistência e solidariedade são praticadas em um diálogo democrático respeitoso. Isso sugere que:

- Nossa interdependência é global, tanto geograficamente quanto em relação à interdependência entre humanos e ecossistemas, incluindo seres não humanos.
- Essas interdependências implicam obrigações intergeracionais, não apenas para as gerações atuais, mas também para as futuras, que herdarão este planeta. Além disso, evocam os sofrimentos desumanizados de gerações passadas, que significam obrigações materiais e morais de reparação.



## 2. Rumo a um quadro de direitos humanos para a justiça climática feminista<sup>2</sup>

Escrito por Shreya Atrey<sup>5</sup>. O artigo é dividido em duas partes:

- Conceitos que devem orientar o arcabouço
- Princípios que informam as obrigações de direitos humanos.

O relatório sobre igualdade de gênero e mudanças climáticas da ONU Mulheres "[Progress of the World's Women](#)" propõe que se adote uma abordagem em quatro pilares: redistribuição, reconhecimento, participação e reparação. Embora útil, essa estrutura não capta plenamente a verdadeira natureza da desigualdade de gênero e a justiça necessária para respondê-la. Para melhorar este arcabouço, sugere-se incluir interseccionalidade, e substituir o pilar de reparação por transformação.

### Interseccionalidade, Direitos Humanos e Direito Internacional

A interseccionalidade agora é reconhecida como essencial para o feminismo e, conseqüentemente, para a igualdade de gênero no direito internacional. A [Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres](#) (CEDAW) menciona a interseccionalidade de forma implícita ao se referir a mulheres rurais, casadas, grávidas e mães. Essa ideia foi formalmente adotada na jurisprudência da CEDAW pela primeira vez na Recomendação Geral nº 28, no ano de 2000, que afirma que a discriminação contra mulheres com base em sexo e gênero está intrinsecamente ligada a outros fatores, como raça, etnia, religião, saúde, idade, classe, casta e identidade de gênero.

Além disso, a interseccionalidade é explicitamente reconhecida como parte do pilar de "igualdade inclusiva" adotado pelo [Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#). A partir dessa afirmação em diversos relatórios, considera-se que a discriminação contra mulheres é inerentemente interseccional, e a estrutura para abordar a desigualdade de gênero deve refletir isso no contexto do direito internacional.

### Interseccionalidade e Mudanças Climáticas

A interseccionalidade é crucial também no contexto das mudanças climáticas, sendo compreendidas como interseccionais pelo [Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas](#) (IPCC). Os relatórios do IPCC enfatizam dois aspectos principais:

- fatores físicos e sociais que contribuem para as mudanças climáticas; e

---

<sup>5</sup> Professora Associada de Direito Internacional e Direitos Humanos na Universidade de Oxford. É membro associada do Oxford Human Rights Hub, Fellow em Justiça e Igualdade Racial no Kellogg College, além de Professora Sênior de Ensino no New College. Também é editora da Human Rights Law Review. Se concentra em questões de igualdade e direitos humanos e direito internacional. Seu primeiro livro, "Intersectional Discrimination" (2019), foi finalista do Prêmio Peter Birks em 2020. A obra discute a teoria da interseccionalidade no direito comparado de discriminação.

- multidimensionalidade dos fatores sociais, como raça, classe, gênero, sexualidade, deficiência, idade e status socioeconômico, que agravam os impactos desiguais das mudanças climáticas.

Assim, as causas e os efeitos das mudanças climáticas devem ser compreendidos não apenas em termos físicos, mas também sociais, econômicos, políticos e culturais. Tanto as mudanças climáticas quanto a desigualdade de gênero desafiam explicações simples ou mesmo múltiplas e requerem uma compreensão em termos interseccionais. A interseccionalidade, portanto, é uma ferramenta política importante para desenvolver respostas eficazes tanto para a desigualdade de gênero quanto para as mudanças climáticas, com a ideia de priorização sendo central em sua aplicação prática.

Assim, a elaboração de leis e políticas que priorizem a interseccionalidade deve incluir:

- Compromisso com a interseccionalidade como conceito fundamental para compreender a natureza da desigualdade e discriminação de gênero, que se baseia em uma combinação de fatores, como gênero, sexualidade, identidade de gênero, raça, cor, etnia, nacionalidade, deficiência, idade, religião, classe e língua.
- Obrigação de identificar grupos de mulheres em desvantagem interseccional em todas essas áreas.
- Obrigação de entender as necessidades únicas e compartilhadas desses grupos.
- Obrigação de fazer escolhas políticas que atendam a essas necessidades, priorizando as demandas dos grupos mais desfavorecidos.

### Pontos Chave

As obrigações dos Estados sob a lei internacional dos direitos humanos relacionadas à desigualdade de gênero e às mudanças climáticas incluem três principais pontos:

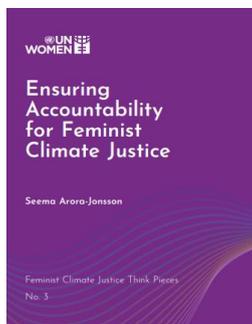
- **Direito à igualdade e não discriminação:** Os Estados devem garantir que todas as políticas e atividades relacionadas à redução de riscos de desastres e mudanças climáticas sejam sensíveis ao gênero, priorizando grupos de mulheres e meninas interseccionalmente desfavorecidos.
- **Acesso à justiça:** As mulheres e meninas afetadas por desastres e mudanças climáticas têm direito a reparação por suas perdas e violações de direitos.
- **Participação:** Grupos de mulheres devem ter o direito de participar das decisões que as afetam.

As mudanças climáticas podem ser causadas por ações ou omissões estatais, mas seus impactos não se limitam às fronteiras nacionais nem aos cidadãos do Estado. Portanto, é crucial que as obrigações relacionadas às mudanças climáticas tenham um escopo pessoal e territorial amplo. Isso significa que os Estados são "responsáveis por todas as suas ações que afetam os direitos humanos, independentemente de os afetados estarem em seu território", abrangendo tanto cidadãos quanto não cidadãos, incluindo refugiados, solicitantes de asilo, trabalhadores migrantes e apátridas, dentro de seu território ou sob seu controle efetivo.

Além disso, os Estados devem realizar avaliações de impacto para considerar as implicações climáticas e de gênero em todas as leis e políticas. A falta de especificidade nas obrigações pode levar a uma retórica vazia em relação à justiça climática feminista, enquanto

uma declaração clara das obrigações dos direitos humanos orienta os Estados e responsabiliza comunidades.

### 3. Garantir responsabilização para a justiça climática feminista<sup>3</sup>



Escrito por Seema Arora-Jonsson<sup>6</sup>, este artigo discute a importância de uma transição rápida para fontes renováveis de energia, que acompanhe a ampliação do acesso a elas, e a necessidade de incorporar justiça climática nesses debates. A autora explora como as desigualdades de gênero e iniquidades entre o Norte e o Sul global influenciam as políticas climáticas globais, e aborda a crescente menção ao conceito "Transição Justa" e à justiça de gênero.

No entanto, essas questões ainda são tratadas de maneira desigual e frequentemente marginalizam as preocupações de gênero e de grupos indígenas. A ausência de uma perspectiva de gênero nas políticas climáticas assim como a reprodução de desigualdades em projetos climáticos, ainda são evidentes.

#### O que as “transições justas” realmente significam?

Criado por movimentos indígenas, o conceito "transição justa" foi adotado pelos movimentos sindicais dos Estados Unidos da América (EUA) na década de 1970, quando se expandiu para incluir justiça social e ambiental. Porém, a autora argumenta que o termo agora é usado de forma variada, o que dificulta saber a quem está a favor, e as questões de justiça muitas vezes se restringem a escalas internacionais, o que acaba por ignorar injustiças nacionais e locais.

Enfatiza-se a importância de abordar questões como uso da terra, tecnologias novas e renováveis, e desigualdades de gênero nas transições climáticas. Assim, as transições justas estão para além dos empregos para os trabalhadores e são impossíveis sem abordar questões de terra, água e florestas. As tensões nesses temas precisam ser abordadas por justiça para todos. Não pode haver transição para uma sociedade sustentável sem justiça. Justiça exige que as disparidades entre os países e dentro das sociedades sejam abordadas e precisam ser soluções diferenciadas em todos os níveis.

Neste sentido, justiça climática e reivindicações de transições justas exigem que o pensamento e a prática sobre transições e de gênero incorpore pensamentos e abordagens feministas.

#### Transição para longe das desigualdades: Governança e incorporação de gênero

Feministas têm sido pioneiras na análise de justiça, abordando as relações de poder de gênero e como essas relações são complicadas por fatores como etnia, classe e idade. A governança climática precisa incorporar a perspectiva de gênero, considerando a interseção de desigualdades.

---

<sup>6</sup> Professora de Desenvolvimento Rural na Suécia e na Europa na Universidade Sueca de Ciências Agrárias. Trabalha com questões de sustentabilidade e justiça em relação à governança ambiental, política climática e desenvolvimento rural. Sua atuação é moldada pela necessidade de examinar o desenvolvimento rural em sua situação particular, mas no contexto de correntes e relações transnacionais mais amplas. Questões de gênero, raça, etnia, classe e geografia são centrais para suas análises.

Também se chama atenção para o conceito de governança, incorporando inclusão e democracia, é fundamental para a justiça climática. A autora crítica intervenções climáticas que falham ao não envolver mulheres e comunidades locais. Faz-se necessário partir de uma análise do “gênero da governança”, isto é, as formas em que a desigualdade de gênero domina e organiza instituições, capacidades e ideologias da governança climática.

A incorporação de gênero tem sido uma ferramenta importante para defensores da igualdade nas políticas e projetos ambientais e climáticos. Embora tenha diferentes abordagens dependendo do contexto, pode significar tanto a inclusão de gênero em políticas quanto estratégias concretas, como o orçamento de gênero e ações afirmativas. Apesar das críticas de que a incorporação de gênero muitas vezes é cooptada para manter normas desiguais, ela gerou uma "revolução silenciosa" ao aumentar a conscientização sobre as relações de poder de gênero e iniciar discussões sobre a interseccionalidade em projetos climáticos.

### **Prestação de contas feminista na justiça climática**

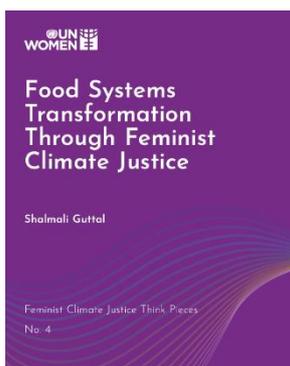
Nesta seção são exploradas ferramentas e abordagens que os defensores da igualdade de gênero utilizam para garantir justiça climática. A autora apresenta quatro subtemas:

- **Trabalho invisível:** Há a necessidade de reconhecer o trabalho invisível, especialmente de mulheres, na agricultura e no cuidado. Uma grande quantidade de trabalho produtivo realizado no ambiente precisa de maior atenção e reconhecimento. Esse trabalho, no qual as mulheres assumem a maior parte da carga, sustenta o sistema atual, mas não é reconhecido nas políticas públicas ou em projetos que se baseiam nele sem mencioná-lo. Um exemplo recente é o de agricultoras brasileiras que, com apoio de pesquisadoras feministas, usaram diários de uso do tempo para tornar seu trabalho visível, permitindo-lhes acessar financiamento governamental e apoio. As mulheres começaram a registrar quanto da sua produção provenientes da agricultura familiar são vendidos, doados, trocados ou consumidos. Outro aspecto dessa invisibilidade, e até agora desconsiderado em relação às discussões trabalhistas, é o trabalho de reprodução não remunerado e não reconhecido, e cuidados sendo realizados em ambientes e espaços comunitários, agora ainda mais agudos em tempos de transições climáticas. Terceiro ponto, de acordo com um relatório da OIT, 61% da força de trabalho global trabalha na informalidade economia e uma percentagem significativa desses empregados na economia informal são mulheres que também são responsáveis pelo trabalho de cuidado em casa.
- **Efeitos assimétricos e violentos das mudanças climáticas:** As mudanças climáticas afetam desproporcionalmente mulheres pobres e marginalizadas, intensificando desigualdades de gênero. Em particular, mulheres em países do Sul Global sofrem desproporcionalmente devido à sua menor capacidade de acessar recursos e proteções formais. Essas desigualdades não são apenas econômicas, mas também relacionadas ao acesso desigual a benefícios e à maior exposição a riscos ambientais e sociais. A violência de gênero é outro impacto significativo das mudanças climáticas, e essa violência se manifesta em várias escalas, desde o ambiente doméstico até as estruturas globais de poder. Destaca-se como os atos de violência íntima estão enraizados em contextos mais amplos de desigualdade de poder, e essas dinâmicas de poder frequentemente excluem as mulheres das decisões sobre governança ambiental e climática. A autora sugere que a violência e as desigualdades de gênero precisam ser tratadas em múltiplos níveis –

local, nacional e internacional – e que suas interconexões sejam reconhecidas nas políticas e práticas climáticas.

- **Perspectivas de gênero no envolvimento de atores não-estatais:** Nos últimos anos, houve um aumento significativo da participação de atores não estatais — como empresas privadas, ONGs e organizações comunitárias — em ações climáticas globais. Embora isso tenha o potencial de preencher lacunas deixadas pelos governos, a autora alerta que muitos desses atores privados têm desempenhado papéis predominantemente exploratórios. Além disso, a responsabilidade corporativa tem sido muitas vezes limitada a ações de caridade, sem abordar profundamente as raízes da exploração econômica e ambiental. Questiona-se, portanto, esse papel crescente de atores privados em ações climáticas. Por exemplo, em projetos de energia renovável, como os parques solares na Índia, as corporações prometem oportunidades de emprego que raramente se materializam, e as comunidades locais, especialmente as mulheres, acabam sendo as mais prejudicadas. Movimentos feministas tentam responsabilizar empresas e integrar questões de justiça em projetos de desenvolvimento comunitário. A autora destaca o WOCAN (Rede de Mulheres na Agricultura e Recursos Naturais), que desenvolveu uma metodologia para incluir questões de gênero em mecanismos de mercado de carbono. O engajamento de atores não estatais na governança climática precisa ser monitorado e ajustado para garantir que não perpetue desigualdades de gênero.
- **Diálogo e apoio a coletivos de mulheres:** O apoio a redes e movimentos feministas, tanto locais quanto internacionais, tem sido crucial para enfrentar desigualdades e garantir a participação ativa das mulheres em decisões que afetam suas vidas e comunidades. A autora menciona exemplos na Índia, onde coletivos femininos têm garantido acesso igualitário a recursos para mulheres, como o movimento das viúvas e a rede de agricultoras MAAKAM, que conseguiram garantir o acesso equitativo a recursos que normalmente eram destinados apenas a homens. Além do papel dos coletivos locais, as redes feministas internacionais também têm sido cruciais na luta pela justiça climática com uma perspectiva de gênero. A autora menciona que, após anos de lobby de feministas em vários níveis, o gênero foi incluído nas discussões climáticas globais pela primeira vez em 2001, na 7ª Conferência das Partes (COP) em Marrakech. Este foi um marco na inclusão de uma perspectiva de gênero em programas nacionais de adaptação climática (NAPAs). Ela destaca ainda outras experiências e reforça que as redes femininas locais, quando apoiadas por organizações internacionais e movimentos feministas globais, são capazes de promover mudanças estruturais que abordam tanto as desigualdades de gênero quanto as questões climáticas.

A autora conclui que, embora a mudança climática seja um problema de grande escala, muitas soluções promissoras são locais e contextualizadas. Exemplos como o programa Kudumba Shree na Índia mostram como grupos de mulheres, em colaboração com o governo, podem ter um impacto significativo. A questão não é escalar soluções uniformemente, mas aumentar o compromisso com a justiça, especialmente em relação ao trabalho das mulheres, violência de gênero e lacunas de responsabilidade. Por fim, argumenta que a justiça climática feminista requer a incorporação das experiências e do trabalho invisível das mulheres, além de enfrentar as desigualdades estruturais nas políticas e práticas climáticas.



#### 4. Transformação dos sistemas alimentares através da justiça climática feminista<sup>4</sup>

Este artigo foi escrito por Shalmali Guttal<sup>7</sup> e defende que as lutas por justiça climática e de gênero precisam ser anticapitalistas e anti-patriarcais. Critica-se a exploração tanto da natureza quanto das mulheres sob o capitalismo e o patriarcado, com exemplos específicos no sistema global de alimentos e agricultura industrial. A expansão desses sistemas destrói biomas, reduz a biodiversidade e expõe trabalhadores (principalmente mulheres) a condições perigosas.

### Gênero e Mudanças Climáticas

A mudança climática é apresentada como um fenômeno de impactos desiguais sobre gêneros. Mulheres enfrentam maiores desafios devido à distribuição desigual de responsabilidades, trabalho e recursos, o que as torna mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Esta vulnerabilidade é agravada por fatores como:

- **Divisão do Trabalho por Gênero:** As mulheres, em muitas partes do mundo, são responsáveis por tarefas que as colocam diretamente em contato com os recursos naturais, como coletar água, cuidar de colheitas, ou garantir a segurança alimentar de suas famílias. Quando há secas, inundações ou outros desastres climáticos, essas tarefas se tornam mais difíceis e perigosas, aumentando o fardo sobre as mulheres.
- **Carga de Trabalho Desproporcional:** A crise climática aumenta a carga de trabalho das mulheres, especialmente nas comunidades rurais, onde elas desempenham funções cruciais na agricultura de subsistência, fornecimento de água e energia, e cuidado com os familiares. A destruição dos recursos naturais significa que as mulheres precisam trabalhar mais para manter suas famílias, muitas vezes sacrificando oportunidades de educação e trabalho.
- **Pobreza Feminina:** Como a pobreza é exacerbada pelas mudanças climáticas, as mulheres, que já compõem a maior parte da população pobre em muitas regiões, são mais afetadas. Elas têm menos acesso a recursos econômicos, como terras e financiamento, o que limita sua capacidade de se adaptarem a desastres naturais, como secas e inundações.

O documento também aponta que a discriminação de gênero é sistêmica, multidimensional e intergeracional, e, sem uma intervenção constante, perpetua ciclos de

---

<sup>7</sup> Analista sênior e ex-diretora executiva da Focus Global South. Trabalhou na Índia, nos Estados Unidos e no Sudeste da Ásia. Sua formação acadêmica é em ciências sociais, com particular ênfase em educação participativa e pesquisa qualitativa. Os temas centrais de seu trabalho são os direitos dos recursos comunitários, os direitos das mulheres, a soberania alimentar, a reforma agrária e a democratização da governança. Ela trabalha em solidariedade com movimentos de base progressistas, sindicatos e ativistas na criação e governança de bens comuns naturais, sociais e de conhecimento. Também é membro do grupo de trabalho sobre a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (UNDROP), desde maio de 2024.

marginalização. Discriminações estruturais que começam na infância limitam o potencial feminino ao longo da vida, exigindo redistribuição de recursos financeiros e poder político.

Ainda destaca que um enfoque feminista nas políticas climáticas não só expõe como o patriarcado e o capitalismo são intrinsecamente interligados à degradação ambiental, mas também oferece soluções. Um ponto importante da justiça climática feminista é a ênfase na interseccionalidade. Para efetivamente abordar as mudanças climáticas, as políticas precisam lidar simultaneamente com as opressões de gênero, classe, raça e outras formas de discriminação.

### **Problematizando o Nexos entre Clima e Sistemas Alimentares**

O sistema alimentar global está profundamente entrelaçado com a crise climática e a desigualdade social. A autora expõe as maneiras pelas quais a agricultura industrial, a globalização dos sistemas alimentares e as práticas de exploração corporativa estão impulsionando as mudanças climáticas, ao mesmo tempo que intensificam desigualdades e discriminam comunidades vulneráveis, especialmente as mulheres.

O impacto do sistema alimentar global nas emissões de gases de efeito estufa e na desigualdade no acesso aos alimentos. Um dos principais problemas levantados é o impacto ambiental massivo da agricultura industrial e do sistema alimentar global, que é responsável por um terço das emissões globais de gases de efeito estufa (GHG).

A produção de alimentos em larga escala requer grandes quantidades de combustíveis fósseis, desde o cultivo até o processamento e transporte, tornando o setor agrícola um dos maiores contribuintes para o aquecimento global. O uso intensivo de insumos químicos, o desmatamento e as mudanças no uso da Terra e as longas e globalizadas cadeias de suprimento são alguns dos maiores contribuintes para o aquecimento global.

O atual sistema alimentar global está no cerne da crise climática, exacerbando a desigualdade e a insegurança alimentar. Para resolver esses problemas, é necessário transformar radicalmente o sistema, reduzindo o poder das corporações transnacionais, promovendo práticas agrícolas sustentáveis e descentralizadas, e garantindo o acesso equitativo aos alimentos e aos recursos naturais.

### **Mulheres e a Provisão de Alimentos em Pequena Escala**

As mulheres desempenham um papel central na produção de alimentos em pequena escala, especialmente em comunidades rurais e no Sul Global. Elas são responsáveis por uma parcela significativa da alimentação das populações mais vulneráveis, tanto em áreas rurais quanto urbanas. No entanto, enfrentam diversas formas de discriminação e barreiras estruturais que limitam seu acesso a recursos, sua autonomia e seu reconhecimento, como:

- Múltiplas responsabilidades
- Diversidade de tarefas
- Desigualdade no Acesso à Terra
- Falta de Acesso a Crédito e Financiamento
- Baixo Reconhecimento e Apoio
- Aumento do Trabalho e Exposição ao Risco
- Menor Resiliência

As mulheres agricultoras são frequentemente empurradas para margens econômicas quando suas terras são tomadas para projetos industriais ou de desenvolvimento, como

plantações de monoculturas, mineração ou infraestrutura. Esse deslocamento reduz ainda mais sua capacidade de prover alimentos para suas famílias e comunidades.

Reconhecer e apoiar o papel das mulheres na provisão de alimentos em pequena escala é essencial para garantir a segurança alimentar global e promover a sustentabilidade. A autora defende a promoção de práticas agroecológicas e sistemas alimentares territorializados como uma forma de empoderar as mulheres e fortalecer a segurança alimentar. A soberania alimentar, que coloca o controle dos sistemas alimentares nas mãos das comunidades locais, é apresentada como uma alternativa viável para corrigir as desigualdades de gênero e promover uma produção sustentável.

### **Corporações Transnacionais e Sistemas Alimentares**

As corporações transnacionais dominam o sistema alimentar global, utilizando métodos industriais que contribuem significativamente para a crise climática e a perda de biodiversidade. O sistema corporativo promove alimentos ultraprocessados, causando problemas de saúde, enquanto suas cadeias de fornecimento exploram trabalhadores em condições precárias. A concentração de poder nas corporações também reduz a responsabilidade social e ambiental.

Na seção destaca-se como o modelo de produção industrial de alimentos, promovido por essas corporações, está diretamente ligado à crise climática e à destruição de ecossistemas. As práticas agrícolas em larga escala são responsáveis por emissões significativas de gases de efeito estufa, além de poluição, destruição de habitats e perda de biodiversidade. As emissões de GHGs, o uso de agroquímicos e degradação ambiental e a perda de biodiversidade são destacados.

O modelo de produção industrial de alimentos não afeta apenas o meio ambiente, mas também perpetua a exploração de trabalhadores, especialmente mulheres, migrantes e comunidades marginalizadas. São ressaltados fatores como o trabalho precarizado, a violência de gênero e desigualdade e o deslocamento e perda de territórios.

Além disso, a dependência de importações por parte de muitos países, especialmente os em desenvolvimento, cria vulnerabilidade às flutuações dos preços globais, interrupções nas cadeias de suprimento e crises econômicas. O sistema alimentar global também gera enormes quantidades de desperdício. A produção em larga escala, combinada com cadeias de distribuição complexas, resulta em uma grande quantidade de alimentos que nunca chegam aos consumidores.

Defende-se que, para promover sistemas alimentares mais justos e sustentáveis, é necessário desconcentrar o poder corporativo e criar sistemas de governança alimentar que priorizem o interesse público, especialmente o das mulheres e comunidades marginalizadas. Sugere-se o desmantelamento de monopólios e oligopólios, o apoio a sistemas alimentares locais e uma forte regulação corporativa.

### **Caminhos para a Transformação e Justiça**

A autora sugere uma transformação baseada na soberania alimentar, agroecologia e mercados territoriais, que priorize justiça social e ambiental. A desmonopolização das corporações e a redistribuição de recursos públicos são essenciais para criar sistemas alimentares mais justos e sustentáveis.

- **Investimentos Públicos:** Defende o uso de recursos públicos para apoiar a soberania alimentar e a agroecologia, promovendo sistemas de produção territorializados que respeitem os direitos humanos.
- **Desconcentração Corporativa:** Sugere a necessidade de dismantlar a concentração corporativa no sistema alimentar global, promovendo uma governança mais justa e inclusiva.
- **Reparações e Justiça:** Defende que as injustiças históricas e contemporâneas devem ser corrigidas por meio de reparações, como o cancelamento de dívidas de países em desenvolvimento e a responsabilização legal das corporações.

Uma transformação sistêmica do modelo capitalista e patriarcal é extremamente necessária. Um dos principais caminhos sugeridos para a transformação é a adoção de soberania alimentar, agroecologia e mercados territoriais como pilares de um novo sistema alimentar mais justo e sustentável. Esses modelos colocam o controle dos recursos alimentares nas mãos das comunidades locais e enfatizam a produção agrícola ecologicamente responsável e socialmente justa.

Além disso, é essencial desconcentrar e dismantlar o poder das corporações transnacionais sobre o sistema alimentar, por meio de legislações antitruste e competição, reforma das políticas comerciais e de investimento, e transparência e responsabilização, incluindo o monitoramento de conflitos de interesse e a limitação de lobby corporativo.

Por fim, mas não menos importante, a justiça climática feminista exige o empoderamento das mulheres e a reparação das injustiças passadas. Isso inclui a criação de sistemas que compensem as mulheres pelos danos históricos e contemporâneos causados pelo patriarcado e pelo capitalismo, além de garantir que elas sejam centrais nas tomadas de decisão sobre políticas alimentares e climáticas.

A justiça climática feminista deve abordar todas as formas de opressão e trabalhar em direção à igualdade. Isso requer a democratização dos sistemas alimentares, garantindo que mulheres, indígenas e outras populações marginalizadas tenham voz nas decisões políticas.

## Referências

1. Williams F. Centring Reparation, Intersectionality and Interdependence in Feminist Climate Justice [Internet]. 2024. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-10/feminist-climate-justice-think-pieces-01-reparation-intersectionality-and-interdependence-en.pdf>
2. Shreya A. Towards a Human Rights Framework for Feminist Climate Justice [Internet]. 2024. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-10/feminist-climate-justice-think-pieces-02-human-rights-framework-en.pdf>
3. Arora-Jonsson S. Ensuring Accountability for Feminist Climate Justice [Internet]. 2024. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-10/feminist-climate-justice-think-pieces-03-ensuring-accountability-en.pdf>
4. Guttal S. Food Systems Transformation Through Feminist Climate Justice [Internet]. 2024. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-10/feminist-climate-justice-think-pieces-04-food-systems-transformation-en.pdf>

**Dia Mundial da Alimentação 2024:**  
**Celebrando o desafio de implementar o direito humano à alimentação**

*Eduardo Nilson*

*Denise Oliveira*

**Resumo.** Nesse informe, discutimos as celebrações do Dia Mundial da Alimentação de 2024, que escolheu como tema o direito humano à alimentação, ligado, ainda, ao lema dos ODS, “não deixar ninguém para trás”. O tema traz importantes desafios e alternativas para avançarmos na agenda e o Brasil se coloca como ator importante em sua consecução.

O Dia Mundial da Alimentação foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em 1979, com o objetivo de estimular a discussão global dos desafios da produção, distribuição e consumo de alimentos e a data de 16 de outubro foi escolhida estrategicamente por ser a data da fundação dessa agência da ONU, em 1945. Anualmente, o dia comemorativo tem diferentes temas, traduzindo preocupações e prioridades globais no campo da alimentação, alinhadas com os compromissos globais relacionados.

No dia 16 de outubro de 2024, celebramos o Dia Mundial da Alimentação, que teve como tema “Direito à Alimentação para uma Vida Melhor e um Futuro Melhor”, colocando a questão do direito aos alimentos no centro da agenda. Isso fica mais evidenciado no título em inglês, “*Right to Foods for a Better Life and a Better Future – Leave no One Behind*” na nuance do plural em “*right to foods*” no lugar do tradicional “*right to food*”, que intencionalmente traz de forma implícita no conceito dos “alimentos”, a ideia da diversidade alimentar e trazendo mensagens sobre a valorização da cultura alimentar e de sistemas alimentares diversificados e sustentáveis (Food and Agriculture Organization (FAO), 2024).

Ao mesmo tempo, o tema deste ano chama atenção para o lema dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), não deixar ninguém para trás, reforçando que a alimentação do que necessidade biológica de ingestão de nutrientes. O direito à alimentação traz consigo a relação com a soberania e a segurança alimentar e nutricional, particularmente na associação com a eliminação da fome e com o acesso a uma alimentação saudável.

Vale lembrar o direito humano à alimentação está definido no artigo 11 do Conselho de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (Ecosoc) como o direito de todo ser humano a alimentação adequada, suficiente e saudável. O conceito adotado no Brasil é ainda mais amplo, configurando o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada (Dhana): um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva.

Na sede da FAO, no evento celebrativo do Dia Mundial da Alimentação, seu diretor-geral, Qu Dongyu, destacou, em discurso, que a data não deve ser apenas um lembrete de que o direito a uma alimentação adequada é fundamental e de toda a população. O diretor, em

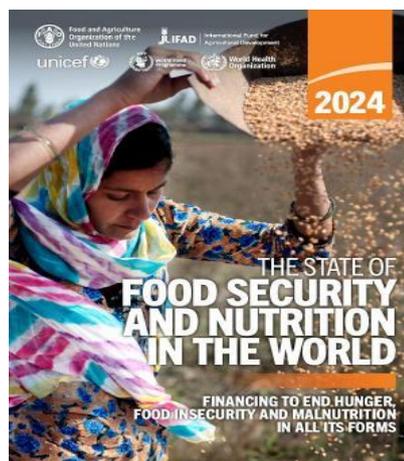
seguida, fez um chamamento ao compromisso para construir sistemas agroalimentares mais eficientes, mais inclusivos, mais resilientes e mais sustentáveis que possam nutrir o mundo e afirmou que não há tempo a perder diante dos números expressivos e alarmantes e que aumentam a cada dia com os choques climáticos, conflitos globais, entre outros acontecimentos, o dirigente alerta para a urgência de providências mais eficazes, de medidas imediatas. Ao final de sua fala expressou que: “Algo está muito errado com um mundo em que a fome e a desnutrição são um fato da vida para bilhões de crianças, mulheres e homens. Os sistemas alimentares precisam de uma transformação massiva para se tornarem mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis”.

Em outra mensagem transmitida no evento, o Papa Francisco reforçou que quem tem o poder de resolver e tomar medidas não pode esquecer a dimensão social do problema: “Os tomadores de decisões políticas e econômicas em nível internacional devem ouvir as demandas daqueles que estão na base da cadeia alimentar, como os pequenos agricultores, e dos grupos sociais intermediários, como a família, que estão diretamente envolvidos na alimentação das pessoas”.

#### *Tornando o direito à alimentação uma realidade*

No documento que foi lançado no Dia Mundial da Alimentação (Food and Agriculture Organization (FAO), 2024), a FAO reforçou que o direito à alimentação é um direito humano básico consagrado no direito internacional e que nem todos no mundo hoje têm acesso aos alimentos de que precisam para levar uma vida saudável.

Segundo o documento, dentre as razões para que, atualmente, cerca de 733 milhões de pessoas estejam passando fome, figuram conflitos, choques climáticos, desigualdades e recessões econômicas. Além disso, pensando em um conceito mais ampliado de segurança alimentar e nutricional temos mais de 2,8 bilhões de pessoas no mundo que não podem pagar por uma dieta saudável, ou seja, mesmo que estejam consumindo calorias suficientes, não estão consumindo todos os nutrientes de que necessitam para ser saudáveis a partir de uma dieta diversificada.



Esses números são reforçados no último Relatório de Estado da Insegurança Alimentar no Mundo (o relatório Sofi, publicado pela FAO em conjunto com a OMS, Unicef e Ifad), que mostrou a continuidade tendências preocupantes. Nessa avaliação da fome global em 2023, relacionada ao indicador 2.1.1 dos ODS, foi evidenciada uma continuada falta de progresso em direção ao objetivo de Fome Zero (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2024). No histórico mais, recente, após um aumento acentuado de 2019 a 2021, a proporção da população mundial enfrentando a fome permaneceu praticamente no mesmo nível por três anos consecutivos, com as estimativas mais recentes indicando uma subnutrição global de 9,1 % em 2023. Em termos absolutos no mundo, isso significa entre 713 e 757 milhões de pessoas subnutridas em 2023 e que se estima que tenhamos cerca de 152 milhões de pessoas a mais enfrentando a fome em 2023 em comparação com 2019.

Ainda segundo o Relatório Sofi, vale destacar as desigualdades no mundo, visto que a África é a região mais afetada globalmente pela fome, que atinge cerca de 20,4 % de sua

população, enquanto temos estimativas de 8,1 % na Ásia, 6,2 % na América Latina e no Caribe, e 7,3 % na Oceania. Novamente, transformando esses percentuais em números absolutos, fica mais evidente a dimensão e a persistência do problema da fome mundial: há 384,5 milhões de pessoas passando fome na Ásia, 298,4 milhões na África, 41,0 milhões na América Latina e no Caribe, e 3,3 milhões na Oceania. As diferenças regionais também se manifestam nas tendências históricas de subnutrição, pois se observa uma nítida tendência de aumento das prevalências na África e uma relativa estabilidade na Ásia, ao passo que a América Latina e no Caribe tem mostrado uma redução gradual. Contudo, independentemente da região, temos uma constatação muito grave de que a subnutrição permanece em níveis superiores aos apresentados antes da pandemia de COVID-19, reforçando o quanto a pandemia impactou a segurança alimentar e nutricional global e o quanto a recuperação tem sido difícil e lenta.

É importante, ainda, destacar que o último relatório Sofi trouxe projeções preocupantes sobre a subnutrição no mundo, que apontam que possivelmente teremos 582 milhões de pessoas cronicamente subnutridas em 2030, indicando o distanciamento que estamos de alcançar o ODS 2 (Fome Zero). Além disso, estima-se que as desigualdades globais que observamos atualmente em relação à subnutrição tendem a aumentar até 2030 e, em consequência, mais de metade da população global enfrentando a fome estará concentrada na África.

Partindo para a avaliação mais ampliada da segurança alimentar e nutricional e do próprio direito humano à alimentação, considerando as condições de acesso a uma alimentação saudável, as análises têm mostrado que o custo de uma dieta saudável aumentou gradualmente em todo o mundo desde o primeiro ano para o qual a FAO realizou essas estimativas (2017), representando um aumento na média global do custo de uma dieta saudável de 6% entre 2020 e 2021 e de 11% entre 2021 e 2022.

O efeito do preço dos alimentos é mais significativo nos grupos mais vulneráveis, de menor renda, pois destinam maior parte de seus recursos com a compra de alimentos e suas escolhas são fortemente determinadas pelo seu preço, gerando impactos regressivos e aumentando as desigualdades. Na perspectiva de que o grupo dos produtos ultraprocessados vêm reduzindo gradualmente de preço, enquanto o preço dos alimentos in natura e minimamente processados tem aumentado como um todo, inclusive no Brasil (Andrade *et al.*, 2024), observamos um aumento no consumo dos ultraprocessados pelas populações mais pobres mesmo nos países de baixa e média renda, acentuando os efeitos da dupla carga da nutrição (coexistência da desnutrição e da obesidade).

Então, o documento sobre o Dia Mundial da Alimentação finaliza sua parte introdutória refletindo que temos quase metade da população global sem acesso regular aos nutrientes de que precisa para prosperar e, eventualmente, para sobreviver. Em consequência, aproximadamente essa mesma metade do mundo tem maior probabilidade de adoecer, desenvolver doenças crônicas não-transmissíveis ou não ter a energia necessária para levar uma vida ativa por causa de algo tão básico como a falta de acesso a alimentos adequados.

Na perspectiva dos direitos humanos, essas situações configuram claras violações ao direito à alimentação ao qual o Dia Mundial da Alimentação clama e determinam a prioridade e urgência para atuar sobre a questão.

O documento ressalta, corretamente, que já sabemos por experiência que produzir mais alimentos, por si só, não é a resposta, tendo em vista a própria falência do modelo da Revolução Verde, que é uma das bases dos sistemas agroalimentares hegemônicos, em combater a fome

global. O problema não é em si na produção, porque, em termos absolutos, já é produzido o suficiente para alimentar a todos nós, porém, para além das questões de distribuição e acessos desses alimentos, temos questões relativas à destinação da produção agrícola para outros fins que não a alimentação humana, bem como a perda de diversidade nessa produção, cada vez mais direcionada para commodities em vez de alimentos, pela financeirização dos sistemas agroalimentares.

A resposta, em vez disso, o documento afirma que as soluções residem em uma ação coordenada e coletiva para garantir que alimentos nutritivos e seguros estejam disponíveis em todos os lugares, para todos, a um preço acessível.

Nesse sentido, conforme afirmamos na introdução do informe, que o uso do termo no plural (alimentos), no título da publicação é importante porque expressa que a diversidade é essencial para uma nutrição adequada. Ela é igualmente importante para a saúde em longo prazo assim como para o meio ambiente do qual dependemos para produzir esses alimentos, e que precisa de biodiversidade para prosperar. Dessa forma, o direito à alimentação é muito mais do que calorias para sobrevivência, pois se trata de tratar-se de dietas saudáveis, variedade e a capacidade de pleno desenvolvimento das pessoas.

Por fim, segundo o documento, os direitos, por si só, não enchem estômagos, não matam a fome, não nutrem. Por outro lado, os direitos moldam as aspirações coletivas para o tipo de mundo em que queremos viver e por isso criam obrigações concretas para que os governos ajam e encorajam a todos nós a fazermos nossa parte para garantir que sejam plenamente realizados. Isso, naturalmente, deve estar refletido na transformação dos sistemas alimentares que devem deixar de ser uma das causas da fome, das doenças, das desigualdades e das mudanças climáticas, para adotarem novos modelos de produção de alimentos que sejam saudáveis, de forma sustentável, com justiça no acesso a terras, recursos e alimentos e, que, por fim, tenham resiliência e adaptabilidade às mudanças climáticas.

### *Desafios e soluções*

Na sua seção seguinte, o documento apresenta alguns dos principais desafios e suas respectivas soluções, que podem e devem ser adaptadas a cada contexto. Podem, assim, ser identificadas as tendências globais que ameaçam o direito à alimentação e, como muitos desses desafios estão interligados, não devemos abordá-los de forma isolada, mas de forma integrada, sob o risco de não alcançarmos as mudanças necessárias. Portanto, mesmo que alguns desafios tenham soluções específicas, eles devem ser tratados de forma integrada.

O primeiro desafio e possivelmente um dos maiores, é que a má nutrição é ubíqua. A má nutrição existe em todos os países e em todas as classes socioeconômicas, seja pela desnutrição, pelas deficiências de micronutrientes ou pelo sobrepeso e obesidade. Para piorar, em muitas partes do mundo, várias formas de má nutrição ocorrem ao mesmo tempo, configurando uma dupla ou múltipla carga que está diretamente relacionada à alimentação.

Por exemplo, no mundo, cerca de 2,5 bilhões de adultos e 37 milhões de crianças com menos de cinco anos estão apresentando excesso de peso e, ao mesmo tempo, aproximadamente 1,6 bilhão de mulheres e crianças têm deficiência de uma ou mais vitaminas e minerais, que estão ligados, em grande parte, à falta de acesso a uma dieta saudável, que afeta sua saúde, seu crescimento e até seu desenvolvimento cerebral. Ao mesmo tempo, a dieta está também relacionada a crescimento e desenvolvimento inadequado de muitas crianças. Atualmente, 22,3% das crianças menores de cinco anos apresentam atraso no crescimento (baixa estatura

para idade, que representa a desnutrição crônica), enquanto 6,8% apresentam desnutrição aguda, ou seja, apresentam baixo peso para altura ou Índice de Massa Corporal (IMC) para idade.

Para além desses problemas de má nutrição, as dietas baseadas em alimentos não saudáveis, particularmente nos produtos ultraprocessados, também contribuem para o aumento de DCNTs, como doenças cardiovasculares, diabetes e certos tipos de câncer (Lane *et al.*, 2024). Vale destacar que essas doenças não são somente problemas que afetam indivíduos, mas também questões nacionais, visto que seus custos de tratamento sobrecarregam os sistemas de saúde pública, além de comprometerem a produtividade econômica dos países por meio da morbimortalidade prematura (custos indiretos).

Para exemplificar a magnitude do impacto desses problemas, no Brasil, os custos anuais da obesidade, hipertensão e diabetes ao Sistema Único de Saúde chegam a R\$3,45 bilhões por ano (Nilson *et al.*, 2020) e aproximadamente 57 mortes prematuras são anualmente atribuíveis ao consumo de produtos ultraprocessados no país (Nilson *et al.*, 2022), correspondentes a mais de R\$9 bilhões em perdas à economia brasileira (dados inéditos).

Todos esses problemas estão relacionados aos sistemas agroalimentares, pois os alimentos nutritivos e diversificados necessários em uma dieta saudável não estão suficientemente disponíveis ou acessíveis a todas as pessoas. Particularmente, a pobreza e os preços altos dos alimentos podem levar as pessoas a escolherem alimentos menos nutritivos, que muitas vezes são mais baratos. Mas o crescimento da renda, paradoxalmente, pode fazer o mesmo, dada a ubiquidade dos produtos ultraprocessados, a publicidade massiva associada a eles, suas características de hiperpalatabilidade e suas promessas de praticidade e conveniência, entre outros fatores.

Além disso, conforme o documento, a globalização, a urbanização e o ritmo de vida cada vez mais acelerado resultam em um número crescente de pessoas que optam por alimentos convenientes e não saudáveis, frequentemente ricos em açúcar, gorduras e sal. Em consequência, de modo geral, na atualidade, as pessoas passam menos tempo preparando refeições em casa do que as de gerações anteriores, e, em suas compras, adquirem cada vez mais alimentos pré-preparados e ultraprocessados. Para piorar essa situação, em cada vez mais locais, esses alimentos estão mais disponíveis e são mais baratos do que alimentos frescos e nutritivos. Isso é observado dentro dos países e entre os países e regiões, visto que os países de maior renda tendem a ter maior participação dos ultraprocessados nas dietas, relativamente estável na última década, enquanto o consumo vem crescendo rapidamente nos países de baixa e média renda.

Diante desse primeiro grande problema, a solução apresentada é o investimento em dietas saudáveis para todos. Segundo o documento, apesar da solução para dietas não saudáveis poderem aparentar ser relativamente simples, pois depende basicamente de fazer com que todos em todos os lugares comam de forma mais saudável, a realidade é bem mais complexa. De acordo com o documento, por um lado, os governos precisam incentivar a produção e venda de alimentos mais diversificados e nutritivos, fornecer aos consumidores informações precisas e consistentes sobre os produtos alimentares e escolhas saudáveis e devem apoiar o direito de todos a uma dieta saudável, especialmente daqueles que não têm meios financeiros para isso. Isso exige políticas e investimentos, de preferência na forma de planos nacionais que integrem todos esses aspectos. Ao mesmo tempo, as organizações de consumidores precisam defender as necessidades e direitos dos consumidores em consulta com a indústria alimentícia e os governos, exigir planos e iniciativas nacionais e se engajar com eles.

Um segundo e igualmente grande desafio a predominância das monoculturas e a consequente perda da diversidade alimentar. Nesse sentido, é amplamente reconhecido que as práticas agrícolas insustentáveis estão entre os maiores motores da perda de biodiversidade e, neste momento, esse declínio está acontecendo mais rápido do que em qualquer outro momento da história humana. Apesar de não mencionado no documento, é importante ressaltar que os sistemas agroalimentares hegemônicos também afetam a biodiversidade de outras maneiras, principalmente em sua atuação predatória em relação ao meio ambiente, incluindo o desmatamento e a degradação e poluição de solos, água e do ar.

Isso é importante porque a biodiversidade é crucial para tanto para a alimentação e quanto para a agricultura. A biodiversidade está diretamente associada à riqueza nutricional das nossas dietas e torna nossos sistemas agroalimentares mais resilientes a choques, para que as comunidades possam ter acesso a alimentos nutritivos mesmo diante das mudanças climáticas.

Contudo, o que se observou nas últimas décadas, foi um foco em um número limitado de alimentos básicos, como arroz, trigo, milho e culturas especializadas, com grandes aumentos de eficiência e redução de custos, que não foi capaz de alimentar a todas as pessoas e ainda comprometeu a resiliência dos sistemas agroalimentares e reduziu a diversidade dos alimentos que produzimos e consumimos. Demonstrando essa grande perda de biodiversidade, hoje temos apenas nove espécies de plantas respondendo por dois terços da nossa produção agrícola global, enquanto existem cerca de 6.000 espécies de plantas que os seres humanos cultivaram para alimentação ao longo dos tempos e que poderiam ser cultivadas novamente.

O mesmo acontece para a produção de carnes e outros produtos de origem animal, que têm se concentrado em um número pequeno de espécies e variedades. Por exemplo, estima-se que quase 30% das raças de gado locais estão agora em risco de extinção. E isso não se limita aos ambientes terrestres, visto que, no mundo aquático, a diversidade também está desaparecendo, por razões diferentes, incluindo a superexploração dos estoques pesqueiros, junto com a poluição e o aumento das temperaturas dos mares e oceanos.

Para esse grave problema a solução apresentada é ambiciosa, mas necessária: transformar os sistemas agroalimentares. É preciso reconhecer que o desafio da perda de diversidade precisa necessariamente ser abordado por meio dos nossos sistemas agroalimentares para garantir que nossa alimentação seja não apenas abundante e acessível, bem como diversa e nutritiva. Para tanto, precisaremos transformar os sistemas agroalimentares de maneira que se tornem mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis, ou seja, precisamos urgentemente transformar a forma como nossos alimentos são produzidos, distribuídos e consumidos, considerando todos os atores, processos e resultados, as leis e políticas que regem os sistemas agroalimentares e como tudo esse conjunto se relaciona.

No âmbito dos governos, o documento recomenda que, para tornar os sistemas agroalimentares mais diversos, são exigidas políticas públicas que protejam, promovam e regenerem a biodiversidade. Exemplos disso incluem a reintegração de raças tradicionais de gado e espécies vegetais diversas e a produção de forma sustentável em todos os setores agrícolas. O aumento da diversidade significa, ainda, ter uma variedade de opções de produção e, para isso, as pessoas precisam de acesso equitativo a recursos como terra, água, florestas, pescas e gado.

Para além das responsabilidades governamentais, o documento aponta que as transformações dependem também do setor privado, que deve reduzir a produção de alimentos

não saudáveis e disponibilizar uma maior diversidade de alimentos seguros e nutritivos para as pessoas em seu dia a dia.

Vale destacar que, em particular para a ação necessária pelo setor privado, as alternativas apresentadas como possíveis soluções para a atual crise da biodiversidade são muito tímidas e insuficientes, pois os sistemas agroalimentares hegemônicos interligam os sistemas financeiros com a produção agrícola e o ultraprocessamento dos alimentos. Esse conjunto está, portanto, entre as principais causas das múltiplas faces da má nutrição, da perda de biodiversidade e das mudanças climáticas, exigindo mudanças muito mais amplas que envolvem transformações mais radicais nas formas de produção e consumo dos alimentos.

Um terceiro desafio é o da fome e do aumento da desnutrição. Os relatórios globais são unânimes em mostrar que a insegurança alimentar e nutricional grave, representação da própria, é um problema que fomos incapazes de solucionar. Estamos deixando muitos milhões para trás, sem comida suficiente para comer e se manterem saudáveis, violando continuamente o direito humano à alimentação que é o tema do Dia Mundial da Alimentação.

Segundo o documento da FAO, as crises alimentares em todo o mundo são predominantemente associadas a conflitos, a eventos climáticos extremos e choques econômicos. Ele destaca que os conflitos não ameaçam somente a segurança das pessoas em áreas de conflito, como também destroem áreas agrícolas para a produção de alimentos, desencadeiam o deslocamento forçado e pioram a insegurança alimentar e a desnutrição das populações. Exemplos atuais são abundantes, com destaque para a Faixa de Gaza e o Sudão, que viram grande parte de suas terras agrícolas destruídas pela guerra. Somado a isso, a falta de acesso humanitário às áreas de crise e o financiamento internacional limitado são duas grandes limitações para responder de forma rápida e robusta a essas e outras crises e aliviar o sofrimento das pessoas que enfrentam os piores tipos de fome, pobreza e desnutrição.

A solução apresentada para esse desafio é garantir o acesso à ajuda humanitária. O documento afirma que, em última análise, a paz é um pré-requisito para a segurança alimentar, e o Direito Humano à Alimentação é um direito humano básico. Portanto, onde há conflito, é essencial fornecer ajuda humanitária segura, irrestrita e multissetorial para salvar e proteger vidas.

Além disso, a cooperação e coordenação global são fundamentais para garantir que as agências humanitárias que distribuem assistência vital tenham acesso irrestrito e seguro às comunidades, e que as pessoas em crise possam acessar ajuda humanitária com segurança. Dentre as ações nesse contexto, estão incluídas a assistência em dinheiro, a ajuda alimentar e em suprimentos agrícolas de emergência para proteger e reiniciar a produção local de alimentos, as intervenções de emergência para manter os animais vivos e outras ações para garantir que as pessoas afetadas possam acessar rapidamente alimentos nutritivos. Garantir o acesso a essa ajuda crítica também significa financiar completamente os apelos de emergência de forma oportuna.

O documento, então, reforça que a segurança alimentar e a nutrição e, por extensão, a realização do direito à alimentação, exigem boa governança e paz e a paz, por sua vez, não é sustentável quando as pessoas passam fome. Por isso, destaca que os governos e a comunidade internacional precisam adotar uma abordagem transformadora que combine intervenções emergenciais com maiores esforços de prevenção de crises, construção da paz e ações de desenvolvimento que tornem as vidas e os meios de subsistência mais resilientes a choques futuros. Esse ponto final merece especial destaque, visto que políticas estruturantes devem

caminhar sempre junto com as ações emergenciais para garantir adaptação, resiliência e sustentabilidade dos sistemas agroalimentares e a segurança alimentar e nutricional.

O último desafio apresentado refere-se aos alimentos inseguros, que impedem as pessoas de usufruírem dos benefícios dos nutrientes disponíveis nos alimentos e podem causar doenças e até a morte. A insegurança sanitária (microbiológica e ou química) pode se tornar os alimentos inseguros para o consumo em qualquer ponto da cadeia de abastecimento. Por exemplo, contaminantes, como bactérias ou produtos químicos, podem entrar nos alimentos por meio da água ou do solo ou através dos equipamentos usados no seu processamento. Além disso, os alimentos também podem se deteriorar se não forem devidamente manuseados, armazenados e transportados.

Outro problema crescente associado à segurança dos alimentos é que muitas bactérias que contaminam os alimentos estão se tornando cada vez mais resistentes aos antimicrobianos (frequentemente utilizados na pecuária), tornando as doenças transmitidas por alimentos mais difíceis de tratar. Adicionalmente, as mudanças climáticas também afetam a segurança alimentar, pois alteram como bactérias, parasitas e produtos químicos interagem com nossos alimentos e a rapidez com que crescem e se espalham.

Para enfrentar esse desafio, a solução deve ser a aplicação de padrões sanitários para os alimentos. Nesse sentido, o documento destaca que já temos um conjunto de padrões internacionais de segurança e qualidade alimentar governam como nossos alimentos são produzidos, processados e distribuídos, definidos pela Comissão do *Codex Alimentarius*, coordenado pela FAO e pela OMS.

Concretamente, esses padrões incentivam os governos a desenvolverem legislações, operar sistemas adequados de controle de alimentos, fornecer treinamentos aos produtores e manipuladores de alimentos e comunicar-se com os consumidores sobre a segurança dos alimentos e sobre dietas saudáveis. Ademais, esses padrões fornecem orientações aos governos sobre como se preparar para responder a emergências de segurança alimentar quando ocorrerem. Dessa forma, o documento recomenda que os governos precisam se comprometer a manter padrões rigorosos que protejam os consumidores, responsabilizem as empresas e invistam em pesquisas para determinar a segurança de pesticidas, aditivos alimentares, organismos geneticamente modificados e tecnologias de processamento, assim como, os planos governamentais devem olhar de forma holística para a maneira como humanos, animais e plantas se conectam e afetam a saúde uns dos outros.

Na perspectiva do setor privado, a recomendação é que produtores e empresas devem aplicar rigorosamente esses padrões e adaptar sua produção para enfrentar questões de saúde pública abrangentes, como a resistência antimicrobiana. Por exemplo, é preciso que encontrem maneiras de reduzir o uso de antibióticos na produção de carnes, frutos do mar, laticínios e outros produtos agrícolas, considerando que limitar a propagação da resistência antimicrobiana exige ação coordenada sob a abordagem "Uma Só Saúde" (*One Health*) para garantir alimentos suficientes, seguros e nutritivos para todos.

Contudo, o documento perdeu uma importante oportunidade para abordar de forma mais contundente questões como os aditivos alimentares e os neocontaminantes químicos (típicos dos produtos ultraprocessados), bem como a contaminação dos alimentos por agrotóxicos, que têm relação direta a necessidade de transformação dos sistemas alimentares e sobre os quais o *Codex Alimentarius* tem sido pouco atuante e governos nacionais têm frequentemente negligenciado em suas legislações.

### *Ações e responsabilidades para todos*

Na seção seguinte, o documento da FAO reforça que a lacuna entre o direito e sua realização é a ação e que o mandato e a expertise da FAO cobrem todos os elementos dos sistemas agroalimentares, posicionando a organização para trabalhar estrategicamente com governos em planos e projetos holísticos que enfrentem os múltiplos desafios apresentados e apoiando a mudança sistêmica necessária para realizar o direito à alimentação adequada para todos.

Dentre as parcerias governamentais com a FAO, foram mencionadas ações para o fortalecimento dos sistemas agroalimentares locais, apoio a povos indígenas e mercados de alimentos orgânicos, reforço de ligações entre áreas rurais e urbanas, incentivo a cooperativas lideradas por mulheres e empoderamento econômico feminino, ações para a redução de conflitos entre pastores nômades e agricultores, fortalecimento da agricultura familiar e apoio a comunidades pesqueiras.

No contexto da alimentação escolar, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) do Brasil foi citado como excelente exemplo de como realizar o direito à alimentação de forma holística, visto que parte do princípio de que todas as crianças que frequentam escolas públicas devem receber refeições equilibradas, independentemente da renda. Além disso, o programa brasileiro se utiliza preferencialmente de alimentos são produzidos localmente, proporcionando uma renda estável aos produtores familiares por meio das compras públicas e os sistemas alimentares regionais são transformados por uma demanda contínua por alimentos nutritivos, locais e produzidos de forma sustentável. Com essa demanda constante, agricultores familiares e pequenas empresas podem construir resiliência e investir no crescimento e na diversificação de sua produção e isso, por sua vez, significa uma maior variedade de alimentos disponíveis para as escolas e para a região como um todo.

Porém, para além das agências e dos governos, o documento termina colocando que a realização do direito humano à alimentação exige ação coletiva e responsabilidades específicas de todos os atores sociais.

Aos agricultores, é essencial praticar a agricultura sustentável que melhore a biodiversidade e gerencie os recursos naturais de forma responsável, produzir alimentos mais diversificados, defender políticas que empoderem pequenos produtores, agricultores familiares e mulheres, reduzir a perda de alimentos e seguir regulamentações e boas práticas para garantir que os alimentos produzidos sejam seguros.

Ao setor privado, é recomendado disponibilizar alimentos mais nutritivos e diversificados a preços acessíveis, apoiar pequenos produtores de alimentos e agricultores familiares, promover a responsabilidade social corporativa por meio de produção ética, sustentável e modelos de negócios inclusivos, aplicar todos os padrões e boas práticas para garantir que os alimentos produzidos sejam seguros e promover os alimentos de forma responsável e evitar incentivar alimentos não saudáveis para as crianças.

### **Academia e Organizações da Sociedade Civil**

- Cobre a responsabilidade dos governos coletando dados, identificando áreas de melhoria e medindo o progresso em direção a metas e objetivos.

- Colabore com formuladores de políticas para que as políticas e estratégias se baseiem em dados e evidências.
- Promova dietas saudáveis e sistemas agroalimentares sustentáveis.
- Transfira o conhecimento e a tecnologia mais recentes para agricultores e tomadores de decisão por meio de parcerias e treinamentos.

### **Todos Nós**

- Use sua voz para influenciar a tomada de decisões.
- Escolha alimentos locais e sazonais para apoiar a biodiversidade.
- Adote dietas e estilos de vida saudáveis.
- Entenda os rótulos dos alimentos para fazer escolhas alimentares saudáveis.
- Aprenda maneiras de identificar questões de segurança alimentar e de manter os alimentos seguros.

Essas responsabilidades estão longe de ser exaustivas para nenhum dos atores sociais e ir além de obedecer às regras estabelecidas. Por exemplo, governos precisam estimular mais efetivamente os modelos transformadores dos sistemas agroalimentares e promover ambientes alimentares saudáveis como prioridades, inclusive por meio do redirecionamento do financiamento público da produção, processamento e consumo. Sem esse espaço, recursos, apoio e mercado, pequenos agricultores continuarão em dificuldades para produzir os alimentos diversificados de que precisamos. Enquanto isso, redirecionar o modelo de produção baseado nas monoculturas e na pecuária intensiva e todo o sistema no qual se inserem é ainda mais desafiador, porém necessário para enfrentar a sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas.

Particularmente no caso do setor privado, algumas das recomendações beiram à inocência e lugar comum se esperam que a lógica da financeirização da alimentação, desde a produção agrícola até o ultraprocessamento e consumo, seja naturalmente abandonada em favor do bem coletivo. Sem dúvida, o setor privado contribuiria muito se seguisse todas as regulamentações existentes e não interferisse na formulação e implementação de outras mais restritivas e isso não deveria ser uma recomendação, visto que é regra.

Por outro lado, esperar por ações voluntárias como a solução, significa frequentemente abrir espaço para as múltiplas formas de limpeza de imagem corporativa e exemplos como a ineficácia da autorregulamentação de atividades como a propaganda de alimentos demonstram isso muito claramente, junto com outras ações de todas as cores e tipo de *washings*. Um caminho desejável e que depende diretamente das indústrias por meio da tecnologia de alimentos seria a reformulação dos produtos ultraprocessados a partir dos seus ingredientes, reduzindo ou mesmo eliminando o uso de aditivos alimentares cosméticos e priorizando o uso de ingredientes in natura e minimamente processados, para converterem seu portfólio em direção a alimentos minimamente processados e processados.

### *A celebração e as políticas no Brasil*

A experiência brasileira no contexto do enfrentamento da fome e os retrocessos recentes, com o desmonte das políticas de segurança alimentar e nutricional é bem reconhecida. O Brasil mostrou uma redução gradual e relevante da insegurança alimentar e nutricional grave entre 2004 e 2013, passando de 9,5% para 4,2% no período, segundo inquéritos nacionais, porém a fome voltou a crescer a partir de 2018, após o golpe parlamentar, aumentando primeiramente para 5,8% e, depois, na gestão federal de 2019 a 2022, alcançou a triste marca

de 15,5%, ou seja, maior do que a encontrada em 2004 (Rede PENSSAN, 2022). Apesar de estarmos em um momento favorável de reconstrução dessas políticas, com uma grande redução observada entre 2022 e 2023 no percentual de famílias em situação de insegurança alimentar grave foi corroborada pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD/IBGE), segundo a qual, em 2023, esse percentual caiu para 4,1% dos domicílios (IBGE, 2024), o país ainda está no Mapa da Fome da FAO.

Essa rápida evolução é muito expressiva, pois mostra o impacto imediato da reorganização e fortalecimento das políticas nacionais de segurança alimentar e nutricional (SAN) sobre a fome diante da perda de todos os avanços de décadas durante a gestão federal que desmontou as políticas de SAN e fragilizou a realização de múltiplos direitos humanos por meio das políticas econômicas e sociais no país, somada ao impacto da pandemia de COVID-19.

Além da redução da insegurança alimentar e nutricional como representação da fome, sempre é fundamental destacar que o Brasil anteriormente mostrou resultados impressionantes em relação às prevalências de baixa estatura para idade, que caracteriza a desnutrição infantil crônica, particularmente entre as décadas de 1990 e 2000, quando diminuiu pela metade (passando de 13,4%, em 1996, para 6,7%, em 2006). Mais importante, a maior redução foi observada entre as famílias de menor renda e nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte (Ministério da Saúde, 2008) e as principais causas dessa grande redução e constatou que dois terços eram atribuíveis às políticas sociais universais e outras políticas baseadas em direitos: a ampliação da educação materna, o aumento na renda familiar (incluindo os programas de transferência condicionada de renda, como o Programa Bolsa Família), a ampliação do acesso à saúde e a expansão da cobertura do saneamento básico (Monteiro *et al.*, 2009).

O Brasil atualmente também tem reassumido sua liderança global no tema, como na proposta da Aliança Global contra a Fome no âmbito do G20, que pode contribuir para trazer novos elementos para essa agenda, particularmente na articulação renovada entre as agências internacionais, no compromisso renovado de governos e no envolvimento dos outros atores globais para tirar planos do papel e implementar as políticas de maneira mais efetiva.

Enquanto isso, nacionalmente vem sendo retomada a agenda de combate à fome junto com a promoção da alimentação saudável, trazendo a completude do conceito do direito humano à alimentação e nutrição adequadas. Para tanto, estão incluídas ações de acesso à água por meio da instalação de cisternas, incentivos à agricultura familiar, compras públicas de alimentos, apoio à agricultura urbana, distribuição de alimentos, inclusão rural de povos e comunidades tradicionais e grupos tradicionais específicos, promoção da educação alimentar e nutricional e apoio à criação de Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias.

Mais recentemente, ainda, vêm sendo fortalecidas iniciativas como o Programa Cozinha Solidária, baseada em ações da sociedade civil, reconhecidas pelo governo como uma tecnologia social importante de combate à fome e de promoção da alimentação saudável, para compor o rol das políticas públicas de SAN, gerando articulações com outras políticas o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), incentivando compras públicas de alimentos produzidos pela agricultura familiar, saudáveis, de acordo com a nossa nova cesta básica (que reconhece o conjunto de alimentos que busca garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, à saúde e ao bem-estar da população brasileira, que são os alimentos in natura ou minimamente processados, orientando ações, políticas e programas relacionados à produção, ao

abastecimento e ao consumo de alimentos). Junto com esses programas, o olhar mais ampliado sobre a insegurança alimentar e nutricional tem sido traduzido em outras políticas, como a Estratégia de Prevenção da Obesidade e o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana.

Para além dessas políticas, a celebração do Dia Mundial da Alimentação foi marcada pelo lançamento do Plano Nacional de Abastecimento Alimentar “Alimento no Prato” (Planaab) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que instrumentalizam suas respectivas políticas nacionais para incentivar e financiar a produção sustentável e o acesso e consumo de alimentos saudáveis, especialmente aos grupos mais vulneráveis.

### *Conclusão*

Chamar atenção ao direito humano à alimentação em toda a sua amplitude é importante e o reconhecimento disso no Dia Mundial da Alimentação é muito relevante. Todavia, o mundo continua em seu desafio de datas celebrativas não serem meramente protocolares e seus compromissos, uma reiteração do que já é esperado de governos nacionais, organismos internacionais e outros atores. No caso do direito humano à alimentação, isso é ainda mais evidente e vergonhoso. Uma das coisas mais básicas em que ninguém deve ser deixado para trás, termos milhões de pessoas no mundo passando fome e bilhões sem recursos para terem acesso a uma alimentação saudável, não é garantida.

Ainda, temos sistemas agroalimentares hegemônicos que, além de não serem capazes de acabar com a fome no mundo, estão associados à dupla carga da má nutrição, à muitas doenças crônicas associadas à alimentação inadequada e às mudanças climáticas, exigindo uma transformação mais profunda nas formas de produção, processamento e consumo dos alimentos, com vistas à saúde humana, animal e planetária.

Este direito, assim como todos os demais, não pode ser retórico e sua realização deve estar no centro de todas as agendas e acima de todas as responsabilidades de todos os atores da sociedade.

Conforme temos sucessivamente afirmado, a fome não é tolerável ou aceitável em nenhuma condição e estamos falhando nesse tema e deixando milhões para trás, enquanto nos aproximamos de 2030. Ao mesmo tempo as principais formas de produção de alimentos têm gerado doenças e degradação ambiental.

As violações ao direito humano à alimentação estão no centro de tudo isso e as soluções para esses problemas são comuns para desnutrição, obesidade, DCNTs e mudanças climáticas: transformar os sistemas alimentares a partir de uma perspectiva de direitos. Alimentos são direitos, não mercadorias, e isso precisa estar espelhado em todas as ações e políticas. Vivemos uma crise civilizatória grave que necessita de soluções sistêmicas, mais do que novos velhos compromissos.

### **Referências**

ANDRADE, G. C. *et al.* Food price trends during the COVID-19 pandemic in Brazil. **PLoS ONE**, v. 19, n. 5 May, p. 1–12, 2024.

FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 - Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms.** [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/items/18143951-4b0a-46d6-860b-0f8908745da1>>.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Right to Foods for a Better Life and Future Beyond - Leave no one behind.** [s.l.: s.n.].

- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Segurança alimentar: 2023**. Rio de Janeiro, Brazil: [s.n.]. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf>>.
- LANE, M. M. *et al.* Ultra-processed food exposure and adverse health outcomes: Umbrella review of epidemiological meta-analyses. **The BMJ**, v. 384, p. e077310, 2024.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher. PNDS. 2006 Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - PNDS, 2006**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds\\_crianca\\_mulher.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnds_crianca_mulher.pdf)>.
- MONTEIRO, C. A. *et al.* Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 1, p. 35–43, 2009.
- NILSON, E. A. *et al.* Premature Deaths Attributable to the Consumption of Ultra-Processed Foods in Brazil. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 64, n. 1, p. 129–136, 2022.
- NILSON, E. A. F. *et al.* Custos atribuíveis à obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde em 2018. **Revista Panamericana de Salud Publica/Pan American Journal of Public Health**, v. 44, p. e32, 2020.
- REDE PENSSAN. **II VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>>.

## Informe UNESCO: educação, ciência e cultura: Preservação do patrimônio cultural imaterial para as futuras gerações<sup>8</sup>

*Fabiane Gaspar*

**Resumo:** Este informe tem por objetivo ressaltar as ações de salvaguarda do patrimônio imaterial pela UNESCO. Dentre as ações há o Dia Internacional do Patrimônio Cultural Imaterial, considerado como uma oportunidade para celebrar a riqueza global das tradições e práticas culturais e destacar a necessidade de preservar esse legado. Para o caso brasileiro, a despeito da Constituição de 1988 prever a salvaguarda do patrimônio imaterial, foi somente no ano 2000 que foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). A partir de exemplos nacionais e internacionais procuramos evidenciar estas ações.

**Palavras-chave:** Patrimônio Imaterial, Salvaguarda, Unesco

**Abstract:** *This report aims to highlight UNESCO's actions to safeguard intangible heritage. Among these actions is the International Day for Intangible Cultural Heritage, considered an opportunity to celebrate the global wealth of cultural traditions and practices and to highlight the need to preserve this legacy. In the case of Brazil, despite the 1988 Constitution providing for the safeguarding of intangible heritage, it was only in 2000 that the Registry of Cultural Assets of an Intangible Nature was established, and the National Intangible Heritage Program (PNPI) was created. We seek to highlight these actions using national and international examples.*

**Keywords:** *Intangible Heritage, Safeguarding, UNESCO*

O primeiro Dia Internacional do Patrimônio Cultural Imaterial<sup>9</sup> é uma oportunidade para celebrar a riqueza global das tradições e práticas culturais e destacar a necessidade de preservar esse legado. Danças tradicionais com trajes coloridos, antigas formas de agricultura, música e histórias orais que são amadas por idosos e crianças fazem parte do nosso patrimônio cultural intangível. Elas são passadas de geração em geração e dão significado e narrativa às nossas vidas. Diante da crescente globalização, há o risco de que certos elementos do patrimônio cultural intangível possam desaparecer sem ajuda. A UNESCO está trabalhando com comunidades para ajudar a proteger nosso patrimônio vivo.

“Respeitar o patrimônio não é apenas protegê-lo agora; é também torná-lo conhecido para as futuras gerações. Isso significa garantir que os jovens possam se apropriar do patrimônio, se orgulhar dele e renová-lo” (Audrey Azoulay, Diretora-Geral da UNESCO).

Por muito tempo, proteger a cultura significava proteger monumentos, estátuas e locais icônicos. Mas a cultura é mais do que apenas objetos concretos. A UNESCO expandiu nossa

---

<sup>8</sup> Página da UNESCO traduzida com ajuda da IA Copilot/Microsoft: <https://www.unesco.org/en/articles/unesco-helps-future-generations-safeguard-intangible-heritage>  
Acesso em 20 out.2024.

<sup>9</sup> Patrimônio cultural imaterial e patrimônio cultural intangível são termos equivalentes.

compreensão do patrimônio e reuniu comunidades para transformar políticas públicas para salvaguardar tradições e culturas vivas. Em 2003, a UNESCO ajudou a reunir Estados para assinar a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. A UNESCO priorizou o engajamento dos jovens para ajudar a documentar e aprender sobre seu patrimônio vivo, para que essas práticas possam ser transmitidas a uma nova geração. A UNESCO também desenvolveu habilidades para encorajar países e comunidades a manterem suas práticas vivas – e incentivar os jovens a se tornarem praticantes.

Por exemplo, na Argentina e no Uruguai, o bandoneón um instrumento semelhante a uma concertina<sup>10</sup>, é parte essencial da música tradicional que acompanha a dança dinâmica do tango. Hoje em dia, há apenas pouquíssimos bandoneonistas, que estão em sua maioria com mais de sessenta anos. Também há muito poucos *luthiers* (violeiros) que sabem como afinar e manter o bandoneón. A UNESCO ajudou a criar um inventário de bandoneóns, musicistas instrumentistas e luthiers. Também apoiou a criação de uma escola de bandoneón oferecendo aulas gratuitas para jovens e ajudou a criar um método de ensino atualizado para o bandoneón.

Além de engajar os jovens, o Comitê da UNESCO, composto por representantes rotativos de 24 países, continua a registrar novas práticas culturais nas Listas de Patrimônio Cultural Imaterial para garantir melhor proteção dos patrimônios culturais importantes em todo o mundo e aumentar a conscientização sobre sua importância.

Nosso patrimônio cultural intangível é diverso. Inclui a dieta mediterrânea, compartilhada por Chipre, Croácia, Espanha, Grécia, Itália, Marrocos e Portugal. A dieta mediterrânea abrange não apenas a habilidade de como a comida é cozida, mas também os valores de hospitalidade, como compartilhar e comer juntos. Também tem um elemento ligado à conservação, pois inclui formas costumeiras de criar animais e pescar. Práticas artesanais também são reconhecidas pelo Comitê da UNESCO. Por exemplo, no Japão, uma técnica de produção de tecido de seda chamada Yuki-tsumugi é considerada uma prática de patrimônio cultural intangível. O fio de seda para a tecelagem Yuki-tsumugi é produzido a partir de casulos de bicho-da-seda vazios ou deformados, que de outra forma seriam inutilizáveis para a produção de fio de seda. Este processo de reciclagem desempenha um papel significativo no apoio às comunidades locais produtoras de seda.

Algumas das tradições mais visualmente impressionantes do patrimônio cultural intangível incluem música e dança. Por exemplo, a dança das tesouras do Peru também foi registrada como parte do nosso patrimônio cultural intangível. Uma dança ritual competitiva, ela recebe seu nome de um par de hastes de ferro polidas, semelhantes a lâminas de tesoura, empunhadas por cada dançarino em sua mão direita.

A doula é uma prática de patrimônio cultural intangível compartilhada por diversos países, incluindo Togo, Quirguistão, Nigéria, Luxemburgo, Eslovênia, Chipre, Colômbia e Alemanha. As doulas apoiam as mulheres grávidas antes e depois do parto. Seu conhecimento é compartilhado e transmitido por meio de práticas baseadas em evidências e habilidades tradicionais. A doula também envolve práticas culturais específicas, vocabulário, celebrações e rituais.

---

<sup>10</sup> Mais familiar aos brasileiros, o bandoneón é um instrumento semelhante ao acordeão.

Esses são apenas alguns exemplos da riqueza do nosso patrimônio cultural intangível. O objetivo da UNESCO é salvaguardar esse patrimônio diverso da humanidade, particularmente nos países menos representados, e aumentar o apoio às comunidades e à transmissão de práticas para as futuras gerações. Globalmente, podemos fazer melhor uso desse conhecimento para responder aos desafios contemporâneos. Muitas das soluções para os problemas do nosso século podem ser encontradas em nosso patrimônio vivo – seja uma questão de restaurar o equilíbrio entre humanos e seu ambiente ou preservar os laços sociais que nos permitem viver juntos como sociedade.

O primeiro Dia Internacional do Patrimônio Cultural Imaterial é uma oportunidade para celebrar a riqueza global das tradições e práticas culturais e destacar a necessidade de preservar esse legado.

### **Patrimônio cultural imaterial brasileiro**

A Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 216, previu de forma pioneira a dimensão imaterial do patrimônio cultural, em seu artigo 216<sup>11</sup>. Ela também prevê, em seu parágrafo primeiro nesse mesmo artigo, que “o poder público – com a colaboração da comunidade – promoverá e protegerá o Patrimônio Cultural Brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento”.

Por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)<sup>12</sup>, o qual o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é responsável por sua execução, cujo objetivo foi embasar juridicamente o reconhecimento e a preservação de bens culturais imateriais.

O patrimônio cultural imaterial reconhecido formalmente pelo Governo Federal são denominados Patrimônio Cultural do Brasil. Segundo o IPHAN:

Esses bens caracterizam-se pelas práticas e domínios da vida social apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade. São transmitidos de geração a geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade. Contribuem, dessa

---

<sup>11</sup> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (...)

<sup>12</sup> Para saber mais sobre o PNPI: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programa-nacional-do-patrimonio-imaterial-pnpi> Acesso em 21 out.2024.

forma, para promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana<sup>13</sup>.

Por meio do portal dos Bens Culturais Registrados<sup>14</sup> é possível acessar os livros do Registro do Patrimônio Cultural do Brasil que está classificado em celebrações, lugares, saberes e formas de expressão.



Fonte: Portal do Patrimônio Cultural do Brasil. IPHAN. 2024

São exemplos de bens culturais do Brasil: Círio de Nossa Senhora de Nazaré, Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão, Ritual Yaokwa do povo indígena Enawerê Nawê, Roda de Capoeira, Frevo, Samba de Roda do Recôncavo Baiano, Feira de Caruaru, Cachoeira de Iauaretê – lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri (AM), Ofício das Baianas de Acarajé, Modo de Fazer do Queijo Minas Tradicional, Produção Tradicional e Práticas socioculturais associadas a Cajuína no Piauí, entre outras.

Os municípios e estados que possuem órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural local podem registrar, de forma autônoma e concomitantemente, os seus bens culturais, nos níveis municipais e estaduais.

No nível internacional, a UNESCO pode reconhecer determinado bem cultural imaterial como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, sob os auspícios da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial<sup>15</sup>, aprovada em 2003. Desde 2008, bens culturais imateriais brasileiros foram registrados na lista representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade<sup>16</sup>. Os dois primeiros registrados em 2008 foram as Expressões Orais e Gráficas dos Wajãpi e a Roda de Samba do Recôncavo Baiano. Em 2012, o Frevo, artes do espetáculo do Carnaval de Recife. No ano seguinte, foi registrado o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, Belém, do estado do Pará. Em 2014, foi a vez da Roda de Capoeira ser registrada na lista representativa. Em 2019, o Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

<sup>13</sup>BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Bens Culturais Registrados. 2023. Disponível em: <https://bcr.iphan.gov.br/> Acesso em 21 out.2024.

<sup>14</sup> Portal dos Bens Culturais Registrados: <http://colaborativo.ibict.br/tainacan-iphan/>

<sup>15</sup> Texto disponível nos idiomas inglês, espanhol, francês, russo, árabe e chinês. Acesso ao texto completo, em português: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por)

<sup>16</sup> Lista completa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade disponível em: <https://ich.unesco.org/en/lists> Acesso em 20 out.2024.

A Yaokwa, o ritual do povo Enawenê Nawê<sup>17</sup> para a manutenção da ordem social e cósmica entrou na lista do patrimônio cultural imaterial que necessita de salvaguarda urgente. Este ritual está associado ao povo Enawenê Nawê que vive às margens do rio Juruena, norte do Mato Grosso, no sul da Floresta Amazônica.

Figura Povo Enawenê Nawê durante o ritual Yaõkwa



Fonte: IPHAN, s/d.

Os Enawenê Nawê realizam o ritual Yaokwa todos os anos durante a estação seca para honrar os espíritos Yakairiti e manter a ordem social e cósmica em seus vários clãs. O ritual vincula a biodiversidade local a uma cosmologia complexa e simbólica que liga os domínios distintos, porém inseparáveis, da sociedade, da cultura e da natureza. Ele faz parte de suas atividades diárias e dura sete meses, durante os quais os clãs assumem responsabilidades alternadas: um grupo embarca em expedições de pesca por toda a região, enquanto outro prepara oferendas de sal grosso, peixes e alimentos rituais para os espíritos, toca música e dança. O ritual combina conhecimentos de agricultura, processamento de alimentos, artesanato (trajes, ferramentas e instrumentos musicais) e a construção de casas e barragens de pesca.

O Yaokwa, e a biodiversidade local que ele celebra, representa um ecossistema extremamente delicado e frágil, cuja continuidade depende diretamente de sua conservação. No entanto, ambos estão hoje seriamente ameaçados pelo desmatamento e por práticas invasivas, como mineração e extração de madeira, criação extensiva de gado, poluição da água, degradação do curso superior dos rios, urbanização descontrolada, construção de estradas etc. O relatório de acompanhamento de 2023 para avaliação em 2024 por parte da comissão de patrimônio cultural imaterial da UNESCO não está disponível e não houve tempo hábil para conseguir informações pelas autoridades competentes.

---

<sup>17</sup> Para ver o ritual Yaõkwa, acesso ao vídeo disponível em: <https://youtu.be/HlwoDa8iyxk>

## Patrimônio cultural imaterial diante dos desafios contemporâneos

Até 2023, a lista do patrimônio cultural imaterial da humanidade, juntamente com as práticas de salvaguarda de patrimônio cultural imaterial e de patrimônio cultural imaterial que necessitam de salvaguarda urgente possui 730 registros de 145 países. Parece um número substancial dado que a Convenção foi promulgada apenas 21 anos atrás e o reconhecimento e a inclusão na lista iniciaram a partir de 2008, porém, a velocidade com que os fenômenos políticos, sociais, econômicos e naturais globais acontecem de forma acelerada que impedem de garantir a proteção efetiva de manifestações, expressões, lugares, saberes, modos de fazer de uma determinada cultura, de um povo, de uma comunidade que possivelmente poderiam fazer parte do pacote de soluções diante dos desafios contemporâneos.

Línguas estão ameaçadas de extinção, comunidades inteiras foram forçadas a se retirarem à força diante dos eventos climáticos ou de guerras, tradições e vínculos se perdem no emaranhado das relações econômicas e políticas que não permitem que saberes ancestrais possam viver em harmonia em seu território e comunidades vizinhas. Temos presenciado o esforço de alguns países e organizações internacionais para incluir e envolver os povos originários para ensinar e mostrar como são suas relações com a natureza e seu modo de vida sustentável.

Diversas comunidades espalhadas no globo possuem valiosas práticas sustentáveis que envolvem uma vida de equilíbrio e de respeito com o local em que vivem e com os membros de sua comunidade e de outros territórios, no entanto estão à margem de todo o processo que regem as diretrizes e decisões globalmente. São nesses saberes e formas de fazer ancestrais que se perpetuaram até os dias atuais que estão colocadas as esperanças para encontrar soluções sustentáveis aos desafios contemporâneos.

## Referências

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens Culturais Registrados**. 2024. Disponível em: <http://colaborativo.ibict.br/tainacan-iphan/> Acesso em 21 out.2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programa-nacional-do-patrimonio-imaterial-pnpi> Acesso em 21 out.2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Vídeo – Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê**. Disponível em: <http://colaborativo.ibict.br/tainacan-iphan/midias-registro/video-ritual-yaokwa-do-povo-indigena-enawene-nawe/> Acesso em 21 out.2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências**. 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm#:~:text=D3551&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,Imaterial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm#:~:text=D3551&text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,Imaterial%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias) Acesso em 21 out.2024.

UNESCO. **Text of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. 2003. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/convention> Acesso em 20 out.2024.

UNESCO. **UNESCO helps future generations safeguard intangible heritage**. 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/days/literacy?hub=66710> Acesso em 20 out.2024.

WIKIPEDIA. **Bandoneón**. 2024. Disponível em: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Bandone%C3%B3n> Acesso em 20 out.2024.

## Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e o Recorde em Financiamento Climático Global

### *Multilateral Development Banks and the Record in Global Climate Finance*

**Isis Pillar Cazumbá**

**Abstract.** *The article shows that the Multilateral Development Banks (MDBs), a coalition formed by the Inter-American Development Bank (IDB), the World Bank (WB) and eight other institutions, announced a historic record of global climate financing in 2023. It also presents a summary of the important Report on Poverty, Prosperity and Planet 2024, recently released by the World Bank.*

**Keywords:** *IADB. World Bank. Multilateral Development Banks. Climate Financing. Development.*

**Resumo.** O artigo mostra que os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), em uma coalizão formada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Banco Mundial (BM) e mais oito instituições, anunciaram um recorde histórico de financiamento climático global em 2023. Apresenta também um resumo sobre o importante *Relatório sobre Pobreza, Prosperidade e Planeta 2024*, recém-lançado pelo Banco Mundial.

**Palavras-chave:** BID. Banco Mundial. Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Financiamento Climático. Desenvolvimento.

### O Financiamento Climático Global aos Países

Líderes do Banco Mundial (BM), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Africano de Desenvolvimento, do Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas, do Banco Asiático de Desenvolvimento, do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, do Banco Europeu de Investimento, do Novo Banco de Desenvolvimento e do Banco Islâmico de Desenvolvimento anunciaram os números sobre o financiamento climático.

De acordo com o *Relatório Conjunto de 2023 sobre o Financiamento Climático dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento*<sup>18</sup>, o financiamento climático global atingiu um recorde de US\$ 125 bilhões no ano de 2023 através da coalizão dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs). O documento aponta que as instituições forneceram o dobro de financiamento de 2019, ano em que as instituições manifestaram a intenção de aumentar os recursos para o setor durante a realização da Cúpula de Ação Climática. O anúncio feito pelas instituições financeiras antecede a 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 29), que será em novembro, no Azerbaijão, tendo como um dos assuntos principais o aumento dos recursos para promoção do financiamento climático global.

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/2023-joint-report-multilateral-development-banks-climate-finance>

Conforme o documento, os BMDs liberaram US\$ 74,7 bilhões em financiamento climático para países de economias de baixa e média renda, onde US\$ 50 bilhões foram usados para mitigar os efeitos provocados pelo clima e US\$ 24,7 bilhões para atuar na adaptação às alterações climáticas. Países de economias de alta renda igualmente receberam recursos endereçados ao setor, com recursos de US\$ 72,7 bilhões<sup>19</sup>.

A respeito de empréstimos para os países da América Latina e do Caribe (ALC), foram disponibilizados US\$ 7,5 bilhões, sendo “US\$ 6,1 bilhões do BID para o setor público, US\$ 1,5 bilhão por meio de compromissos totais do BID Invest de financiamento de longo prazo por conta própria e US\$ 25 milhões para projetos inovadores do BID Lab<sup>20</sup>”. A questão das mudanças climáticas é desafiadora na região, especialmente nos países insulares e costeiros que estão severamente vulneráveis. O presidente do BID, Ilan Goldfajn pontuou sobre o financiamento climático na ALC, destacando que a instituição está comprometida em aumentar o seu financiamento climático de forma gradual na próxima década, disponibilizando instrumentos financeiros diversificados que ajudem as ações climáticas a evoluírem na região. Goldfajn ainda completou que os BMDs desenvolverão relatórios em conjunto a respeito dos novos rumos do financiamento climático para os próximos anos<sup>21</sup>.

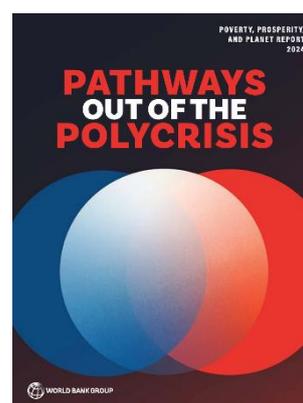
\*\*\*

Após o anúncio da formação da coalizão, os BMDs indicaram as áreas mais urgentes a serem trabalhadas, tendo a mitigação dos efeitos climáticos como uma das áreas escolhidas. A criação de ações conjuntas em relação ao clima foi elaborada para aumentar a resposta, contribuindo para uma maior resiliência dos países.

O relatório produzido pelos BMDs sobre o financiamento climático é uma colaboração anual, que tem como objetivo mostrar o quanto de recursos foi fornecido aos países, divulgando a metodologia de como são feitos estes financiamentos. Além do relatório, existem as publicações independentes das instituições com as suas próprias estatísticas a respeito do financiamento climático, que se objetiva conferir os progressos relacionados ao que foi acordado e a aplicação de maiores recursos para continuar o enfrentamento.

### **Relatório sobre Pobreza, Prosperidade e Planeta 2024 do Banco Mundial**

O Banco Mundial lançou o *Relatório sobre Pobreza, Prosperidade e Planeta 2024*, que oferece a primeira avaliação pós-pandemia do progresso global em direção a esses objetivos interligados e explora possíveis caminhos para sair da polícrise de hoje - um ambiente em que desafios múltiplos e interconectados estão impactando o mundo simultaneamente. As mensagens do relatório são apresentadas em torno do progresso em termos de metas, caminhos para avançar e prioridades, dependendo de onde os países estão nas metas interligadas. Acesso: [Open Knowledge Repository](https://openknowledge.worldbank.org/)



<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/climate-finance-multilateral-development-banks-hits-historic-record-2023>

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/climate-finance-multilateral-development-banks-hits-historic-record-2023>

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/climate-finance-multilateral-development-banks-hits-historic-record-2023>

### ***A redução da pobreza global desacelerou para uma quase paralisação***

Hoje, quase 700 milhões de pessoas (8,5% da população global) vivem em extrema pobreza - com menos de US \$ 2,15 por dia. O progresso estagnou em meio ao baixo crescimento, retrocessos devido ao COVID-19 e aumento da fragilidade. As taxas de pobreza em países de baixa renda são mais altas do que antes da pandemia.

Cerca de 3,5 bilhões de pessoas (44% da população global) permanecem pobres por um padrão que é mais relevante para países de renda média alta (US \$ 6,85 por dia), e o número de pessoas que vivem com menos do que esse padrão quase não mudou desde a década de 1990 devido ao crescimento populacional.

Em 2024, a África Subsaariana representava 16% da população mundial, mas 67% das pessoas viviam em extrema pobreza. Dois terços da população mundial em extrema pobreza vivem na África Subsaariana, aumentando para três quartos quando se inclui todos os países frágeis e afetados por conflitos. Cerca de 72% da população mundial em extrema pobreza vive em países elegíveis para receber assistência da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA).

Com base na trajetória atual, 622 milhões de pessoas (7,3% da população global) devem viver em extrema pobreza em 2030. Isso significa que cerca de 69 milhões de pessoas devem escapar da pobreza extrema entre 2024 e 2030, em comparação com cerca de 150 milhões que o fizeram entre 2013 e 2019. Além disso, 3,4 bilhões de pessoas (quase 40% da população mundial) provavelmente viverão com menos de US\$ 6,85 por dia.

Se o crescimento não acelerar e se tornar mais inclusivo, levará décadas para erradicar a pobreza extrema e mais de um século para elevar as pessoas acima da linha de pobreza de US\$ 6,85 por dia.

### ***Melhorias na prosperidade compartilhada estagnaram***

O crescimento médio da renda por si só não é um marcador suficiente de desenvolvimento, por isso é importante acompanhar a prosperidade compartilhada, uma medida da inclusão do crescimento. O *Global Prosperity Gap*, um novo indicador de prosperidade compartilhada usado pelo Banco Mundial, rastreia a distância que o mundo está, em média, de um limite de US\$ 25 por pessoa por dia, com ênfase específica na renda dos mais pobres.

O progresso na redução da lacuna de prosperidade estagnou desde a pandemia, destacando uma desaceleração no crescimento da renda inclusiva durante esse período.

A alta desigualdade pode refletir a falta de oportunidades de mobilidade socioeconômica, o que pode prejudicar ainda mais as perspectivas de crescimento inclusivo e redução da pobreza ao longo do tempo.

Cerca de um quinto da população mundial vive em países com alta desigualdade. Hoje, altos níveis de desigualdade de renda ou consumo estão concentrados entre os países da África Subsaariana e da América Latina e Caribe.

É necessário um crescimento mais rápido e inclusivo para acelerar o progresso na obtenção da prosperidade compartilhada. Nas taxas de crescimento atuais, um país típico de renda média-alta precisará de 100 anos para fechar a lacuna de prosperidade. O número de anos necessários pode ser reduzido se o crescimento da renda for substancialmente mais rápido ou

mais inclusivo. Os países podem alcançar o mesmo nível de prosperidade com menos crescimento e uma diminuição no nível de desigualdade.

Melhorar a renda do trabalho criando mais e melhores empregos e investindo em educação, infraestrutura e serviços básicos será importante para permitir que as pessoas que vivem na pobreza se beneficiem mais e contribuam para o crescimento e aumentem sua resiliência em meio a choques crescentes.

### ***A mudança climática representa um risco fundamental para a redução da pobreza e da desigualdade***

Hoje, uma em cada cinco pessoas corre o risco de um evento climático extremo em sua vida. Isso significa que elas provavelmente enfrentarão reveses severos em seus meios de subsistência, dificultando significativamente os esforços de redução da pobreza.

Espera-se que os riscos das pessoas aos perigos climáticos aumentem, a menos que a resiliência seja fortalecida e as emissões de gases de efeito estufa (GEE) diminuam.

Proteger as pessoas de eventos climáticos extremos requer agir em duas frentes: (i) reduzir a vulnerabilidade por meio do aprimoramento da gestão de riscos; e (ii) prevenir a escalada de perigos climáticos futuros por meio da aceleração de transformações para reduzir a intensidade de emissões do crescimento.

### ***Avançar em metas interligadas requer uma base sólida de evidências***

Os dados são a infraestrutura para políticas e, portanto, devem ser priorizados. A análise apresentada neste relatório depende em grande parte de dados de pesquisas domiciliares. Embora a disponibilidade de dados tenha melhorado em muitos países, menos da metade dos países do mundo tinha uma pesquisa domiciliar disponível para monitoramento da pobreza em 2020 ou depois. Isso reflete questões de cobertura e acessibilidade.

A visão expandida do Banco Mundial, com um novo foco na prosperidade compartilhada e na inclusão de um planeta habitável, exige melhorias substanciais na qualidade dos dados. Novos indicadores exigem boa cobertura de toda a distribuição global de renda e consumo, dados espaciais detalhados sobre exposição a riscos relacionados ao clima e pobreza multidimensional.

À luz da revolução dos dados, investimentos significativos são necessários para modernizar pesquisas e acelerar a integração e padronização de várias fontes de dados. Ao mesmo tempo, os esforços devem se concentrar em alavancar modelos de aprendizado de máquina e inteligência artificial para fechar lacunas de dados e permitir um monitoramento mais oportuno.

### **Referências**

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Climate finance by multilateral development banks hits historic record in 2023 [acesso em 16 out 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/climate-finance-multilateral-development-banks-hits-historic-record-2023>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] 2023 Joint Report on Multilateral Development Banks Climate Finance [acesso em 16 out 2024]. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/2023-joint-report-multilateral-development-banks-climate-finance>

## Relatório SDG Pulse 2024

### *SDG Pulse Report 2024*

**Claudia Chamas**

**Bernardo Bahia Cesário**

**Abstract:** *WTO initiates the selection process for next Director-General. The SDG Pulse 2024 report, published by UNCTAD, provides a comprehensive overview of global progress towards achieving the Sustainable Development Goals (SDGs). It highlights key economic, social, and environmental challenges, with a special focus on trade, investment, and the digital divide. Despite positive trends in areas such as the growth of global services trade, significant gaps remain in gender equality, sustainable development, and financial flows to developing nations. The report emphasizes the urgent need for enhanced cooperation and targeted policies to bridge these disparities.*

**Keywords:** *Sustainable Development, UNCTAD, trade, services growth, financial flows, gender inequality, digital divide*

**Resumo:** OMC inicia o processo de seleção do próximo Diretor-Geral. O relatório *SDG Pulse 2024*, publicado pela UNCTAD, oferece visão ampla sobre o progresso global em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Destaca os principais desafios econômicos, sociais e ambientais, com foco no comércio, investimento e na divisão digital. Apesar das tendências positivas, como o crescimento do comércio global de serviços, permanecem lacunas significativas em termos de igualdade de gênero, desenvolvimento sustentável e fluxos financeiros para as nações em desenvolvimento. O relatório enfatiza a necessidade urgente de maior cooperação e políticas direcionadas para superar essas disparidades.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável, UNCTAD, comércio, crescimento de serviços, fluxos financeiros, desigualdade de gênero, divisão digital

### **OMC inicia o processo de seleção do próximo Diretor-Geral**

O Embaixador Petter Ølberg, da Noruega, como Presidente do Conselho Geral, supervisionará o processo de seleção do Diretor-Geral da OMC, seguindo os procedimentos estabelecidos. Em 4 de outubro, Ølberg anunciou o apoio dos membros a um cronograma acelerado, enfatizando a transparência e a inclusão. As indicações estão abertas até 8 de novembro. Os candidatos terão então até 8 de fevereiro de 2025 para mostrar suas qualificações aos membros. A fase final de tomada de decisão durará até 8 de abril de 2025, durante a qual o Conselho Geral realizará consultas para determinar o nomeado. A atual Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala, cujo mandato começou em março de 2021 e termina em 31 de agosto de 2025, expressou sua intenção de buscar nova indicação (OMC, 2024).

### **Relatório SDG Pulse 2024 – Panorama geral**

O relatório *SDG Pulse 2024*, publicado pela UNCTAD, destaca tendências globais importantes para o cumprimento dos ODS. Entre os pontos principais, o comércio de serviços global cresceu 8,9% em 2023, compensando parcialmente a queda de 4,6% no comércio de

bens. Economias em desenvolvimento, como as da América Latina e África, aumentaram suas exportações de serviços em 9,5%, mas ainda enfrentam desafios significativos, como a sub-representação de mulheres no mercado de trabalho e a baixa capacidade produtiva, especialmente nas LDCs.

Outros pontos centrais incluem o aumento recorde da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) para US\$ 223,7 bilhões, embora este valor ainda esteja aquém da meta de 0,70% da renda nacional bruta. A desigualdade digital e a vulnerabilidade climática continuam a afetar principalmente as economias mais pobres, com a frequência de desastres naturais aumentando cinco vezes nos últimos 50 anos. O relatório também ressalta o impacto negativo dos fluxos financeiros ilícitos, que continuam a privar os países em desenvolvimento de recursos essenciais para seu progresso sustentável.

## **O comércio de serviços aumentou enquanto o comércio de bens diminuiu em 2023**

### **Queda no comércio global de bens**

Em 2023, o comércio global de bens registrou queda de 4,6%, enquanto o comércio de serviços cresceu 8,9%. As economias em desenvolvimento viram suas exportações totais de bens e serviços caírem 3,7%, atingindo cerca de US\$ 12 trilhões, após recorde de quase US\$ 13 trilhões em 2022. Essa retração foi impulsionada pela redução de 6,3% no comércio de bens, refletindo as dificuldades econômicas globais.

### **Crescimento robusto no comércio de serviços**

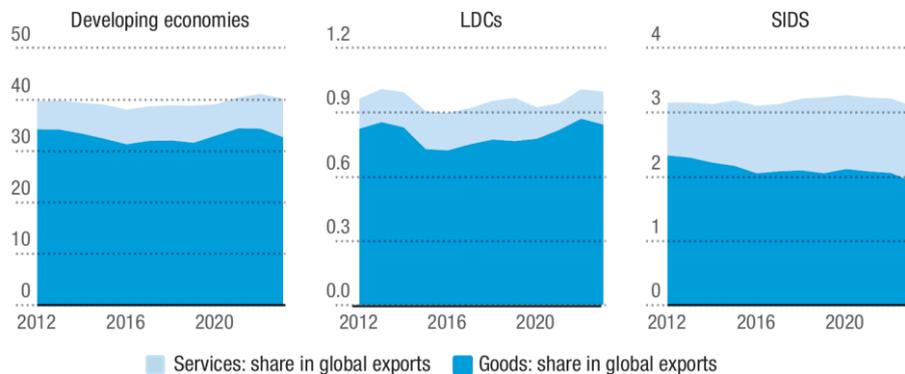
Apesar da queda no comércio de bens, o comércio de serviços nas economias em desenvolvimento aumentou significativamente, com crescimento de 9,5%. As receitas de viagens internacionais, por exemplo, registraram aumento expressivo de 56%, à medida que o setor se recupera da pandemia. No entanto, as exportações de transporte sofreram contração de 17%, em grande parte devido à queda no valor do transporte de cargas.

### **Estagnação da participação das economias em desenvolvimento no comércio global**

Em 2023, as economias em desenvolvimento não conseguiram aumentar sua participação no comércio global. Esse fenômeno também foi observado nos países menos desenvolvidos (LDCs) e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS). Apesar do crescimento absoluto nas exportações, a participação dos LDCs nas exportações globais de bens e serviços permaneceu estagnada em torno de 1%, longe da meta dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) que buscava dobrar essa participação de 1% em 2011 para 2%.

Em comparação, os SIDS representaram cerca de 3% das exportações globais em 2023, enquanto todas as economias em desenvolvimento, em conjunto, responderam por 40% do total das exportações. Nas exportações dos LDCs, os bens continuaram a dominar com uma fatia de 0,8%, enquanto os serviços representaram apenas 0,2% das exportações globais.

**Figura 1 - Os países menos desenvolvidos (LDCs) não estão no caminho para alcançar a Meta 17.11 dos ODS de aumentar significativamente sua participação nas exportações globais - Percentual das exportações globais**



Source: UNCTADstat (UNCTAD, 2024a).

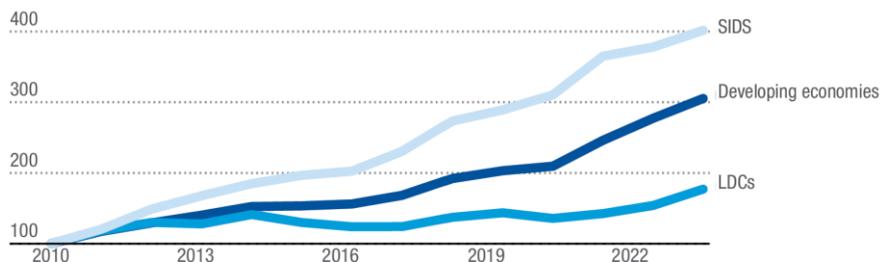
Note: Year 2023 figures are preliminary. Goods are measured according to the balance of payments concepts.

Fonte: UNCTAD. SDG Pulse 2024.

### Digitalização e serviços entregues remotamente

O comércio digital, que abrange produtos e serviços encomendados ou entregues remotamente por redes de computadores, continua a ganhar relevância. Desde 2010, as exportações de serviços digitais nas economias em desenvolvimento triplicaram, e, nas pequenas economias insulares, o aumento foi de quatro vezes. O crescimento digital é especialmente forte em Singapura, onde as exportações de serviços têm mostrado grande expansão.

**Figura 2 - Os países menos desenvolvidos (LDCs) estão atrasados no comércio de serviços entregues digitalmente - Exportações, Índice (2010 = 100)**



Source: UNCTADstat (UNCTAD, 2024a).

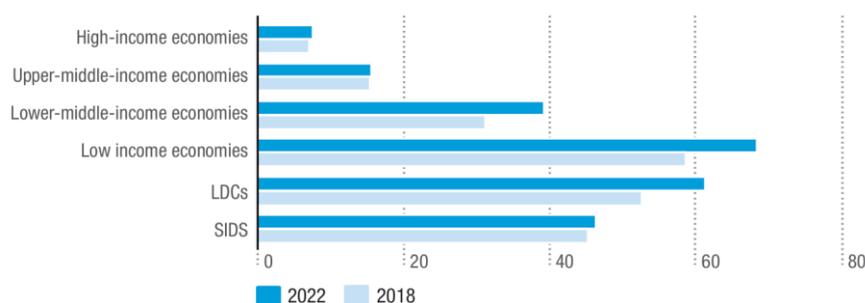
Note: Year 2023 figures are preliminary.

Fonte: UNCTAD. SDG Pulse 2024.

### O objetivo de erradicar a fome está cada vez mais distante

Desde o início dos anos 2000, o mundo apresentou redução nos níveis de fome. No entanto, nos últimos anos, essa tendência positiva foi revertida, especialmente nos países menos desenvolvidos (LDCs). Em 2022, 61% da população dos LDCs enfrentava insegurança alimentar moderada ou grave, aumento preocupante. Além disso, mais de 1 milhão de pessoas foram levadas à situação de catástrofe alimentar em Gaza devido aos conflitos na região.

**Figura 3 – A segurança alimentar está se deteriorando mais onde a fome já era prevalente - Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população total, em porcentagem (ODS 2.1.2)**



Source: FAO (2024).

Note: Numbers are three-year averages with 2022 representing the period 2021–2023 and 2018 the period 2017–2019.

Fonte: UNCTAD. SDG Pulse 2024.

### Apesar de novos recordes, a assistência ao desenvolvimento está longe das metas acordadas

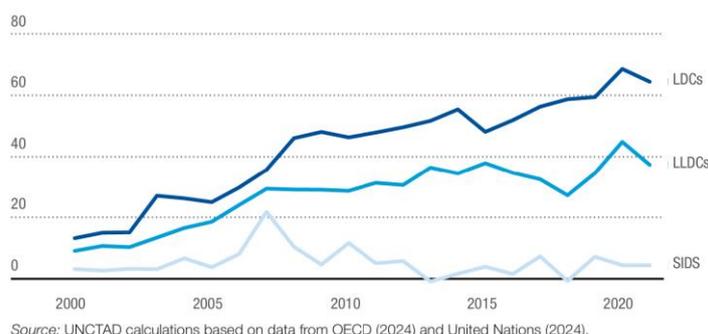
#### Recorde histórico de assistência oficial ao desenvolvimento (ODA)

Em 2023, a assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) atingiu o valor recorde de US\$ 223,7 bilhões, aumento de 1,8% em relação ao ano anterior. No entanto, essa quantia representa apenas 0,37% da renda nacional bruta (RNB) dos países doadores, muito abaixo da meta de 0,70% acordada internacionalmente.

#### Desafios enfrentados por LDCs, LLDCs e SIDS

Os países menos desenvolvidos (LDCs), os países em desenvolvimento sem litoral (LLDCs) e os pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS) continuam a enfrentar desafios significativos para alcançar seus objetivos de desenvolvimento. Em 2021, os fluxos de recursos totais, incluindo ODA, outros fluxos oficiais e privados, para esses países foram de US\$ 60,4 bilhões para os LDCs e US\$ 37,2 bilhões para os LLDCs. Para os SIDS, os desembolsos totalizaram apenas US\$ 4,2 bilhões, refletindo sua maior vulnerabilidade.

**Figura 4 - Queda acentuada na assistência total ao desenvolvimento após a pandemia de COVID-19 para LDCs e LLDCs; para os SIDS, os fluxos permanecem estagnados - Bilhões de dólares americanos (ODS 10.b.1)**



Source: UNCTAD calculations based on data from OECD (2024) and United Nations (2024).

Fonte: UNCTAD. SDG Pulse 2024.

Desde a crise financeira de 2008, esses fluxos têm mostrado crescimento lento e altos níveis de volatilidade, acentuados pela pandemia de COVID-19. Embora os níveis de

financiamento tenham permanecido acima dos valores pré-pandemia, a recuperação tem sido desigual e insuficiente para lidar com os crescentes desafios de desenvolvimento nesses países.

### Crescimento na "Aid for Trade" e lacunas persistentes

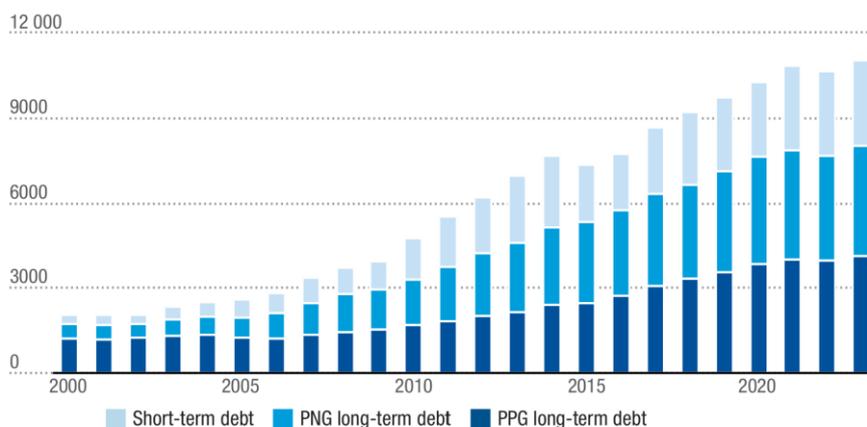
Em 2022, os desembolsos da iniciativa "Aid for Trade" para as economias em desenvolvimento atingiram US\$ 55,3 bilhões, o valor mais alto já registrado. No entanto, a lacuna de financiamento, ou seja, a diferença entre os compromissos e os desembolsos reais, aumentou novamente, alcançando US\$ 14,4 bilhões. Para os LDCs, essa diferença foi de US\$ 5,6 bilhões, representando defasagem de 27% em relação aos compromissos assumidos.

### Crescimento da dívida externa nos países em desenvolvimento

Outro ponto preocupante é o aumento da dívida externa das economias em desenvolvimento, que mais que dobrou nos últimos dez anos, atingindo US\$ 11,4 trilhões em 2023. Entre 2009 e 2018, a dívida cresceu em média 9,9% ao ano, mas desde 2019 essa taxa desacelerou para 3,2% ao ano. Mesmo assim, o fardo da dívida continua a se agravar, colocando pressão significativa sobre os esforços de financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável.

Em muitos desses países, os pagamentos de juros da dívida já superam os investimentos em áreas essenciais como saúde e educação, exacerbando as desigualdades e dificultando o progresso em direção às metas dos ODS. Atualmente, cerca de 3,3 bilhões de pessoas vivem em países que gastam mais com o serviço da dívida do que com esses setores críticos.

**Figura 5 - A dívida externa total das economias em desenvolvimento continua a aumentar - Bilhões de dólares americanos**



Source: UNCTAD calculations based on data from the World Bank (2024), IMF (2024) and national sources. Data for 2023 are estimated.

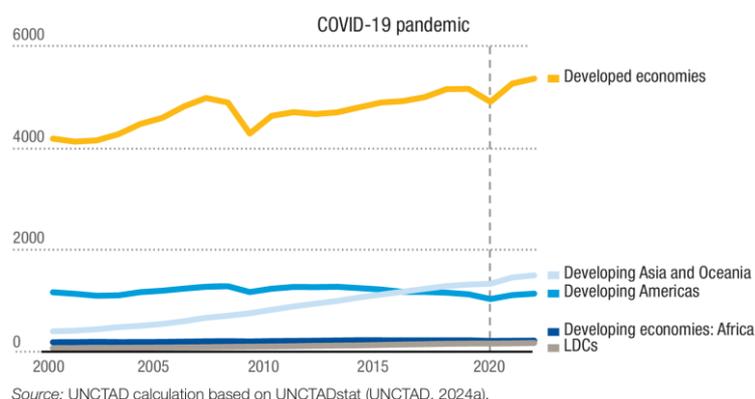
Fonte: UNCTAD. SDG Pulse 2024.

### Vulnerabilidades, baixa diversificação e divisões digitais deixam a África e os LDCs para trás

A diversificação econômica continua sendo um grande desafio para as economias africanas e os países menos desenvolvidos (LDCs). Nas últimas duas décadas, o valor agregado manufatureiro per capita nas economias da Ásia e Oceania aumentou 3,5 vezes, enquanto a América Latina e o Caribe experimentaram declínio. Na África, o crescimento foi modesto, de apenas 13% em 20 anos, mas, desde 2018, houve queda, com o valor caindo de US\$ 216 para US\$ 209 em 2022.

Esse desempenho contrasta fortemente com o dos países desenvolvidos, onde o valor adicionado per capita na manufatura é 25 vezes maior do que o da África. Nos LDCs, o valor agregado manufatureiro per capita foi de apenas US\$ 163 em 2022, valor 33 vezes inferior ao dos países desenvolvidos. Embora os LDCs tenham experimentado crescimento de 4,5 vezes no valor manufatureiro desde 2002, esse progresso estagnou desde a pandemia de COVID-19.

**Figura 6 - Valor adicionado per capita pela manufatura: estável na maioria das regiões, crescimento rápido na Ásia e Oceania - Dólares americanos a preços constantes de 2015 (ODS 9.2.1)**



Fonte: UNCTAD. SDG Pulse 2024.

### Disparidades no acesso digital

As divisões digitais são fator crítico de desigualdade global. Em 2023, embora 90% da população mundial estivesse coberta por redes 4G, apenas 54% da população da África Subsaariana tinha acesso a essa tecnologia. Regiões como o Leste Asiático e a Europa já alcançaram cobertura universal, o que destaca a disparidade significativa em relação à África. Além disso, cerca de 2,6 bilhões de pessoas permanecem desconectadas da internet, o que representa grande obstáculo ao desenvolvimento econômico, especialmente em áreas relacionadas ao comércio digital e ao acesso a serviços essenciais.

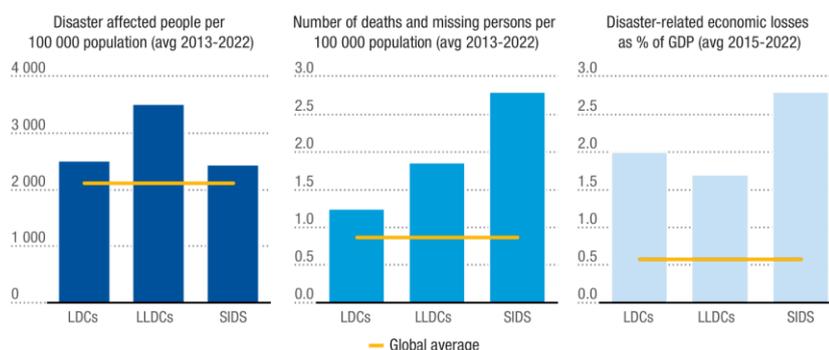
### Impacto das crises globais no transporte marítimo

A África e os LDCs sofrem com as consequências de crises globais no transporte marítimo. Conflitos como a guerra na Ucrânia, tensões no Mar Vermelho e problemas no Canal do Panamá aumentaram as distâncias de transporte, elevando os custos operacionais e prejudicando o comércio. A falta de resiliência nas cadeias logísticas e a crescente distância percorrida pelos navios resultam em custos adicionais, afetando negativamente as economias mais vulneráveis.

### Mundo fora do caminho para reduzir vulnerabilidades e riscos

O número de desastres globais aumentou cinco vezes nas últimas cinco décadas, e essa tendência deve continuar. Os países de baixa renda, embora sejam os que menos contribuem para as mudanças climáticas, estão entre os mais afetados. Cerca de 70% dos desastres mundiais ocorrem nesses países, com os LDCs, LLDCs e SIDS pagando o preço humano e econômico mais alto. Entre 2013 e 2022, o número de mortes e pessoas desaparecidas por desastres em LDCs e LLDCs foi 2,7 vezes maior que a média global, enquanto nos SIDS esse valor foi 2,13 vezes superior. Além disso, essas regiões sofrem perdas econômicas maiores, com os desastres representando uma média de até 2,5% do PIB nos SIDS.

**Figura 7 - Os LDCs, LLDCs e SIDS pagam o maior preço humano e econômico dos desastres (ODS 1.5.1 e ODS 1.5.2)**



Source: UNCTAD calculations based on UNDRR (2024).

Fonte: UNCTAD. SDG Pulse 2024.

Reduções na intensidade de carbono global também estão em andamento, com queda de 63% entre 1990 e 2022, mas grandes variações regionais permanecem. A Europa, por exemplo, reduziu suas emissões anuais de CO2 fóssil em 27% desde 1990, enquanto China e Índia aumentaram suas emissões em 5,3 e 4,5 vezes, respectivamente.

#### **Em foco: Mulheres produzem apenas 20-40% do valor exportado**

Apesar de avanços globais, as mulheres continuam sub-representadas nos setores comerciais. Em termos de valor agregado doméstico nas exportações, as contribuições das mulheres variam entre 20% e 40%, dependendo da região. Nos países desenvolvidos, as mulheres representavam 36% da força de trabalho nos setores comercializáveis em 2020, enquanto nos países em desenvolvimento essa proporção foi de 39%. A diferença de gênero é mais evidente nas indústrias e na agricultura, onde a participação feminina é menor, mas nos serviços, que crescem mais rapidamente, as mulheres têm maior representação.

Os setores de serviços, em particular, oferecem oportunidade significativa para o empoderamento econômico feminino, com o crescimento do comércio de serviços superando o de bens desde 2011. Em regiões como a África e a Ásia, onde as mulheres estão concentradas no setor de serviços, o aumento do comércio de serviços pode elevar suas contribuições econômicas de maneira significativa.

#### **Ações da UNCTAD para o desenvolvimento sustentável**

A UNCTAD alinhou suas atividades de cooperação técnica com a Agenda 2030, adaptando seus programas para abordar novos desafios em comércio, finanças, tecnologia e investimento. Em 2023, a UNCTAD destinou mais de US\$ 57 milhões para 219 projetos em 74 países, com destaque para ações inter-regionais e em áreas como a Ásia, Oceania e África, que receberam quase 55% dos recursos.

Em termos de apoio específico aos ODS, os projetos que mais receberam financiamento foram aqueles voltados para o ODS 17 (parcerias para as metas) e o ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura), embora as áreas de vida terrestre (ODS 15) e trabalho decente (ODS 8) também tenham recebido atenção.

A UNCTAD também promoveu programas como o Empretec, que capacitou mais de 550 mil pessoas desde 1988, ajudando na criação de pequenas e médias empresas em países em

desenvolvimento. Além disso, o programa *TrainForTrade* aprimorou as capacidades de mais de 20 mil participantes de 219 países entre 2018 e 2023, focando em áreas como gestão portuária, comércio eletrônico e estatísticas internacionais de comércio.

### **Referências**

1. United Nations Trade & Development (UNCTAD). *SDG Pulse 2024*. 2024. Disponível em: <https://unctad.org/publication/sdg-pulse-2024>

2. OMC. WTO initiates selection process for next Director-General. [https://www.wto.org/english/news\\_e/news24\\_e/dgsel\\_08oct24\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news24_e/dgsel_08oct24_e.htm)

## **Conflitos, crises humanitárias e fome: atuação da sociedade civil nas diferentes frentes**

***Diana Zeballos, Renan Amaral Oliveira,  
Laurenice Pires, Patrícia Lewis Carpio,  
Matheus dos Santos da Silveira,  
Tatiana Cerqueira Machado Medrado  
e Luis Eugênio de Souza***

### **Resumo**

Nesta quinzena, foram monitoradas 38 Organizações da Sociedade Civil, das quais 24 tiveram manifestações registradas neste informe devido à relevância para a saúde global. Temas como o genocídio em Gaza e os ataques israelenses ao Líbano, com apelos por um cessar-fogo e pela solidariedade internacional foram, mais uma vez, destaques nas manifestações. Em relação à Gaza, foi ressaltado o impacto sobre pacientes e hospitais, além da fome generalizada, particularmente entre crianças. Também foi abordado o fechamento de unidades de saúde no Líbano devido à insegurança. A saúde mental foi outro tema relevante com organizações promovendo a conscientização e o fortalecimento da saúde mental em contextos de mudanças climáticas. As doenças não transmissíveis tiveram destaque em relação aos avanços da OMS no Sudeste Asiático e a importância da atividade física no Mediterrâneo Oriental. Questões como a acessibilidade a medicamentos preventivos contra o HIV, a vacinação contra o HPV e a gripe em pessoas vivendo com HIV também foram ressaltadas, assim como uma campanha contra a pólio. Nas organizações de interesse privado, ajuda humanitária em situações de conflito e saúde mental emergiram como temas centrais, destacando-se a importância de se manter abertos corredores humanitários e de oferecer a vacinação mesmo em momentos de crise.

### **Introdução**

Nesta quinzena foram monitoradas 38 Organizações da Sociedade Civil, das quais 24 fizeram manifestações relevantes para o registro neste informe. Muitas organizações de interesse público aproveitaram o momento em que se completou um ano de genocídio em Gaza para fazer reflexões sobre a situação, agravada pelos recentes ataques de Israel ao Líbano, apelando por um cessar-fogo e pela solidariedade internacional para resistir a essa violência. A Progressive International destacou o fato de autoridades israelenses expressarem abertamente a intenção de anexar terras palestinas, utilizando a limpeza étnica como método, com o apoio dos Estados Unidos. O SHEMA fez um apelo para pôr fim ao genocídio em Gaza, lembrando das mortes e desaparecimentos entre palestinos que ascende a mais de 50 mil. A ActionAid e a CARE apelaram pela proteção das instalações de saúde e pelo acesso irrestrito à ajuda humanitária para aliviar o sofrimento da população de Gaza. Sobre esse tema, a ActionAid alertou para o impacto nos pacientes e nas equipes médicas da evacuação dos hospitais no norte da Gaza, além do cerco ao Hospital Kamal Adwan. A CARE destacou a fome generalizada, principalmente afetando crianças, e pediu um cessar-fogo imediato, além do respeito ao Direito Humanitário Internacional. No que se refere aos ataques no Líbano, a ActionAid mencionou o impacto na

higiene das mulheres e meninas que estão com acesso limitado a absorventes, banheiros e água limpa, mesmo com apoio das organizações no fornecimento de kits de higiene. Acrescentou que os recursos são limitados e a demanda continua a crescer na medida em que os ataques persistem. Da mesma forma, os Médicos Sem Fronteira alertaram que, no Líbano, as unidades de saúde estão sendo fechadas por falta de segurança, comprometendo o acesso de civis aos serviços.

A passagem do Dia Mundial da Saúde Mental foi registrada pela WONCA que organizou um webinar sobre saúde mental no trabalho. A European Public Health Alliance publicou uma declaração assinada por 32 organizações da sociedade civil europeia, apelando por uma ação urgente e concreta para melhorar a saúde mental dos europeus. A Federação Mundial para a Saúde Mental destacou a necessidade de colaboração entre agências multilaterais para fortalecer a capacidade dos serviços de saúde mental nas Ilhas do Pacífico que enfrentam impactos das mudanças climáticas. Acrescentou a importância da adoção de um modelo de atenção à saúde mental guiado por experiências locais.

As doenças não transmissíveis (DNTs) também foram tema frequente na quinzena: uma entrevista publicada pela Federação Mundial de Associações de Saúde Pública destacou que a abordagem das DNTs envolve mudanças políticas, engajamento da comunidade e pesquisa contínua. A World Heart Federation parabenizou a OMS pelos avanços no enfrentamento das DNTs no Sudeste asiático e propôs a negociação de uma declaração sobre as DNTs na quarta reunião de alto nível da ONY sobre DNTs para fortalecer os planos nacionais de saúde cardiovascular. Na região das Américas, a World Heart Federation publicou declaração em que defende o direito ao mais alto padrão de saúde possível e que foi apresentada ao Comitê Regional para as Américas. Tratando do Mediterrâneo Oriental, a World Heart Federation publicou declaração sobre a importância da atividade física e instou os Estados-membros a implementar a Declaração de Doha sobre cidades saudáveis e promoção de atividade física. A ACT Promoção da Saúde registrou a reunião do C20, grupo da Sociedade Civil no âmbito do G20, que discutiu a arquitetura do financiamento para acabar com a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição em todas as suas formas.

No Dia Mundial da Ética, a Federação Internacional de Hospitais celebrou uma década de seu International Consensus Framework para colaboração ética em saúde e anunciou sua revisão para enfrentar novos desafios. A International Alliance of Patients Organizations reforçou o compromisso com a ética, destacando quatro princípios fundamentais: centralidade do paciente, pesquisa ética, independência e transparência.

A Progressive International levantou dúvidas sobre os benefícios reais dos projetos de hidrogênio verde na Tunísia, enquanto a UE os promove como parte da transição verde. Críticos argumentam que esses projetos representam uma nova forma de imperialismo energético, explorando os recursos do Sul Global em benefício da Europa. A Planetary Health Alliance destacou um artigo que discute como avaliar o progresso e garantir a responsabilização dos países que se comprometeram a desenvolver sistemas de saúde nacionais resilientes às mudanças climáticas e com baixa emissão de carbono.

As doenças infecciosas foram objeto de manifestações das organizações da sociedade civil de interesse público, incluindo a tuberculose. Chamou-se atenção para o fato de que crianças estão sendo negligenciadas nos esforços globais para combater a doença. Sobre a leishmaniose, foi anunciado que um novo medicamento está sendo desenvolvido a partir da

casca de uma pequena árvore nativa da África tropical. Também foi destacado o aumento do número de casos da febre negra que está se disseminando por causa das mudanças climáticas.

Entre temas menos frequentes, mas não menos importantes, foi mencionada a saúde oral escolar, com a publicação de um livro de casos de programas bem-sucedidos para a redução de cáries dentais e conscientização mais ampla da comunidade. Continuaram os apelos para tornar mais acessíveis os medicamentos de prevenção ao HIV, destacando-se que os governos não devem aguardar a vontade das empresas farmacêuticas para torná-los mais acessíveis. Sobre doenças preveníveis com vacinas, a WFPHA destacou a promoção a vacinação contra o HPV, neutra em termos de gênero. A fundação Huésped divulgou pesquisa sobre vacina da gripe que está realizando entre pessoas vivendo com HIV e a Rotary International divulgou a campanha em comemoração ao Dia Mundial de Combate à Pólio e comprometeu-se a apoiar as respostas ao surto de pólio em Gaza. Questões de gênero foram destacadas na passagem do Dia da Mulher Rural, lembrando-se a contribuição delas para a saúde. A Women in Global Health publicou insights feministas sobre o Pacto Global dos Trabalhadores na Saúde e seu potencial para empoderar as mulheres na saúde.

Nas organizações de interesse privado, os temas principais dessa quinzena foram a vacinação, os esforços humanitários em zonas de conflito, a alimentação global, a genômica e as mudanças climáticas. Chama a atenção o destaque sobre ajuda humanitária, abordando duas temáticas: os cuidados de saúde e a saúde mental. A GAVI mencionou a importância de protocolos que garantam a segurança de profissionais de saúde e a continuidade dos serviços de saúde, assim como a vacinação em massa, destacando a criação de corredores humanitários e a cooperação. Alertou também que a falta de acesso a cuidados médicos torna letais doenças preveníveis e tratáveis. Sobre a saúde mental, a organização destacou que existe uma crise silenciosa entre refugiados da África Oriental devido às experiências vividas, acrescentando que as organizações humanitárias estão lutando para oferecer apoio psicológico adequado, ao mesmo tempo que enfrentam escassez de recursos e infraestruturas sobrecarregadas. Também destacou os impactos profundos e de longo prazo nas famílias e nas comunidades dos conflitos armados. A Fundação Rockefeller tornou-se a primeira organização filantrópica a integrar a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, iniciativa da presidência brasileira no G20 e anunciou compromisso para expansão de programas de refeições escolares.

## **Organizações de interesse público**

### **Guerras e conflitos**

#### Um ano de genocídio em Gaza

O Sustainable Health Equity Movement (SHEM) publicou um apelo por medidas urgentes para pôr fim ao [genocídio em Gaza](#), no momento em que completou um ano do início do genocídio em Gaza. O SHEM lembrou que mais de 41.850 palestinos foram mortos, com uma estimativa de 10.000 ainda desaparecidos sob os escombros.<sup>1</sup>

A Progressive International divulgou seu 39º boletim que reflete sobre [um ano de genocídio contínuo de Israel contra o povo palestino](#) e suas implicações para os movimentos progressistas ao redor do mundo. O boletim destaca a continuidade da Nakba desde 1948, agora testemunhando uma segunda Nakba, enquanto os palestinos enfrentam expulsão em massa e destruição em Gaza. Autoridades israelenses expressaram abertamente sua intenção de anexar terras palestinas, utilizando a limpeza étnica como método, com o apoio dos Estados Unidos. O

boletim faz um apelo à solidariedade internacional para resistir a essa violência, comparando-a à luta contra o apartheid na África do Sul.<sup>2</sup>

A ActionAid expressa profunda preocupação com a recente ordem do Exército de Israel para a [evacuação dos hospitais](#) Awda, Indonésio e Kamal Adwan no norte de Gaza, o que afeta pacientes, equipe médica, pessoas em estado crítico, gestantes e recém-nascidos. Além disso, o Hospital Kamal Adwan está sob cerco, com edifícios sendo atacados e um paramédico detido ao ajudar um paciente evacuado. Esses eventos representam uma escalada perigosa e um ataque direto ao direito à saúde e segurança de civis, em meio a um agravamento da crise humanitária. A ActionAid pede a cessação imediata dessas ações e a proteção das instalações de saúde e trabalhadores médicos, apelando à comunidade internacional para garantir que a assistência humanitária chegue aos que mais precisam.<sup>3</sup>

A CARE emitiu uma [Declaração sobre a fome em Gaza](#), considerando a situação chocante e inconcebível, ocasionando morte generalizada, principalmente de crianças, desnutrição, doenças e traumas severos sobre todas as formas. A Organização pede um cessar-fogo e o acesso à ajuda humanitária irrestrita, alegando que poderia mudar a trajetória de centenas de milhares de palestinos de Gaza. Também cobra o cumprimento de Israel das obrigações do Direito Humanitário Internacional.<sup>4</sup>

### Libano

Mulheres deslocadas pelos ataques das forças israelenses no Líbano estão sendo forçadas a usar pedaços de pano e sacolas plásticas como [substitutos de produtos menstruais](#), conforme relatado pela Organização de Mulheres Democráticas Libanesas (RDFL). Com mais de 608 mil pessoas deslocadas, a maioria mulheres e meninas, elas enfrentam condições difíceis em abrigos, sem privacidade e com acesso limitado a absorventes, banheiros e água limpa. A ActionAid e seus parceiros estão fornecendo kits de higiene, mas os recursos são limitados, e a necessidade continua a crescer à medida que os ataques persistem. A organização pede que todas as partes do conflito priorizem a proteção dos civis, em conformidade com o direito internacional humanitário.<sup>5</sup>

Com a intensificação dos ataques israelenses no Líbano, muitas [unidades de saúde estão fechando](#), comprometendo o acesso à assistência médica para civis em áreas afetadas. Médicos Sem Fronteiras (MSF) estão tentando manter os serviços existentes e expandir suas atividades, mas a violência e a falta de segurança dificultam a operação em diversas regiões, incluindo a suspensão total de sua clínica em Burj el Barajneh. O fechamento de instalações e o aumento da violência resultaram na morte de vários profissionais de saúde e na interrupção do atendimento, enquanto mais de 1 milhão de pessoas estão deslocadas e vivem em condições precárias. MSF apela para que todas as partes do conflito respeitem o direito humanitário internacional e protejam civis e profissionais de saúde.<sup>6</sup>

### **Saúde Mental**

A Federação Mundial para a Saúde Mental (WFMH) defendeu em artigo a colaboração entre diversas agências multilaterais para fortalecer a [capacidade de saúde mental nos países das Ilhas do Pacífico](#) (PICs). Esses países enfrentam desafios comuns, como baixa capacitação em saúde mental, estigmas e os impactos das mudanças climáticas. A WFMH recomendou a descentralização dos recursos de instituições isoladas para serviços comunitários e propôs um modelo de saúde pública guiado por experiências locais.<sup>7</sup>

## Dia Mundial da Saúde Mental

A *World Organization of Family Doctors (WONCA)* registrou a passagem, em 10 de outubro, do [Dia Mundial da Saúde Mental](#), realizando um webinar sobre a Saúde Mental no Trabalho, organizado pela Spice Route Sri Lanka.<sup>8</sup>

A European Public Health Alliance (EPHA) publicou a [Declaração conjunta do Dia Mundial da Saúde Mental](#): Cumprir as promessas e honrar os compromissos em matéria de saúde mental. O documento foi apoiado por 32 organizações da sociedade civil europeia, onde apelam por uma ação urgente e concreta para melhorar o apoio à saúde mental na Europa.<sup>9</sup>

## **Doenças não transmissíveis**

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou uma entrevista com os coordenadores de seu do Grupo de Trabalho para [Prevenção de DNTs e Promoção da Saúde](#), Dr. Jeremiah Mutwalante Twa-Twa de Uganda e Dr. Prajjwal Pyakurel do Nepal. Na entrevista, eles destacam que, para abordar as DNTs, é preciso adotar uma abordagem abrangente envolvendo mudanças de políticas, engajamento da comunidade e pesquisa contínua.<sup>10</sup>

A World Heart Federation divulgou declaração apresentada na sessão do Comitê Regional da OMS para o Sudeste Asiático em que aplaude a OMS e seus Estados-membros pelos avanços no enfrentamento das DCNT na região. Considerando a [preparação para a Quarta Reunião de Alto Nível da ONU sobre DCNT](#), a Federação apela aos Estados-membros para: Negociar uma Declaração Política ousada sobre as DNT; Desenvolver ou fortalecer Planos Nacionais de Saúde Cardiovascular para garantir financiamento sustentável e expandir o acesso aos serviços de saúde cardiovascular em todo o espectro de cuidados; Garantir a plena implementação dos compromissos políticos; e Apoiar ações baseadas em evidências para a saúde cardiovascular.<sup>11</sup>

A World Heart Federation publicou declaração apresentada na sessão do Comitê Regional para as Américas em que pede que os governos adotem a resolução proposta e implementem, em parceria com organizações da sociedade civil, para defender o [direito ao mais alto padrão de saúde possível](#).<sup>12</sup>

A World Heart Federation publicou declaração apresentada na sessão do Comitê Regional da OMS para o Mediterrâneo Oriental sobre a [importância da atividade física](#), instando os Estados-membros a: Implementar a Declaração de Doha sobre Cidades Saudáveis; e, Desenvolver e implementar políticas nacionais de atividade física, em conformidade com o Plano de Ação Global da OMS sobre Atividade Física.<sup>13</sup>

A NCD Alliance publicou notícia em que anuncia o início da [Semana Global de Ação contra as DCNT](#) 2024. Um evento mundial de *advocacy*, liderado pela sociedade civil, com um apelo aos líderes mundiais para que criem um mundo mais justo e saudável, implementando soluções baseadas em evidências para combater as DCNT, a principal causa de morte e incapacidade em todo o mundo. Para dar início à semana, a NCD Alliance lançou duas curtas-metragens que destacam as histórias impactantes de líderes locais que defendem cuidados melhores com as DNTs em suas comunidades.<sup>14</sup>

## **Insegurança alimentar**

A ACT Promoção da Saúde em conjunto com outras organizações da sociedade civil organizou seminário virtual intitulado [“Reformulando a arquitetura de financiamento para acabar com a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição em todas as suas formas”](#) como parte dos debates do Civil 20, o C20 – grupo de engajamento que garante que os líderes mundiais do G20 escutem as recomendações e demandas da sociedade civil organizada.<sup>15</sup>

## **Saúde oral escolar**

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA), por meio de seu Grupo de Trabalho de Saúde Oral, publicou um livro de casos, apresentando [programas globais bem-sucedidos de saúde oral escolar](#). A WFPHA salientou que doenças orais não tratadas afetam metade da população mundial e que educadores e profissionais de saúde podem integrar a saúde oral na vida diária das crianças implementando programas na escola. O livro relata oito programas desenvolvidos em diferentes países (Canadá, Brasil, Escócia, Ilhas Cook, África do Sul, Tonga, Indonésia e Armênia). Embora cada programa seja único, eles compartilham temas comuns: prevenção, sensibilidade cultural, engajamento das partes interessadas e inovação na prestação de serviços. Os resultados positivos incluem taxas reduzidas de cáries dentárias e conscientização mais ampla da comunidade. Os desafios são as inconsistências de financiamento e o alcance de crianças fora da escola.<sup>16</sup>

## **Carta Global para a Saúde do Público**

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) lançou uma nova versão (2024) da [Carta Global para a Saúde do Público](#). Publicada, pela primeira vez, em 2016, a Carta Global fornece uma estrutura para serviços essenciais de saúde pública em todo o mundo. A revisão de 2024 aborda os desafios em evolução na saúde pública. Com a desinformação, a politização e a desconfiança corroendo a confiança pública, a Carta enfatiza a intersecção entre política e saúde pública, destacando a necessidade de advocacy, padrões éticos e humildade cultural.<sup>17</sup>

## **Dia Mundial da Ética**

No Dia Mundial da Ética, 16 de outubro, a *Federação Internacional de Hospitais* (IHF) celebrou uma década de seu International Consensus Framework para [colaboração ética em saúde](#) e se comprometeu a revisar o Framework para responder às novas realidades que se apresentam para os cuidados aos pacientes.<sup>18</sup>

A International Alliance of Patients Organizations também lembrou a Dia, que tem como tema “Ética com poder”, reafirmando o compromisso de “ter a [colaboração ética no centro de cada interação e de cada decisão tomada na liderança do setor de saúde](#)”. Os seis órgãos internacionais membros da Estrutura definiram quatro princípios abrangentes de atuação: Colocar os pacientes em primeiro lugar; apoiar a pesquisa e a inovação éticas; garantir a independência e a conduta ética e, promover a transparência e a responsabilidade.<sup>19</sup>

## **Acesso a medicamentos para o HIV**

A People’s Medicine Alliance fez um [apelo para que os governos garantam o acesso das pessoas aos medicamentos](#), após a ViiV anunciar que aumentaria o fornecimento de PrEP de longa duração contra o HIV para países de baixa e média renda. A organização destacou que a empresa excluiu esses países das licenças para versões genéricas de seus produtos, além de

lançar um desafio legal para impedir o acesso da Colômbia ao dolutegravir. Assim, a organização argumenta que os governos não podem depender da boa vontade das empresas farmacêuticas para garantir que todas as pessoas tenham acesso aos medicamentos.<sup>20</sup>

## **Vacinas**

### Vacinação anti-HPV neutra em termos de gênero

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) tem desenvolvido várias iniciativas para promover a vacinação contra o HPV, neutra em termos de gênero. Para isso, a WFPHA realizou uma série de treinamentos online em diversos idiomas, buscando alcançar um público mais amplo. Nesta quinzena, a WFPHA destacou a situação de Camarões, um dos poucos países de baixa renda a ter implantado com sucesso a [vacinação neutra em termos de gênero contra o HPV](#), entrevistando Dominique Kondji Kondji, presidente da Associação de Saúde Pública de Camarões.<sup>21</sup>

### Vacina da gripe

A Fundação Huésped divulgou um questionário com o objetivo de investigar o [conhecimento, as atitudes, as barreiras e os facilitadores relacionados à vacina contra a gripe](#) entre pessoas vivendo com HIV na Argentina. O convite foi direcionado a todas as pessoas com mais de 18 anos que vivem com HIV para participarem preenchendo o formulário.<sup>22</sup>

### Ending Polio

A Rotary International divulgou a campanha [One Day. One Focus: Ending Polio](#), em comemoração ao Dia Mundial de Combate à Pólio, que é comemorado no dia 24 de outubro. A organização também conclamou à todos para se unirem contra a pólio e reconheçam o progresso na luta para acabar com a doença. Em apoio à luta contra a Pólio, a Rotary comprometeu-se a apoiar as respostas ao surto de pólio em Gaza.<sup>23</sup>

## **Tuberculose**

Um novo relatório da Médicos Sem Fronteiras (MSF) revela que [crianças com tuberculose](#) (TB) estão sendo negligenciadas nos esforços globais para combater a doença. A pesquisa, que analisou políticas de TB em 14 países com alta carga da doença, mostra que muitos estão atrasados em alinhar suas diretrizes com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Apenas um país apresentou total conformidade com as orientações da OMS, enquanto muitos falham em implementar políticas eficazes para diagnóstico e tratamento de TB infantil. MSF pede que os países atualizem suas diretrizes, aloque recursos adequados e desenvolvam planos claros para aumentar o acesso a cuidados de saúde. Além disso, destaca que novas abordagens e tratamentos são essenciais, mas sua implementação é lenta e enfrenta barreiras burocráticas. MSF exige ação urgente de governos e doadores para garantir que crianças recebam o tratamento necessário e evitar mortes desnecessárias.<sup>24</sup>

## **Leishmaniose**

A DNDi divulgou notícia de que pesquisadores descobriram e testaram uma série de moléculas baseadas em himenocardina, um produto químico da casca de uma pequena árvore nativa da África tropical que pode abrir caminho para o desenvolvimento de um novo [medicamento oral para leishmaniose](#).<sup>25</sup>

## Pesquisa e inovação sobre doenças negligenciadas

A DNDi publicou uma denúncia do aumento do número de casos da doença de pele dolorosa causada pela [Febre Negra](#), que está se tornando mais disseminada devido às mudanças climáticas, pedindo melhores tratamentos.<sup>26</sup>

## Colonialismo energético

A Progressive International compartilhou matéria que chama atenção sobre os possíveis impactos negativos nos recursos hídricos, na terra e no acesso à energia dos [projetos de hidrogênio verde na Tunísia](#), o que tem levantado questionamentos sobre os reais benefícios para o país. A organização informou que embora a UE promova esses projetos como parte de uma transição verde, críticos argumentam que se trata de uma nova forma de imperialismo energético que explora os recursos do Sul Global para o benefício europeu. Vários acordos foram assinados com empresas estrangeiras para a produção de hidrogênio destinada à exportação para a Europa, mas a Tunísia, que enfrenta déficits significativos de energia, prioriza as exportações em detrimento das necessidades domésticas. Movimentos de resistência na Tunísia estão desafiando esses projetos, clamando por soberania energética e por uma transição justa que priorize as necessidades locais sobre os interesses estrangeiros, já que o país corre o risco de repetir padrões de exploração de seu passado colonial.<sup>27</sup>

## Sistemas de saúde com baixo teor de carbono

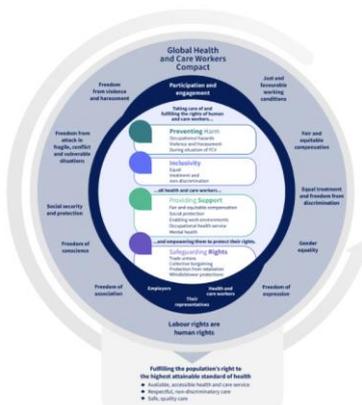
A Planetary Health Alliance repercutiu artigo publicado em The Lancet Planetary Health sobre como avaliar o progresso e garantir a responsabilização dos países que se comprometeram a estabelecer [sistemas nacionais de saúde resilientes ao clima e com baixo teor de carbono](#) durante a COP26.<sup>28</sup>

## Dia da Mulher Rural

A Organização Mundial de Médicos de *Família (WONCA)* registrou a passagem, no dia 15 de outubro, do [Dia da Mulher Rural](#), destacando a contribuição delas para a saúde.<sup>29</sup>

## Equidade de gênero na saúde

A Women in Global Health publicou notícia sobre insights feministas sobre o Pacto Global dos Trabalhadores na Saúde. Consideram o Pacto como uma estrutura importante para promover a justiça de gênero; uma oportunidade de transformações estruturais mais amplas para abordar completamente as causas-raiz da desigualdade na força de trabalho. Afirmam que “Se o Pacto for efetivamente implementado, ele tem o potencial de empoderar as mulheres na saúde, [melhorar suas condições de trabalho e garantir seu lugar de direito como líderes na](#)



Fonte: Organização Mundial da Saúde. (2023). Pacto Global de Trabalhadores de Saúde e Cuidados. Recuperado da OMS

[saúde global](#)".<sup>30</sup>

## Organizações de interesse privado

### Vacinação

A GAVI, The Vaccine Alliance alertou que o câncer cervical é a quarta causa de morte por câncer em mulheres, mas as vacinas contra o HPV, aliadas a novos métodos de rastreamento, têm o potencial de eliminar essa doença. [Vacinas, como a Gardasil e a Cervarix, protegem contra os tipos de HPV](#) que mais frequentemente causam câncer. Além disso, inovações no rastreamento, como o teste de DNA do HPV, permitem uma detecção mais precoce e eficaz. Estratégias de vacinação em massa e exames regulares podem reduzir drasticamente as taxas de câncer cervical, particularmente em países de baixa e média renda.<sup>31</sup>

A GAVI, The Vaccine Alliance reforçou que doenças tropicais negligenciadas (DTNs) afetam bilhões de pessoas em regiões de baixa renda, e o [tratamento inadequado ou prolongado leva ao aumento da resistência a medicamentos](#). Doenças como a filariose linfática, oncocercose e a esquistossomose podem ser controladas por meio de campanhas de eliminação, o que reduziria a necessidade de tratamentos repetidos e, conseqüentemente, a resistência antimicrobiana. Iniciativas globais, como o programa de controle de DTNs da OMS, promovem a distribuição de medicamentos preventivos e outras intervenções que ajudam a prevenir e controlar essas doenças.<sup>32</sup>

A Wellcome Trust divulgou artigo relatando como as [vacinas são fundamentais no combate à resistência antimicrobiana](#) (RAM), que causou mais de um milhão de mortes em 2021. Elas ajudam a prevenir infecções, resultando em menor uso de antibióticos e reduzindo o risco de resistência. Também há o fato de que a resistência a vacinas é rara, permitindo sua ampla aplicação sem preocupações. Evidências crescentes mostram que vacinas diminuem doenças e cepas resistentes. Um estudo revelou que a vacina contra rotavírus pode prevenir quase um terço das diarreias tratadas com antibióticos em crianças pequenas. Além disso, aumentar a cobertura vacinal pode evitar até 106.000 mortes anuais relacionadas à resistência antimicrobiana.<sup>33</sup>

### Conflitos Humanitários

#### Cuidados de saúde

Em zonas de conflito [o fornecimento de cuidados de saúde enfrenta desafios únicos](#). A destruição de infraestruturas, o deslocamento de pessoas e a insegurança tornam difícil para trabalhadores humanitários administrar vacinas e fornecer cuidados essenciais. A GAVI, The Vaccine Alliance destacou a importância de protocolos que garantam a segurança de profissionais de saúde e a continuidade dos serviços. Ademais, foi ressaltado como a vacinação em massa, a criação de corredores humanitários e a cooperação internacional são ferramentas essenciais para garantir a saúde em áreas de conflito, especialmente em crises prolongadas.<sup>34</sup>

[Os ataques a profissionais de saúde, clínicas e hospitais durante conflitos armados](#) estão aumentando, criando conseqüências devastadoras para as populações civis. A GAVI, The Vaccine Alliance relatou que sem acesso a cuidados médicos, doenças preveníveis e tratáveis se transformam em crises mortais. A destruição de instalações de saúde e a insegurança afastam profissionais e organizações de assistência, piorando as crises humanitárias. A aliança também destaca a necessidade de uma maior responsabilização internacional e respeito pelo direito humanitário para proteger os profissionais de saúde em áreas de conflito.<sup>35</sup>

#### Saúde mental

[Refugiados na África Oriental enfrentam uma crise silenciosa de saúde mental](#), como apontado pela GAVI, The Vaccine Alliance. A depressão afeta uma alta porcentagem de indivíduos em campos de refugiados, principalmente devido a traumas anteriores, condições de vida precárias e falta de oportunidades de reconstrução de suas vidas. Tais questões impedem que muitos se integrem nas comunidades de acolhimento e busquem uma vida normal. As organizações humanitárias estão lutando para oferecer apoio psicológico adequado, ao mesmo tempo que enfrentam escassez de recursos e infraestruturas sobrecarregadas.<sup>36</sup>

A morte de familiares durante conflitos armados acarreta em [impactos profundos e de longo prazo nas famílias e nas comunidades](#). Segundo a GAVI, The Vaccine Alliance, além do trauma psicológico, a perda de membros da família altera a dinâmica social e política, especialmente em contextos onde as mortes estão ligadas a genocídios ou repressão estatal. O luto coletivo pode desencadear desde revoltas e mudanças nas políticas de governo até, em um nível individual, em obstáculos à saúde mental e a capacidade de resiliência de indivíduos e comunidades afetadas pela guerra.<sup>37</sup>

### **Pesquisa e Desenvolvimento**

A Fundação Gates divulgou entrevistas com cinco “pesquisadores inovadores” que estão propondo diversos [avanços em nutrição, diagnóstico e vacinas](#). Tahmeed Ahmed está desenvolvendo alimentos terapêuticos que restauram o microbioma intestinal em crianças desnutridas. Zahra Hoodbhoy está propondo a utilização de inteligência artificial para democratizar o acesso a ultrassons em gestantes de áreas vulneráveis. Sania Nishtar, da Gavi, trabalha com a ampliação do acesso global a vacinas. Hadiza Galadanci desenvolveu um dispositivo que previne hemorragias pós-parto. Shabir Madhi trabalha em vacinas que protegem mães e bebês contra doenças como o vírus sincicial respiratório e o estreptococo B.<sup>38</sup>

### Genômica

A WellcomeTrust em parceria da Iniciativa Chan Zuckerberg anunciou financiamento ostensivo à African Bioinformatics Institute (ABI), uma nova organização sem fins lucrativos dedicada a [impulsionar a pesquisa em bioinformática e genômica no continente africano](#). Seu objetivo é criar uma infraestrutura sustentável e centralizada, capaz de sequenciar genomas de patógenos localmente e responder rapidamente a ameaças à saúde, sem depender de outros continentes. O ABI buscará cobrir áreas de biologia computacional, genômica de patógenos e medicina genômica. Inicialmente sediado na Universidade da Cidade do Cabo, o instituto oferecerá treinamento, infraestrutura e serviços analíticos. Sua criação em outubro de 2024 será apoiada por um financiamento de 5,2 milhões de libras esterlinas ao longo de cinco anos.<sup>39</sup>

A WellcomeTrust divulgou artigo em que ressalta que a [diversidade nos dados genômicos é essencial para o avanço global da saúde e da ciência](#). Segundo a fundação, a maioria dos estudos de genômica se concentra em populações de países de alta renda, principalmente no Norte Global, deixando regiões e grupos minoritários sub-representados. Essa falta de diversidade limita a compreensão de doenças e o desenvolvimento de tratamentos eficazes. Para mudar esse cenário, é necessário diversificar os participantes dos estudos e os tipos de dados coletados, incluindo informações socioeconômicas. Segundo Michael Dunn, Diretor de Pesquisa da Wellcome, "isso não é apenas sobre equidade. É uma má ciência não explorar toda a diversidade apresentada pela população global."<sup>40</sup>

## Alimentação Global

A Fundação Rockefeller tornou-se a primeira organização filantrópica a integrar a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, uma das principais iniciativas da presidência brasileira no G20. A Aliança buscará [canalizar recursos rapidamente para programas que combatam a fome e a pobreza](#). A Fundação comprometeu-se a apoiar financeiramente e com conhecimento técnico os países membros, focando na expansão de programas de refeições escolares, considerados uma das iniciativas mais impactantes para alcançar os ODS 1 e 2. Esses programas melhoram os resultados educacionais, especialmente entre meninas, e têm retornos econômicos significativos, com US\$ 9 para cada US\$ 1 investido. Além disso, eles incentivam a agricultura regenerativa e resiliente ao clima, promovendo o desenvolvimento local.<sup>41</sup>

O Ministério da Educação do Quênia lançou a Coalizão Nacional de Refeições Escolares com apoio do Programa Alimentar Mundial (WFP) e da Fundação Rockefeller, visando [expandir a cobertura universal do Programa de Refeições Escolares \(SMP\) até 2030](#). A meta é aumentar de 1,9 milhões de alunos atendidos em 2023 para mais de 10 milhões em 2030. O plano inclui o uso de práticas agrícolas inteligentes para o clima e fontes de energia limpa para as atividades de cozinha, visando tanto a segurança alimentar quanto a sustentabilidade ambiental. A iniciativa surge em resposta à insegurança alimentar exacerbada pela recente seca, a mais severa em 40 anos, destacando a importância das refeições escolares na proteção do bem-estar infantil.<sup>42</sup>

## Mudanças climáticas

A Fundação Rockefeller divulgou o lançamento do projeto Climate and Health Observatories Accelerator durante o World Health Summit 2024, em Berlim, com a liderança do Pasteur Network (PN) e apoio do Instituto de Filantropia (IoP). O projeto, que receberá um investimento de US\$5 milhões, visa [fortalecer os sistemas de saúde em países de baixa e média renda, enfrentando os impactos das mudanças climáticas](#). Durante três anos, o projeto criará observatórios de saúde e clima, capacitará pesquisadores locais e promoverá ações de saúde pública baseadas em dados. Instituições como o Instituto Pasteur em Ho Chi Minh City (Vietnã), Fiocruz no Brasil e o Institut Pasteur Dakar em Senegal serão centrais nesse esforço, abordando desafios como a dengue, cuja transmissão é exacerbada pelas mudanças climáticas. A iniciativa visa criar resiliência em comunidades vulneráveis e colaborar globalmente, desenvolvendo ferramentas e compartilhando conhecimentos para mitigar os efeitos das mudanças climáticas na saúde pública.<sup>43</sup>

## Considerações finais

Nesta quinzena, houve uma diversificação de temas abordados pelas organizações da sociedade civil. No entanto, os conflitos entre Israel e Palestina e Israel e Líbano permaneceram em destaque, com apelos por cessar-fogo e pelo respeito ao direito humanitário internacional, especialmente devido à precarização dos cuidados de saúde causada pelos ataques contínuos a hospitais e profissionais de saúde. A fome nas áreas de conflito, afetando principalmente crianças, e as dificuldades enfrentadas por mulheres e meninas no acesso a produtos menstruais são preocupações crescentes. Embora as organizações da sociedade civil ofereçam ajuda humanitária, o agravamento da crise, o aumento da violência e a escassez de recursos e garantias limitam a capacidade de operação e o alcance desses esforços. Raramente, as organizações privadas se manifestam sobre crises humanitárias, mas, nesta quinzena, uma delas mencionou que os ataques a hospitais e profissionais de saúde incrementam o risco de doenças infecciosas, tornando urgente a necessidade de vacinação em massa. Também destacaram os

efeitos das guerras e conflitos na saúde mental. No entanto, a abordagem foi “neutra”, sem focar em conflitos específicos e chamando a atenção para essas questões de forma geral.

Muitas das manifestações das organizações da sociedade civil de interesse público envolveram a publicação de declarações, notícias sobre participação em eventos regionais e a realização de campanhas e eventos. Essas ações demonstram que o campo de atuação dessas organizações vai além de apenas informar sobre a agenda global, abrangendo também a mobilização ativa e a promoção de mudanças concretas em diversas frentes. Enquanto isso, as organizações de interesse privado contribuem com apoio financeiro, especialmente em pesquisa, desenvolvimento e oferta de conhecimento técnico.

## Referências

1. Sustainable Health Equity Movement. Gaza at a Crossroads: SHEM Appeals for Urgent Measures to Stop the genocide [Internet]. 2024 [citado 17 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5ea092b0deed6c2ca1d50f8a/t/670d3df28b06d87b8d5ccd32/1728921074976/SHEM+APPEALS+TO+STOP+GENOCICE.pdf>
2. Progressive International. PI Briefing | No. 39 | A year of genocide [Internet]. 2024 [citado 17 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2024-10-13-pi-briefing-no-39-a-year-of-genocide/en>
3. ActionAid International. Urgent Statement from ActionAid on the Forced Evacuation of Hospitals in Northern Gaza [Internet]. 2024 [citado 18 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2024/urgent-statement-actionaid-forced-evacuation-hospitals-northern-gaza>
4. CARE. CARE statement on IPC report on hunger in Gaza [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-statement-on-ipc-report-on-hunger-in-gaza/>
5. ActionAid International. LEBANON: Women in shelters forced to manage their periods with black bags [Internet]. 2024 [citado 18 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2024/lebanon-women-shelters-forced-manage-their-periods-black-bags>
6. Brasil MSF. Líbano: MSF pede proteção de civis em meio aos bombardeios israelenses [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/libano-msf-pede-protecao-de-civis-em-meio-aos-bombardeios-israelenses/>
7. World Federation for Mental Health. A call for multi-agency collaboration in the Pacific Island countries' mental health [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: [https://wfmh.global/news/2024.24-10-03\\_a-call-for-multi-agency-collaboration-in-the-pacific](https://wfmh.global/news/2024.24-10-03_a-call-for-multi-agency-collaboration-in-the-pacific)
8. WONCA. WEBINAR: Mental Health at Work; Common Presentations at General Practice [Internet]. 2024 [citado 17 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://x.com/WoncaWorld/status/1844326353249894627>
9. European Public Health Alliance. World Mental Health Day Joint Statement: Deliver on promises and honour commitments on mental health [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://epha.org/world-mental-health-day-joint-statement-deliver-on-promises-and-honour-commitments-on-mental-health/>
10. WFPHA-World Federation of Public Health Associations. NCD Working Group Chair Interview: Prajjwal and Jeremiah [Internet]. 2024 [citado 17 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/ncd-working-group-chair-interview-prajjwal-and-jeremiah/>
11. World Heart Federation. Monitoring progress and acceleration plan for NCDs in the South-East Asia region [Internet]. World Heart Federation. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/monitoring-progress-and-acceleration-plan-for-ncds-in->

the-south-east-asia-region/

12. World Heart Federation. Strategy for strengthening the essential public health functions to accelerate health systems transformation 2024-2034 [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/strategy-for-strengthening-the-essential-public-health-functions-to-accelerate-health-systems-transformation-2024-2034/>
13. World Heart Federation. Advocating for Physical Activity and Healthy Cities in the Eastern Mediterranean Region [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://world-heart-federation.org/news/advocating-for-physical-activity-and-healthy-cities-in-the-eastern-mediterranean-region/>
14. NCD Alliance. The launch of two mini-films featuring NCD leaders marks the beginning of the Global Week for Action [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/the-launch-of-two-mini-films-featuring-ncd-leaders-marks-the-beginning-of-the-global-week-for-action>
15. ACT. Evento do C20 debate arquitetura de financiamento para enfrentar a fome e desnutrição [Internet]. ACT Promoção da Saúde. ACTBR; 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/alimentacao-saudavel/evento-do-c20-debate-arquitetura-de-financiamento-para-enfrentar-a-fome-e-desnutricao/4495>
16. WFPHA-World Federation of Public Health Associations. Global School Oral Health Casebook [Internet]. 2024 [citado 17 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/global-school-oral-health-casebook/>
17. WFPHA-World Federation of Public Health Associations. WFPHA Global Charter for the Public's Health [Internet]. 2024 [citado 17 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/the-global-charter-for-the-publics-health/>
18. International Hospital Federation. For #GlobalEthicsDay, we celebrate a decade of the International Consensus Framework for ethical collaboration in health [...] [Internet]. 2024 [citado 17 de outubro de 2024]. Disponível em: [https://x.com/IHF\\_FIH/status/1846472435018641741](https://x.com/IHF_FIH/status/1846472435018641741)
19. International Alliance of Patients Organizations. Celebrating a decade of ethical collaboration: An international consensus of healthcare leaders looks to the future [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.iapo.org.uk/es/node/15682>
20. People's Medicines Alliance. ViiV caboegravir announcement: Governments must intervene, campaigners say [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://peoplesmedicines.org/resources/media-releases/enough-is-enough-governments-must-intervene/>
21. WFPHA-World Federation of Public Health Associations. Expanding HPV Vaccination in Cameroon [Internet]. [citado 17 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/expanding-hpv-vaccination-in-cameroon/>
22. Huésped F. ¡Ayudanos a hacer ciencia! Encuesta sobre vacuna antigripal en personas con VIH [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/encuesta-antigripal/>
23. Rotary International. One Day. One Focus: Ending Polio [Internet]. [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: [https://www.endpolio.org/world-polio-day?utm\\_campaign=&utm\\_medium=social&utm\\_profile=Rotary&utm\\_source=twitter](https://www.endpolio.org/world-polio-day?utm_campaign=&utm_medium=social&utm_profile=Rotary&utm_source=twitter)
24. Brasil MSF. MSF pede ação urgente para evitar mortes de crianças com tuberculose [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/msf-pede-acao-urgente-para-evitar-mortes-de-criancas-com-tuberculose/>
25. Drugs for Neglected Diseases initiative. Researchers discovered and tested a series of molecules based on hymenocardine, a chemical from the bark of a small tree native to tropical Africa [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://x.com/DNDi/status/1846818531498676641>

26. Drugs for Neglected Diseases initiative. "I hate to see my face in the mirror." Munki is suffering from a painful skin condition caused by #BlackFever [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://x.com/DNDi/status/1846898198360555816>
27. Progressive International. Resisting the New Green Colonialism [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2024-10-09-resisting-the-new-green-colonialism/en>
28. Planetary Health Alliance. Renzo Guinto on LinkedIn: #planetaryhealth [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: [https://www.linkedin.com/posts/renzoguinto\\_planetaryhealth-activity-7249640941693632512-Crae](https://www.linkedin.com/posts/renzoguinto_planetaryhealth-activity-7249640941693632512-Crae)
29. WONCA. Today is Rural Women's Day and we are very pleased to see our very own Dr Amber Wheatley [Internet]. 2024 [citado 17 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://x.com/WoncaWorld/status/1846144788233376155>
30. Women in Global Health. Feminist Insights on the Global Health Workers Compact: Women in Global Health's Perspective [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://womeningh.org/feminist-insights-on-the-global-health-workers-compact-women-in-global-healths-perspective/>
31. Geddes L. How HPV vaccines and new screening methods could help eliminate cervical cancer [Internet]. GAVI, The Vaccine Alliance. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/how-hpv-vaccines-and-new-screening-methods-could-help-eliminate-cervical-cancer>
32. The Conversation. When medicines don't work: eliminating neglected tropical diseases will reduce drug resistance – a win for all [Internet]. GAVI, The Vaccine Alliance. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/when-medicines-dont-work-eliminating-neglected-tropical-diseases-will-reduce-drug>
33. Weller C. Vaccines have a crucial role in tackling antimicrobial resistance [Internet]. Wellcome Trust. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/vaccines-tackling-antimicrobial-resistance>
34. Prabhu M, Fulker J. Health care in conflict zones: a VaccinesWork guide [Internet]. GAVI, The Vaccine Alliance. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/health-care-conflict-zones-vaccineswork-guide>
35. The Conversation. Attacks on health care during war are becoming more common, creating devastating ripple effects [Internet]. GAVI, The Vaccine Alliance. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/attacks-health-care-during-war-are-becoming-more-common-creating-devastating-ripple>
36. The Conversation. Refugees in east Africa suffer from high levels of depression, making it harder to rebuild lives – new study [Internet]. GAVI, The Vaccine Alliance. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/refugees-east-africa-suffer-high-levels-depression-making-it-harder-rebuild-lives>
37. The Conversation. The political, social and psychological toll of family deaths in war [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/political-social-and-psychological-toll-family-deaths-war>
38. Bill & Melinda Gates Foundation. Five innovators shaping the Future of Health [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/health-innovators-vaccines-ultrasound>
39. New Wellcome-funded African Bioinformatics Institute to advance genomics in Africa [Internet]. Wellcome. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/were-establishing-new-institute-advance-genomics-africa>
40. Dunn M. Genomics has endless potential, if everyone is included [Internet]. Wellcome Trust. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/genomics-has-endless>

potential-if-everyone-included

41. The Rockefeller Foundation. Rockefeller Foundation Joins G20 Global Alliance Against Hunger and Poverty To Advance Climate-Resilient School Meals [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-joins-g20-global-alliance-against-hunger-and-poverty-to-advance-climate-resilient-school-meals/>
42. The Rockefeller Foundation. Ministry of Education Launches National School Meals Coalition, the Kenya Chapter [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/ministry-of-education-launches-national-school-meals-coalition-the-kenya-chapter/>
43. The Rockefeller Foundation. Pasteur Network Launches Pioneering Project at World Health Summit To Tackle Health Impacts of Climate Change [Internet]. 2024 [citado 19 de outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/pasteur-network-launches-pioneering-project-at-world-health-summit-to-tackle-health-impacts-of-climate-change/>

## Do papel à realidade:

### A Sociedade Civil Organizada deve agir pressionar e pedir pelo impossível

*Rafaella Venturella De Negri*

*Armando De Negri Filho*

**Abstract.** In this inform, our number 19, we analyze the contours of the possible paths towards international financial reform in the days before the IMF Annual Meetings, along with the contrasts between different anticapitalist ideologies. In our second section, Health, we explore the latest events in the occupied lands of Palestine and Gaza in comparison with the Youth Declaration on Creating Healthy Societies.

**Keywords:** International Financial Reform. WB and IMF Annual Meetings. Palestine. Youth Declaration of Creating Healthy Societies.

**Resumo.** Neste relatório, o nosso número 19, analisamos os contornos dos possíveis caminhos para a reforma financeira internacional nos dias que antecederam as Reuniões Anuais do FMI, juntamente com os contrastes entre diferentes ideologias anticapitalistas. Na segunda seção, Saúde, exploramos os últimos acontecimentos nas terras ocupadas da Palestina e de Gaza em comparação com a Declaração da Juventude sobre a Criação de Sociedades Saudáveis.

**Palavras-chave:** Reforma Financeira Internacional. Reuniões Anuais do Banco Mundial e do FMI. Palestina. Declaração da Juventude sobre a Criação de Sociedades Saudáveis.

Neste informe de número 19, seguimos com nossas 2 seções. Agora, com o Panorama Político-Econômico incorporando a questão climática e seguindo com a Saúde dedicada a sensível questão do genocídio Palestino.

No primeiro bloco, trazemos artigos do *The Bretton Woods Project* para refletirmos sobre as reformas que precisamos dentro dos nossos sistemas organizativos - o sistema financeiro internacional e o próprio sistema internacional - e analisamos essas possibilidades dentro das colocações de Fraser e Rossi, colocando em cheque a realidade X e as possibilidades. Fechamos com o chamado da *Progressive International* por uma ação global capaz de acabar com o que eles chamam de “era do genocídio”.

Em Saúde, Palestina e Líbano, a destruição de seus sistemas de saúde - direta, indireta, temporalmente atual e futura - é exposta por notícias do *People's Dispatch* e *Al-Jazeera*, junto com o novo relatório das Nações Unidas que condena as ações israelenses de ocupação em Gaza e a destruição organizada do sistema de saúde palestino como crimes lesa humanidade (A/79/232), comparando a realidade regional com as ações propostas pela *Youth Declaration on Creating Healthy Societies*.

#### **Panorama político-econômico**

Começamos trazendo análises - seguindo o que já foi trazido sobre o Pacto pelo futuro nos informes passados - das últimas grandes reuniões das lideranças da governança global. Dia 21 se inicia o Encontro Anual do Grupo do Banco Mundial e do FMI e, como de costume, uma série de intervenções e críticas surgem de forma concomitante, reforçando a necessidade de

mudança e reforma dentro das instituições financeiras internacionais. As críticas partem da sociedade civil organizada - com protestos em países nos quais o FMI realizou reformas que levaram à austeridade, como Quênia, Nigéria, Argentina, Sri Lanka e Bangladesh - assim como movimentos de fóruns governamentais - o próprio G77, as Nações Unidas e seu movimento de reforma fiscal - se unem a economistas ao redor do globo que denunciam a inabilidade das instituições de Bretton Woods, as herdeiras da organização neoliberal dos anos 70, de lidar com os desafios que - parcial ou totalmente - elas mesmas causaram. A prova concreta disso é o Roadmap - seu mapa para ações futuras - publicado pelo Grupo. O documento foi alvo de críticas da Sociedade Civil Organizada - além de não ter passado pelo crivo de alas mais afiadas do próprio Grupo - dada sua afinidade com operações financeiras de cunho privado, falta de regulação e ao optarem por ignorar os pedidos de reforma estrutural.

“Quarenta anos de políticas de austeridade pró-cíclicas estão na origem dos níveis de dívida insustentáveis que atualmente envolvem os países do Sul Global – com muitos países a gastar mais no serviço da dívida do que em despesas sociais ou na acção climática. Os apelos a um jubileu ou cancelamento da dívida provavelmente ocuparão o centro das atenções nos eventos do Fórum de Políticas da Sociedade Civil realizados este ano, uma vez que 2024 marca o início de uma revisão do Quadro de Sustentabilidade da Dívida dos Países de Baixos Rendimentos do Banco e do Fundo. As OSC e a ONU apelaram à incorporação de um quadro de direitos humanos nas Avaliações de Sustentabilidade da Dívida e realçaram a importância da resolução da crise da dívida para o progresso na acção climática (ver Por Dentro das Instituições, O que é o quadro de sustentabilidade da dívida do Banco Mundial e do FMI para países de baixa renda?).

O processo de “evolução” do Banco Mundial parece mais uma má adaptação do que uma reforma que produza um “Banco maior e melhor”

Após um ano de implementação, começam a aparecer fissuras na agenda de reformas do Roteiro de Evolução do Banco, liderada internamente, dando mais credibilidade ao apelo da sociedade civil para uma avaliação externa da razão pela qual a abordagem política do Banco – desde o ajustamento estrutural até ao presente – tem tão frequentemente não conseguiu conduzir à transformação económica nos seus países mutuários (ver Observer Outono 2024).

A natureza incoerente da abordagem do Banco foi demonstrada no 21º processo de reconstituição da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA21), o braço de empréstimos a baixos rendimentos do Banco, onde os esforços para reunir elementos díspares da agenda de reformas incompleta do Banco levaram a um projecto de pacote de políticas que é dramaticamente mais fraco do que a versão IDA20. De acordo com os documentos preliminares divulgados em 15 de Outubro, o pacote de políticas IDA21 inclui uma redução significativa nos compromissos políticos de género específicos de cada país, apesar do lançamento da nova estratégia de género do Banco no início deste ano (ver Observador Outono de 2024), e da continuação do programa do Banco abordagem de desenvolvimento liderada pelo financiamento privado em áreas-chave como a energia, a água e a agricultura – embora os esforços para “atrair” o financiamento privado tenham fracassado particularmente nos países membros da AID.”

O *The Bretton Woods Project*, dado o *momentum*, volta a reforçar o papel da Sociedade Civil Organizada ao pedir pela aplicação de pressão junto ao G20. Com meses nos separando da *Fourth Financing for Development Conference*, o fórum de discussão multilateral se apresenta como um terreno fértil para a construção de uma voz unânime sobre a necessidade de reformar

nosso sistema financeiro internacional - fazendo luz também ao papel do mesmo fórum logo após a crise de 1997 e também do subprime em 2008.

“No próximo ano, a África do Sul presidirá o G20, marcando o último no longo ciclo de quatro países do Sul Global que ocupam a sua presidência. No entanto, o alcance do G20 é bastante limitado, pois é um grupo informal sem garantias de continuidade. Nem sequer tem secretaria por uma questão de consistência. Portanto, como foi repetido várias vezes na Sessão de Diálogo das IBW do Fórum FfD, só através de esforços concertados dos países do G77 é que o conselho executivo do FMI e o conselho de governadores do Banco Mundial concordarão com as reformas.

As negociações para a Quarta Conferência Internacional FfD da ONU (que terá lugar em Sevilha, Espanha, no final de junho de 2025) estão em curso. Na reunião do Comité Preparatório (PrepComm) em Adis Abeba, no final de Julho deste ano, o representante do FMI repetiu a fórmula familiar de que o Fundo apoia a macro estabilidade nos países (através de empréstimos) para que possam fazer a transição para uma economia verde, mobilizando mais recursos. com amplas reformas fiscais, bons quadros políticos e redução da corrupção. Isto parece plausível, mas cai no modo de pensar *ceteris paribus*. A segunda reunião da PrepComm em Nova Iorque, em Dezembro, deverá trazer mais oportunidades para influenciar o resultado da Quarta Conferência e um caminho para a reforma, desde que haja um esforço concertado tanto da sociedade civil como dos países do Sul Global não alinhados com a ortodoxia económica em questões comuns. recomendações para a reforma.

Depois de décadas de fracassos percebidos na gestão de crises financeiras ou no seu agravamento, se as IBW quiserem recuperar a credibilidade para os desafios financeiros do momento actual, incluindo a implementação dos ODS, a abordagem da emergência climática, a erradicação da pobreza e a resolução da dívida soberana, elas precisam de ser reformado e transformado. O conselho executivo do FMI deve alterar o sistema de quotas, repensar as suas prescrições de austeridade e conceber um desembolso progressivo e ágil de Direitos de Saque Especiais para ajudar a financiar a implementação da Agenda 2030, que poderá ser a solução para as actuais e futuras instabilidades económicas globais. O Banco Mundial deve mudar o seu foco para o apoio às prioridades nacionais, mas também para o cálculo das externalidades dos projectos financiados para as populações locais. A próxima presidência do G20 tem a tarefa de continuar a impulsionar uma reforma ampla. O convite também fará parte da Quarta Conferência do FfD, reconhecendo que, passados 80 anos, chegou o momento de mudanças substanciais na arquitetura financeira, começando pelas IBW.”

Indiscutivelmente, a reforma intra-institucional é indispensável. Ela apresenta e - se de fato implementada - materializa mudanças mais rápidas e talvez mais palatáveis, uma vez que não necessariamente mudaria todo o sistema financeiro - e por consequência o sistema internacional - mas sim se proporia a corrigir falhas pontuais que comprometem a estabilidade do crescimento económico, possivelmente abrindo espaço para reformas mais abrangentes.

Para sonhos mais ousados, trazemos a entrevista do *The Majority Report* com Nancy Fraser feita em dezembro de 2022. A entrevista em vídeo foi publicada pelo canal de *youtube* do [Autonomia Literária](#) esse mês e tem legendas em português. A autora de “Capitalismo Canibal” e ativista política condena as críticas e planos de reforma que se focam apenas no económico. Fraser destaca que estamos enfrentando o que historiadores chamam de “*general crisis*” - a policrise - e que a única alternativa seria uma mudança radical e estrutural que pudesse reformar nosso sistema como um todo, sendo capaz de lidar com as consequências do modo de

reprodução capitalista no clima, na nossa relação com o trabalho, com o estabelecimento dos direitos humanos, com a democracia, etc. A entrevista de 2022 encontra eco no texto contemporâneo de Rossi publicado na plataforma *Sin Permiso*. “*Dolores crecientes: El cambio climático y la transformación socialista*” - com tradução em português “*Dores de crescimento*” - explora as divergências entre os principais programas de reforma defendidos pela academia anticapitalista, o decrescimento (explorado em informes anteriores através das vozes das economistas feministas que condenam o culto ao crescimento) e o ecossocialismo (pensando primeiro na década de 1850 e depois através da discussão intelectual de Kovel e Lowy, 2001. Vê a manifestação das crises como consequências das forças que estruturam a realidade e na reativação do socialismo radical como libertação, sem necessariamente frear o crescimento econômico).

“Não sabemos o que virá depois do neoliberalismo. Mas qualquer que seja o próximo regime hegemônico, ele terá de enfrentar o desafio da mudança climática e da degradação ambiental. Para aqueles de nós que confiam em uma transformação socialista, isso representa tanto uma oportunidade crítica quanto um desafio complexo. Como devemos abordar as questões ambientais dentro de uma nova estrutura econômica? Na esquerda, essa questão inevitavelmente se cruza com o debate sobre o decrescimento. No entanto, quero sugerir que o debate entre decrescimentalistas e ecomodernistas está rapidamente se tornando uma pista falsa. Com frequência, são as versões mais extremas, especulativas e implausíveis de ambas as posições que dominam as manchetes, em detrimento do terreno comum sobre o qual poderia ser construído um plano viável para uma transição socialista sustentável. (...)

No centro do debate entre o decrescimento e o eco modernismo está uma luta entre visões opostas de um futuro sustentável. O movimento de decrescimento defende uma redução radical da atividade econômica, especialmente nos países ricos, para alcançar o equilíbrio ecológico e a justiça social. Eles argumentam que a busca incessante pelo crescimento é incompatível com os recursos finitos do planeta e que a contenção é essencial para evitar uma catástrofe ecológica. Os ecomodernistas, por outro lado, defendem o aproveitamento da inovação tecnológica e dos mecanismos de mercado para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental. Eles acreditam que a engenhosidade humana e as tecnologias avançadas podem resolver os problemas ecológicos sem reduzir os padrões de vida. (...)

Em vez disso, deveríamos nos concentrar novamente em nossa barganha socialista fundamental: a busca da liberdade por meio da democratização das relações sociais e, portanto, da economia. Ao nos concentrarmos no princípio básico da democratização das estruturas econômicas, podemos contornar a linguagem polarizadora que tem impedido o progresso.

Isso significa abandonar a terminologia politicamente venenosa de crescimento e decrescimento. Para muitos, esses termos se tornaram sinônimos de rigidez ideológica e debates abstratos que não abordam as preocupações do mundo real. O “decrescimento” carrega conotações de padrões de vida em declínio, enquanto o “crescimento” está ligado ao status quo e às suas práticas insustentáveis. Em vez disso, devemos nos concentrar em exemplos concretos de como podemos tirar o controle da economia do capital e planejar o desenvolvimento de uma forma sustentável e que melhore materialmente as condições de vida de todos. É aqui que pequenos começos podem levar a mudanças significativas. Poderíamos começar criando espaços para a tomada de decisões democráticas em nossos locais de trabalho, comunidades e governos, onde as pessoas comuns tenham uma opinião real sobre como os recursos são alocados e as políticas são moldadas. A ideia é construir nossas novas capacidades e poder

organicamente e na casca do antigo, provando-o à medida que avançamos, em vez de liderar com promessas de transformações em grande escala e de cima para baixo.”

Ambos os caminhos de reforma apresentam alternativas interessantes, a recusa do crescimento como forma de reprodução social apresenta o alívio e a reconstrução da relação da nossa sociedade com o trabalho e com a produção, e com o sistema terra. O ecossocialismo apresenta uma virtude socialista instigante para re-imaginarmos nossa democracia e propõe que a tecnologia esteja a nosso serviço e a serviço da preservação do sistema terra, com uma produção social e ambientalmente sustentável, aspecto esse que é pauta latente. Voltando à realidade concreta, na mesma semana em que foi anunciado que o grupo de ativistas Nihon Hidankyo ganhou o Nobel da Paz, honrando o esforço do grupo de sobreviventes das bombas atômicas norte americanas que atingiram o Japão em 45, a Valori publicou um artigo que denuncia o crescimento do uso da energia nuclear devido a necessidade de alimentar os *data centers* de Inteligência Artificial e como, num movimento falso de preservação ambiental, a energia nuclear tem atraído olhares das empresas de combustíveis fósseis como uma nova e válida - e sustentável - possibilidade de investimento futuro. *Microsoft* e *Google* já aderiram ao uso da energia nuclear, buscando a reativação de usinas ao redor do mundo e junto disso, no ano passado, durante a COP28, 22 países - encabeçados pelos Estados Unidos - acordaram em triplicar suas capacidades nucleares até o ano de 2050, esforço que tem contado com o auxílio financeiro dos maiores bancos do mundo e suas linhas de crédito - outro exemplo de *greenwashing*. Então, como seria possível salvar o mundo sem mexer nas finanças? Como seria possível salvar o mundo sem rever nosso modo de produção que, para extrair o máximo de seus *commodities*, parece tão calmo ao transpassar os dilemas da energia nuclear?

“A energia nuclear sempre esteve no horizonte dos grandes produtores de CO2. Consideram-na a única fonte capaz de gerar energia com baixíssimas emissões de forma consistente, qualidade crucial para equilibrar a intermitência de fontes renováveis como a eólica e a solar. Hoje, os defensores do átomo têm um novo argumento poderoso: os sistemas de inteligência artificial requerem enormes quantidades de energia. Uma exigência que, segundo os apoiantes, só a fissão nuclear pode satisfazer.

#### Big Tech reinicia usinas nucleares desativadas para alimentar data centers

Algumas grandes empresas tecnológicas estão a avançar nesta direção, impulsionadas precisamente pelas enormes necessidades energéticas exigidas pelo desenvolvimento da inteligência artificial e da gestão de centros de dados. Entre elas está a Microsoft, que recentemente assinou um acordo de vinte anos com a fabricante Constellation Energy para reativar um reator nuclear na usina de Three Mile Island, na Pensilvânia. Tristemente famoso pelo acidente de 1979, quando houve um derretimento parcial do núcleo que liberou gases radioativos no ar. Foi o maior acidente nuclear dos Estados Unidos. Mas agora a Microsoft pretende restaurar a produção de energia desta central para cobrir parte das suas necessidades energéticas.”

O conforto com o uso de energias não limpas - sob a roupagem de sustentáveis - elucida o não compromisso com uma mudança estrutural durante um ano que não apenas produziu dezenas de artigos, relatórios e avisos, mas também foi palco factual de eventos extremos presentes em todos os continentes.

O rechaço ao crescimento e o ecossocialismo se encontram com um compromisso que pode ser revivido e construído a partir dos blocos de diferentes visões e epistemologias. O essencial seria: a visão estrutural e reformista que não deixasse cair em soluções falsas a

necessidade de transformação sistêmica e o engajamento popular trans-nacional. Muito se perdeu com a não organização global, com o não reconhecimento do vínculo intercontinental dos trabalhadores, dos ativistas, daqueles que fazem greve, barram barcos que carregam armas e se recusam a frequentar aulas até que suas universidades parem de financiar empresas complacentes com genocídio. Muito além dos discursos elitistas de “Caros pobres” e teorias presas aos arcabouços intelectuais de universidades não populares, a transformação radical depende do reconhecimento do que nos une como sonhadores e do que nos prende como oprimidos.

“Essa ação real que representa uma oportunidade de mobilizar a agência coletiva humana para garantir um planeta estável e uma vida digna para todos será demonizada pelos meios de comunicação social e pela classe política no Norte Global. Mas está a acontecer, geralmente assumindo a forma de uma revolta contra a ordem prevalecente: as suas regras, a sua violência, as suas hipocrisias. Na Palestina, os palestinos lutam contra a ocupação e a exploração dos campos de gás ao largo da costa de Gaza por Israel. Na Amazônia, as comunidades indígenas lutam contra os madeireiros ilegais, que atuam como a ponta da lança para a indústria global da carne. Do Senegal ao Mali, novos governos estão a renegociar contratos importantes de mineração, petróleo e gás com multinacionais. Em Vanuatu, a agitação estudantil levou o mais alto tribunal do mundo, o Tribunal Internacional de Justiça, a assumir o caso das responsabilidades legais dos Estados devido às alterações climáticas. Na Colômbia, o governo de Gustavo Petro transformou a empresa petrolífera estatal, Ecopetrol, numa empresa de energia, à medida que o USO, o sindicato dos trabalhadores petrolíferos, desenvolve um plano para uma transição verde significativa. Na Índia, os agricultores derrotaram o governo e o agronegócio global com as maiores greves da história da humanidade sustentadas ao longo de dois anos. E na China, as capacidades de investimento e planeamento estatais foram mobilizadas para atingir as metas climáticas do país seis anos antes do previsto. Aqui está apenas um pequeno retrato da resistência e das revoltas que procuram abolir o atual estado de coisas que destrói a vida e devasta o nosso planeta. Podem ser fortalecidos e reunidos para construir uma Nova Ordem Económica Internacional para o Século XXI, que representa uma oportunidade não só de estabelecer justiça social, mas também de estabilizar a geologia do nosso planeta e preservar as condições para toda a vida na Terra. Em todo o mundo, os povos oprimidos estão em revolta. A nossa tarefa é aprofundar e unir essas revoltas para encerrar a Era do Genocídio e construir um futuro em que possamos realmente viver.”

## **Saúde**

Novamente, nosso bloco de Saúde se dedica a crise do sistema de saúde palestino e libanes em meio ao genocídio promovido por “Israel”. Essa será nossa abordagem, ainda que parcialmente, até que a ocupação seja desfeita e que o sistema de saúde seja restabelecido e isso se dá por dois motivos: 1) solidariedade. É impossível falar sobre Sociedade Civil Organizada sem falar no papel da solidariedade internacional. Escolhemos manifestá-la aqui dedicando essa seção e também trazendo ações de SCO que se alinham a isso. E 2) a destruição programada e sistêmica dos hospitais, clínicas e centros de tratamento de Gaza, junto com o assassinato de trabalhadores da saúde e destruição das universidades é o ápice da constrição estrutural dos sistemas de saúde universais. O ataque ao SUS, ao *NHS* no Reino Unido, os cortes em investimento feitos na saúde e em outros direitos humanos a que são obrigados os países em crise de dívida podem parecer realidades distantes do genocídio, porém, são profundamente conectados. Com isso, seria impossível defender a cobertura universal da saúde pública e suficientemente financiada sem falar sobre a Palestina.

Como já dito no informe passado, neste mês completamos 1 ano da escala do genocídio. Milhares de organizações ao redor do mundo tomaram as ruas, denunciando o uso deliberado e instrumentalizado da violência e exigindo responsabilização e controle dos danos humanos. Centros de saúde e trabalhadores da saúde são alvos das Forças de Ocupação, deixando os sobreviventes sem alternativas de tratamento em meio aos ataques constantes e consequências da destruição da infraestrutura - como doenças infecciosas, fome e pobreza (“Israel” se recusa a pagar os trabalhadores palestinos que ocupam cargos dentro de Tel Aviv, os impedindo de enviar dinheiro para seus familiares ainda presos nos campos).

“O sofrimento da saúde em Gaza estende-se muito além dos hospitais. Com mais de dois milhões de pessoas empurradas para a pobreza pelos ataques e pelo bloqueio da ajuda, os alimentos e a água potável são escassos. Relatórios recentes revelam que 35% das crianças e 40% das mulheres grávidas ou lactantes em Gaza sobrevivem com apenas um tipo de alimento. A subnutrição é galopante e a Organização Mundial da Saúde (OMS) documentou casos de crianças que morrem de fome enquanto comboios de ajuda humanitária são bloqueados em postos de controle controlados por Israel.

A fome e a doença andam de mãos dadas, como a OMS continua a repetir. Gaza está a testemunhar um aumento difícil de imaginar de doenças infecciosas – infecções respiratórias, doenças de pele, hepatite A e até poliomielite, um vírus que foi erradicado há décadas, mas que ressurgiu, paralisando uma criança de 10 meses. A escassez de produtos básicos de higiene, como sabão e água limpa, só contribui para agravar a crise.

A propagação de doenças é tudo menos um dano colateral: é uma arma calculada na estratégia de Israel. Como observou a Voz Judaica pela Paz, nas prisões, “as doenças de pele são um método de punição. As autoridades penitenciárias estão permitindo a propagação da sarna, restringindo o abastecimento de água aos presos palestinos e privando-os de roupas limpas e cuidados médicos.”

As informações mais recentes mostram um novo ataque aos 3 maiores hospitais do norte de Gaza - que já estavam funcionando em ruínas - durante a madrugada do dia 19. Kamal Adwan, Al-Awda e o Indonesian Hospital sofreram bombardeios durante a noite do dia 18 para o dia 19, seguido de cercos às áreas e alvejamento de médicos e enfermeiros, assim como de pessoas que estavam se refugiando no hospital.

“Os ataques danificaram gravemente os três hospitais. Grandes secções dos pisos superiores do Al-Awda foram destruídas pelos bombardeamentos e partes das paredes do Hospital Indonésio e da entrada do laboratório de Kamal Adwan foram destruídas ou danificadas. De acordo com relatos da Al Jazeera, todas as três instalações foram efetivamente forçadas a sair de serviço devido aos ataques, deixando centenas de pessoas – incluindo mulheres grávidas, crianças e pacientes gravemente feridos – sem qualquer acesso a cuidados de saúde.

Em uma declaração em vídeo, o Dr. Marwan Al-Sultan, diretor do Hospital Indonésio, descreveu as condições da noite passada. Afirmou que o hospital não conseguiu prestar cuidados intensivos devido à escassez de insumos e, com o esgotamento do combustível, os funcionários não conseguiram ligar o gerador. Al-Sultan acrescentou que as forças da IOF cercaram abrigos perto do hospital, prendendo centenas de famílias deslocadas, incluindo recém-nascidos e idosos.”

Representando a expansão de um mesmo projeto de dominação e violência, o Líbano vem sofrendo e tendo seu sistema de saúde destruído de maneira organizada e sistemática.

“Os ataques de Israel ao Líbano já visaram o sistema de cuidado da saúde, refletindo a situação em Gaza no ano passado. A Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmou que dezenas de profissionais de saúde foram mortos em apenas 24 horas entre quarta e quinta-feira (2 e 3 de outubro), com centenas de outros feridos. Os médicos estão constantemente em risco, enquanto pelo menos uma dúzia de instalações de saúde foram danificadas. Todo o sistema de saúde funciona sob ameaça de cortes de energia, o que os deixaria dependentes de geradores.

A situação é ainda mais complicada pelo (fato de que o) sistema de saúde do Líbano, maioritariamente privatizado, é fragmentado e frágil, como salientou Ahmad Chreif, da Doctors of the World. A aumentar a pressão estão os efeitos de um recente surto de cólera, uma crise econômica em curso e “ordens de evacuação” repentinas das Forças de Ocupação Israelitas (IOF) a meio da noite, causando deslocamentos em massa. No mínimo, os profissionais de saúde esperam um aumento nas infecções cutâneas semelhantes às observadas em Gaza.

Para piorar ainda mais a situação, a população nas zonas mais duramente atingidas pela invasão – predominantemente refugiados palestinos e sírios – já tinha acesso limitado aos cuidados de saúde. Segundo Chreif, muitos que fugiram de suas casas deixaram para trás medicamentos essenciais. Como são forçados a procurar medicamentos de substituição nas instituições de saúde, isto contribuiu para uma escassez imediata de medicamentos no Líbano.”

Soma-se aos aspectos imediatos - mortes por bombardeio, tiro, inanição, falta de atendimento, falta de medicamento, falta de possibilidade de operações complexas - os aspectos destrutivos e contaminantes que ainda não podem ser medidos. A Al-Jazeera publicou no dia 17 uma matéria denunciando as bombas de “Israel” não só pelo seu poder destrutivo ser alvejado em civis, mas pela liberação de amianto no ar e no solo. Amianto é uma mistura de metais normalmente liberada em erupções vulcânicas rochosas - e na explosão de estruturas de concreto - e é reconhecidamente cancerígeno. Calcula-se que haja 800 toneladas de escombros contaminados por amianto em Gaza e além do desenvolvimento de câncer de pulmão e Mesotelioma no futuro, a substância aumenta a probabilidade - em curto tempo - para o desenvolvimento de infecções pulmonares. É estimado que várias gerações futuras venham sofrer com enfermidades ligadas ao amianto.

Mesmo antes dos ataques da madrugada de 19 de Outubro de 2024, dias depois da publicação da Al-Jazeera sobre a contaminação e junto a descoberta de casos de cólera no Líbano, um relatório das Nações Unidas foi publicado declarando que os atentados israelenses ao sistema de saúde palestino são e se configuram, de fato, como um crime lesa humanidade.

“A destruição deliberada do sistema de saúde de Gaza por parte de Israel, visando especialmente instalações que servem mulheres e crianças, foi rotulada como “crime de extermínio contra a humanidade” por um inquérito da ONU. Esta conclusão está alinhada com os alertas emitidos pelos palestinos e pelas organizações humanitárias durante o ano passado. Afirmaram repetidamente que os ataques sistemáticos de Israel a hospitais, centros de saúde primários e ambulâncias visam destruir o povo palestino.

O relatório da ONU foi publicado apenas uma semana antes do aniversário do ataque mortal de Israel ao Hospital Al-Ahli, em 17 de outubro de 2023, onde aproximadamente 500 pessoas foram mortas. Apesar da indignação generalizada, pouco mudou na estratégia de Israel desde então. As autoridades israelitas tentaram culpar os grupos de resistência palestinos pelo

massacre – alegações que foram desmentidas. Mesmo agora, as autoridades israelitas continuam a insistir que os hospitais em Gaza estão a ser utilizados pelo Hamas para fins militares, mas o relatório da ONU mostra que não foram fornecidas provas credíveis que sustentem esta afirmação.

Na verdade, o relatório destaca que, embora Israel tenha alegado que 85% dos hospitais de Gaza foram utilizados pelo Hamas em algum momento, na verdade foram os soldados israelitas que ocuparam as instalações de saúde para as suas próprias operações. Um exemplo é o Hospital Turco, que as forças israelenses assumiram após torná-lo inoperante. Outrora o único centro dedicado ao tratamento do câncer em Gaza, prestando cuidados a 10.000 pacientes, tinha sido usado como base pelas tropas israelitas. O encerramento deste hospital deixou os pacientes com câncer sem acesso a tratamentos essenciais, provocando muitas mortes.”

Contemporâneo aos ataques - e no que se sente como uma realidade paralela - a *Youth Declaration on Creating Healthy Societies* foi publicada pelo *Who Youth Council*. Com 3 blocos de orientação: Promovendo Saúde, Educação e Instrução; Garantindo Cuidados em Saúde Acessíveis e Sustentáveis e Transformando e Elevando a Liderança Jovem, o documento traz 10 princípios de ação que visam valorizar a liderança jovem e fortalecer as prevenções de saúde através de uma educação equitativa, transformativa e tecnológica. Gaza não é mencionada, a crise da dívida que esmaga o financiamento da saúde e da educação também não é, nem o problema entre uso de centro de dados e energia nuclear, nem a necessidade indiscriminada de água para esfriar instalações tecnológicas.

## De volta às atividades

### *Back in business*

**Regina Ungerer**

**Erica Kastrup**

**Tiago Nery**

**Abstract:** The highlight of the UNOSSC was the 8<sup>th</sup> International Meeting on Triangular Cooperation, held in Lisbon under the theme “Connecting Global Processes to Create Local Impact.” Aligned with the discussions at the G20 and the Summit of the Future, the meeting aimed to broaden triangular partnerships globally. Leading up to this event, the Brazilian Cooperation Agency (ABC) organized a technical meeting of the Working Group for Development, established during Brazil's G20 presidency. Triangular Cooperation has been a key focus for this Working Group, encouraging the voluntary participation of countries as a mechanism for sharing knowledge, creating networks of professionals focused on South-South and Triangular Cooperation, and exchanging good practices.

It was a very intense period for Brazil's South-South Cooperation, especially regarding the school feeding programs, family farming initiatives, cotton farming, and Brazil's commitment to sustainable food policy development in Latin America and Africa. Other notable events included the World Day for the Eradication of Poverty, World Food Day, and campaigns for the Elimination of Child Labor and the Promotion of Human Rights, decent work, and social justice, all aimed at advancing labor rights in developing countries of the Global South. Additionally, Brazil expressed solidarity with Lebanon by sending donations and facilitating the repatriation of Brazilians wishing to return home.

The G-77 and China started the year of UNGA79 by participating in 13 meetings of the 2<sup>nd</sup>, 3<sup>rd</sup>, and 5<sup>th</sup> Committees. These meetings addressed various topics, including building renovations, the UN program budget for 2025, sustainable and social development, financing for development, operational and audit expenses, the scale of contributions by member states, and support for the sovereignty of the Palestinian people.

The Non-Aligned Youth Movement highlighted the International Day of the Girl Child under the theme “Girls’ Vision for the Future”, emphasizing the importance of investing in their rights and that with resources and opportunities, the potential of more than 1.1 billion girls worldwide will be unlimited. They also highlighted that the right to food is an essential right for development and a better life and future. Following the trend, they mentioned the need to raise awareness of mental health in the workplace and highlighted the need to take care of the mental health of young people. The South Centre was present at the 29<sup>th</sup> Session of the UN Fiscal Committee and at the Hamburg Sustainability Conference where the need for new alliances in a new era of sustainability and new multilateral cooperation was discussed. They published on the rights of taxation of services for developing countries and on the decision for the Convention on Biological Diversity of the Conference of the Parties (COP).

**Keywords:** *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Non-Aligned Youth Movement. South Centre.*

**Resumo:** O grande destaque do UNOSSC foi o 8º Encontro Internacional sobre Cooperação Triangular realizado em Lisboa sob tema “Conectando processos globais para criar impacto local”. Alinhada com os temas em discussão no G20 e na Cúpula do Futuro, os debates tiveram o objetivo de ampliar as parcerias triangulares em todo o mundo. Precedendo este encontro, a ABC promoveu uma reunião técnica do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento, estabelecido durante a presidência brasileira do G20. A Cooperação Triangular tem sido uma prioridade deste Grupo de Trabalho envolvendo a participação voluntária de países membros como um mecanismo de compartilhamento de conhecimentos, criação de redes de profissionais focados em Cooperação Sul-Sul e Triangular e na troca de boas práticas.

Período bastante intenso da Cooperação Sul-Sul do Brasil, especialmente em relação a alimentação escolar, agricultura familiar, cultivo do algodão e o compromisso do Brasil em contribuir para o desenvolvimento de políticas alimentares sustentáveis na América Latina e África. Destaque também foi o dia mundial da erradicação da pobreza, Dia Mundial da Alimentação, eliminação do trabalho infantil promoção dos direitos humanos e do trabalho decente e justiça social promovendo os direitos trabalhistas em países em desenvolvimento do Sul Global. De ressaltar a solidariedade com o Líbano e o envio de donativos ao país enquanto repatria os brasileiros que desejam voltar ao Brasil.

O G-77 e a China iniciaram o ano participando de 13 reuniões do 2º, 3º e 5º comitês da AGNU. Os temas foram desde a renovação de salas e prédios, orçamento programa da ONU para 2025, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento social, financiamento para o desenvolvimento, despesas das operações e auditoria, escala de contribuições dos Estados-Membros até seu apoio à soberania do povo palestino.

O Movimento Jovem dos não alinhados destacou o dia internacional da menina sob o tema "Visão das meninas para o futuro", enfatizando a importância de investir em seus direitos e que com recursos e oportunidades, o potencial de mais de 1,1 bilhão de meninas no mundo, será ilimitado. Destacou também que o direito à alimentação é um direito essencial para o desenvolvimento e para uma vida e futuro melhores. E seguindo a tendência, mencionaram a necessidade de aumentar a conscientização sobre saúde mental no trabalho e destacaram a necessidade de cuidar da saúde mental dos jovens. O Centro Sul esteve presente na 29ª Sessão do Comitê fiscal da ONU e na Conferência de Sustentabilidade de Hamburgo em que foi discutido a necessidade de novas alianças em uma nova era de sustentabilidade e uma nova cooperação multilateral. Publicaram sobre os direitos de tributação de serviços para os países em desenvolvimento e sobre a decisão para a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da Conferências das Partes (COP).

**Palavras-chave:** Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Movimento Jovem dos não-Alinhados. Centro Sul

### **Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)**

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos,

especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

## Destaques do UNOSSC

### 7 e 8 de outubro de 2024 - 8º Encontro Internacional sobre Cooperação Triangular



Organizada em Lisboa, pelo Instituto Camões da Cooperação e da Língua, Portugal e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o tema foi **“Conectando processos globais para criar impacto local”**. Com enfoque na Ásia, o encontro trouxe representantes de governos, sociedade civil, fundações e empresas de todas as regiões do mundo, além de organizações regionais, bancos de desenvolvimento e organizações internacionais, incluindo representantes das Nações Unidas, como o UNOSSC.

Portugal tem liderado os debates internacionais sobre Cooperação Triangular. Alinhada com os temas em discussão no G20 e na Cúpula do Futuro, os debates tiveram o objetivo de ampliar as parcerias triangulares em todo o mundo. A Cooperação Triangular tem sido uma prioridade do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do G20.

A participação do Brasil no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do G20 pode ser lida na sessão **O Brasil na cooperação Sul-Sul** deste informe.

Presente neste encontro, a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib disse que o UNOSSC está pronto a apoiar, por meio de suas plataformas, a cooperação Trilateral dos Membros do G20. Olhando para o futuro, a Cooperação Trilateral do G20, Co-Lab, desempenhará um papel fundamental para melhorar o compartilhamento de conhecimento, especialmente por meio da criação de redes de profissionais focados em Cooperação Sul-Sul e Triangular e na troca de boas práticas.

Lembrou que a UNGA79 foi crítica para acelerar o progresso em direção aos 17 ODS e os Estados-Membros enfatizaram a importância de fortalecer soluções multilaterais, incluindo a Cooperação Sul-Sul e Triangular, para enfrentar os desafios globais do desenvolvimento.

O Pacto para o Futuro, que foi central na UNGA79, destaca a importância de renovar o espírito de inclusão global, abordando as necessidades urgentes daqueles mais impactados pelas mudanças climáticas, pobreza, desigualdade e exclusão digital.

A Diretora disse ainda que é preciso uma transformação abrangente que comece no nível internacional e permeie as estratégias de financiamento nacionais e locais. Nesse contexto, a nova janela de Cooperação Triangular criada dentro do Fundo da ONU para a Cooperação Sul-Sul (UNFSSC) passa a ter uma grande importância. Esta janela está sendo estabelecida em resposta ao [relatório do Secretário-Geral da ONU de 2022 sobre o estado da “cooperação Sul-Sul e triangular”](#).

Esta Janela de Cooperação Triangular mobilizará toda a gama de plataformas, tecnologias, parcerias e recursos da ONU em escala global e oferece um mecanismo de

financiamento inovador para apoiar a rápida implementação de intervenções de alto impacto. Um dos principais fluxos desta janela de Cooperação será dedicado à capacitação.

### **Encontros paralelos durante o 8º Encontro Internacional sobre Cooperação Triangular**

A Diretora do UNOSSC teve a oportunidade de se encontrar com diversos parceiros, como o Presidente do Conselho da Agência Cazaque para o Desenvolvimento Internacional e com a delegação do Banco Islâmico de Desenvolvimento em que discutiram como aprofundar a colaboração por meio da construção de planos de trabalho conjuntos antes da COP16, COP29 e da Sessão Ministerial sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular a ser realizada durante a **3ª Conferência das Nações Unidas dos países em desenvolvimento sem litoral**, em Gaborone, Botswana de 10 a 13 de dezembro de 2024.

Foi também uma oportunidade para a Diretora do UNOSSC discutir com a Presidente do Instituto Camões, embaixadora Florbela Paraíba, formas de operacionalizar e ampliar a nova janela de Cooperação Triangular do UNOSSC. A embaixadora Florbela Paraíba informou sobre a parceria bem-sucedida entre o Instituto Camões e a Secretaria Geral Ibero Americana – SEGIB-digital em 21 países na África e América Latina, destacando as lições aprendidas para o **4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento**, que será realizada de 30 de junho a 3 de julho de 2025, em Sevilha, Espanha.

Outro encontro aconteceu entre a Diretora Dima Al-Khatib, o Vice Presidente do *Policy Partnerships for Science and Technology Innovation* (STEPI), Dr. Hwanil Park e a Sra. Mari Kato da Agência Japonesa de Cooperação (JICA). Considerando que STEPI e JICA são parceiros de longa data, os temas discutidos foram o Laboratório de Soluções de Cooperação Sul-Sul e Triangular, a Janela de Cooperação Triangular do Fundo das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul e colaboração para ampliar a capacitação.

A diretora Dima Al-Khatib, reuniu-se também com Rita Walraf do Ministério Federal Alemão para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) e Ulrich Muller da Sociedade Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ) para discutir a vasta experiência da Alemanha na promoção e apoio à Cooperação Triangular, bem como o potencial trabalho conjunto no futuro, incluindo a recém-lançada Janela de Cooperação Triangular do Fundo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul.

### **UNOSSC no 2º Comitê da AGNU em 07 de outubro de 2024**



Samba Thiam, Conselheiro Sênior de Desenvolvimento de Políticas do UNOSSC, apresentou o Relatório de 2024 do Secretário-Geral sobre o Estado da Cooperação Sul-Sul ao 2º Comitê da AGNU que é responsável pelas questões Econômicas e Financeiras.

O relatório do SG analisa as tendências e oportunidades da Cooperação Sul-Sul e Triangular e destaca o apoio da ONU aos Estados-Membros por meio de políticas e programas que integram a cooperação Sul-Sul e triangular em todos os níveis. Destaca ainda as principais ações coletivas empreendidas pelos países em desenvolvimento para se recuperar da pandemia do Covid-19 enquanto criam resiliência à futuras crises.

Além disso, contém uma análise do apoio que muitas organizações das Nações Unidas ofereceram aos países do Sul Global em 2023 por meio de políticas e programas que

continuaram a integrar a cooperação Sul-Sul e triangular em todos os níveis, conforme estabelecido no documento final do BAPA e BAPA+40.

O relatório conclui com um conjunto de recomendações sobre como a cooperação Sul-Sul e triangular poderia acelerar as transições urgentemente necessárias para atingir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Na ocasião, Samba Thiam disse que os países em desenvolvimento estão assumindo um papel de liderança na governança econômica global. Os principais desafios enfrentados pelas entidades da ONU incluem a falta de acordos institucionais, formação e financiamento para apoiar a cooperação Sul-Sul.

Para acessar o Relatório do Secretário Geral, [clique aqui](#).

### 17 de outubro de 2024 - Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza<sup>22</sup>.



Pobreza não é apenas falta de renda. É falta de educação, comida, assistência médica, abrigo, inclusão política, escolha, segurança, dignidade.

Em 1992, a AGNU declarou o 17 de outubro como o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e convidou todos os Estados-Membros a dedicarem o dia à promoção de atividades concretas para a erradicação da pobreza e da miséria.

Destacado pela Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, em sua mensagem durante o evento "**Novos Horizontes para a Erradicação da Pobreza: Um Pacto Futuro na Era da Tecnologia e da IA**", organizado pelo Fórum da Juventude para a Cooperação Islâmica (ICYF) celebrando o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, "Os jovens podem desempenhar um papel fundamental no Pacto para o Futuro".

E para assegurar que os jovens do Sul Global possam participar plenamente e se beneficiar da economia digital é importante enfrentar a exclusão digital através de iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Triangular. Com a capacitação e compartilhamento de conhecimentos, pode-se equipar os jovens com habilidades digitais e sustentáveis necessárias para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável em todas as esferas da sociedade.

### O Brasil na cooperação Sul-Sul

#### 16 de outubro de 2024 – Dia Mundial da Alimentação<sup>23</sup>



Neste dia tão importante, a ABC celebrou o trabalho realizado com seus parceiros para fortalecer a alimentação escolar, associada à agricultura familiar, pilares do desenvolvimento social, do combate à fome e da promoção de educação de qualidade no Sul Global.

Todos os parceiros da América do Sul, Caribe e África estão empenhados em fortalecer programas de alimentação escolar, por meio de ações estratégicas desenvolvidas em conjunto com

<sup>22</sup> <https://www.instagram.com/p/DBOxDxKCKWS/>

<sup>23</sup> <https://www.instagram.com/p/DBMyBM2PwLy/>

organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos.

Desde 2008, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) investiu mais de 36 milhões de dólares em iniciativas de cooperação Sul-Sul, contribuindo para a promoção da segurança alimentar e nutricional de milhões de estudantes em países em desenvolvimento.

Um dos grandes marcos dessa cooperação foi a criação da Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES), que atualmente reúne 26 países e se tornou um espaço de intercâmbio de boas práticas entre governos da América Latina e do Caribe.

As ações reforçam o compromisso do Brasil em contribuir para o desenvolvimento de políticas alimentares sustentáveis, participando ativamente de fóruns globais como o Comitê Mundial de Segurança Alimentar e a Coalizão para a Alimentação Escolar, que visa garantir, até 2030, que todas as crianças recebam uma alimentação nutritiva nas escolas públicas.

Para celebrar o Dia Mundial da Alimentação, a ABC e a FAO organizaram o webinar **"Modelos de certificação: caminhos para um futuro sustentável do algodão"** em que especialistas discutiram as oportunidades de certificação que estão transformando o setor algodoeiro na América Latina e no Caribe.

O Brasil, como um dos maiores produtores e exportadores de algodão do mundo, compartilhou sua experiência por meio da cooperação Sul-Sul. No dia 7 de outubro foi celebrado, pela primeira vez em Cotonou, capital de Benim o **6º Dia Mundial do Algodão**, como ressaltado mais abaixo.

#### **14 de outubro de 2024 – 11ª Reunião de Cooperação Sul-Sul e Trilateral Brasil-OIT<sup>24</sup>**



Durante a 11ª Reunião de Cooperação Sul-Sul e Trilateral Brasil-OIT, realizada em Brasília, a ABC, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) assinaram um projeto de Cooperação Sul-Sul intitulado **"Trabalho Decente e Justiça Social"**, para promover o trabalho decente, a justiça social, o diálogo social e os direitos trabalhistas em países em desenvolvimento do Sul Global.

O objetivo desta reunião de alto nível foi discutir o futuro do Programa de Cooperação Sul-Sul (CSS) Brasil-OIT, além dos principais resultados de 15 anos de parceria e as novas perspectivas de cooperação. As discussões foram em torno de temas como igualdade salarial, economia de cuidados, combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

Participaram do encontro o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Wellington Dias, o ministro do Trabalho e Emprego em exercício (MTE), Francisco Macena, a secretária-geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE), embaixadora Maria Laura da Rocha, o diretor da ABC, embaixador Ruy Pereira, o procurador-geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT), José de Lima Ramos Pereira, a diretora do Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe, Ana Virginia Moreira Gomes, além de especialistas da OIT, do MTE, MDS, ministério da Previdência, das Mulheres e dos Direitos Humanos e representantes de organizações de trabalhadores e de empregadores.

<sup>24</sup> [https://www.instagram.com/p/DBH8oYwsJ28/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/DBH8oYwsJ28/?img_index=1)

No dia seguinte, de 15 a 18 de outubro, foi celebrado o 10º aniversário da Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livre de Trabalho Infantil que pode ser visto mais abaixo.

### **07 de outubro de 2024 - Reunião Técnica do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do G20<sup>25</sup>**



A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) realizou em Lisboa uma reunião técnica do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento, estabelecido durante a presidência brasileira do G20. Este encontro precedeu a **8ª Reunião Internacional sobre Cooperação Trilateral** promovida pelo Instituto Camões da Cooperação e da Língua e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Com a presença de representantes de vários países e organismos internacionais, o foco do encontro foi o avanço da **“Cooperação Trilateral do G20 “Co-Lab”**, um mecanismo de compartilhamento de conhecimentos sobre cooperação trilateral, que envolve a participação voluntária de países membros e convidados e que desempenhará um papel importante especialmente por meio da criação de redes de profissionais focados em Cooperação Sul-Sul e Triangular e na troca de boas práticas.

Este foi o segundo encontro técnico do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento sob a presidência brasileira. O primeiro encontro foi realizado em maio de 2024, em Salvador na Bahia, que foi realizada em colaboração com o governo da Alemanha.

A cooperação trilateral é uma das prioridades do Brasil no G20 e um passo fundamental para alcançar as metas da Agenda 2030. Um compromisso do Brasil com o fortalecimento da Cooperação Trilateral.

### **Cooperação com a América Latina e Caribe**

#### **15 a 18 de outubro de 2024 – Avaliação da Cooperação Sul-Sul: Cocriação de Ferramentas e Fortalecimento Institucional na Iberoamérica<sup>26</sup>**

O evento foi realizado na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em Brasília como uma iniciativa do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) da Secretaria-geral Ibero-americana (SEGIB). Foi organizado ABC em parceria com o PIFCSS e apoio da ENAP e contou com a participação de 17 países Ibero-americanos.

Durante 4 dias, os participantes discutiram o fortalecimento dos métodos de avaliação da cooperação Sul-Sul e trilateral, especialmente a capacitação, intercâmbio de experiências e desenvolvimento de ferramentas flexíveis e adaptadas à realidade de cada país da região.

<sup>25</sup> <https://www.instagram.com/p/DA6vMi6SiFB/>

<sup>26</sup> [https://www.instagram.com/p/DBJpOmVP42q/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/DBJpOmVP42q/?img_index=1)



Também foi destaque a **10ª Reunião anual da Rede de Pontos Focais e o 10º aniversário da Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livre de Trabalho Infantil**<sup>27</sup> que celebra 10 anos de esforços conjuntos para eliminar essa violação de direitos humanos. Um esforço importantíssimo na região, pois apesar dos avanços alcançados, 8,2 milhões de crianças e adolescentes ainda convivem com o trabalho infantil, muitos em atividades perigosas.

A Embaixadora Luiza Lopes da Silva, Diretora-adjunta da ABC destacou o papel da Cooperação Sul-Sul e desde 2008, o governo brasileiro tem trabalhado com parceiros internacionais para compartilhar experiências bem-sucedidas na erradicação do trabalho infantil.

O Secretário-Executivo Adjunto do Ministério do Trabalho, Victor Pellegrini Mammana, ressaltou o compromisso firme do Brasil em se declarar livre do trabalho infantil e afirmou que a participação do Brasil na Iniciativa Regional reforça esse compromisso também com a região.

A reunião do Pontos Focais foi organizada pela Iniciativa Regional e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com apoio da ABC, Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Agência Andaluza de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Departamento de Trabalho dos EUA.

Um dos destaques foi o lançamento do Observatório Regional do Trabalho Infantil, uma plataforma digital para apoiar os países na erradicação dessa violação de direitos humanos, até 2025, alinhado com a Meta 8.7 da Agenda 2030.

#### **07 de outubro de 2024 - Dia Mundial do Algodão**<sup>28</sup>.



Este é um tema central da Cooperação Técnica Brasileira e um dos contributos da Cooperação Internacional Brasil-FAO.

Na Colômbia o Projeto de Cooperação Sul-Sul **+Algodão** tem contribuído, desde 2017, com o cultivo de algodão em Tolima. Com o apoio desta cooperação, técnicas modernas se uniram às práticas tradicionais para aumentar a produção e revitalizar a terra. Com o solo regenerado, está sendo possível colher cerca de 3 toneladas em 2024, tendo um impacto direto na segurança alimentar das famílias.

De acordo com o agricultor, “Estamos resgatando nossa cultura e a cultura do algodão é uma oportunidade para preservar tradições e melhorar a vida da comunidade indígena”.

O **projeto +Algodão Colômbia** também utilizou técnicas inovadoras e boas práticas agrícolas brasileiras, em 25 unidades piloto de cultura de algodão para testes, entre de 2017 a 2021.

<sup>27</sup><https://x.com/ABCgovBr>

<sup>28</sup>[https://www.instagram.com/p/DA05fe9vBag/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/DA05fe9vBag/?img_index=1)

## 05 de outubro de 2024 – 2º Curso Internacional de Segurança Viária<sup>29</sup>



A Polícia Rodoviária Federal (PRF) recebeu representantes das Polícias Nacionais da **Colômbia, Bolívia e Paraguai** para o II Curso Internacional de Segurança Viária.

A participação da Bolívia neste curso se dá no âmbito do programa de cooperação bilateral Brasil-Bolívia.

A PRF destacou a importância dos Direitos Humanos como uma disciplina fundamental na formação dos policiais, assim como a sensibilização para a exploração sexual de crianças e adolescentes que é essencial para que a PRF possa agir de forma eficaz e

responsável.

Os policiais são capacitados a identificar sinais de vulnerabilidade e a proteger vítimas, muitas vezes oriundas dos países vizinhos. A defesa dos direitos humanos é um compromisso que transcende fronteiras, e a PRF está na linha de frente dessa luta.

Na ocasião, os participantes tiveram a oportunidade de melhorar suas habilidades em armamento, munição e tiro, garantindo o manuseio seguro e eficaz dos armamentos de dotação, como pistola e carabina.

Essa troca de conhecimentos fortalece não só a segurança viária, mas também as fronteiras entre o Brasil e esses países, contribuindo para uma cooperação internacional ainda mais sólida.

## 26 de setembro de 2024 - Fórum de Fomento à Cooperação em Segurança Viária no Contexto Sul-Sul



A Polícia Rodoviária Federal (PRF), com o apoio da ABC realizou em Brasília, o “Fórum de Fomento à Cooperação em Segurança Viária no Contexto Sul-Sul”. O evento reuniu delegações de **14 países da América Latina e África, além de Timor Leste**.

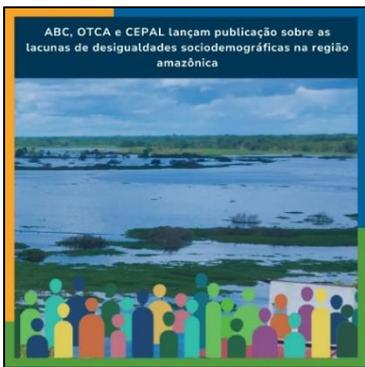
As iniciativas na fiscalização das rodovias federais destacaram a importância da cooperação internacional para enfrentar crimes transnacionais. A PRF ressaltou a atuação nas fronteiras do Brasil, que tem a terceira maior extensão terrestre do mundo, com 16.886 km, e discutiu temas como o combate ao tráfico de drogas, contrabando e crimes

ambientais.

A troca de informações e a realização de operações conjuntas são ferramentas essenciais para fortalecer a segurança regional e global.

O evento reforçou o compromisso dos países em trabalharem juntas para fortalecer suas capacidades institucionais e responder de maneira eficaz aos desafios contemporâneos em segurança pública.

<sup>29</sup> <https://www.instagram.com/p/DAvaArBRMWw/>



**01 de outubro de 2024** – A ABC em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (**CEPAL**) e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (**OTCA**) publicaram o documento intitulado “**Lacunas de desigualdade sociodemográfica na Região Amazônica: apoio à elaboração e implementação da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica**” que analisa as desigualdades sociodemográfica da população que vive nos territórios que fazem parte da região amazônica, com o objetivo de entender melhor as condições de vida, as diversas necessidades e as vulnerabilidades da população local.

A região amazônica que abrange mais de 50 milhões de pessoas e diversos biomas é de grande importância por sua contribuição ambiental e climática.

O documento analisa diversos indicadores sociodemográficos obtidos dos censos populacionais e pesquisas domiciliares dos 9 países amazônicos (**Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname, Venezuela**) e mostra que a pobreza e as desigualdades existentes nos territórios amazônicos desses países são maiores do que no restante do território de cada um deles.

Destaque também é a heterogeneidade da população amazônica, composta por diversos grupos, incluindo afrodescendentes e indígenas e o elevado grau de urbanização<sup>30</sup>.

### Cooperação com a África



### **18 de outubro de 2024 – Capacitação em Angola<sup>31</sup>**

Uma equipe de técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizou uma série de capacitações em **Angola**, compartilhando a expertise brasileira para apoiar a produção e comercialização agrícola. Essa iniciativa faz parte do programa de Cooperação Sul-Sul Brasil-Angola, coordenado pela ABC, que visa fortalecer o desenvolvimento de políticas agrícolas eficazes e sustentáveis em Angola.

Durante cinco dias, os profissionais angolanos participaram de cursos sobre informações agropecuárias; análise dos custos de produção e monitoramento de safras. Foram debatidos também, programas brasileiros como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), reconhecidos globalmente por seu apoio à agricultura familiar.

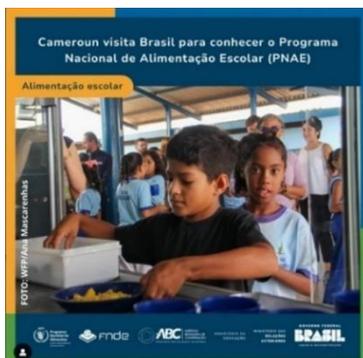
No campo, a equipe visitou a região de Caxito, na província do Bengo, onde teve a oportunidade de se reunir com agricultores locais. O objetivo foi compartilhar conhecimentos sobre a produção de milho e as ferramentas utilizadas no Brasil para expandir a segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares.

<sup>30</sup> <https://www.instagram.com/p/DAmJQWXPmKA/>

<sup>31</sup> [https://www.instagram.com/p/DBR80BkvUW/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/DBR80BkvUW/?img_index=1)

A missão foi marcada por um grande engajamento e uma troca rica de experiências. A expectativa agora é implementar as ferramentas discutidas e continuar a fortalecer essa parceria.

As capacitações realizadas pela Conab fazem parte do plano de trabalho do Programa de Desenvolvimento de Regiões Irrigadas e Políticas de Apoio à Agricultura Familiar em Angola, uma das principais iniciativas de cooperação lideradas pela ABC no país.



**08 de outubro de 2024** – A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), uma empresa pública que atua na gestão de políticas agrícolas e de abastecimento e vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) apresentou diversos projetos de apoio à agricultura para a delegação de **Camarões** que estava no Brasil. A visita foi organizada pela ABC e pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Entre os dias 30 de setembro e 4 de outubro de 2024, uma delegação dos Camarões esteve no Brasil para participar de uma missão técnica e conhecer como funciona Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a finalidade de fortalecer o diálogo sobre políticas de alimentação escolar entre os dois países. A missão técnica contou com representantes dos Ministérios da Educação, Agricultura, Finanças e Relações Internacionais dos Camarões que participaram de reuniões, visitas a cooperativas e escolas, além de conhecer as iniciativas de abastecimento e programas de cisternas.

De acordo com o representante do Ministério da Educação dos Camarões, o tema da alimentação escolar é essencial para melhorar o acesso das crianças às escolas. E a troca de experiências com o Brasil contribuirá para avanços no financiamento, parcerias estratégicas e participação social nos Camarões.

O programa brasileiro é reconhecido internacionalmente por promover alimentação escolar de qualidade para milhões de estudantes de escola pública, incluindo 30% de produtos da agricultura familiar<sup>32</sup>.

#### **07 de outubro de 2024 – 6ª Dia Mundial do Algodão<sup>33</sup>**



Pela primeira vez na África, Cotonou, capital de Benim, recebeu a **6ª edição do Dia Mundial do Algodão**, reunindo mais de 400 participantes, incluindo autoridades governamentais e representantes de organizações internacionais. Foi um marco importante para o continente Africano, já reconhecido por sua crescente relevância no comércio global de algodão.

<sup>32</sup> <https://www.instagram.com/p/DAmKJ3pS9UW/>

<sup>33</sup> <https://www.instagram.com/p/DA1IQR5PRdf/>

A Ministra da Indústria e do Comércio do Benim, Madame Shadiya Alimatou Assouman, destacou o reconhecimento da comunidade internacional sobre a importância do algodão africano para o comércio internacional da fibra.

O Diretor-Executivo do Comitê Consultivo Internacional do Algodão (ICAC), Eric Trachtenberg, enfatizou o impacto e o novo ponto de partida para os países produtores de algodão do C4 (**Benin, Burkina Faso, Mali, and Chade**). O algodão sustenta milhares de famílias ao redor do mundo, sendo que 43% são mulheres produtoras. A África tem todas as condições de se tornar um produtor e provedor global de algodão.

O Diretor Geral da FAO, Qu Dongyu, disse que quase metade dos 24 milhões de produtores de algodão no mundo são mulheres e que no projeto +Algodão, desenvolvido em parceria com o governo do Brasil, as mulheres desempenham um papel fundamental na transformação da cadeia produtiva. É preciso renovar o compromisso com a sustentabilidade e resiliência da agricultura familiar.

O Ministro da Indústria e do Comércio do Mali I, Moussa Allassane Diallo, recordou a criação do grupo Cotton-4 (C4) em 2003, destacando as dimensões políticas e estratégicas dessa aliança. E que com uma produção melhor, é possível criar empregos dignos e promover o desenvolvimento sustentável dos países.

E o Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ressaltou que o trabalho decente é uma prioridade no setor algodoeiro e melhoram as condições de trabalho de mulheres e crianças e são fundamentais para o atingir os ODS.

Complementando essa visão, a Diretora-Geral do Centro Internacional de Comércio, Dorothy Tembo, sublinhou o papel do algodão como motor de inclusão e catalisador de desenvolvimento sustentável. É preciso garantir o acesso a mercados, agregar valor à produção e fortalecer o papel da África como um produtor global de algodão.

Outros representantes de alto nível de governos africanos, assim como de organizações internacionais destacaram o ineditismo do evento e a oportunidade que o mesmo representa em termos do fortalecimento da fibra em cada país africano produtor de algodão.



**04 de outubro de 2024** - Dentro do mesmo tema do algodão, profissionais do **Burundi, da Tanzânia e do Quênia** participaram de um curso técnico oferecido pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) em Minas Gerais, dentro de um projeto “**Cotton Victoria**” de Cooperação Sul-Sul, com o objetivo de melhorar a qualidade e eficiência da produção de sementes de algodão em seus países e promover o desenvolvimento sustentável na região.

Durante o mês de setembro, cerca de 40 técnicos de cada país, vindos de instituições responsáveis pela produção e certificação de sementes, empresas, e órgãos de extensão, receberam treinamento teórico e prático sobre germinação, morfologia e deslintamento<sup>34</sup> de sementes. Destaque especial para a inclusão de pelo menos 30% de

---

<sup>34</sup> O deslintamento é o processo de remoção do línter, ou seja, das fibras curtas que ficam grudadas no caroço do algodão, das sementes de algodão

mulheres no curso, reforçando o compromisso da Cooperação Brasileira com a com a equidade de gênero no setor agrícola.

### Cooperação com o Oriente Médio



O governo brasileiro já enviou quatro aviões com donativos para o **Líbano**. A aeronave da Força Aérea Brasileira que fará o quinto voo de repatriação de brasileiros partiu de São Paulo, às 11 horas do dia 12 de outubro com 1.400 cestas básicas e 6.900 embalagens de diversos medicamentos arrecadados pela Associação Unidos pelo Líbano (UpL), totalizando 1.340 Kg<sup>35</sup>.

A operação foi coordenada pela ABC em parceria com o Ministério da Defesa.

Em remessas anteriores (06/10, 08/10 e 10/10), o Brasil enviou ao Líbano, medicamentos, 20 mil seringas com agulhas e 4 mil agulhas individuais descartáveis e envelopes para reidratação, fornecidos pelo Ministério da Saúde, além de medicamentos e cestas básicas arrecadados pelo Consulado-Geral do Líbano no Rio de Janeiro e pela UpL.

A operação foi coordenada pelo Ministério da Saúde e a ABC respondendo a um pedido apresentado pela Embaixada do Líbano no Brasil e faz parte do compromisso brasileiro de solidariedade com outros países.

### Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)<sup>36</sup>, Nairóbi (UNEP)<sup>37</sup>, Paris (UNESCO)<sup>38</sup>, Roma (FAO/IFAD)<sup>39</sup>, Viena (UNIDO)<sup>40</sup> e Washington (G-24)<sup>41</sup>.

Em 2024, a República de Uganda, detém a presidência pró tempore do G-77, do Movimento dos não-alinhados (MNA) e do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC).

O Iraque será o próximo país a deter a presidência pró-tempore do G-77 em 2025.

<sup>35</sup> <https://www.instagram.com/p/DAYotCyyNtY/>

<sup>36</sup> UNCTAD - Comércio de Desenvolvimento da ONU

<sup>37</sup> UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<sup>38</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

<sup>39</sup> FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

<sup>40</sup> UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

<sup>41</sup> G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

## Destaques do G-77 e China



**15 de outubro de 2024** - O Embaixador Adonia Ayebare, Representante da Missão Permanente de Uganda na ONU, apresentou ao Presidente da República, Yoweri Museveni, **as conquistas do G-77 e China durante a presidência pró-tempore do país** e levou uma mensagem do Secretário-geral da ONU, António Guterres.

O SG elogiou a parceria de longa data, a liderança de Uganda no enfrentamento dos desafios globais e a estreita cooperação do país com a ONU, principalmente seus esforços para fortalecer o sistema multilateral baseado em regras. Destacou também o papel que o G-77 e a China desempenharam durante a Cúpula do Futuro que culminou na adoção do Pacto para o Futuro, envolvendo um Pacto Digital Global e uma Declaração sobre Gerações Futuras.

Guterres considerou Uganda como um parceiro de longa data e sua valiosa das Nações Unidas no enfrentamento dos desafios globais, acrescentando que a ONU permanecerá comprometida em fortalecer ainda mais o relacionamento para desenvolvimentos futuros.

O Embaixador Ayebare considerou o Pacto para o Futuro como um marco impactante que entrará para a história como uma das maiores conquistas da presidência de Uganda do G-77. Durante todo o processo de negociação, o papel do Embaixador foi manter a coesão do Grupo, que tem uma associação diversa para conquistar um resultado favorável para os países em desenvolvimento.

As conquistas do G-77 e da China incluem a intensa revisão da dívida dos países frente ao FMI e Banco Mundial. Também importante foram as discussões sobre a transferência de tecnologia para países em desenvolvimento e a pressão sobre a reforma de instituições como o Conselho de Segurança da ONU, para expandir a representação de países em desenvolvimento, especialmente da África.

O Embaixador declarou que a presidência de Uganda do G-77 e da China tem liderado as negociações sobre as mudanças climáticas, observando que mais de 50 negociadores do Grupo se reuniram em Kampala para um retiro estratégico e se preparar para a COP 29 em Baku a ser realizada de 11 a 22 de novembro de 2024, em que certamente serão tomadas as decisões que impactarão o futuro do enfrentamento das mudanças climáticas, especialmente em relação ao financiamento.

A presidência de Uganda terminará este ano com a COP 29, mas Uganda continuará a presidir o Movimento dos Não-Alinhados (NAM) pelos próximos dois anos<sup>42</sup>.

### **14 a 16 de outubro de 2024 – Retiro Estratégico para as negociações da COP29<sup>43</sup>**

O Embaixador Adonia Ayebare, Representante da Missão Permanente de Uganda na ONU, esteve presente no retiro estratégico dos coordenadores líderes do G-77 e da China e Chefes de subgrupos nas negociações sobre mudanças climáticas, em Uganda.

<sup>42</sup> <https://x.com/ugandamissionun/status/1846236838693867871>

<sup>43</sup> <https://x.com/adoniaayebare/status/1845830821032440173>



Durantes estes três dias do retiro estratégico, foram discutidos todos os itens da agenda da COP29 e o objetivo foi harmonizar as posições do Grupo para a COP29 que será realizada entre 11 e 22 de novembro de 2024 em Baku no Azerbaijão.



**17 de outubro de 2024** - Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Dunkan Laki-Muhamuza, representante adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o **progresso na renovação da sala da África na Comissão Econômica para a África (ECA) e Adis Abeba e sobre o progresso na renovação do Edifício Norte na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (ECLAC) em Santiago durante a parte principal da 79ª sessão da AGNU**<sup>44</sup>.

O Grupo reconheceu o 6º relatório de progresso sobre a renovação do Edifício Norte na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (ECLAC) em Santiago, que será o primeiro edifício com zero emissões líquidas de carbono (CO<sub>2</sub>) do sistema das Nações Unidas. A construção será finalizada no final de 2024, sem a necessidade de financiamento adicional. Uma equipe de projeto continuará em 2025 para o processo de entrega e comissionamento.

Em relação à ECA, o Grupo apreciou a doação do local pelo governo da Etiópia para a construção do Centro de Visitantes da sala da África, essencial para preservar os valores históricos e culturais da história africana. Foram reconhecidas as contribuições de Mali, Países Baixos, Portugal, Suíça e Itália e há a expectativa de receber mais contribuições de outros Estados-Membros. A inauguração do Centro de Visitantes da Sala da África está prevista para 21 a 24 de outubro de 2024. Não se esperam grandes questões contratuais além da fase de encerramento, e que apenas recursos mínimos serão necessários para a gestão contínua do projeto até setembro de 2025.



**16 de outubro de 2024** - Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, representante adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre os **itens da pauta 140: Planejamento do Programa e item 139: Proposta de orçamento programa para 2025, na parte principal da 79ª sessão da AGNU no 5º Comitê**<sup>45</sup>.

<sup>44</sup> <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=241017>

<sup>45</sup> <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=241016b>

## **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU**

O Embaixador Godfrey Kwoba começou seu pronunciamento dizendo que o G-77 e a China destacam natureza programática do orçamento regular das Nações Unidas não pode ser alterada, uma vez que esta é uma característica especial do caráter intergovernamental desta Organização.

Ele reafirmou o apoio inabalável do Grupo ao Comitê de Coordenação de Programas (CPC) e seu trabalho como o principal órgão subsidiário da AGNU e do ECOSOC para planejamento, programação, avaliação e coordenação. E afirmou que o papel do CPC deve ser fortalecido em vez de enfraquecido. Também é importante que os membros do CPC continuem com suas recomendações para os programas desenvolvidos pelo Secretariado. Há vários programas sem recomendações do CPC.

O G-77 e a China solicitaram a implementação dos mandatos estabelecidos na resolução 78/244, na qual a AGNU determinou que os novos presidentes da Assembleia Geral, assim como os presidentes do 5º Comitê, devam apoiar os presidentes dos Comitês Principais na garantia de que esses órgãos avaliem os programas que não possuem recomendações do Comitê de Programação e Orçamento (CPC), conforme apropriado. Além disso, é fundamental que as conclusões e recomendações sobre esses programas sejam compartilhadas em tempo hábil para o 5º Comitê.

Em relação ao orçamento proposto para 2025, o Grupo observou que o Secretário-Geral sugeriu um orçamento de aproximadamente US\$ 3,6 bilhões, excluindo os acréscimos previstos. O Grupo enfatizou que os mandatos devem ser adequadamente financiados. No entanto, o financiamento se torna especialmente preocupante nas áreas prioritárias da Organização, como o fomento ao crescimento econômico, ao desenvolvimento sustentável e ao desenvolvimento da África. Nos últimos cinco anos, os recursos destinados a esse pilar de desenvolvimento permaneceram totalmente ou quase estagnados, enquanto os recursos alocados a outros pilares aumentaram em quase 64%.

O Grupo reafirmou seu apelo pelo fortalecimento do pilar de desenvolvimento e se comprometeu a trabalhar para garantir recursos adequados para órgãos essenciais a esse pilar, como: a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA), o Escritório do Alto Representante das Nações Unidas para os Países Menos Desenvolvidos, Países em Desenvolvimento Sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (OHRLLS), a Comissão Econômica para a África (ECA), a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (ECLAC) e a Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (ESCWA), entre outros. Ademais, a AGNU, por meio da [resolução 72/279](#), parágrafo 14, determinou que os ganhos de eficiência sejam redistribuídos para atividades de desenvolvimento.

O Grupo enfatizou a necessidade crítica de um diálogo abrangente sobre o funcionamento e o impacto do Programa Regular de Cooperação Técnica e do Fundo de Desenvolvimento. Atualmente, ambos os mecanismos estão significativamente subfinanciados, exigindo uma estrutura mais coordenada para atender melhor às necessidades das comunidades em vez das diversas demandas de diferentes entidades do Secretariado. O objetivo do G-77 e da China é aumentar a relevância do Secretariado para aqueles que mais necessitam das Nações Unidas, particularmente as populações do Sul Global.

O G-77 e a China reafirmaram seu apoio à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) e irão defender a garantia de recursos financeiros essenciais durante este momento crucial.

Recentemente, foi realizada a Cúpula do Futuro, sendo um passo significativo para acelerar a implementação da Agenda 2030 e revitalizar o compromisso com o multilateralismo. No entanto, o Grupo está bastante preocupado com as restrições financeiras enfrentadas pela ONU, principalmente devido aos consideráveis atrasos das contribuições de seu maior contribuinte. Este ano, ficou claro o impacto prejudicial dos desafios financeiros na implementação dos programas da ONU. A aprovação do orçamento programa proposto para 2025 será irrelevante sem a liquidez necessária para que a Organização cumpra seus mandatos.

Nesse sentido, o G-77 e a China propuseram que o SG esteja atento a quaisquer crises de liquidez emitindo uma declaração no início do Debate Geral durante a Semana de Alto Nível da AGNU<sup>46</sup>, descrevendo as restrições financeiras que a Organização enfrenta. O Grupo acredita que esta questão merece a atenção de todas as delegações nos mais altos níveis, uma vez que esses desafios só podem ser resolvidos por meio de um maior compromisso político com as Nações Unidas.

Além disso, o Grupo reiterou que a representação geográfica equitativa e a paridade de gênero são preocupações fundamentais. Estão esperando para entender as medidas práticas que o Secretário-Geral está tomando para alcançar uma representação geográfica equitativa dentro da ONU. Embora exista progressos na paridade de gênero, não existem esforços semelhantes para garantir que haja uma representação geográfica, especialmente em cargos mais elevados, há pelo menos, cinco anos.

O Embaixador terminou dizendo que o compromisso do trabalho do G-77 e da China vai além da implementação das decisões e da garantia de recursos adequados para os mandatos da ONU; trata-se também de melhorar a qualidade de vida de todos os indivíduos.



**16 de outubro de 2024** - Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Dunkan Laki-Muhamuza, representante adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na discussão geral do 2º Comitê sobre o item 59 da pauta: **Soberania permanente do povo palestino no território palestino ocupado, incluindo Jerusalém Oriental e da população árabe no Golã Sírio ocupado sobre seus recursos naturais**<sup>47</sup>.

O 2º Comitê é responsável pelas questões Econômicas e Financeiras

O Embaixador Dunkan Laki-Muhamuza começou expressando seu apreço à Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (ESCWA) por suas contribuições importantes ao relatório do Secretário-Geral sobre este tema.

Ele agradeceu ao SG por seu relatório que destaca as ramificações cumulativas de práticas israelenses repressivas e ilegais e políticas de *apartheid* contra o povo palestino no Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e a população síria no Golã Sírio ocupado. As violações sistemáticas perpetradas por Israel estão piorando as condições de vida

<sup>46</sup> Em 2024, a Semana de Alto Nível da AGNU foi de 20 a 27 de setembro.

<sup>47</sup> <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=241016>

já frágeis e estão obstruindo severamente o desenvolvimento social e econômico das respectivas populações.

O embaixador renovou o apoio inabalável e inequívoco do G-77 e da China ao povo palestino, suas aspirações legítimas e seus direitos inalienáveis, incluindo seu direito à autodeterminação, e seus esforços de desenvolvimento econômico diante de desafios imensos e o G-77 e a China também renovaram seu apoio à população síria no Golã Sírio ocupado.

Ele destacou que o Grupo está seriamente preocupado com a dramática deterioração da situação no Território Palestino Ocupado, em particular a catástrofe humanitária sem precedentes na Faixa de Gaza, que foi refletida no relatório da ESCWA como: "uma situação catastrófica para os 2,3 milhões de habitantes de Gaza, que já viviam em péssimas condições sociais e econômicas em vista dos 57 anos de ocupação e 17 anos de fechamentos de Gaza, o que tornou grande parte de Gaza inabitável, com dezenas de milhares perdendo suas vidas, a maioria dos quais supostamente mulheres e crianças, e 1,7 milhão de palestinos deslocados".

É inegável que o desenvolvimento na Palestina e no Golã sírio continuará a ser difícil e obstruído enquanto a ocupação ilegal israelense continuar. É extremamente angustiante, como indicado nos recentes relatórios do Banco Mundial e da ONU, que o ataque militar de Israel à Gaza e a intensificação das restrições israelenses em todo o resto do Território Palestino Ocupado tenham infligido enormes danos à economia palestina, incluindo, níveis elevados de desemprego, colapso total do sistema educacional, bem como aumento da pobreza e crescente insegurança alimentar, levando quase 2 milhões de pessoas em Gaza à beira da fome generalizada.

O Grupo acolhe com satisfação o parecer do Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) de 19 de julho de 2024 e a [resolução ES-10/24](#) adotada pela AGNU, a esse respeito. Ressalta-se especificamente as determinações do CIJ de que a presença de Israel no Território Palestino Ocupado é ilegal e deve ser encerrada o mais rápido possível, e que continua explorando os recursos naturais no Território Palestino Ocupado para seu próprio benefício e para o benefício de seus assentamentos ilegais, em violação de sua obrigação de respeitar a soberania permanente do povo palestino sobre seus recursos naturais, impedindo assim o exercício de seu direito à autodeterminação e a realização do desenvolvimento sustentável.

O Grupo enfatiza o imperativo do cessar-fogo imediato e a manutenção das obrigações sob o direito internacional, incluindo na implementação das resoluções relevantes da ONU para permitir que o povo palestino e a população síria no Golã sírio busquem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural, que é o direito de todos os povos e uma expressão central da autodeterminação e garantam que eles não sejam deixados para trás, um compromisso assumido na Agenda 2030 que não se pode abandonar.

A comunidade internacional deve assumir suas responsabilidades e se envolver em esforços coletivos e multilaterais para pôr fim à ocupação israelense ilegal do Território Palestino ocupado desde 1967, incluindo Jerusalém Oriental, e do Golã Sírio. Isso inclui tomar medidas sérias e concretas de responsabilização de acordo com suas respectivas obrigações de direito internacional e as resoluções relevantes da ONU, incluindo as [resoluções 497, 2334](#) do Conselho de Segurança e a [resolução ES-10/24](#) da Assembleia Geral, a fim de pôr fim a todas as violações e atrocidades perpetradas por Israel, incluindo todas as atividades ilegais de assentamento e todo o roubo de recursos naturais.

O Grupo reafirma, que a adesão ao direito internacional é fundamental para garantir justiça e paz para todos aqueles que vivem na região.



**15 de outubro de 2024** - Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Dunkan Laki-Muhamuza, representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na **reunião conjunta do 2º Comitê e do ECOSOC sobre o tema: "Fomentando sociedades sustentáveis e resilientes em tempos de incerteza"**<sup>48</sup>.

**O 2º Comitê é responsável pelas questões Econômicas e Financeiras**

O Grupo acolheu com satisfação esta reunião conjunta e seu tema, pois está diretamente relacionado ao crescimento econômico em países em desenvolvimento.

Embaixador Dunkan Laki-Muhamuza começou dizendo que em tempos incertos como estes, há necessidade de promover sociedades sustentáveis e resilientes. Os países, portanto, precisam garantir que a ciência, a tecnologia e a inovação contribuam para os esforços de erradicação da fome e da pobreza em todas as suas formas e dimensões, e para reduzir as desigualdades, também em áreas como segurança alimentar e nutrição, saúde, educação, proteção social, água e saneamento, energia, clima e meio ambiente.

Os principais elementos das estratégias de investimento em resiliência devem apoiar os países em desenvolvimento a catalisar o aumento do investimento do setor privado no desenvolvimento sustentável, inclusive promovendo mecanismos e parcerias financeiras inclusivas e inovadoras, criando um ambiente regulatório e de investimento nacional e internacional mais propício, e por meio do uso do financiamento público.

Portanto, o G-77 e a China pedem estratégias de investimento em resiliência que tenham uma abordagem informada sobre riscos de desastres para o desenvolvimento sustentável que integre a redução de riscos de desastres em políticas, programas e investimentos públicos em todos os níveis.

Também é necessário um aumento significativo nos investimentos para acabar com a lacuna ou disparidade de gênero, inclusive na economia de cuidados e apoio<sup>49</sup>, reconhecendo a ligação entre pobreza e desigualdade de gênero e a necessidade de apoiar as instituições em relação à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres.



**14 de outubro de 2024** - Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, vice representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na **discussão geral do 2º Comitê sobre o item 18 da pauta: Desenvolvimento Sustentável**<sup>50</sup>.

**O 2º Comitê é responsável pelas questões Econômicas e Financeiras**

O G77 e a China reconhecem que os múltiplos desafios atuais continuam a minar a capacidade dos países em desenvolvimento de implementar ações em

<sup>48</sup> <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=241015>

<sup>49</sup> A economia de cuidado e apoio é um setor que oferece trabalho remunerado e não remunerado para apoiar o bem-estar de pessoas que dependem de cuidados.

<sup>50</sup> <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=241014>

busca de seu desenvolvimento sustentável. O Grupo reafirma todos os princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, incluindo o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, ao mesmo tempo em que enfatiza que esses princípios devem orientar todas as discussões sobre desenvolvimento sustentável.

As prioridades do G-77 e da China para o desenvolvimento sustentável incluem um apelo por ações concretas para a implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e o Acordo de Paris, adotado em apoio aos países em desenvolvimento para que possam abordar os impactos generalizados e sem precedentes da mudança climática que sobrecarregam desproporcionalmente os países em desenvolvimento e, em particular, os mais pobres e vulneráveis. É urgente enfrentar a mudança climática para o fornecimento e mobilização de recursos pelos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento.

Também é urgente a necessidade de ações para reduzir a degradação de habitats naturais, interromper a perda de biodiversidade, proteger e prevenir a extinção de espécies ameaçadas. O Grupo reafirma a necessidade da justa e equitativa divisão dos benefícios decorrentes da utilização de recursos genéticos e de informações de sequência digital sobre recursos genéticos, bem como da contribuição de povos indígenas e comunidades locais cujo conhecimento tradicional associado a recursos genéticos, e práticas são relevantes para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica.

É imperativo que a comunidade internacional fortaleça seus esforços para deter a perda de biodiversidade e proteger os ecossistemas, incluindo o aumento do suporte financeiro, tecnológico e de capacitação para os países em desenvolvimento, necessário para implementar o [Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal](#) e em conformidade com as disposições da Convenção.

Nesse sentido, o Grupo encoraja os países desenvolvidos a cumprirem seus compromissos sob a Convenção da Biodiversidade sobre o fornecimento de meios de implementação aos países em desenvolvimento, incluindo a meta de mobilizar por ano, pelo menos, US\$ 20 bilhões por ano até 2025 e US\$ 30 bilhões por ano até 2030, conforme acordado no Quadro Global de Biodiversidade (GBF), bem como fortalecer a capacitação e o desenvolvimento, o acesso e a transferência de tecnologia e o acesso à inovação e à cooperação técnica e científica.

Os países insulares em desenvolvimento (SIDS) continuam sendo um "caso especial" para o desenvolvimento sustentável devido às suas vulnerabilidades únicas e particulares, e reconhecem as estreitas interligações entre a Agenda 2030 e a Agenda de Antígua e Barbuda para Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento de julho de 2024. O G-77 e a China continuam comprometidos em apoiar a implementação oportuna e completa da Agenda de Antígua e Barbuda para os SIDS dentro da estrutura da Cooperação Sul-Sul. Os países desenvolvidos têm a obrigação e o compromisso de auxiliar os países em desenvolvimento a atingir seus objetivos de desenvolvimento e insiste que os países desenvolvidos cumpram todos os compromissos anteriores e novos.

Os países em desenvolvimento necessitam de apoio adequado, sustentável e oportuno, inclusive por meio de financiamento, transferência de tecnologia e capacitação de países desenvolvidos e parceiros adaptados às suas necessidades e prioridades, conforme refletido nos princípios da [Estrutura de Sendai](#). Nesse contexto, é necessário implementar a Estrutura de Sendai para a erradicação da pobreza. Os países desenvolvidos precisam contribuir com a

transferência de tecnologia e fundos para abordar a desertificação, a degradação da terra e a seca, particularmente em apoio aos esforços nacionais dos países afetados.

O G-77 e a China rejeitam veementemente a imposição de leis e regulamentos com impacto extraterritorial e todas as outras formas de medidas econômicas coercitivas, incluindo sanções unilaterais, contra países em desenvolvimento e reiteram a necessidade urgente de eliminá-las imediatamente. Tais ações não apenas minam os princípios consagrados na Carta da ONU e no direito internacional, mas também impedem a plena realização do desenvolvimento econômico e social, particularmente em países em desenvolvimento.



**10 de outubro de 2024** Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, vice representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na **segunda discussão geral do 2º Comitê sobre os itens 16 da agenda (questões da política macroeconômica) e item 17 (acompanhamento e implementação dos resultados das conferências internacionais sobre financiamento para o desenvolvimento**<sup>51</sup>.

### **O 2º Comitê é responsável pelas questões Econômicas e Financeiras**

Os países em desenvolvimento continuam enfrentando um espaço fiscal limitado, restringindo seus esforços nacionais para implementar ações que apoiem a busca de suas metas nacionais de desenvolvimento e acelerar a implementação da Agenda 2030. As discussões sob esses itens devem se concentrar em abordar os desafios de financiamento que os países em desenvolvimento enfrentam, incluindo o déficit de financiamento e investimento dos ODS, estimado entre US\$ 2,5 trilhões e 4 trilhões anualmente.

Esse déficit de financiamento é agravado, entre outras coisas, por encargos elevados de dívida, aumento de fluxos financeiros ilícitos, protecionismo comercial, arquitetura financeira internacional desatualizada e impactos adversos das mudanças climáticas, minando os esforços dos países em desenvolvimento para acelerar ações que implementem totalmente a Agenda 2030 e os ODS.

O G-77 e a China consideram que alcançar o desenvolvimento sustentável, incluindo os ODS, requer financiamento novo, adicional, de qualidade, adequado, sustentável e constante.

Abordar o espaço fiscal limitado e avançar com a implementação completa da Agenda 2030 requer a mobilização de meios adequados de implementação, mas é urgente que as ações devam incluir:

a) Reforma urgente da arquitetura financeira internacional, incluindo instituições financeiras internacionais e reforma da governança de bancos multilaterais de desenvolvimento, especialmente do FMI e do Banco Mundial, para ampliar e fortalecer a voz, a participação e a representação dos países em desenvolvimento na tomada de decisões econômicas internacionais, definição de normas e governança econômica global;

b) Promover o acesso a financiamento concessional e financiamento de longo prazo para todos os países em desenvolvimento, em particular países africanos, países menos

<sup>51</sup> <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=241010>

desenvolvidos (LDCs), países em desenvolvimento sem litoral (LLDCs), países insulares em desenvolvimento (SIDS) e países de médio desenvolvimento (MICs);

c) Melhorar a arquitetura global da dívida soberana, com a participação significativa de todos os países em desenvolvimento;

d) Eliminação da política de sobretaxa pelo FMI;

e) Solicitar ao FMI que emita uma nova alocação geral dos Direitos Especiais de Saque (SDRs);

f) Recanalização voluntária de Direitos Especiais de Saque não utilizados para países em desenvolvimento;

g) Ampliar as trocas de dívida para os ODS, incluindo trocas de dívida para o clima e a natureza, para permitir que os países em desenvolvimento utilizem os pagamentos de serviço da dívida para investimentos em desenvolvimento sustentável e adotem medidas multilaterais para padronizar o uso desses mecanismos;

h) Cumprir os compromissos já existentes, incluindo a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento por países desenvolvidos, bem como se comprometer com novos compromissos;

i) Apoiar o sistema de comércio multilateral, inclusive por meio do cumprimento de negociações pendentes, como a reforma abrangente do comércio agrícola, e trabalhar em prol da necessária reforma da OMC, fortalecendo o tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento como um princípio multilateral e garantindo a transferência de tecnologia para atingir o desenvolvimento sustentável;

j) Eliminar imediatamente todas as leis e regulamentos com impacto extraterritorial e todas as outras formas de medidas econômicas coercitivas, incluindo sanções unilaterais, contra países em desenvolvimento;

k) Apoiar a transformação estrutural e aumentar as capacidades produtivas para construir economias diversificadas, resilientes e sustentáveis que possam gerar empregos decentes e produtivos;

l) Aumentar os investimentos em infraestrutura, inovação, tecnologia e desenvolvimento de habilidades, bem como o suporte para micro, pequenas e médias empresas;

m) Prevenir e combater os fluxos financeiros ilícitos que drenam recursos de países em desenvolvimento;

n) Aumentar a cooperação internacional em questões tributárias para torná-la inclusiva e eficaz, inclusive por meio do envolvimento construtivo em negociações sobre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional;

o) Promover medidas de progresso do desenvolvimento sustentável que complementem ou que possam ir além do produto interno bruto para saber se o acesso ao financiamento concessional e cooperação técnica para países em desenvolvimento possa ser por meio de um processo intergovernamental liderado pela ONU depois de consulta com todas as partes interessadas relevantes, o que exigirá maior investimento em sistemas estatísticos nacionais, na coleta de dados e na capacitação de agências estatísticas nacionais;

p) Aumentar os investimentos em infraestrutura pública digital, conectividade, educação, treinamento de habilidades e capacitação para garantir que os países em desenvolvimento possam aproveitar melhor a economia digital e a digitalização;

q) Promover e facilitar investimentos em países em desenvolvimento, inclusive por meio do aumento dos fluxos de Investimento Estrangeiro Direto para países em desenvolvimento e apoiar a capacitação de países em desenvolvimento para se beneficiar de oportunidades em acordos internacionais de investimento;

r) Catalisar o aumento do investimento público e privado para o desenvolvimento sustentável, inclusive promovendo mecanismos e parcerias financeiras inclusivas e inovadoras e criando um ambiente regulatório e de investimento doméstico e internacional mais propício.



**09 de outubro de 2024** Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China **sobre o item 139 da pauta: Relatório de desempenho financeiro do orçamento-programa de 2023, durante a parte principal da 79ª sessão da AGNU no 5º Comitê**<sup>52</sup>.

**O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU**

O G-77 e a China consideram que avaliar o desempenho do orçamento do programa do ano anterior não é apenas relevante, mas também uma oportunidade para garantir que os mandatos sejam implementados de forma eficaz e eficiente e que as decisões orçamentárias da AGNU sejam cumpridas. O Grupo está bastante preocupado que a disponibilidade de caixa tenha se tornado repetidamente um fator dominante potencialmente dificultando a entrega do mandato.

É de pouca utilidade focar na negociação de recursos para o ano seguinte se negligenciarmos olhar para trás e avaliar quais áreas requerem mais atenção.

Destaca-se a proposta do Secretário-Geral para uma suspensão temporária do retorno de créditos, o que significa que o valor de USD 88,8 milhões seria colocado, após a distribuição aos Estados-Membros, em uma reserva a ser utilizada se as arrecadações fossem insuficientes para permitir a implementação dos mandatos em 2025.

O Grupo enfatiza, que uma resposta eficaz aos problemas recorrentes de liquidez da ONU depende de os Estados-Membros cumprirem suas obrigações de pagar suas contribuições integralmente, em dia e sem condições.

O G-77 e a China saúdam os esforços dos Estados-Membros que contribuem consistentemente para reduzir os atrasos em seus pagamentos. É de notar enfaticamente que um único Estado-Membro, que também é o único beneficiário do teto máximo na escala de contribuições, continua a ser responsável por mais da metade das contribuições não pagas ao orçamento regular da ONU. A suspensão temporária proposta para o retorno do crédito não é uma forma fundamental de resolver esse problema.

Ciente de que um novo relatório sobre a melhoria da situação financeira da Organização também deve ser considerado na retomada da primeira parte da 79ª sessão da AGNU, o Grupo

---

<sup>52</sup> <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=241009b>

buscará esclarecimentos sobre esta proposta e se envolverá construtivamente para identificar as respostas mais apropriadas à situação atual.

O Grupo destaca a necessidade de obter mais entendimento sobre a revisão do fundo de recuperação de custos. Esta é uma questão sobre a qual o G-77 e a China têm consistentemente questionado nos últimos anos. O saldo do fundo continuou a crescer em 2023, atingindo USD 489 milhões e a resolução 78/253, parte II, que orientou e solicitou mais informações sobre este importante fundo.

Também identificamos a necessidade de prosseguir com as discussões sobre outros tópicos relevantes levantados pelo Comitê Consultivo, incluindo transferências entre seções e compras futuras de moedas.



**09 de outubro de 2024** Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, vice representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na **discussão geral do 2º Comitê sobre o item 23 da pauta: Atividades operacionais para o desenvolvimento e seus subitens**<sup>53</sup>.

**O 2º Comitê é responsável pelas questões Econômicas e Financeiras**

O G-77 e a China enfatizaram o papel crítico que o sistema de desenvolvimento das Nações Unidas desempenha no avanço da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e na realização dos 17 ODS. E o sistema de desenvolvimento da ONU, incluindo o Sistema de Coordenadores Residentes deve continuar a se concentrar no desenvolvimento sustentável.

As atividades operacionais do sistema de desenvolvimento da ONU devem ser adequadamente financiadas de forma mais constante e sustentável e, se necessário, por meio do orçamento regular da ONU. É bastante preocupante que o financiamento das atividades de desenvolvimento, particularmente o financiamento principal, continue a decrescer anualmente, gerando muita imprevisibilidade para suas atividades operacionais e restringindo sua capacidade de oferecer o suporte necessário aos países em desenvolvimento para a realização dos ODS, cuja progressão continua atrasada.

A esse respeito, os países desenvolvidos devem cumprir com seus compromissos e obrigações assumidos de financiar as atividades operacionais para o desenvolvimento da ONU. O mesmo se refere ao sistema de Coordenador Residente para garantir que as habilidades sejam compatíveis com as necessidades e prioridades nacionais dos países do programa. O apoio ao sistema de desenvolvimento da ONU, aos países do programa deve estar alinhado com as prioridades e necessidades nacionais e o Sistema deve continuar a apoiar os países, mediante solicitação, na implementação, acompanhamento e revisão da Agenda 2030.

Nesse contexto, o Grupo apresentará um projeto de resolução para a Revisão Quadrienal Abrangente de Políticas (QCPR) de 2024 com ações para fortalecer o sistema de desenvolvimento da ONU para entregar resultados no terreno para apoiar os países em desenvolvimento na busca de suas respectivas prioridades nacionais de desenvolvimento, bem

---

<sup>53</sup> <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=241009>

como para acelerar a implementação da Agenda 2030 e a realização dos ODS nos seis anos restantes.

O Grupo considera que a Cooperação Sul-Sul e sua agenda devem ser definidas pelos países do Sul. E que a Cooperação Sul-Sul não é um substituto, mas sim um complemento, da Cooperação Norte-Sul. A cooperação Sul-Sul deve continuar a ser guiada pelos princípios de respeito à soberania nacional, propriedade e independência nacionais, igualdade, não condicionalidade, não interferência em assuntos domésticos e benefícios mútuos.

A cooperação Sul-Sul deve estar mais integrada ao planejamento e ao trabalho das entidades do Sistema de Desenvolvimento da ONU. Deve-se intensificar o apoio do Sistema das Nações Unidas para o fortalecimento da cooperação Sul-Sul, inclusive por meio da construção e melhoria da capacidade institucional em países em desenvolvimento na cooperação Sul-Sul. Por sua vez, o Grupo continuará a trabalhar para fortalecer ainda mais a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular, dada sua contribuição na obtenção do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões, alinhado com as decisões acordadas nas Cúpulas do G-77 e da China, incluindo a 3ª Cúpula do Sul realizada em Kampala, Uganda.



**08 de outubro de 2024** - Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre os **relatórios do Escritório de serviços de supervisão interna e do Comitê Consultivo de auditoria independente durante a parte principal da 79ª sessão da AGNU no 5º Comitê**<sup>54</sup>.

[O Escritório de Serviços de Supervisão Interna desempenha um papel crucial na melhoria dos controles e na eficácia organizacional da ONU, com sua independência operacional conforme a resolução 48/218 B da AGNU.](#)

[A colaboração entre o Escritório de Serviços de Supervisão Interna como o Conselho de Auditores e a Unidade de Inspeção Conjunta é essencial para promover uma gestão eficiente e transparente. No entanto, até 30 de junho de 2024, havia 1.209 recomendações em aberto, 289 das quais estavam pendentes há mais de 24 meses, com 48% ultrapassando a data prevista para implementação, incluindo críticas relacionadas a riscos que ainda não foram abordadas. A implementação de certas recomendações já resultou em economias de US\\$ 2,99 milhões, destacando a necessidade de acelerar o processo de implementação.](#)

[O Grupo expressou apoio à política de tolerância zero para corrupção e má conduta, que afeta a confiança na ONU. Além disso, vê a necessidade de melhorar a representação geográfica no Escritório de Serviços de Supervisão Interna, que atualmente tem um número desproporcional de funcionários de apenas quatro países. O Grupo valoriza as recomendações do Comitê Consultivo de Auditoria Independente para assegurar a conformidade e fortalecer responsabilidades.](#)

[O Escritório de Serviços de Supervisão Interna também está preparado para examinar questões relacionadas à ocupação da sede da ONU e o abuso do Acordo de Trabalho Flexível em missões de campo, onde alguns funcionários estão se beneficiando indevidamente. Um relatório sobre trabalho flexível \(A/78/225\) não aborda essas preocupações, o que é alarmante.](#)

---

<sup>54</sup> <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=241008>



**07 de outubro de 2024** – Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, vice representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no **debate geral do 2º Comitê**<sup>55</sup>.

### **O 2º Comitê é responsável pelas questões Econômicas e Financeiras**

O embaixador começou dizendo que esta reunião acontece em um momento em que o mundo continua a testemunhar níveis crescentes de incerteza, o que afeta negativamente os países em desenvolvimento e exacerbam os desafios que os países em desenvolvimento enfrentam e ameaçam o compromisso coletivo da comunidade internacional de não deixar ninguém ou nenhum país para trás.

O G-77 e a China apoiam o tema do 2º Comitê intitulado "**Promovendo Resiliência e Crescimento em um Mundo Incerto**". Como países em desenvolvimento, os Estados-Membros do G-77 estão profundamente preocupados com a não implementação dos compromissos assumidos nas Nações Unidas para apoiar esses países. Essa lacuna na implementação resultou em um retrocesso na realização da Agenda 2030, além de dificultar o enfrentamento das mudanças climáticas, a perda da biodiversidade e os desastres naturais. Os países desenvolvidos devem respeitar e cumprir integralmente os compromissos acordados para apoiar os países em desenvolvimento, oferecendo e mobilizando os meios adequados para a implementação.

É imperativo que ações urgentes sejam tomadas para construir resiliência e alcançar crescimento em um cenário global incerto. Isso deve começar pela erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, que continua a ser o maior desafio global e um objetivo fundamental da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, além de ser um requisito indispensável para um desenvolvimento sustentável.

É necessário abordar com urgência os desafios e as necessidades enfrentados pelos países em desenvolvimento, em particular os países em situações especiais: países africanos, países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem litoral e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Além disso, é crucial considerar os desafios específicos enfrentados por muitos países de renda média, países em conflito e pós-conflito, assim como por povos vivendo sob ocupação estrangeira.

Todos os Estados devem respeitar a integridade territorial e a independência política, conforme estipulado na Carta das Nações Unidas. É urgente realizar uma reforma abrangente da arquitetura financeira internacional para fechar a lacuna de financiamento dos ODS, incluindo a modernização das instituições financeiras internacionais e a governança dos bancos multilaterais de desenvolvimento, especialmente do FMI e do Banco Mundial. Esta reforma deve ampliar e fortalecer a voz, a participação e a representação dos países em desenvolvimento nas decisões econômicas internacionais, na definição de normas e na governança econômica global.

Deve-se reafirmar todos os princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, inclusive o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. É necessário abster-se de promulgar e aplicar quaisquer medidas econômicas, financeiras ou comerciais unilaterais que não estejam de acordo com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas, que impeçam a realização plena do desenvolvimento econômico e social, especialmente em países em desenvolvimento.

---

<sup>55</sup> <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=241007>

A dívida dos países em desenvolvimento continua elevada, com a dívida externa alcançando um nível recorde de US\$ 11,4 trilhões em 2022. Para que essas nações possam criar o espaço fiscal necessário para implementar medidas que promovam a resiliência e apoiem um crescimento econômico inclusivo, é essencial enfrentar essa problemática de endividamento. Assim, é urgente uma revisão da arquitetura da dívida soberana, visando formular recomendações concretas para a reforma na 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que ocorrerá de 30 de junho a 3 de julho de 2025, na Espanha. É fundamental eliminar a política de sobretaxa do FMI e promover a geração e o reemprego de novos direitos especiais de saque, assim como a redistribuição dos direitos especiais de saque não utilizados.

Além disso, não se pode ignorar o papel crucial que o comércio internacional desempenha no fomento ao crescimento e na construção da resiliência, particularmente nos países em desenvolvimento. É vital facilitar a integração plena dessas nações em suas economias no sistema de comércio multilateral. O G-77 e a China estão comprometidos com um sistema de comércio multilateral universal baseado em regras, que seja aberto, transparente, previsível, inclusivo, não discriminatório e equitativo, com a Organização Mundial do Comércio (OMC). É importante também estar atentos ao protecionismo verde emergente, que pode comprometer décadas de progresso alcançado pelos países em desenvolvimento.

Por fim, é essencial que os membros da OMC se envolvam ativamente nas discussões sobre as reformas necessárias para aprimorar suas funções, preservando a centralidade, os valores e os princípios fundamentais do organismo.

As mudanças climáticas permanecem uma ameaça significativa ao crescimento e à construção de resiliência. Seus impactos generalizados e sem precedentes têm um efeito desproporcional sobre os países em desenvolvimento, comprometendo seus esforços para atingir as prioridades nacionais de desenvolvimento. Portanto, é essencial que os países desenvolvidos aumentem significativamente a provisão e mobilização de financiamento climático, com ênfase especial em adaptação, resiliência e compensação por perdas e danos, avançando além dos esforços anteriores.

É crucial que o financiamento climático não seja contabilizado como assistência oficial ao desenvolvimento, devendo ser considerado como recursos novos e adicionais. As negociações para estabelecer uma nova meta coletiva ambiciosa, transparente e adequada para o financiamento climático na COP29 precisam ser concluídas, com um mínimo de US\$ 100 bilhões por ano, conforme delineado no Acordo de Paris e nos princípios da Convenção. O objetivo deve ser aumentar a provisão e mobilização de recursos públicos, de forma concessional ou subsidiada, para apoiar os países em desenvolvimento em suas iniciativas de mitigação, adaptação e compensação por perdas e danos.

Além disso, a perda de biodiversidade e os desastres naturais continuam a representar uma ameaça ao crescimento e à resiliência. É fundamental garantir que os países em desenvolvimento tenham os recursos adequados para implementar eficazmente a Convenção que visa deter a perda de biodiversidade, incluindo financiamento novo e adicional para apoiar o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal.

Os países desenvolvidos também precisam fornecer e mobilizar os recursos necessários para ajudar as nações em desenvolvimento a atender suas necessidades e prioridades em relação à redução do risco de desastres. Para isso, a cooperação internacional para o

desenvolvimento, especialmente a cooperação Norte-Sul, deve continuar sendo um catalisador fundamental para o desenvolvimento sustentável.



**07 de outubro de 2024** - Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre a **organização do trabalho do 5º Comitê durante a parte principal da 79ª sessão da AGNU**<sup>56</sup>.

**O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU**

O G-77 e a China iniciaram esta reunião reafirmando o papel do 5º Comitê como o único Comitê Principal da AGNU responsável por questões administrativas, financeiras e orçamentárias. Isso significa que é responsabilidade deste comitê responsabilizar o Secretariado da ONU pela gestão dos recursos da Organização. É o dever deste Comitê examinar cada relatório, proposta ou iniciativa que for apresentada à Assembleia Geral e garantir que o Secretariado continue a cumprir os mandatos confiados a ele pelos órgãos legislativos das Nações Unidas.

As Nações Unidas seguem sendo uma Organização intergovernamental, e, portanto, é responsabilidade deste Comitê garantir que a gestão da instituição cumpra seu papel. O Secretariado não é uma entidade independente. É por isso, é fundamental para o G-77 e a China exigir transparência, responsabilidade e justiça nas questões administrativas e orçamentárias das Nações Unidas.

Para esse fim, é de suma importância que o Grupo tenha uma representação geográfica equitativa na composição das equipes do Secretariado da ONU, alinhado com a Carta das Nações Unidas, mas também indispensável para que a ONU tenha um Secretariado verdadeiramente global que represente adequadamente a diversidade de seus membros, uma condição necessária para que a ONU tenha sucesso na implementação de seus mandatos globais.

O Grupo reafirma o papel crítico do Comitê de Programação e Coordenação (CPC)<sup>57</sup>, que deve ser fortalecido e para isso, ressaltaram os mandatos da [resolução 78/244](#). Esta resolução, em seu parágrafo 8, decidiu que os novos Presidentes da AGNU e os Presidentes do 5º Comitê devem estar em contato e apoiar os Presidentes dos Comitês Principais para garantir que esses órgãos considerem os programas que não têm recomendações do CPC, conforme apropriado, e que as conclusões e recomendações sobre esses programas sejam emitidas em tempo hábil.

O G-77 e a China relembrou sua posição de longa data de que a consideração da base legislativa dos programas vem primeiro, e então a revisão sobre a alocação de recursos para a implementação desses programas, também conhecida como "a natureza sequencial" do processo orçamentário, deve ser respeitada.

---

<sup>56</sup> <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=241007b>

<sup>57</sup> O Comitê de Programação e Coordenação (CPC) é um órgão subsidiário do ECOSOC e da AGNU. As responsabilidades do CPC incluem: Planejamento, programação e coordenação; orientar o sistema da ONU sobre programas e atividades e aumentar a coerência e a coordenação em todo o sistema.



**07 de outubro de 2024** - Declaração feita pelo Sr Medard Ainomuhisha, da Missão Permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o **item 143 da pauta: Escala de contribuições para as despesas da ONU e item da agenda 154: Escala de Contribuições para a distribuição das despesas das operações de manutenção da paz da ONU na parte principal da 79ª sessão da AGNU no 5º Comitê**<sup>58</sup>.

### **O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU**

O Sr Ainomuhista começou dizendo que a posição de longa data do G-77 e da China é que a Organização das Nações Unidas deve receber recursos financeiros adequados para implementar integralmente seus mandatos. É dever de todos os Estados-membros cumprir com suas obrigações legais de arcar com as despesas da ONU de acordo com a Carta das Nações Unidas e pagar suas contribuições regulares integralmente, em dia e sem condições. É inaceitável que qualquer Estado-membro exija continuamente mais da Organização enquanto retém suas contribuições unilateralmente.

No entanto, o Grupo também observa que há dificuldades genuínas enfrentadas por alguns países em desenvolvimento que os impedem temporariamente de cumprir com suas obrigações financeiras. As dificuldades desses países devem ser reconhecidas.

Sobre os planos de pagamento plurianuais, o Grupo elogia os esforços feitos pelos Estados-Membros que honraram seus compromissos, apesar dos desafios que enfrentam. O Grupo incentiva os Estados-Membros com atrasos significativos a também considerarem planos de pagamento plurianuais para cumprir com suas obrigações com a Organização.

Em sucessivas Declarações Ministeriais ao longo dos anos, o G-77 e a China afirmaram sua posição sobre as escalas de contribuições.

A metodologia atual para a preparação da escala de contribuições dos Estados-Membros reflete mudanças nas situações econômicas relativas dos países. O Grupo considera o princípio da "capacidade de pagar" como o critério fundamental na divisão das despesas das Nações Unidas. Sob a metodologia atual, a taxa de contribuição dos países em desenvolvimento aumentou consistentemente e significativamente nos últimos anos. De acordo com os dados do relatório do Comitê de Contribuições, a parcela da escala de contribuições para o orçamento regular dos membros do G-77 e China no período de 2025-2027 aumentará para 30,98%, o que é mais de três vezes a parcela contribuinte do Grupo há pouco mais de 10 anos. Enquanto isso, as escalas de contribuições dos países desenvolvidos continuam a diminuir, e o próximo ciclo não será diferente.

Dito isso, como membros responsáveis das Nações Unidas, o G-77 e a China cumprem consistentemente suas responsabilidades financeiras para com a Organização, e mais uma vez reafirmam seu compromisso de fazê-lo.

Desta forma, o G-77 e a China rejeitam quaisquer alterações nos elementos da metodologia atual e quaisquer outras abordagens para a preparação da escala de contribuições destinadas a aumentar as contribuições dos países em desenvolvimento. Qualquer tentativa de alterar a metodologia, de transferir injustamente e ainda mais o peso do financiamento desta

---

<sup>58</sup> <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=241007C>

Organização para os países em desenvolvimento, só gerará discussões improdutivas sem resultados consensuais. E qualquer tentativa de fazê-lo durante este período é particularmente injusto, dado que o período cobre a pandemia do Covid-19, que devastou desproporcionalmente a subsistência econômica e social de muitos países em desenvolvimento.

O Grupo enfatiza que os elementos centrais da metodologia atual da escala de contribuições como período base, Renda Nacional Bruta, taxas de conversão, ajuste de renda per capita baixa, gradiente, piso, teto para países menos desenvolvidos e ajuste de carga da dívida devem ser mantidos intactos.

Eles não são negociáveis.

O G-77 e a China acreditam que a escala de contribuições deve ser baseada em dados confiáveis, verificáveis e comparáveis, apoiados por estatísticas verificadas que reflitam a capacidade de pagamento dos Estados-Membros. Consequentemente, a aplicação das taxas de câmbio deve ser meticulosamente e imparcialmente selecionada, particularmente em casos de flutuações e distorções excessivas na renda de alguns Estados-Membros, para garantir que as contribuições sejam mais justas e precisas.

O Grupo reitera que a taxa máxima de contribuição atual ou teto foi fixado como um compromisso político. É contrário ao princípio da capacidade de pagamento e é uma fonte fundamental de distorção na escala de contribuições. O Grupo observa que o teto beneficiou apenas um Estado-Membro. O Grupo também observa que a justificativa para reduzir o teto para 22% em 2000 foi para facilitar os pagamentos atrasados e, assim, melhorar a situação financeira das Nações Unidas.

O Grupo relembra as graves crises de liquidez nos últimos anos, incluindo a atual, e relembra ainda que estas contribuições atrasadas eram em grande parte devidos por um único Estado-Membro; o mesmo que se beneficiou consistentemente do teto de 22%.

Insistimos que a AGNU deve rever esse arranjo, de acordo com o parágrafo 2 da [resolução 55/5 C](#). O Grupo solicitará informações detalhadas sobre o histórico de pagamentos atrasados, para determinar se essa justificativa foi atendida.

As organizações que têm status de observador privilegiado na ONU, dando a elas os direitos e privilégios geralmente aplicados apenas a estados observadores, como o direito de falar no debate geral da AGNU e o direito de resposta, também devem ter as mesmas obrigações financeiras para com as Nações Unidas que os estados observadores. A Assembleia Geral deve considerar uma decisão sobre o tema para tais organizações.

Além disso, o Grupo rejeita firmemente qualquer tentativa de reter unilateralmente contribuições como uma ferramenta para pressionar as Nações Unidas. Isso é contrário ao espírito da Carta da ONU, que defende o princípio da igualdade soberana de todos os Estados-Membros.

Na escala de contribuições para as operações de manutenção da paz, o Grupo considera que a manutenção da paz é uma função indispensável das Nações Unidas e todas as operações de manutenção da paz devem receber recursos necessários para implementar seus mandatos.

E deve-se sustentar o financiamento das operações de manutenção da paz, que a AGNU adotou desde a [resolução 1874 \(S-IV\)](#)<sup>59</sup> de 27 de junho de 1963.

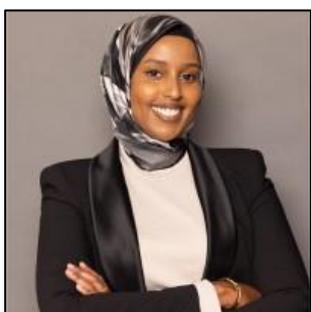
Além disso, as despesas das operações de manutenção da paz, aprovados pela AGNU em suas resoluções relevantes, devem constituir a base para qualquer discussão sobre a escala de manutenção da paz. O G-77 e a China têm enfatizado consistentemente que a escala de manutenção da paz deve refletir claramente as responsabilidades especiais dos membros permanentes do Conselho de Segurança para a manutenção da paz e da segurança. Os países economicamente menos desenvolvidos têm capacidade limitada para contribuir para os orçamentos das operações de manutenção da paz. Qualquer discussão sobre descontos aplicados à escala de manutenção da paz deve levar em conta a situação enfrentada pelos países em desenvolvimento, cujas posições atuais não devem ser afetadas negativamente.

Os membros permanentes do Conselho de Segurança devem arcar com sus respectivas contribuições financeiras de manutenção da paz com base em sua capacidade de pagamento, bem como na escala acordada de contribuições. Ao longo dos anos, a retenção arbitrária e unilateral de contribuições levou a déficits de liquidez para a Organização, o que forçou o Secretariado a tomar empréstimos das missões de manutenção da paz terminadas. Isso não está de acordo com as práticas orçamentárias adequadas. Os desafios no fluxo de caixa devido à retenção intencional de contribuições também tiveram um impacto desproporcional em outros estados-membros, especialmente países contribuintes de tropas e policiais, que prestam o maior serviço na manutenção da paz e da segurança.

O Grupo rejeita tentativas de países desenvolvidos de transferir obrigações para países em desenvolvimento. Não se pode esperar que os países em desenvolvimento contribuam para as operações de manutenção da paz no mesmo nível que os países desenvolvidos.

A escala de contribuições para a manutenção da paz deve refletir o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Os descontos para a escala de manutenção da paz foram criados em 2000, juntamente com o teto máximo de 22% para um único Estado-Membro. Os países em desenvolvimento foram obrigados a abrir mão de descontos de 80% ou 90% da noite para o dia para acomodar esses novos níveis.



**03 de outubro de 2024** - Declaração feita pela Sra. Amina Gurhan, 3ª Secretária da Missão Permanente da República de Uganda na ONU, em nome do G-77 e da China durante a **discussão geral do item 26 da pauta: Desenvolvimento social no 3º Comitê da AGNU**<sup>60</sup>

**O 3º Comitê é responsável pelas questões sociais, humanitárias, culturais e de direitos humanos.**

<sup>59</sup> A Resolução 1874 (S-IV), adotada em 27 de junho de 1963 durante a 1205ª reunião plenária da Assembleia Geral das Nações Unidas, discute princípios gerais para o compartilhamento de custos associados a futuras operações de manutenção da paz que envolvam despesas significativas.

<sup>60</sup> <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=241003>

O Grupo ressaltou a necessidade de abordar o desenvolvimento social dentro da estrutura da Agenda 2030. Inegavelmente, a pobreza, as desigualdades e mudanças demográficas, os desafios globais como instabilidade econômica, o desemprego dos jovens, as crises de saúde, as ameaças ambientais e medidas unilaterais dificultam ainda mais o progresso. Estes são obstáculos que exigem um esforço internacional combinado.

Quase 30 anos depois da **1ª Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social**<sup>61</sup>, onde os líderes estabeleceram uma visão centrada na justiça social, solidariedade e igualdade, o progresso continua desigual. Porém os objetivos interconectados de erradicação da pobreza, emprego, trabalho decente e integração social continuam aquém do esperado. O Grupo enfatizou que a próxima **2ª Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social** (WSSD2) a ser realizada no Catar em novembro de 2025, deverá abordar as lacunas de desenvolvimento e se comprometer novamente com a [Declaração de Copenhague sobre Desenvolvimento Social](#), o Programa de Ação e sua implementação e impulsionar a implementação da Agenda 2030.

Lembrando que este ano, se comemora o 30º aniversário do Ano Internacional da Família, o grupo reconheceu o importante papel que a família desempenha no avanço do desenvolvimento social. Famílias estruturadas apoiam a educação de melhor qualidade, assistência médica e união social. Portanto, investir em políticas voltadas para a família é essencial para o desenvolvimento social sustentável.

O Grupo observou com preocupação os desafios associados ao envelhecimento da população, particularmente em países em desenvolvimento. Há uma necessidade de fortalecer os sistemas de assistência social, oferecer acesso a cuidados de saúde que atendam às necessidades dos idosos, permitindo que eles vivam com dignidade.

Além disso, o Grupo destacou a importância de promover o desenvolvimento inclusivo para pessoas com deficiência, ampliando os esforços para promover a inclusão deste grupo populacional nas estratégias de desenvolvimento que devem garantir o acesso à educação, emprego e cuidados de saúde para pessoas com deficiência.

O Grupo reiterou que as crianças devem estar no centro dos esforços de desenvolvimento sustentável. Proteger os direitos das crianças, incluindo seu acesso à educação e aos cuidados de saúde, deve ser uma prioridade. Todos devem trabalhar juntos para eliminar a pobreza infantil, promover o bem-estar e construir sistemas que apoiem o bem-estar geral das gerações futuras.

Os países em desenvolvimento reconhecem o potencial significativo da informação e das tecnologias digitais no avanço do desenvolvimento social e na realização da Agenda 2030. No entanto, o crescente fosso digital, especialmente no acesso, acessibilidade e alfabetização digital, continuam sendo grandes barreiras para muitos países em desenvolvimento. Conforme destacado no relatório do Secretário-Geral, embora a cobertura da Internet tenha crescido globalmente, muitas pessoas em comunidades rurais e desfavorecidas permanecem offline devido aos altos custos, falta de infraestrutura e acesso limitado a dispositivos. Enfrentar esses desafios é fundamental para garantir que os países em desenvolvimento possam se beneficiar totalmente das oportunidades apresentadas pela transformação digital.

---

<sup>61</sup> A 1ª Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social foi realizada em Copenhague, Dinamarca, de 6 a 12 de março de 1995. Foi o maior encontro de líderes mundiais na época, com mais de 14.000 pessoas presentes de 186 países.

O G-77 e a China enfatizam a necessidade urgente de cooperação internacional e aumento de investimentos para eliminar a exclusão digital, especialmente para pessoas que vivem na pobreza e em comunidades desfavorecidas. Garantir conectividade digital acessível, juntamente com acesso ao treinamento de capacidades digitais, será crucial para o desenvolvimento inclusivo. Além disso, as ferramentas digitais devem ser projetadas com os usuários em mente, refletindo as necessidades e realidades dos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que protegem a privacidade e garantem a segurança dos dados.

O Grupo apelou por uma cooperação internacional fortalecida para erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, a fim de garantir que ninguém seja deixado para trás nesta era digital.

### **Movimento dos Não Alinhados**

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Este ano de 2024, a República do Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, se tornou o 121º país a se tornar membro do Movimento dos Não-Alinhados. Com isso, a África passa a ter todos os seus 54 países como membros do MNA.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

### **Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)**

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

O NAMYO tem 60 Capítulos Nacionais.

### **Destaques do NAMYO**



#### **16 de outubro de 2024 - Dia Mundial da Alimentação<sup>62</sup>**

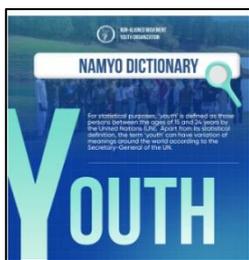
O tema deste ano para o Dia Mundial da Alimentação é "**Direito a alimentos para uma vida melhor e um futuro melhor**".

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), mais de 2,8 bilhões de pessoas em todo o mundo não podem arcar com o custo de uma dieta saudável.

O direito à alimentação é essencial para o desenvolvimento de todas as comunidades globais. Neste dia significativo, a NAMYO convida toda a comunidade internacional a unir esforços para aumentar a conscientização sobre a importância dos sistemas alimentares, ampliar a disponibilidade de opções alimentares e reduzir o desperdício de alimentos.

<sup>62</sup> <https://www.instagram.com/namyouthorg/p/DBLYlKzqWO/>

Mais sobre o Dia Mundial da Alimentação na sessão deste informe sobre a Cooperação Sul-Sul do Brasil



### 15 de outubro de 2024 - Dicionário NAMYO: "Juventude".

A Organização Jovem dos Não Alinhados iniciou uma nova série intitulada "**Dicionário NAMYO**", para familiarizar as pessoas com os principais conceitos que moldam essa organização de jovens.

As palavras que compõem este dicionário refletem de maneira eficaz os princípios defendidos pela NAMYO e ajudam a familiarizar o público com a missão, as atividades e o propósito da organização.

Em vez de adotar um formato de A a Z, as palavras estão organizadas em capítulos, cada um abordando temas distintos relacionados à NAMYO.

O primeiro capítulo é dedicado à "**juventude**" e inclui termos ligados às atividades que a NAMYO promove e apoia para os jovens.

A juventude está no centro da NAMYO, que visa proporcionar uma plataforma para os jovens dos Estados-Membros do Movimento dos Não-Alinhados, permitindo que amplifiquem suas vozes e contribuam para o desenvolvimento de suas comunidades<sup>63</sup>.



### 11 de outubro de 2024 - Dia Internacional da Menina<sup>64</sup>

Neste dia, foi celebrado o poder e o potencial das meninas em todo o mundo, enfatizando a importância de investir em seus direitos para construir um amanhã melhor. Em 2024, o tema da celebração é "**Visão das meninas para o futuro**", destacando a necessidade urgente de ação e esperança para as meninas em todas as partes do globo.

Este tema foi concebido para refletir a coragem das meninas diante dos desafios, assim como a esperança que nutrem para o futuro. A cada dia, meninas ao redor do mundo trabalham para concretizar a visão de um mundo onde todas sejam protegidas, respeitadas e empoderadas. No entanto, elas não podem fazer isso sozinhas; precisam de aliados que as escutem e respondam às suas necessidades.

Com o suporte, os recursos e as oportunidades adequadas, o potencial das mais de 1,1 bilhão de meninas do mundo será ilimitado. Quando tiverem a chance de liderar, o impacto será imediato nas famílias e comunidades, fortalecendo as economias e iluminando o futuro.

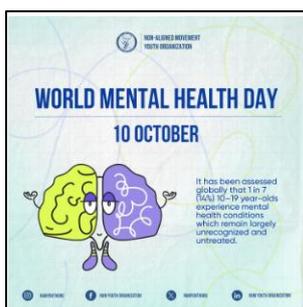
É fundamental lembrar que ser menina não deveria limitar suas ações, destinos ou sonhos. Infelizmente, essa não é a realidade de milhões de meninas que enfrentam desafios extremos que negam seus direitos, restringem suas escolhas e limitam suas perspectivas.

O NAMYO sonha com um futuro onde cada menina tenha iguais oportunidades para prosperar, seja na saúde, na educação ou em qualquer caminho profissional. É essencial reconhecer a força das meninas, apoiá-las e defender seus direitos em nível global. Juntos, podemos assegurar que cada menina tenha a oportunidade de realizar seus sonhos e contribuir para um futuro melhor para todos.

<sup>63</sup> <https://www.instagram.com/p/DBJKnGXTZ0q/>

<sup>64</sup> <https://www.instagram.com/p/DA-vOmnUGqv/>

## 10 de outubro de 2014 - Dia Mundial da Saúde Mental<sup>65</sup>



O Dia Mundial da Saúde Mental destaca a necessidade de aumentar a conscientização e o apoio em relação à saúde mental.

O tema deste ano, “**Saúde Mental no Trabalho**,” aborda a condição da população global empregada, sublinhando a importância de proteger os trabalhadores de ambientes que possam afetar negativamente seu bem-estar.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, os ambientes de trabalho seguros e saudáveis servem como um importante fator de proteção para a saúde mental. Condições insalubres, como estigma, discriminação e exposição a riscos, incluindo assédio e outras situações de trabalho precárias, são ameaças à saúde mental, à qualidade de vida e, por consequência, à participação e produtividade no trabalho.

Com 60% da população global ativa no mercado de trabalho, é urgente tomar medidas para garantir que o ambiente de trabalho minimize os riscos à saúde mental e promova o bem-estar dos trabalhadores.

Vale lembrar que globalmente, 1 em cada 7 (14%) jovens de 10 a 19 anos sofre de problemas de saúde mental que permanecem amplamente desconhecidos e sem tratamento.

É fundamental abordar a saúde mental dos adolescentes, pois a falta de atenção a esse tema pode resultar em impactos negativos que persistem na vida adulta, limitando o potencial da geração mais jovem. Com os desafios globais em constante crescimento e as mudanças nos diversos ambientes, os fatores que contribuem para as preocupações com a saúde mental têm aumentado significativamente. A NAMYO reconhece a importância da saúde mental e está comprometida em promover a conscientização sobre essa questão vital.

### Centro Sul

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça, criada em 1995. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. O relatório da Comissão, o Desafio para o Sul (*The Challenge to the South*), enfatizou a necessidade de os países do Sul trabalharem juntos, no cenário mundial, em prol do desenvolvimento de suas populações.

<sup>65</sup> <https://www.instagram.com/p/DA8I9rrOhw0/>

## Destaques do Centro Sul

### 15 a 18 de outubro de 2024 - 29ª Sessão do Comitê fiscal da ONU<sup>66</sup>



O Centro Sul participou desta penúltima sessão do Comitê, centrada em seu programa de trabalho de 2021-2025. A agenda abrangeu questões cruciais para os países em desenvolvimento, incluindo a tributação da economia digitalizada e globalizada, tratados fiscais, tributação de indústrias extrativistas, preços de transferência, impostos ambientais, impostos sobre riqueza, impostos sobre saúde e a inter-relação entre impostos, comércio e investimento.

O Comitê é composto por 25 membros nomeados por governos e selecionados pelo Secretário-Geral da ONU, atuando como especialistas. Os membros vêm de áreas de política tributária e administração tributária, refletindo a diversidade geográfica e dos sistemas tributários dos países da ONU.

Em suas atividades, o Comitê enfatiza a importância dos países em desenvolvimento, incluindo os menos desenvolvidos, pequenos estados insulares e países sem litoral. Para mais informações sobre o Comitê, consulte as fontes disponíveis.

### 7 e 8 de outubro de 2024 - Conferência de Sustentabilidade de Hamburgo. Encontro Global para Alianças de Sustentabilidade



Em 2015, cidadãos de todas as nações se uniram em um chamado do SG para uma mudança global com o objetivo de construir um futuro melhor para todos, em um planeta saudável. No entanto, os resultados alcançados até agora, estão aquém do esperado. As metas propostas estão atrasadas ou estancadas. É imperativo que todos se unam para enfrentar os desafios urgentes dos tempos atuais.

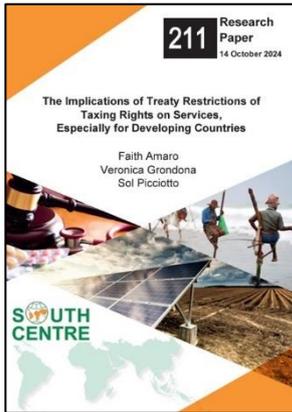
Algumas questões que demandam uma transformação fundamental são: Como mobilizar empresas para investir em sustentabilidade? De que maneira se pode renovar as finanças globais? Como construir cidades sustentáveis? Como promover a mobilidade verde? E como restaurar a confiança na governança internacional?

Essas questões precisam de nova forma de pensar. Portanto, é preciso uma nova era de sustentabilidade, construída através de novas alianças entre líderes, empresas, formuladores de políticas globais e a sociedade civil. Neste meio do caminho para a Agenda 2030, a Conferência de Sustentabilidade de Hamburg ofereceu uma plataforma global inovadora para acelerar a implementação dos ODS e oferecer soluções orientadas para resultados.

A conferência reuniu chefes de estado, líderes do setor privado, academia, sociedade civil e organizações internacionais para desenvolver soluções conjuntas que possam ser realistas e implementadas.

O Centro Sul participou do Grupo Acelerador **“O que alimenta a confiança na cooperação multilateral para o desenvolvimento e como podemos chegar juntos”?**

<sup>66</sup> <https://www.instagram.com/p/DBJkOyRIS1w/>



## 14 de outubro de 2024 - As implicações das restrições dos tratados aos direitos de tributação dos serviços, especialmente para os países em desenvolvimento.

A tributação de serviços transfronteiriços tornou-se uma questão central nas negociações da ONU para a criação de uma nova estrutura global de tributação. Este artigo analisa as deficiências das normas tributárias internacionais que se aplicam aos serviços e como essas normas são exploradas por empresas multinacionais, com um foco especial no impacto sobre os países em desenvolvimento.

Com a crescente relevância dos serviços para o desenvolvimento econômico, as regras tributárias internacionais, que favorecem a prestação de serviços por não residentes, representam um obstáculo ao crescimento dos provedores locais. Essa situação afeta de maneira desproporcional os países em desenvolvimento, que frequentemente são os mais impactados pela presença de multinacionais. Foram analisadas as restrições à tributação na fonte de serviços contidas em tratados tributários, especialmente aqueles baseados no modelo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Esta pesquisa demonstra que a expansão dessas normas coincide com um aumento do déficit no comércio de serviços nos países em desenvolvimento. Além disso, o enfraquecimento das tentativas desses países de proteger sua base tributária por meio de impostos retidos resulta em perdas crescentes de receita tributária.

O artigo combina uma análise qualitativa detalhada de tratados tributários com estimativas quantitativas de seus impactos no comércio e na arrecadação de serviços em cinco países em desenvolvimento: Argentina, Brasil, Colômbia, Quênia e Nigéria.

As conclusões indicam que é necessário adotar uma nova abordagem para a tributação de serviços, superando a dicotomia entre residência e origem e implementando um sistema de distribuição baseado em fórmulas.

Essa abordagem pode ser alinhada aos padrões propostos na Solução de Duas Colunas do projeto da OCDE/G20 sobre Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros, atualmente em desenvolvimento através da ONU.

Para ler o documento completo, [clique aqui](#)



## 04 de outubro de 2024 - Uma solução justa para acesso e compartilhamento de benefícios de informações de sequência digital? Decisão para a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da Conferências das Partes (COP), em novembro de 2024.

As apostas são altas para a próxima Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que será realizada de 21 de outubro a 1º de novembro de 2024, em Cali, Colômbia.

Este encontro deve definir uma solução para o compartilhamento justo e equitativo dos benefícios resultantes do uso da informação

de sequência digital relacionada a recursos genéticos.

Os resultados da COP terão implicações significativas nas negociações em outros fóruns multilaterais que tratam da regulamentação do acesso e do compartilhamento de benefícios derivados do uso da sequência digital. A conferência determinará as modalidades para a implementação de um mecanismo multilateral que promova esse compartilhamento justo e equitativo.

Um grupo de trabalho técnico da CDB, que se reuniu em 16 de agosto de 2024, está preparando uma recomendação a ser apresentada à COP, destacando divergências importantes e persistentes entre os participantes.

Entre as opções mencionadas na recomendação está a proposta de que os usuários da sequência digital e que geram receitas ou lucros a partir do seu uso, como na venda de produtos ou serviços que dependem da sequência digital, deveriam contribuir com uma porcentagem dessas receitas para um fundo destinado ao compartilhamento de benefícios monetários.

Por outro lado, uma omissão significativa nas propostas é a ausência de uma exigência que responsabilize os usuários da sequência digital sobre o compartilhamento dos benefícios relacionados à exploração de direitos de propriedade intelectual. Embora a expressão “receitas” para um produto ou serviço possa abranger aquelas originadas do licenciamento de propriedade intelectual, a falta de um acordo claro que mencione essas receitas gera incerteza jurídica em relação à obrigatoriedade de contribuição para o fundo. Para ler o documento completo, [clique aqui](#).



#### **11 de setembro de 2024 - Resumo da intervenção do Diretor Executivo do Centro Sul, Sr. Carlos Correa, na 25ª Reunião do Conselho Coordenador da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável do Sul (COMSATS)**

O Diretor agradeceu o convite para participar da 25ª Reunião do Conselho Coordenador da COMSATS. Agradeceu também o compartilhamento do documento informativo sobre as atividades recentes da COMSATS.

COMSATS tem sido ativa na promoção da ciência, tecnologia e inovação nos países em desenvolvimento, especialmente em relação a tecnologias de ponta, como as digitais. E está tornando realidade as aspirações do laureado com o Prêmio Nobel, Dr. Abdus Salam, e suas visões sobre como a ciência e a tecnologia podem apoiar o desenvolvimento nos países.

O Centro Sul valorizou a cooperação que teve, no passado, com o Secretariado da COMSATS e é grato pelas contribuições que fez em questões críticas como a localização de dados e a saúde digital. O Diretor disse ainda que espera que esta cooperação continue e prospere nos mais diversos itens.

O Sr. Carlos Correa esclareceu que o Centro Sul é um *think tank* intergovernamental do Sul Global que contribui para os países em desenvolvimento unam seus esforços e expertise para promover seus interesses comuns na arena internacional. Reconhecendo a diversidade no Sul Global, o Centro Sul busca obter posições comuns para que os países em desenvolvimento possam influenciar de forma eficaz, o sistema multilateral.

Ele disse ainda que o programa de trabalho do Centro Sul abrange áreas como comércio internacional, investimento, propriedade intelectual, saúde, resistência antimicrobiana, direitos humanos e tributação, entre outras. Produz pesquisas orientadas para políticas, orienta as

delegações dos países em desenvolvimento que participam de negociações internacionais e oferece, mediante solicitação, assistência técnica e treinamento. Em todas essas áreas, há um grande potencial de cooperação com o Secretariado e membros da COMSATS. Para ler a declaração na íntegra, [clique aqui](#)

**Equidade de gênero é pauta de disputa e não tem consenso no G20**  
**G7 e a agenda robusta de eventos da quinzena: destaque para o encontro dos líderes em saúde e a enriquecedora participação da ministra brasileira Nísia Trindade**  
**A OCDE a favor da resiliência econômica, política e ambiental**

***Gender equality is a contested issue and lacks consensus at the G20***  
***G7 and its dense agenda of events: the highlight goes to the meeting of health leaders, and the enriching participation of Brazilian minister Nísia Trindade***  
***The OECD is in favor of economic, political and environmental resilience***

**Pedro Burger**  
**Vitória Kavanami**  
**Thaiany Medeiros Cury**  
**Nina Bouqvar**  
**João Miguel Estephano**  
**Paulo Esteves**

#### **Abstract**

**G20** - Contrary to the positive outcomes of the ministerial meetings held this year, the Women's Empowerment WG failed to produce a final document. Progress, however, was made at the G20 on Artificial Intelligence and with the first members joining the Global Alliance Against Hunger and Poverty. Finally, President Putin declares that he won't be attending the Leaders' Summit.

**G7.** Among the highlights of this fortnight for the G7 are the meeting of Health Ministers, which includes the participation of Brazilian Health Minister Nísia Trindade, the meetings of the Ministers of Industry and Technological Innovation, discussions on Disability and Inclusion, and the meeting of Defense Ministers. These meetings aim to provide us with initial outcomes from the annual summit of the group, which took place from the 13th to the 15th of this year.

**OECD** – The OECD's highlights include the publication of studies about democracy, environmental indicators, resilient urban policies, global productivity and sources of funding for social purposes, as well as updates on international employment and unemployment rates.

**Keywords:** G20, G7; OECD; Brazil; Technology and Innovation; Disability and Inclusion; Defense; International cooperation.

#### **Resumo**

**G20** - Indo em direção contrária aos positivos resultados de reuniões ministeriais realizadas neste ano, o GT de Empoderamento das Mulheres não consegue produzir um documento final em consenso. Avanços, no entanto, aparecem no G20 ao tratar de Inteligência Artificial e na adesão dos primeiros membros na Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. Por fim, Putin declara que não virá para a Cúpula de Líderes.

**G7** - Dentre os destaques desta quinzena para o G7 estão o encontro dos Ministros da Saúde com a participação da ministra da saúde brasileira Nísia Trindade, dos Ministros da Indústria e Inovação Tecnológica, reunião dos Ministros sobre Deficiência e Inclusão, e encontro dos Ministros da Defesa. Os encontros ocorrem de forma a nos fornecer encaminhamentos e primeiras ações fruto das discussões da cúpula anual do grupo que ocorreu nos dias 13 a 15 deste ano.

**OCDE** - Os destaques da OCDE se dividem entre a publicação de estudos sobre democracia, indicadores ambientais, políticas urbanas resilientes, produtividade global e fontes de financiamento para fins sociais, além de atualizações sobre índices de emprego e desemprego internacional.

**Palavras-chave:** G20; G7; OCDE; Brasil; Tecnologia e Inovação; Deficiência e Inclusão; Defesa; Cooperação internacional.

## **G20 –**

Cada vez mais próximo da Cúpula dos Líderes, o G20 entra na reta final das reuniões dos Grupos de Trabalho. É diante desse cenário que o GT de Empoderamento das Mulheres realizou seus últimos encontros no intervalo dos dias 8, 9 e 11 de outubro em Brasília. O grupo foi formado na gestão passada por iniciativa da presidência da Índia, mas apenas neste ano passou a realizar encontros oficiais – essa foi a primeira vez que houve um encontro de ministros para tratar do assunto<sup>67</sup>.

Na cerimônia de abertura, a ministra das Mulheres do Brasil, Cida Gonçalves, fez uma fala contundente sobre os direitos de meninas e mulheres, citando como exemplo questões referentes a violência política de gênero e a pouca participação nos espaços de poder. “Não é possível que as mulheres, sendo a maioria da população do mundo, não sejam reconhecidas, não sejam respeitadas e não sejam incluídas nas principais pautas globais. (...) E por isso este Grupo do Trabalho é tão importante e tão fundamental, porque significa dizer que as decisões da Cúpula dos nossos países, a partir da nossa declaração, vão incluir as mulheres nestes processos, enfatizou”<sup>68</sup>. Dentro da agenda brasileira para o G20, uma maior participação de mulheres nas instituições também tem sido defendida dentro das discussões sobre reforma da governança global.

Ao longo do ano o GT estabeleceu três temas principais para as discussões: (i) autonomia econômica das mulheres; (ii) ação climática, e (iii) enfrentamento a todas as formas de violência e à misoginia. Além disso, a atuação prezou por uma transversalidade para que todos os outros grupos incluíssem o tema de gênero em suas declarações e reuniões de trabalho. Durante o evento paralelo “Integração da perspectiva de gênero e empoderamento das mulheres no G20”, foram citados avanços alcançados nesse sentido, como o GT de Emprego, que reconheceu a economia do cuidado como um tópico vital para a promoção da autonomia

---

<sup>67</sup> Em Brasília, começa a última etapa de reuniões do GT de Mulheres do G20. G20. 8 out. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/em-brasilia-comeca-a-ultima-etapa-de-reunioes-do-gt-de-mulheres-do-g20>. Acesso em: 20 out. 2024.

<sup>68</sup> “Não somos a periferia dos debates, somos a centralidade”, diz ministra de Mulheres no G20. G20. 8 out. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/nao-somos-a-periferia-dos-debates-somos-a-centralidade-diz-ministra-de-mulheres-no-g20>. Acesso em: 20 out. 2024.

das mulheres, e o GT de Transição Energética, que pautou o impacto desproporcional da pobreza energética sobre as mulheres<sup>69</sup>.

A importância de garantir que as pautas de igualdade de gênero façam parte das políticas públicas globais foi outro aspecto levantado durante a reunião ministerial. A criação da Aliança Global contra a Pobreza e a Fome foi então citada como uma ferramenta importante para diminuir as desigualdades que afetam principalmente as mulheres em todo o mundo. Nas palavras da primeira-dama do Brasil, a socióloga Janja Lula: "Conseguir acessar alimentos de qualidade suficientes para sua nutrição, trabalho e renda, para o sustento de suas famílias, é a condição humana mais essencial para que mulheres e meninas possam usufruir de outros direitos e saírem da condição de exclusão"<sup>70</sup>.

Na esteira do que resulta deste cenário, existia uma grande expectativa para que ao fim desses encontros fosse produzida uma declaração histórica do G20. No entanto, contrariando os positivos resultados obtidos em outras reuniões ministeriais, isso não aconteceu. A Argentina foi o único país a não apoiar o documento sobre igualdade de gênero.

Desde que Javier Milei assumiu a presidência do país, existe um distanciamento do presidente com instituições multilaterais e pautas progressistas, além de constantes ataques ao Brasil. Os temas abordados pelo G20, portanto, não são exceção a essa narrativa, o que fica claro a partir desse posicionamento do país. Em mensagem postada na rede social X, a diplomata Vanessa Dolce de Faria, Alta Representante para Temas de Gênero do Itamaraty, lamentou o ocorrido: "Quando a extrema direita avança, as mulheres perdem. A Argentina é o único país do G20 que não aderiu ao consenso sobre igualdade de gênero. A Presidência do Brasil se mantém firme em sua posição de que a igualdade não é negociável"<sup>71</sup>. Apesar desse posicionamento, vale destacar que Milei confirmou presença na Cúpula do G20 em novembro. Em carta enviada para Lula, o presidente argentino diz querer contribuir para o êxito da reunião e, segundo fontes que viram o documento, a comunicação fala dos interesses compartilhados entre os dois países<sup>72</sup>.

Como resultado do encontro foi publicado um *Chair Statement* sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento de Mulheres citando os pontos discutidos pelo grupo. Em síntese, o texto dispõe que todos os membros, em exceção a Argentina, comprometem-se a avançar no empoderamento de todas as mulheres e meninas nas prioridades acordadas durante a presidência brasileira: promover a igualdade de gênero, a autonomia econômica e a economia

---

<sup>69</sup> Transversalidade das questões de gênero é foco de evento paralelo do GT de Empoderamento de Mulheres. G20. 20 out. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/transversalidade-das-questoes-de-genero-e-foco-de-evento-paralelo-do-gt-de-empoderamento-de-mulheres>. Acesso em: 20 out. 2024.

<sup>70</sup> "A maioria dos países não abre mão da igualdade de gênero", diz ministra das Mulheres do Brasil. G20. 11 out. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/a-maioria-dos-paises-nao-abre-mao-da-igualdade-de-genero-diz-ministra-das-mulheres-do-brasil>. Acesso em: 20 out. 2024.

<sup>71</sup> El gobierno rechaza el consenso de igualdad de género del G20 y tensa con Brasil en la previa de la cumbre en Río. La Política. 13 out. 2024. Disponível em: <https://www.lapoliticaonline.com/politica/el-gobierno-rechaza-el-consenso-de-igualdad-de-genero-y-tensa-con-brasil-en-la-previa-de-la-cumbre-del-g20-en-rio/>. Acesso em: 20 out. 2024.

<sup>72</sup> Milei envia terceira carta a Lula e confirma participação em cúpula do G20. CNN. 15 out. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/milei-envia-terceira-carta-a-lula-e-confirma-participacao-em-cupula-do-g20/>. Acesso em: 21 out. 2024.

do cuidado e os sistemas de cuidado; eliminar a misoginia e prevenir e acabar com a violência baseada em gênero; e impulsionar ações climáticas sensíveis ao gênero<sup>73</sup>.

Saúde aparece de forma moderada e é citada no documento ao tratar de temas como violência sexual, economia do cuidado, saúde sexual e reprodutiva, higiene menstrual, dentre outros. Abaixo reproduzimos, em tradução nossa, os trechos que citam o assunto:

- “Incentivamos os esforços para garantir que todos os ambientes educacionais estejam livres de violência e discriminação baseadas em gênero e tenham instalações sanitárias privadas e limpas que apoiem a gestão segura da saúde e da higiene menstrual”.
- “O trabalho de cuidado não remunerado inclui, entre outros, trabalho doméstico, assistência médica para famílias e comunidades, organização, coordenação e cuidado de membros da família e da casa, limpeza, alimentação, busca ou compra de combustível e compra de bens. Isso deixa pouco ou nenhum tempo para oportunidades educacionais, incluindo aprendizagem contínua e desenvolvimento de habilidades, trabalho remunerado e outras atividades econômicas (...) acesso universal a serviços de saúde de qualidade, ou serviços de saúde materna, neonatal, sexual e reprodutiva, bem como a serviços de cuidados de longo prazo de qualidade”.
- “Também nos comprometemos a promover todos os tipos de medidas, iniciativas e soluções que promovam a igualdade de gênero no setor de saúde e na economia do cuidado e melhorem as condições de trabalho para todos, a partir da perspectiva do trabalho decente, para sistemas de saúde e assistência social mais fortes”.
- “A violência sexual e baseada em gênero contra mulheres e meninas é alarmantemente alta nas esferas pública e privada, tanto on-line quanto off-line. Esses atos violam os direitos fundamentais ao mais alto padrão possível de saúde física e mental, à vida e à integridade física, impedem que mulheres e meninas tenham acesso igualitário à educação, aos serviços de saúde, à justiça e à participação política, e que as mulheres tenham oportunidades de emprego e recursos econômicos”.
- “Comprometemo-nos a promover a saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos de todas as mulheres e meninas, de acordo, entre outras coisas, com uma abordagem de saúde integral, com atenção especial à saúde materna, perinatal e do recém-nascido, principalmente para aquelas em situações vulneráveis. A proteção da saúde de todas as mulheres e meninas ajuda a prevenir futuras vitimizações ou revitimizações, especialmente em casos de violência sexual e de gênero”.

Por fim, o documento é concluído com o destaque à importância do diálogo com organizações internacionais na produção de dados e estudos, o comprometimento em manter a relação com outros GTs, como foi feito sob a presidência brasileira em busca da transversalidade do tema de gênero, e saúda as próximas presidências do G20: África do Sul em

---

<sup>73</sup> Chair's Statement on Gender Equality and the Empowerment of Women. G20. 11 out. 2024. Disponível em: [https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/empoderamento-de-mulheres/chairs\\_statement\\_gender\\_equality\\_empwr\\_women.pdf/@download/file](https://www.g20.org/pt-br/trilhas/trilha-de-sherpas/empoderamento-de-mulheres/chairs_statement_gender_equality_empwr_women.pdf/@download/file). Acesso em: 20 out. 2024.

2025 e Estados Unidos em 2026. Durante os encontros, a delegação sul-africana garantiu que o Grupo de Trabalho terá continuidade durante a presidência de 2025<sup>74</sup>.

**Figura 1:** Abertura da reunião ministerial de empoderamento feminino em Brasília.



**Fonte:** G20, 2024.

Dando continuidade aos desdobramentos da quinzena, outro documento que repercutiu dentro do fórum foi a intitulada “[Declaração de São Luís](#)”. O documento, que recebe o nome da cidade onde ocorreu a terceira reunião do GT de Economia Digital, aborda a importância da Inteligência Artificial (IA) para a transformação digital inclusiva e também se volta para o impacto da tecnologia sobre o futuro do trabalho e da educação<sup>75</sup>.

A declaração foi resultado do trabalho conjunto de quatro grupos de engajamento – L20, C20, T20 e W20 – e representa um marco importante nas dinâmicas do bloco e na construção multissetorial de políticas sobre um tema que é considerado transversal. A expectativa é que as recomendações influenciem a declaração final dos líderes e as atividades na Cúpula do G20.

O documento endossa a conciliação entre uma abordagem baseada em risco e uma baseada em direitos; e apela para que os desenvolvedores e implementadores de modelos de IA relatem publicamente as capacidades e limitações de sistemas avançados de modo a garantir uma maior segurança. As recomendações do texto foram baseadas em uma abordagem de justiça de dados, a qual visa combater a discriminação e reconhecer as assimetrias de poder que perpassam a área, orientando o desenvolvimento de mecanismos de governança da IA que distribuam de forma equitativa os seus benefícios e riscos. De forma complementar, a declaração aponta para a abordagem interseccional como sendo o horizonte teórico-metodológico para lidar com o desenvolvimento e implementação de sistemas de IA, garantindo a proteção de grupos vulneráveis, sobretudo meninas e mulheres as quais, cada vez mais, são vítimas de violências de gênero facilitadas por tecnologias.

<sup>74</sup> Texto do G20 Mulheres defende igualdade de gênero e empoderamento nas decisões globais. Agência Gov. 13 out. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202410/texto-do-g20-mulheres-defende-igualdade-de-genero-e-empoderamento-nas-decisoes-globais>. Acesso em: 20 out. 2024.

<sup>75</sup> Grupos de Engajamento do G20 emitem declaração conjunta por uma Inteligência Artificial ética, sustentável e inclusiva. 15 out. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/grupos-de-engajamento-do-g20-emitem-declaracao-conjunta-por-uma-inteligencia-artificial-etica-sustentavel-e-inclusiva>. Acesso em: 20 out. 2024.

Outros pontos reconhecidos pelos grupos foram a necessidade de uma abordagem colaborativa na governança de dados e a implementação de políticas de uso de dados abertos que promovam a diversidade cultural e linguística, além de uma capacitação dos trabalhadores para que se adaptem a essas transformações sem comprometer o valor de seu trabalho, ampliando investimentos em iniciativas educacionais. Em relação à saúde, a IA é citada no documento como uma ferramenta que pode ajudar a “enfrentar desafios globais como pobreza, saúde, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável”.

Finalmente, as últimas atualizações sobre o bloco dizem respeito à Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza e novidades a respeito da participação de Vladimir Putin na Cúpula do G20. Durante a quinzena os primeiros membros aderiram à iniciativa da Força-Tarefa, dentre eles: a Alemanha<sup>76</sup>, a Câmara de Comércio Internacional (ICC)<sup>77</sup>, a Organização dos Estados Americanos (OEA)<sup>78</sup> e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF)<sup>79</sup>.

Já em relação à presença de Putin na Cúpula dos Líderes, o presidente russo afirmou neste mês que não participará do encontro e enviará um representante em seu lugar a fim de evitar que os trabalhos desenvolvidos pelo grupo sejam prejudicados. “Tenho ótimas relações de amizade com o presidente Lula, mas por que eu iria para lá de propósito para atrapalhar o trabalho normal do fórum?”, disse Putin<sup>80</sup>.

Em março de 2023, o Tribunal Penal Internacional (TPI) emitiu um mandado de prisão para Putin por supostos crimes de guerra na Ucrânia e desde então Kiev pede às autoridades brasileiras que cumpram o mandado de prisão contra ele<sup>81</sup>. A Rússia, que não é signatária do TPI, nega veementemente as acusações. Sobre esse assunto Putin ainda afirmou que não seria um problema comparecer ao Brasil, tendo em vista que a Rússia poderia assinar um acordo bilateral com o país para contornar o mandado de prisão do TPI, se necessário.

## G7 -

---

<sup>76</sup> Alemanha é o primeiro país do G20 a aderir à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. 7 out. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/alemanha-e-o-primeiro-pais-do-g20-a-aderir-a-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza>. Acesso em: 21 out. 2024.

<sup>77</sup> Câmara de Comércio Internacional é mais um membro fundador da Aliança Global contra Fome e a Pobreza. 9 out. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/camara-de-comercio-internacional-e-mais-um-membro-fundador-da-alianca-global-contra-fome-e-a-pobreza>. Acesso em: 21 out. 2024.

<sup>78</sup> Mais uma adesão: OEA se torna membro fundador da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. G20. 10 out. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/mais-uma-adesao-oea-se-torna-membro-fundador-da-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza>. Acesso em: 21 out. 2024.

<sup>79</sup> CAF se torna o primeiro banco multilateral a integrar a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. 17 out. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/caf-se-torna-o-primeiro-banco-multilateral-a-integrar-a-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza>. Acesso em: 20 out. 2024.

<sup>80</sup> Putin says his presence at G20 in Brazil would 'undermine' work there. Reuters. 18 out. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/putin-says-his-presence-g20-brazil-would-undermine-work-there-2024-10-18/>. Acesso em: 21 out. 2024.

<sup>81</sup> Ukraine urges Brazil to arrest Putin if he attends G20 summit. Reuters. 14 out. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/ukraine-urges-brazil-arrest-putin-if-he-attends-g20-summit-2024-10-14/>. Acesso em: 21 out. 2024.

## Encontro dos Ministros da Saúde 10 e 11 de outubro

O encontro se deu em Ancona entre os dias 10 e 11 de outubro e resultou numa Declaração Final<sup>82</sup> dividida em três capítulos, além do preâmbulo, intitulados: “Capítulo 1: Arquitetura Global de Saúde e Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias”, “Capítulo 2: Envelhecimento saudável e ativo por meio de prevenção e inovação ao longo da vida” e “Capítulo 3: A abordagem de Saúde Única”. Nesse último capítulo, os Ministros da Saúde dão ênfase especialmente aos subtópicos: Resistência Antimicrobiana e Mudança Climática. Nos capítulos, podemos separar os apontamentos em quatro categorias: frases verbais de nula ação, voltadas para o reconhecimento, boas vindas e elogios a ações tomadas, com os comandos “*we welcome*”, “*we support*”, “*we recognise*”, que são maioria no documento; frases verbais de baixa ação, voltadas para o encorajamento e ênfase na importância de algumas medidas, como “*we emphasise the importance*”; frases verbais de moderada ação, como a manutenção dos compromissos e convocação de outras partes, como “*we recommit*” e “*we call for continued support*” e, por fim, frases verbais de ação relevante, que são os novos compromissos, como “*we commit*”.

Na categoria frases verbais com ações relevantes no Capítulo 1 temos o compromisso dos líderes com a promoção da Cobertura de Saúde Universal e o investimento em sistemas de saúde resilientes, na prestação de serviços de saúde primária e força de trabalho qualificada, inclusive por meio da Academia da Organização Mundial da Saúde, Força de Trabalho sobre Saúde Pública do G20 e o hub de conhecimento da Cobertura de Saúde Universal (ponto 23 da declaração). Ainda, uma atenção foi dada ao tema da Mpox, recém declarada como uma “emergência de saúde pública de segurança continental” (pontos 19 e 20). O G7 dá boas-vindas à Declaração Conjunta dos Ministros de Finanças e Saúde do G20 sobre a Resposta ao Mpox e a criação de um rastreador global de financiamento da resposta da doença para aumentar a transparência. Em termos de compromissos mais palpáveis, se comprometem a trabalhar em conjunto na coordenação global junto ao CDC da África, a OMS, o UNICEF, o GAVI e outras partes interessadas no controle da doença. Por fim, mencionam com tom de boas-vindas a resposta da OMS com a promessa de 5,4 milhões de doses de vacina e o início da vacinação na República Democrática do Congo.

Quanto à reiteração de compromissos, o G7 reforça o compromisso com as discussões do *Intergovernmental Negotiating Body* para concluir as negociações para o Acordo de Pandemias (ponto 11); reforçam o comprometimento em atingir a meta de apoio a pelo menos 100 países de média e baixa renda da implementação das capacidades essenciais exigidas pelo Regulamento Sanitário Internacional até 2027 (ponto 12); mantêm o compromisso com o fortalecimento da governança e as finanças da Arquitetura Global de Saúde (ponto 12); os líderes ainda reforçam o compromisso com a erradicação do HIV, tuberculose e malária, doenças tropicais negligenciadas e poliomielite até 2030, e o combate dos efeitos da mudança climática sobre doenças infecciosas como cólera e dengue (ponto 18). Por fim, pedem apoio contínuo ao Fundo Pandêmico, via expansão da base de doadores em pelo menos US\$2 bilhões nos próximos dois anos e um valor equivalente em cofinanciamento para apoiar a implementação do Plano Estratégico do Fundo Pandêmico no quinquênio 2024-2029 (ponto 13).

---

<sup>82</sup> G7 Health Ministers’ Communiqué. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/wp-content/uploads/G7-Health-Ministers-Communiqué.pdf>>. Acesso em: 20/10/2024.

No Capítulo 2 os comandos com mais ação, como “*we commit*” são mais raros. Um compromisso direto pode ser destacado quanto ao apoio a comunidades com medidas favoráveis ao envelhecimento, cuidados integrados para pessoas com idade mais avançada, cuidados de longo prazo acessíveis e iniciativas que combatam a discriminação à pessoa idosa e que sofrem de doenças que afetem à mente. Além disso, houve o uso do “*we are committed*” para o compromisso com o sucesso da Quarta Reunião de Alto Nível da AGNU sobre prevenção e controle das doenças não transmissíveis, que ocorrerá em setembro de 2025 (ponto 38).

No mais, podemos observar a reiteração de compromissos já existentes, como o combate da desinformação sobre vacinas e o aumento das campanhas informativas baseadas em evidências para resgatar e aumentar a confiança sobre o tema. Um exemplo dado (pontos 36 e 37) foi quanto ao cuidado com a saúde sexual e reprodutiva e os estigmas envolvidos na vacina de prevenção do papilomavírus humano (HPV). Por fim, outros pontos relevantes foram destacados em tom de reconhecimento, ênfase na importância e apoio, como por exemplo: implementação de políticas que integrem determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde, com foco na participação social para garantir um envelhecimento saudável (ponto 24); a garantia do acesso a serviços de saúde abrangentes em todas as fases da vida, com ênfase em saúde materna, infantil e direitos reprodutivos (ponto 25); promoção de estilos de vida saudáveis para prevenir doenças não transmissíveis (DNTs), incluindo dietas saudáveis e atividades físicas, além de campanhas contra o uso de tabaco e álcool (ponto 27).

No que se refere ao tema da Tecnologia Digital e Inteligência Artificial na Saúde, os ministros acordaram no uso das tecnologias digitais para inovar e modernizar serviços de saúde, contribuindo para a Cobertura Universal de Saúde e as metas globais, especialmente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (saúde e bem-estar). Acordaram que a transformação digital deve ser centrada no ser humano, deve ser ética e transparente, abordando a equidade em saúde e as lacunas de desigualdade digital, garantindo acesso e capacitação para grupos vulneráveis, como mulheres, pessoas idosas e comunidades rurais. O acesso à saúde deve ser proporcionado com a tecnologia contribuindo para reduzir a carga administrativa e conectar melhor hospitais a serviços de saúde locais, mas para isso é necessária a capacitação dos profissionais e o uso responsável dos dados.

Já no Capítulo 3 o foco é o reconhecimento da interdependência entre a saúde humana, animal, vegetal e dos ecossistemas. A abordagem *One Health* é crucial para enfrentar desafios como a resistência antimicrobiana (AMR, sigla em inglês) e os impactos das mudanças climáticas. Aqui, os destaques a nível de compromissos vão para: os líderes atentam a todos sobre o uso prudente e responsável de antimicrobianos nos setores de saúde humana e animal, ao mesmo tempo em que se comprometem a garantir acesso sustentável e equitativo a antimicrobianos essenciais novos e já existentes, e diagnósticos eficientes, especialmente em países de baixa e média renda. Os líderes se comprometem a incentivar e fomentar o uso adequado de ferramentas de diagnósticos de AMR seguras, confiáveis, eficazes e acessíveis em todos os níveis (ponto 64). Os líderes também usam o termo “*commit*” quanto à promoção dos investimentos em pesquisa básica e aplicada em intervenções de AMR e implementação de medidas de prevenção e controle de infecções (ponto 73).

Fazendo referência à Declaração dos Ministros das Finanças do G7 de 2021 sobre Ações para Apoiar o Desenvolvimento de Antimicrobianos, os líderes do G7 reconhecem que há recursos limitados de produtos inovadores para prevenir, diagnosticar e tratar infecções resistentes a medicamentos e reforçam seu apoio a mercados que promovam acesso e administração equitativos. Acrescentam (ponto 74) que apoiarão o financiamento de incentivos

para acelerar os esforços globais na pesquisa e desenvolvimento no assunto, e iniciativas como Acelerador Biofarmacêutico de Combate a Bactérias Resistentes a Antibióticos (CARB-X) e a Parceria Global de Pesquisa e Desenvolvimento de Antibióticos (GARDP).

Por fim, sobre mudança climática, os líderes se comprometem em acelerar e fortalecer os sistemas de dados de previsões e projeções climáticas e meteorológicas para informar melhor o planejamento do setor de saúde e, conseqüentemente, a resposta dos sistemas de saúde a mudanças nas doenças tocantes ao clima e desastres naturais até 2030. Ainda, os ministros se comprometem a aprofundar ainda mais a compreensão do nexo entre clima e saúde, construindo mais evidências dos impactos da mudança climática sobre a saúde e das ações necessárias para mitigá-los, para promover a resiliência global contra a mudança climática e contribuir para a implementação da *UAE Framework for Global Climate Resilience (2023)*, primeira declaração internacional desse tipo, aprovada na COP28, que tem como foco principal a adaptação climática (pontos 82 e 83). Finalmente, no último ponto da declaração enumerada até 90, os líderes se reforçam o compromisso em reverter a perda da biodiversidade até 2030 e conclama a todas as Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) a trabalharem para a adoção de um Plano de Ação Global eficaz sobre Biodiversidade e Saúde na décima sexta reunião da Conferência das Partes da CBD (COP-16).

### **Participação do Brasil como convidado na Reunião dos Líderes da Saúde**

A Ministra da Saúde do Brasil, Nísia Trindade, participou como convidada do encontro em que tratou de temas como: resistência antimicrobiana, mudanças climáticas e seu impacto na saúde global, políticas de envelhecimento saudável da população, redução das taxas de mortalidade materna e medicina tradicional. No primeiro dia do encontro, o destaque foi dado para os temas da AMR e mudança climática. Nísia Trindade reforçou o papel e capacidade do Brasil no tema do enfrentamento da resistência antimicrobiana e estabeleceu a ponte com as mudanças climáticas que, segundo a ministra, afetam a infraestrutura dos serviços de saúde e o acesso da população a serviços essenciais como água potável, alimentos e habitação. Segundo a liderança em saúde no Brasil: “A resistência antimicrobiana tem natureza multifatorial, que se ramifica e desafia as conquistas tecnológicas alcançadas em diferentes áreas da saúde humana e animal. Potencializada pela mudança climática, ela põe em risco a segurança alimentar e o compromisso para redução da pobreza e o alcance de melhorias sociais. Entendemos que o combate à resistência antimicrobiana deve ser um dos pilares no marco mais amplo da abordagem de uma só saúde, *One Health*”.

O Brasil tem se destacado no cumprimento da agenda global da AMR. Recentemente, a Anvisa lançou o Plano Nacional para Prevenção e o Controle da Resistência Microbiana aos Antimicrobianos nos Serviços de Saúde (PAN-Serviços de Saúde) para o período de 2023-2027. A partir desse Plano, o país terá um guia de ações específicas a serem desenvolvidas para controle e prevenção da disseminação de microrganismos resistentes aos antimicrobianos em serviços de saúde<sup>83</sup>. Já no segundo dia do encontro, no que tange ao tema do envelhecimento da população, Nísia Trindade contribuiu para o evento ao destacar que “o Brasil, assim como o resto do mundo, enfrenta o desafio do envelhecimento da população. O rápido aumento do número de idosos exige mudanças significativas na forma como os serviços de saúde, assistência

---

<sup>83</sup> Resistência antimicrobiana e mudanças climáticas são temas de debate em reunião de ministros da saúde do G7. BRASIL. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/resistencia-antimicrobiana-e-mudancas-climaticas-sao-temas-de-debate-em-reuniao-de-ministros-da-saude-do-g7>>. Acesso em: 20/10/2024.

social e direitos humanos são organizados”. Sob a lente dos Determinantes Sociais da Saúde e do princípio de saúde medida não apenas pela presença ou falta de doenças, a ministra brasileira apresenta diante dos líderes do G7, os avanços do Brasil no tema, com especial ênfase na instituição do Estatuto Nacional da Pessoa Idosa (2006), o Guia de Cuidados para a Pessoa Idosa (2023), lançado na sua gestão, e a Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa<sup>84</sup>.

Na oportunidade de reuniões bilaterais, Nísia Trindade teve uma agenda bastante cheia. No primeiro dia do evento, a liderança em saúde se reuniu com o Ministro da Saúde do Canadá, Mark Holland, para debater união de esforços na área da saúde e aproveitou para pedir o apoio à proposta de estabelecimento das alianças contra a fome e a pobreza e para a produção de vacinas e insumos de maneira regionalizada. Ainda, houve a reunião com o Ministro de Saúde e Assistência Social do Reino Unido, Wes Streetin, para discutir o aprimoramento de medidas de prevenção e mitigação dos efeitos das crises sanitárias. Por fim, aconteceu também um encontro com o secretário-geral adjunto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Yoshiki Takeuchi, para debater sobre crescimento econômico e saúde e fortalecimento do comércio global em benefício da saúde.

**Figura 2.** Encontro dos ministros da saúde do G7.



Fonte: G7 Itália

Já no segundo dia do evento, a ministra se reuniu com o ministro da Saúde da Itália, Orazio Schillaci, a vice-ministra da Saúde e Bem-Estar Familiar da Índia, Punya Salila, e com a vice-secretária de Saúde e de Serviços Humanos dos Estados Unidos, Andrea Palm. Com Schillaci, Nísia discutiu sobre doenças crônicas e inovações como a telemedicina e aproveitou para fazer a ponte entre o G7 e o G20 no tema: “as prioridades que o Brasil propôs como presidente do G20 esse ano têm muita convergência com o G7 principalmente no que se pensar em saúde global e políticas de uma só saúde”, destacou. Também mencionou os esforços do Brasil para a redução das taxas de mortalidade materna, citando a criação da Rede Alyne, e por fim trataram

---

<sup>84</sup> Em reunião do G7, ministra da Saúde debate políticas de envelhecimento saudável para a população. BRASIL. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/em-reuniao-do-g7-ministra-da-saude-debate-politicas-de-envelhecimento-saudavel-para-a-populacao>>. Acesso em: 19/10/2024.

do intercâmbio de profissionais de saúde para o fortalecimento dos sistemas dos dois países<sup>85</sup>. Nísia Trindade ainda estreitou os laços na área da medicina tradicional e complementar com a vice-ministra indiana e preparação e resposta a futuras pandemias com a vice-secretária americana.

### **Encontro dos Ministros da Indústria e Inovação Tecnológica 10 de outubro**

Os Ministros de Indústria e Inovação Tecnológica do G7 se reuniram em Roma, presididos pelo Ministro italiano Adolfo Urso, com ênfase no impacto transformador da inovação digital no que se refere ao crescimento econômico, competitividade industrial e uso da Inteligência Artificial na promoção de sociedades inclusivas, sustentáveis e resilientes. Os debates reafirmaram o empenho inabalável do grupo para o multilateralismo e a importância de um sistema internacional colaborativo baseado em regras para o desenvolvimento ético e tecnologias emergentes voltadas para um mundo mais próspero. De forma a fornecer uma atualização da Cúpula de Apúlia, os líderes comentaram o progresso do “*AI Hub for Sustainable Development*”, que alinhado ao Plano Mattei, se concentra em setores-chave, incluindo agricultura, saúde, infraestrutura, educação e treinamento, água e energia. Mais detalhes podem ser observados no “*Chairs Summary*” e o Relatório Final emitidos ao final do evento<sup>86</sup>.

### **Encontro dos Ministros sobre Deficiência e Inclusão entre 14 e 16 de outubro**

O encontro ocorreu entre os dias 14 e 16 de outubro, em Solfignano, e foi presidida pela líder da Itália no assunto, Alessandra Locatelli. O objetivo do encontro foi reafirmar o compromisso inabalável dos países em garantir que todos os indivíduos desfrutem de direitos iguais à participação plena, efetiva e significativa e à inclusão em todos os aspectos da vida social, cultural, educacional, econômica, civil e política. Ao final do evento, as lideranças emitiram a Carta de Solfignano, que é parte das promessas da Cúpula de Apúlia. A carta possui como compromissos: a integração ainda mais efetiva dos direitos das pessoas com deficiência em todas as agendas políticas e a tomar medidas concretas para garantir o acesso universal e a acessibilidade; promover uma vida independente, apoiar a educação inclusiva, o emprego e as condições de trabalho decentes; garantir a disponibilidade e a adaptabilidade dos serviços baseados na comunidade e promover o uso de novas tecnologias acessíveis e inclusivas. Os líderes também se comprometeram em promover a inclusão de pessoas com deficiência em atividades esportivas, culturais e recreativas, bem como na prevenção de emergências e no gerenciamento de riscos de desastres<sup>87</sup>.

No que se refere especialmente aos compromissos com a saúde da população com deficiência, a declaração mencionou 12 vezes a palavra “*health*” e correlatos como “*healthcare systems*”. Os líderes sobretudo se comprometeram em garantir a mobilidade e acesso das pessoas à saúde; a forte integração entre saúde, assistência e intervenção social; promoção e acesso da saúde ocupacional no trabalho para pessoas com deficiência; promoção de novas

---

<sup>85</sup> Ibid. 2024.

<sup>86</sup> Documents of the Second Ministers’ Meeting on Industry and Technological Innovation. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/en/documents-of-the-second-ministers-meeting-on-industry-and-technological-innovation/>>. Acesso em: 20/10/2024.

<sup>87</sup> The Solfignano Charter. G7 Inclusion and disability. Everyone’s right to full and effective participation and inclusion in civil, social, economic, cultural and political life in our countries. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <[https://www.g7italy.it/wp-content/uploads/G7-Inclusion-and-disability\\_Solfignano-Charter.def\\_.pdf](https://www.g7italy.it/wp-content/uploads/G7-Inclusion-and-disability_Solfignano-Charter.def_.pdf)>. Acesso em: 20/10/2024.

tecnologias na saúde, como por exemplo tecnologias baseadas na Inteligência Artificial Generativa segura, acessível, inclusiva e confiável, no ambiente de trabalho, capaz de promover melhores condições de saúde ocupacional; incentivaram o mundo a desenvolver tecnologias capazes a gerar autonomia e independência para pessoas com deficiência na própria saúde; os líderes reconhecem a saúde e o bem-estar não apenas como a ausência de doença ou violência, mas também o resultado de uma vida social e relacional plena e participativa, de acordo com os próprios desejos, preferências, possibilidades e metas; se comprometeram em tornar os serviços comunitários, como de saúde, acessível por uma abordagem universal, de remoção de barreiras e fornecimento de instalações preparadas.

Por fim, afirmaram que os serviços de saúde vão garantir atendimento acessível para pessoas com deficiência, informações que possibilitem escolhas informadas de atendimento e assistência em igualdade de condições. Além disso, segundo o documento, os serviços de saúde garantirão pessoal treinados no assunto de igualdade e conscientização para combater o apatismo e o preconceito, a fim de garantir o atendimento adequado e evitar o estigma e a discriminação. Defendem, finalmente, a disseminação de modelos inclusivos e especializados de cuidados com a saúde e assistência social e de apoio a pessoas com deficiência, especialmente para deficiências relacionadas a doenças raras, especialmente por meio de ferramentas de informação dedicadas, protocolos operacionais e vias de treinamento para o pessoal de cuidados com a saúde e assistência social e de serviços.

#### **Encontro dos Ministros da Defesa 19/10**

No dia 19/10, os Ministros da Defesa dos sete países do G7 (Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e Japão) se reuniram em meio ao recém avanço russo na Ucrânia, em que Moscou lançou um novo ataque aéreo com duração de três horas sobre Kiev e ao acirramento das ofensivas israelenses no Líbano, especialmente diante do ataque sofrido pela Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil)<sup>88</sup>. Os líderes se pronunciaram acerca do apoio ao caminho “irreversível”, de adesão da Ucrânia à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e reforçaram seu apoio e assistência militar a curto e longo prazo ao país.

Sobre o conflito no Oriente Médio, os líderes pediram um “aumento significativo e duradouro” da assistência humanitária na Faixa de Gaza e a liberação dos reféns, também enfatizaram a necessidade da solução de dois Estados. Ainda, na oportunidade, os líderes pediram insistentemente que o Irã retire seu apoio ao Hamas, Hezbollah e Houthis. O grupo ainda fez uma análise geral do panorama de segurança global e o percebe como “deteriorado”. Segundo o ministro da Defesa da Itália, Guido Crosetto, as previsões de curto prazo para a resolução de conflitos “não são positivas”. O ministro acredita que as tensões são alimentadas pelo confronto entre “duas visões diferentes e talvez incompatíveis do mundo”, o que dificulta ainda mais a resolução pela paz<sup>89</sup>. Ainda, uma grande preocupação no evento foi direcionada aos últimos cinco ataques deliberados por parte das forças israelenses a Unifil que está no Líbano sob a tarefa de monitorar violações de fronteira e manter a área, que inclui redutos do Hezbollah, segura. Segundo a Organização das Nações Unidas, os militares israelenses atiraram

---

<sup>88</sup> O que se sabe sobre o ataque aos agentes das forças de paz da ONU no Líbano. BBC. 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce81p2mn26po>>. Acesso em: 19/10/2024.

<sup>89</sup> G7 diz que adesão da Ucrânia à Otan é caminho “irreversível”. DW. 2024. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/g7-diz-que-ades%C3%A3o-da-ucr%C3%A2nia-%C3%A0-otan-%C3%A9-caminho-irrevers%C3%ADvel/a-70543154>>. Acesso em: 19/10/2024.

em suas forças de paz, entraram à força em sua base, interromperam a logística e feriram mais de uma dúzia de suas tropas no sul do Líbano<sup>90</sup>.

## OCDE –

Durante a primeira metade do mês de outubro de 2024, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou uma série de interessantes acréscimos em seu rico acervo de documentos publicados e promovidos por ela. Assim, o presente informe ressalta brevemente alguns desses.

Ao passo que os governos enfrentam atualmente complexos desafios tais como as transições ambientais e digitais e a erosão da confiança nas instituições públicas, fazem-se necessárias ações robustas que visam o aumento da confiança dos cidadãos e também o fortalecimento da democracia. Alinhada com essa percepção de mundo e motivada por tais aflições, a OCDE lançou em 2022 uma iniciativa que aspira o reforço da democracia. Desse modo, o relatório intitulado *“The OECD Reinforcing Democracy Initiative Monitoring Report – Assessing Progress and Charting the Way Forward”*<sup>91</sup>, fruto desse projeto, oferece uma visão geral do progresso coletivo feito nos países da OCDE nos cinco pilares da iniciativa e seus respectivos planos de ação, sendo eles:

- I. Combate à desinformação e à má informação;
- II. Aumento da participação, representação e abertura na vida pública, incluindo um foco na igualdade de gênero;
- III. Democracias abertas mais fortes em um mundo globalizado;
- IV. Governança verde; e
- V. Democracia digital.

Para cada uma desses tópicos, o documento disponibiliza indicadores recentes de progresso entre países (quando disponíveis) e destaca suas melhores práticas, baseando-se em dados da própria entidade, assim como outros para avaliar o desenvolvimento da proposta, incluindo os resultados de 2024 da pesquisa da OCDE sobre os fatores determinantes da confiança nas instituições públicas. O relatório ainda identifica lacunas na ação e aponta para um conjunto de prioridades comuns para o avanço coletivo global.

Outro destaque é o mais recente *“Environment at a Glance Indicators”*<sup>92</sup>, agora em um novo formato de página da Web que permite o acesso on-line interativo e em tempo real aos dados mais recentes e comparáveis de países da OCDE sobre o meio ambiente dos indicadores ambientais da organização, possibilitando a avaliação do desempenho ambiental dos países e um melhor acompanhamento do curso rumo ao desenvolvimento sustentável. Além disso, a versão do portal eletrônico permite que os usuários utilizem os dados e gráficos derivados dos

---

<sup>90</sup> O que é a Unifil, a missão de paz da ONU no Líbano que está em crise com Israel. CNN. 2024. Disponível em: <[<sup>91</sup> OCDE. The OECD Reinforcing Democracy Initiative: Monitoring Report – Assessing Progress and Charting the Way Forward. OECD Public Governance Reviews \[Internet\]. Paris: OECD Publishing, 2024 \[cited 2024 Oct 18\]. Available from: <https://doi.org/10.1787/9543bcfb-en>.](https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/o-que-e-a-unifil-a-missao-de-paz-da-onu-no-libano-que-esta-em-crise-com-israel/#:~:text=Seu%20objetivo%20era%20confirmar%20a,sua%20autoridade%20efetiva%20na%20C3%A1rea.>”. Acesso em: 19/10/2024.</a></p></div><div data-bbox=)

<sup>92</sup> OCDE. Environment at a Glance Indicators. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Oct 18]. Available from: <https://doi.org/10.1787/ac4b8b89-en>.

indicadores, façam o download e os compartilhem, expandindo as possibilidades e ferramentas para pesquisas e consultas sobre perfis de países e dados de tendências ambientais, mudanças climáticas, biodiversidade, recursos hídricos, qualidade do ar, economia circular e recursos oceânicos.

Na esteira de tal discussão, a organização internacional publicou o estudo *“Cities turning crisis into change: Post-pandemic pathways to resilience in complex times”*<sup>93</sup>. Entendendo as cidades como centros essenciais para a população mundial, a atividade econômica e o intercâmbio cultural, o relatório destacado extrai lições de crises recentes objetivando fornecer uma estrutura estratégica para que formuladores de políticas urbanas reforcem a resiliência de suas cidades contrachocos futuros, incluindo a promoção da sustentabilidade e o estímulo ao crescimento inclusivo.

O documento ainda ressalta a relevância da resiliência para que as cidades absorvam, se recuperem e se ajustem positivamente aos choques enquanto se adaptam às transições de longo prazo. Assim, apresenta nove lições para repensar as políticas urbanas, extraídas das experiências de crises recentes observadas, a fim de orientar as cidades e políticas relacionadas para se preparar para o futuro através dos compassos conceituais de maior resiliência, proximidade, suficiência e justiça. As lições indicadas são as seguintes:

- I. O enfrentamento das desigualdades é essencial para a resiliência;
- II. As cidades devem aproveitar os benefícios da densidade;
- III. Contratos sociais sólidos impulsionam o gerenciamento eficaz de crises;
- IV. Os esforços dos governos nacionais devem adaptar as respostas às crises e às condições locais;
- V. É fundamental alinhar ações nacionais às capacidades locais;
- VI. Avaliar as necessidades de curto prazo à luz das metas de longo prazo é fundamental;
- VII. A digitalização está remodelando os padrões de vida, trabalho e deslocamento;
- VIII. A diversificação das cadeias de valor pode melhorar a resiliência dos locais; e
- IX. As crises podem ser fortes impulsionadoras das transições ecológicas e justas

O relatório conclui enfatizando a importância de administrar as compensações e maximizar as sinergias na política urbana para navegar pelas complexidades da vida urbana moderna, localizando pontos de benefício mútuo entre os objetivos da política, tais como o crescimento econômico, a sustentabilidade ambiental e a igualdade social.

Em paralelo, o artigo intitulado *“Diagnosis and policy action for sustainable and inclusive productivity growth”*<sup>94</sup> se debruça sobre a preocupação com a desaceleração da produtividade mundial, caracterizada por uma desaceleração generalizada nas taxas de crescimento e produtividade agregada, buscando analisar as evidências sobre o crescimento da produtividade e a dinâmica das empresas e destacando as tendências de longo prazo e seus impulsionadores, bem como impressões específicas do período da Covid-19, com implicações relevantes para a

---

<sup>93</sup> OCDE. *Cities turning crisis into change: Post-pandemic pathways to resilience in complex times*. OECD Regional Development Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Oct 18];94. Available from: <https://doi.org/10.1787/05c005d5-en>.

<sup>94</sup> OCDE. *Diagnosis and policy action for sustainable and inclusive productivity growth*. OECD Science, Technology and Industry Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Oct 18];2024/07. Available from: <https://doi.org/10.1787/1668f250-en>.

produtividade e a inovação futuras. O estudo ressalta o papel da produtividade para o emprego e os salários e debate os riscos relacionados à digitalização da economia e à transição ecológica.

Adicionalmente ainda durante a quinzena, a organização publicou o artigo *“Financing social protection in OECD countries: Role and uses of revenue earmarking”*<sup>95</sup>, onde se é comparado os padrões e as tendências de financiamento público vinculados a gastos e fins sociais e fornece exemplos de destinação de recursos para programas de assistência e seguro social, indicando ainda que a possibilidade de uma abordagem em que o preço do carbono poderia ser uma fonte de financiamento de programas de apoio social.

Por fim, a entidade também divulgou no período atualizações referentes ao seu mapeamento das taxas de emprego e desemprego internacional<sup>96</sup>.

Os dados da pesquisa revelam que as taxas de emprego e de participação na força de trabalho da OCDE permaneceram praticamente estáveis em 70,2% e 74% no segundo trimestre de 2024, os níveis mais altos registrados desde 2005 e 2008. A taxa de emprego ficou acima da média da OCDE, com dois terços dos países participantes do grupo obtendo taxas de 70,2%. Contudo, dois países foram destaque por seus desempenhos significativamente baixos no índice: México e Turquia, com o último não só se mantendo como o país com a menor taxa de emprego do grupo, como também atingindo seu recorde histórico: 55,1%.

No segundo trimestre de 2024, a taxa de participação na força de trabalho da OCDE de trabalhadores na faixa etária entre 15 e 64 anos atingiu seu nível mais alto (74%), com recordes de 67,1% para mulheres e 81% para homens. Tal taxa se manteve estável em 20 países da organização, registrando também seu aumento em 15 e uma diminuição em três.

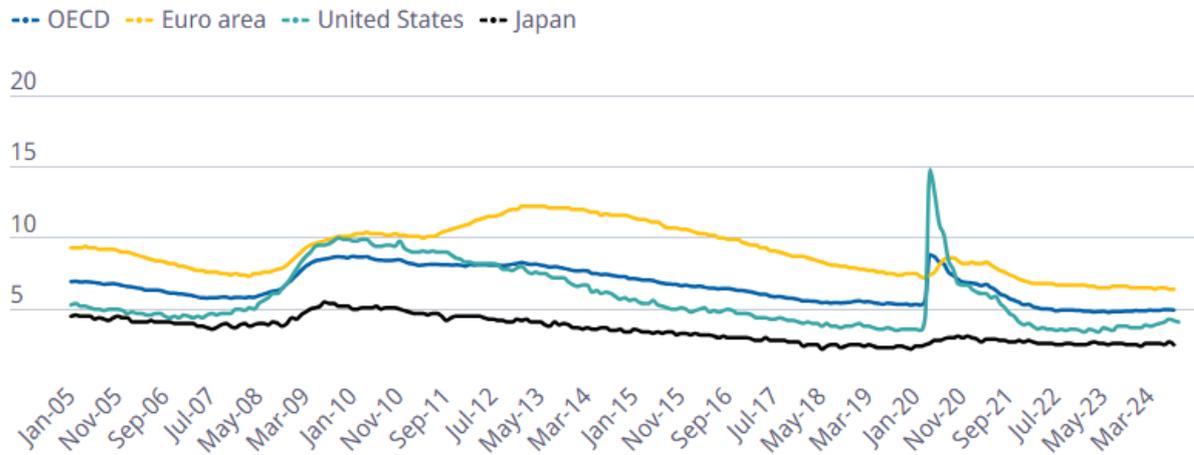
Ademais, em agosto de 2024, a taxa de desemprego se manteve estabilizada em 4,9% na área da OCDE, confirmando mais uma vez a tendência iniciada em abril de 2022 de ser igual ou inferior a 5,0%. A taxa de desemprego permaneceu em níveis recordes de baixa na União Europeia (5,9%) e na zona do Euro (6,4%). No entanto, a taxa de desemprego juvenil da OCDE (trabalhadores com idade entre 15 e 24 anos) atingiu um pico de 11,4% em agosto de 2024.

---

<sup>95</sup> Immervoll H. Financing social protection in OECD countries: Role and uses of revenue earmarking. OECD Social, Employment and Migration Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Oct 18];312. Available from: <https://doi.org/10.1787/0d53155c-en>.

<sup>96</sup> OCDE. OECD employment and labour force participation rates stable at record highs in the second quarter of 2024. OCDE [Internet]. 2024 Oct 15 [cited 2024 Oct 18]. Available from: <https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2024/10/labour-market-situation-updated-october-2024.html>.

Figura 3: Taxas de desemprego, OCDE, área do euro e países selecionados – Porcentagem da força de trabalho, ajustada sazonalmente



The fall in the OECD unemployment rate when compared with the April 2020 peak should be interpreted with caution, as it largely reflects the return of temporary laid-off workers in the United States and Canada, where they are recorded as unemployed, unlike in most other countries, including European member states, where they are recorded as employed.

Source: OECD (2024), [Infra-annual Labour Statistics: Monthly Unemployment Rates \(Database\)](#)

Fonte: OCDE, 2024

**A 16ª Cúpula dos líderes dos BRICS:  
Estabelecimento de um novo sistema financeiro internacional?**

***The 16<sup>th</sup> BRICS Summit:  
The establishment of a new international financial system?***

**Claudia Hoirisch**

**Abstract:** *The next BRICS Summit will take place between October 22<sup>nd</sup>-24<sup>th</sup> in Kazan, Russia. Andrey Mikhailishin, head of the task force on financial services of the BRICS Business Council, confirmed that a list of projects has been determined, a common unit of account (Unit), a platform for international settlements in BRICS digital currencies (Bridge), a payment system (Pay), a settlement depository (Clear), an insurance system (Insurance), and a BRICS rating alliance. He stated that the key principles in designing a new financial system are the decentralization of international interaction and the use of digital technologies. The Unit project assumes that the value of the common unit of account is pegged by 40% to the value of gold, and by the remaining 60% to a basket of national currencies of the BRICS countries. This approach can make it a convenient and universal instrument, because when you have a unit of account that can be converted into any national currency, it is more convenient for you to hold it, since it is a more liquid instrument.*

**Keywords:** *16th Summit of BRICS leaders. Unit. Bridge. Pay. Clear. Insurance.*

**Resumo:** A próxima Cúpula dos BRICS ocorrerá entre os dias 22-24 de outubro em Kazan, Rússia. Andrey Mikhailishin, chefe da força-tarefa sobre serviços financeiros do Conselho Empresarial do BRICS, confirmou que uma lista de projetos foi determinada, incluindo uma unidade de conta comum (Unit), uma plataforma para liquidações internacionais em moedas digitais do BRICS (Bridge), um sistema de pagamento (Pay), um depósito de liquidação (Clear), um sistema de seguro (Insurance) e uma aliança de classificação de risco própria do BRICS. Afirmou que os princípios-chave na concepção de um novo sistema financeiro são a descentralização da interação internacional e o uso de tecnologias digitais. O projeto Unit pressupõe que o valor da unidade de conta comum esteja atrelado em 40% ao valor do ouro, e nos 60% restantes a uma cesta de moedas nacionais dos países do BRICS. Essa abordagem pode torná-lo um instrumento conveniente e universal, porque quando você tem uma unidade de conta que pode ser convertida em qualquer moeda nacional, é mais conveniente mantê-la, pois é um instrumento mais líquido.

**Palavras-chave:** 16ª Cúpula dos líderes dos BRICS. Unit. Bridge. Pay. Clear. Insurance.

*"Essas instituições vão servir para financiar o desenvolvimento dos países pobres ou vão continuar existindo para sufocar os países pobres?" Presidente Lula, na cúpula da UA, na Etiópia, ao criticar o FMI e o BM, principais instituições financeiras globais.*

*"A criação de uma moeda para as transações comerciais e investimentos entre os membros do BRICS aumenta nossas condições de pagamento e reduz nossas vulnerabilidades". Presidente Lula, na última cúpula dos BRICS, na África do Sul, em 2023, ao defender uma alternativa ao dólar<sup>97</sup>.*

O governo russo informou que 32 países já confirmaram presença na 16ª Cúpula dos BRICS, sendo 24, representados por líderes de Estado. Dos dez membros do bloco, nove serão representados por chefes de Estado, incluindo o presidente Lula, a exceção é a Arábia Saudita, que vai enviar o MRE para a cúpula.

Entre os diversos assuntos que serão tratados na 16ª cúpula dos líderes do BRICS, prevista para ocorrer nos dias 22-24 de outubro, em Kazan, Rússia, estão as negociações para reduzir a dependência do dólar no comércio entre os países do bloco, sistemas de pagamento alternativos, expansão do uso das moedas nacionais dos estados BRICS no comércio mútuo, medidas para fortalecer as instituições financeiras alternativas ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, controlados principalmente por potências ocidentais e o reforço do papel dos países BRICS no sistema monetário e financeiro internacional.

Na noite do dia 22, o presidente Vladimir Putin será anfitrião de cerimônia e de jantar de boas-vindas aos líderes; no dia 23, pela manhã, ocorrerá a sessão plenária restrita, com a presença dos líderes dos países-membros do BRICS. À tarde, haverá a sessão plenária aberta, na qual está prevista a leitura de relatórios anuais de trabalho do Novo Banco de Desenvolvimento, do Conselho Empresarial do BRICS e do Mecanismo de Cooperação Interbancária.

No dia 24, ocorrerá a reunião do segmento ampliado "outreach/BRICS +", com o tema "BRICS e Sul Global: construindo juntos um mundo melhor", para a qual cerca de 30 países e organizações internacionais estão convidados. Na sessão com convidados, haverá debate sobre questões internacionais, incluindo a crise no Oriente Médio, e sobre a cooperação para desenvolvimento inclusivo.

A cúpula de líderes será precedida pela reunião de sherpas do BRICS, que ocorrerá também em Kazan, de 16 a 22 de outubro, com o objetivo de negociar a declaração a ser emanada da cúpula, intitulada "Fortalecendo o Multilateralismo para um Desenvolvimento Global Equitativo e Seguro", que ao que tudo indica, terá 106 parágrafos cobrindo os progressos alcançados durante as negociações setoriais."<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-08/lula-diz-que-moeda-do-brics-reduzira-vulnerabilidades>

<sup>98</sup> <https://www.gov.br/planalto/en/latest-news/2024/10/president-lula-takes-part-in-the-16th-brics-summit-between-october-22-and-24>

Andrey Mikhailishin, chefe do grupo de trabalho sobre serviços financeiros do Conselho Empresarial dos BRICS, apresentou a **lista dos principais projetos** que estão sendo analisados<sup>99</sup>:

- Uma **unidade de conta comum (Unit)**, que teria 40% do seu valor lastreado em ouro e 60% em moedas dos países-membros do BRICS. Segundo Pepe Escobar, essa proposta visa criar uma moeda imune às sanções e às flutuações dos mercados ocidentais, oferecendo uma alternativa robusta para o comércio entre os países emergentes, sem interferência estrangeira e sem oscilação política. O Conselho Empresarial dos BRICS considera o Unit um instrumento “cômodo e universal”, uma vez que uma unidade pode ser convertida em qualquer divisa nacional;

- **BRICS Bridge**, uma plataforma para liquidações multilaterais e pagamentos em moedas digitais, que permitirá transações comerciais diretas entre os membros do grupo, sem a necessidade de utilizar o dólar. O BRICS Bridge, tem semelhanças com o MBridge ligado ao Bank of International Settlements, já em vigor que vem sendo utilizado por países com Arábia Saudita e Tailândia. Este sistema complementar os sistemas intrabancários já em funcionamento, como o Sistema de Transferência de Mensagens Financeiras (SPFS) da Rússia (equivalente russo do sistema de transferência financeira SWIFT, desenvolvido pelo Banco Central da Rússia) e o CPAM do Irã, que liquidam transações financeiras – e 60% do seu comércio – nas suas próprias divisas;

- Um **sistema de pagamento internacional descentralizado baseado em múltiplas-moedas BRICS Pay**, que serve como uma alternativa à geopolítica do dólar, hoje a moeda de referência internacional. O BRICS Pay visa permitir pagamentos digitais entre os diferentes países no formato BRICS plus, permitindo que empresas e consumidores façam e recebam pagamentos em sua moeda local. A plataforma foi projetada para reduzir o custo e a complexidade dos pagamentos internacionais, ao mesmo tempo em que fornece uma maneira segura e confiável de pagar por bens e serviços. É possível que 159 participantes estejam prontos para adotar imediatamente este mecanismo semelhante ao SWIFT, que evita sanções<sup>100</sup>;

- Um **depósito de liquidação, BRICS Clear**, que utilizará o *blockchain* para registrar títulos e trocá-los;

- Um **sistema de seguros**;

- Uma **agência de notação** dos BRICS, independente dos gigantes ocidentais<sup>101</sup>. A criação de uma agência de classificação de risco própria do BRICS também será tema prioritário da Cúpula. O objetivo é estabelecer uma entidade que avalie o desempenho econômico dos países do bloco de forma independente, rompendo com a dependência de agências ocidentais como Moody's e Fitch que fazem avaliações frequentemente enviesadas do sistema financeiro internacional;

O que está em pauta é um sistema financeiro totalmente novo – descentralizado e utilizando tecnologia digital. Isto resolveria o problema da volatilidade da taxa de câmbio quando os saldos de caixa se acumulam a partir de liquidações em moedas nacionais; por exemplo, uma montanha de rupias indianas usadas para pagar a energia russa.

---

<sup>99</sup> <https://tass.com/economy/1839865>

<sup>100</sup> <https://brics-pay.com/>

<sup>101</sup> <https://patrialatina.com.br/sera-que-havera-um-bretton-woods-dos-brics-em-kazan/>

Além disso, o Banco dos BRICS (NDB) também estará em foco, com mudanças significativas previstas para 2025, incluindo a nomeação de um novo presidente de origem russa. Há expectativas que o NDB se expanda e ganhe ainda mais relevância no cenário global, com uma atuação que possa competir diretamente com o FMI.

Atualmente, o que se diz nos círculos informados de Moscou é que Alexey Mohzin, diretor executivo do FMI para a Rússia, tem 60% de hipóteses de ser nomeado para o NDB. Paralelamente, Ksenia Yudaeva, antiga *sherpa* do G20 e antiga adjunta de Elvira Nabiullina, do Banco Central da Rússia, poderá vir a ser a nova representante junto do FMI.

Assim, o que poderá estar em perspectiva é uma remodelação do NDB/FMI na frente russa. A atenção deve centrar-se no potencial para futuras mudanças produtivas; as políticas do NDB até agora não têm sido exatamente revolucionárias – considerando que os estatutos do banco estão ligados ao dólar americano.

O novo acordo poderia colocar o NDB como alavanca para uma reforma do FMI, em vez de uma alternativa a ele.

### **Um Bretton Woods dos BRICS?**

Para o prof. Michael Hudson<sup>102</sup>, “tem de ser criada uma nova instituição – um banco central com poderes para emitir crédito para financiar os défices comerciais e de pagamentos de alguns países, com um SDR [direitos de saque especiais] artificial”.

Hudson argumenta que “isto seria diferente de um sistema de câmara de compensação para os bancos existentes. Seria um FMI dos BRICS. A sua banca de crédito ou balanço seria apenas para liquidações entre governos, não uma moeda geralmente transacionada. De fato, tornar o banco amplamente negociado como um veículo especulativo introduziria uma grande instabilidade e não teria nada a ver com o necessário equilíbrio de transferências bancárias”.

Um NDB reformado, possivelmente no próximo ano sob uma nova presidência russa, deverá ter tudo o que é necessário para se tornar um “FMI dos BRICS”.

Hudson acrescenta que “para ser bem-sucedida, a conferência de Kazan deveria ser um verdadeiro Bretton Woods dos BRICS”.

O Prof. Hudson faz uma última observação essencial sobre a dívida em dólares do Sul Global: ele enfatiza que “o modo de lidar com o excesso de dívidas em dólares dos membros dos BRICS” é um grande problema. O que está claro é que “o banco dos BRICS [NDB] não deve financiar os défices dos países membros para esses pagamentos. Na prática, teria de haver uma moratória sobre esses pagamentos – tendo em conta a atual armamento das finanças ocidentais”.

Hudson recorda o capítulo do seu livro *Super Imperialism* “sobre a forma como os EUA agiram contra a Grã-Bretanha em 1944 para conseguir um acordo que depois apresentaram à Europa como um fato consumado a favor dos EUA”. O livro “passa em revista todos os argumentos que ali tiveram lugar”.

<sup>102</sup>

<https://jornalggn.com.br/brics/pepe-escobar-bretton-woods-do-brics-acontecera-em-kazan/#:~:text=Um%20NDB%20reformado%2C%20possivelmente%20no,dos%20BRICS%20de%20pleno%20direito.>

Imagine se os BRICS+ conseguem ter êxito em obter um acordo aprovado pela maioria global sobre um novo sistema financeiro justo e equitativo, que então é apresentado à superpotência endividada em US\$35 trilhões de dólares como um fato consumado<sup>103</sup>.

### **Considerações finais**

Putin resumiu a agenda da presidência russa do BRICS em julho como parte de um "processo doloroso" para derrubar o "colonialismo clássico" da ordem liderada pelos EUA, pedindo o fim do "monopólio" de Washington na definição das regras do jogo.

Nesta luta contra o "monopólio" ocidental, Putin identificou a campanha mais importante como a busca para enfraquecer o domínio do dólar sobre transações financeiras internacionais. Este foco é um resultado direto da experiência da Rússia com sanções ocidentais.

A Rússia espera que possa construir um sistema de pagamentos e infraestrutura financeira verdadeiramente à prova de sanções por meio do BRICS, envolvendo todos os países-membros.

Os Estados Unidos podem ser capazes de pressionar os parceiros da Rússia um por um, mas isso será muito mais difícil ou mesmo impossível se esses países se juntarem a um sistema alternativo que apresente importantes parceiros dos EUA, como Brasil, Índia e Arábia Saudita<sup>104</sup>.

A decisão do NDB de suspender projetos na Rússia serviu como um lembrete potente de que o BRICS precisa evoluir ainda mais para reduzir as vulnerabilidades de seus membros às sanções ocidentais.

A reunião de sherpas que antecede a cúpula discutirá as prerrogativas e o grau de participação de eventuais países parceiros do BRICS. Ao longo das negociações, o Brasil defendeu que a admissão de países parceiros obedecesse aos princípios que guiaram a expansão de membros plenos ocorrida no ano passado. Entre os princípios, por exemplo, estão o equilíbrio geográfico, a manutenção de relações amistosas com os membros plenos do agrupamento e o apoio a uma reforma abrangente da ONU e de seu Conselho de Segurança.

De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025, o Brasil exercerá a presidência rotativa do BRICS, sob o lema "Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável".

O Brasil se orientará pela busca de resultados concretos. Temos a tradição de oferecer entregas, como foi o caso da criação do Novo Banco do BRICS e do Acordo Contingente de Reservas, em 2014, durante a presidência de Dilma Rousseff.

A presidência brasileira será guiada não apenas pelos objetivos tradicionais do grupo, como a reforma das instituições de governança global e a promoção do multilateralismo, mas também por questões que são centrais para a nossa política externa, como o combate à fome e à pobreza, a redução da desigualdade e a promoção do desenvolvimento sustentável.

---

<sup>103</sup> [sputnikglobe.com/20240923/pepe-escobar-will-a-brics-bretton-woods-take-place-in-kazan-1120257701.html](https://sputnikglobe.com/20240923/pepe-escobar-will-a-brics-bretton-woods-take-place-in-kazan-1120257701.html)

<sup>104</sup> [https://www.foreignaffairs.com/russia/battle-brics?check\\_logged\\_in=1&utm\\_medium=promo\\_email&utm\\_source=lo\\_flows&utm\\_campaign=article\\_ink&utm\\_term=article\\_email&utm\\_content=20241014](https://www.foreignaffairs.com/russia/battle-brics?check_logged_in=1&utm_medium=promo_email&utm_source=lo_flows&utm_campaign=article_ink&utm_term=article_email&utm_content=20241014)



## **XVI Cúpula do BRICS – Kazan, Rússia, 22 a 24 de outubro de 2024 - Declaração Final**

### **DECLARAÇÃO DE KAZAN**

#### ***Fortalecendo o multilateralismo para o desenvolvimento e a segurança globais justos***

*(Kazan, Federação Rússia - 23 de outubro de 2024)*

Fonte: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazan-russia-22-a-24-de-outubro-de-2024-declaracao-final](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xvi-cupula-do-brics-2013-kazan-russia-22-a-24-de-outubro-de-2024-declaracao-final) . Na mesma fonte há versão original em inglês.

1. Nós, os Líderes dos países do BRICS, nos reunimos em Kazan, Federação Russa, de 22 a 24 de outubro de 2024, para a XVI Cúpula do BRICS, realizada sob o tema: "Fortalecendo o multilateralismo para o desenvolvimento e a segurança globais justos".

2. Reiteramos a importância de aprimorar ainda mais a solidariedade e a cooperação do BRICS com base em nossos interesses mútuos e prioridades-chave e fortalecer ainda mais nossa parceria estratégica.

3. Reafirmamos nosso compromisso com o espírito do BRICS de respeito e compreensão mútuos, igualdade soberana, solidariedade, democracia, abertura, inclusão, colaboração e consenso. Tomando por base as Cúpulas do BRICS nos últimos 16 anos, estendemos o compromisso de fortalecer a cooperação no BRICS expandido sob os três pilares de cooperação, política e de segurança, econômica e financeira e cultural e interpessoal, bem como de a aprimorar nossa parceria estratégica em benefício de nossos povos por meio da promoção da paz, de uma ordem internacional mais representativa e justa, de um sistema multilateral revigorado e reformado, do desenvolvimento sustentável e do crescimento inclusivo.

4. Saudamos a presidência russa do BRICS por sediar um diálogo de "outreach"/"BRICS Plus" com a participação de EMDCs [Mercados Emergentes e Países em Desenvolvimento] de África, Ásia, Europa, América Latina e Oriente Médio sob o lema: "BRICS e o Sul Global: Construindo juntos um mundo melhor", em Kazan, em 24 de outubro de 2024.

5. Saudamos o considerável interesse dos países do Sul Global no BRICS e endossamos as Modalidades da Categoria de País Parceiro do BRICS. Acreditamos firmemente que a ampliação da parceria do BRICS com os EMDCs contribuirá ainda mais para fortalecer o espírito de solidariedade e a verdadeira cooperação internacional para o benefício de todos. Comprometemo-nos a promover ainda mais o desenvolvimento institucional do BRICS.

#### **Fortalecimento do multilateralismo para uma ordem mundial mais justa e democrática**

6. Notamos o surgimento de novos centros de poder, de tomada de decisões políticas e de crescimento econômico que podem pavimentar o caminho para uma ordem mundial multipolar mais equitativa, justa, democrática e equilibrada. A multipolaridade pode ampliar as oportunidades para que os EMDCs liberem seu potencial construtivo e desfrutem de uma globalização e de uma cooperação econômicas universalmente benéficas, inclusivas e equitativas. Tendo em mente a necessidade de adaptar a atual arquitetura das relações internacionais para melhor refletir as realidades contemporâneas, reafirmamos nosso compromisso com o multilateralismo e com a defesa do direito internacional, incluindo os Propósitos e Princípios consagrados na Carta das Nações Unidas (ONU) como

sua pedra angular indispensável, e o papel central da ONU no sistema internacional, no qual os Estados soberanos cooperam para manter a paz e a segurança internacionais, promover o desenvolvimento sustentável, assegurar a promoção e a proteção da democracia, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, bem como a cooperação baseada na solidariedade, no respeito mútuo, na justiça e na igualdade. Também enfatizamos a necessidade urgente de alcançar uma representação geográfica equitativa e inclusiva na composição da equipe do Secretariado das Nações Unidas e de outras organizações internacionais oportunamente.

7. Reiteramos nosso compromisso com a melhoria da governança global por meio da promoção de um sistema internacional e multilateral mais ágil, eficaz, eficiente, responsivo, representativo, legítimo, democrático e responsável. Pedimos que seja assegurada uma participação maior e mais significativa dos EMDCs e dos países menos desenvolvidos, especialmente na África, na América Latina e no Caribe, nos processos e nas estruturas globais de tomada de decisões, tornando-os mais sintonizados com as realidades contemporâneas. Também defendemos o aumento do papel e da participação das mulheres, especialmente dos EMDCs, em diferentes níveis de responsabilidades nas organizações internacionais. Como um passo positivo nessa direção, reconhecemos o Chamado à Ação do G20 sobre a Reforma da Governança Global lançado pelo Brasil durante sua presidência do G20. Também reconhecemos os diálogos e parcerias que fortalecem a cooperação com o continente africano, como a Cúpula do Fórum de Cooperação China-África, a Cúpula do Fórum Índia-África, a Cúpula Rússia-África e a Conferência Ministerial.

8. Reconhecendo a Declaração de Johannesburgo II de 2023, reafirmamos nosso apoio a uma reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança, com o objetivo de torná-lo mais democrático, representativo, eficaz e eficiente, e de aumentar a representação dos países em desenvolvimento nos quadros de membros do Conselho para que ele possa responder adequadamente aos desafios globais predominantes e apoiar as aspirações legítimas dos países emergentes e em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, incluindo os países do BRICS, a desempenhar um papel maior nos assuntos internacionais, em particular nas Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança. Reconhecemos as aspirações legítimas dos países africanos, refletidas no Consenso de Ezulwini e na Declaração de Sirte.

9. Reafirmamos nosso apoio ao sistema comercial baseado em regras, aberto, transparente, justo, previsível, inclusivo, equitativo, não discriminatório, consensual e multilateral, com a Organização Mundial do Comércio (OMC) em seu núcleo, com tratamento especial e diferenciado (S&DT) para os países em desenvolvimento, incluindo os países menos desenvolvidos, e rejeitamos as medidas unilaterais de restrição ao comércio que sejam inconsistentes com as regras da OMC. Acolhemos os resultados da 13ª Conferência Ministerial em Abu Dhabi (EAU) e reiteramos nosso compromisso de trabalhar para a implementação das decisões e declarações das Conferências Ministeriais da OMC. Observamos, entretanto, que ainda é preciso um maior esforço em muitas questões pendentes. Enfatizamos a importância de reformar a OMC e fortalecer a dimensão do desenvolvimento em seu trabalho. Comprometemo-nos a nos engajar de forma construtiva dentro da OMC para atingir a meta de entregar um sistema de solução de controvérsias da OMC vinculante de duas instâncias, completo e em bom funcionamento até 2024, acessível a todos, e a seleção de novos membros do Órgão de Apelação sem mais demora. Concordamos em aprimorar nosso diálogo sobre o sistema de comércio multilateral e questões relacionadas à OMC e saudamos o estabelecimento da Estrutura Consultiva Informal do BRICS sobre questões da OMC. Reiteramos a decisão, no âmbito da Estratégia para a Parceria Econômica do BRICS 2025, de tomar medidas para apoiar a reforma necessária da OMC para aumentar a resiliência, a autoridade e a eficácia da OMC e promover o desenvolvimento e a inclusão.

10. Estamos profundamente preocupados com o efeito perturbador de medidas coercitivas unilaterais ilegais, incluindo sanções ilegais, sobre a economia mundial, o comércio internacional e o atingimento das metas de desenvolvimento sustentável. Essas medidas prejudicam a Carta das Nações Unidas, o sistema de comércio multilateral, o desenvolvimento sustentável e os acordos ambientais. Elas também afetam negativamente o crescimento econômico, a energia, a saúde e a segurança alimentar, exacerbando a pobreza e os desafios ambientais.

11. Reafirmamos nosso compromisso de manter uma Rede de Segurança Financeira Global forte e eficaz, com um FMI baseado em cotas e com recursos adequados em seu centro. Pugnamos pela reforma das instituições de Bretton Woods, o que inclui uma maior representação dos EMDCs em posições de liderança de forma a refletir a contribuição dos EMDCs para a economia global. Apoiamos um processo de seleção baseado no mérito, inclusivo e equitativo para os cargos mais altos nas instituições de Bretton Woods, aumentando a representação geográfica e o papel e a participação das mulheres. Observamos o aumento de cotas da 16ª Revisão Geral de Cotas (GRQ) e instamos os membros a garantir aprovação da medida em âmbito doméstico para tornar o aumento de cotas efetivo. Saudamos a decisão de criar uma 25ª cadeira no Conselho Executivo do FMI para aumentar a voz e a representação da África Subsaariana. Reconhecemos a urgência e a importância do realinhamento das cotas para melhor refletir as posições relativas dos membros na economia mundial e, ao mesmo tempo, proteger as cotas dos EMDCs, em especial as dos membros mais pobres. Acolhemos o trabalho atual do Conselho Executivo do FMI para desenvolver, até junho de 2025, abordagens possíveis que servirão de guia para um novo realinhamento das cotas, inclusive por meio de uma nova fórmula de cotas, de acordo com o 17ª GRQ. As discussões devem resultar em um realinhamento de cotas que seja justo e transparente, aumente a representação dos membros sub-representados do FMI e transfira a participação em cotas das economias avançadas para os EMDCs. Aguardamos a Revisão da Participação Acionária de 2025 do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) 2025.

12. Reconhecemos o papel crucial do BRICS no processo de aprimoramento do sistema monetário e financeiro internacional (IMFS), com o objetivo de torná-lo mais sensível às necessidades de todos os países. Nesse sentido, tomamos nota da Pesquisa sobre o Aprimoramento do IMFS da presidência do BRICS, que delinea os princípios fundamentais de segurança, independência, inclusão e sustentabilidade, cruciais para a prosperidade econômica e social. Incentivamos nossos Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais/Nacionais a dar continuidade a esse trabalho.

13. Enfatizamos a natureza universal e inclusiva da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e que a implementação deve levar em conta as diferentes circunstâncias, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais, respeitando as políticas e prioridades nacionais e em conformidade com a legislação nacional. Envidaremos todos os esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões e nos comprometemos a colocá-lo no centro da agenda de cooperação internacional a fim de melhor abordar os desequilíbrios e as inadequações do desenvolvimento. Condenamos as tentativas de submeter o desenvolvimento a práticas discriminatórias politicamente motivadas, incluindo, mas não se limitando a medidas coercitivas unilaterais incompatíveis com os princípios da Carta das Nações Unidas, condicionalidades políticas explícita ou implícita à assistência ao desenvolvimento, atividades que visam a comprometer a multiplicidade de provedores internacionais de assistência ao desenvolvimento.

14. Ressaltamos o papel fundamental do G20 como o principal fórum global para a cooperação econômica e financeira multilateral, que oferece uma plataforma para o diálogo de economias desenvolvidas e emergentes em pé de igualdade e mutuamente benéfico para a busca conjunta de soluções partilhadas para os desafios globais. Reconhecemos a importância do funcionamento contínuo e produtivo do G20, com base no consenso e com foco em resultados orientados a resultados. Apoiamos a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e o trabalho da Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima, bem como a histórica Declaração do Rio de Janeiro sobre Cooperação Tributária Internacional. Esperamos que a cúpula de líderes do G20 no Rio de Janeiro, em novembro de 2024, seja realizada com sucesso sob a presidência brasileira e reafirmamos nossa disposição de coordenar nossas posições para aumentar a inclusão e amplificar a voz do Sul Global e integrar ainda mais suas prioridades na agenda do G20 por meio das presidências consecutivas do G20 de estados membros do BRICS - Índia, Brasil e África do Sul - durante 2023-2025 e além. Nesse sentido, também saudamos e apoiamos a inclusão da União Africana como membro do G20 na Cúpula do G20 em Nova Délhi em 2023.

15. Reiteramos que os objetivos, princípios e disposições da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), seu Protocolo de Quioto e seu Acordo de Paris, incluindo seus princípios de equidade e de responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades

(CBDR-RC) à luz das diferentes circunstâncias nacionais, devem ser honrados. Condenamos medidas unilaterais introduzidas sob o pretexto de preocupações climáticas e ambientais e reiteramos nosso compromisso de aumentar a coordenação sobre essas questões. Fortaleceremos a cooperação em toda uma gama de soluções e tecnologias que contribuam para a redução e a remoção dos Gases de Efeito Estufa (GEEs). Também notamos o papel dos sumidouros de carbono na absorção de GEEs e na mitigação das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que destacamos a importância da adaptação e enfatizamos a necessidade de fornecimento adequado dos meios de implementação, quais sejam, recursos financeiros, transferência de tecnologia e construção de capacidades.

16. Lembramos que a UNFCCC, incluindo as sessões anuais da Conferência das Partes (COP), é o fórum internacional primário e legítimo para discutir a questão da mudança climática em todas as suas dimensões. Nos preocupam profundamente as tentativas de vincular a segurança à agenda da mudança climática. Saudamos o Egito por sediar a COP27 em Sharm El-Sheikh em 2022, onde o Fundo de Perdas e Danos foi estabelecido, e os Emirados Árabes Unidos por sediar a COP28 em Dubai em 2023, onde o Fundo foi operacionalizado. Acolhemos o Consenso dos Emirados Árabes Unidos, alcançado na COP28, incluindo a decisão intitulada "Resultado do primeiro balanço global" e a Estrutura para a Resiliência Climática Global dos Emirados Árabes Unidos. Expressamos nosso compromisso com uma COP29 bem-sucedida no Azerbaijão, com a expectativa de resultados sólidos sobre o financiamento climático para os países em desenvolvimento, como um facilitador crucial para o cumprimento das ações e ambições nacionalmente determinadas atuais e futuras em mitigação, adaptação e perdas e danos. Apoiamos a liderança do Brasil em sediar a COP30 em 2025 e saudamos a candidatura da Índia para sediar a COP 33 em 2028.

17. Reafirmamos a importância da conservação da biodiversidade, incluindo a implementação do Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. Instamos os países desenvolvidos a garantir o fornecimento de recursos financeiros adequados, eficazes e de fácil acesso aos países em desenvolvimento para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. Destacamos a importância de melhorar a capacitação, o desenvolvimento e a transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento para a conservação, o uso sustentável e o compartilhamento justo e equitativo dos benefícios decorrentes do uso da biodiversidade.

18. Reconhecemos que a degradação da terra, a desertificação e a seca estão representando sérias ameaças ao bem-estar e à subsistência das pessoas e do meio ambiente e, embora reconheçamos os esforços contínuos na promoção de práticas sustentáveis de gestão da terra, apelo pelo fornecimento urgente de mais recursos financeiros, parcerias sólidas e políticas integradas para enfrentar os desafios da degradação da terra, da desertificação e da seca. Nesse sentido, aguardamos a décima sexta sessão da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD COP16), que será realizada em Riad, na Arábia Saudita, de 2 a 13 de dezembro de 2024.

19. À luz dos esforços globais para enfrentar o desafio da escassez global de água, saudamos os Emirados Árabes Unidos e Senegal por co-sediarem a Conferência da ONU sobre Água de 2026, nos Emirados Árabes Unidos.

20. Ao apreciar os esforços de nossos países na preservação de espécies raras e observar a alta vulnerabilidade dos grandes felinos, tomamos nota da iniciativa da República da Índia de criar uma Aliança Internacional de Grandes Felinos e incentivamos os países do BRICS a trabalharem juntos para fazer mais contribuições para a conservação dos grandes felinos. Também tomamos nota de que os Emirados Árabes Unidos criaram o Mohamed bin Zayed Species Conservation Fund. Nesse sentido, incentivamos os países do BRICS a fortalecer a colaboração coletiva nas áreas de conservação e preservação das espécies mais vulneráveis.

21. Reafirmamos a necessidade de todos os países cooperarem para a promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, sob os princípios da igualdade e do respeito mútuo. Concordamos em continuar a tratar todos os direitos humanos, inclusive o direito ao desenvolvimento, de maneira justa e igualitária, nas mesmas bases e com a mesma ênfase. Concordamos em fortalecer a cooperação em questões de interesse comum, tanto no âmbito do BRICS quanto em fóruns multilaterais, incluindo a Assembleia Geral das Nações Unidas e o Conselho de Direitos Humanos, levando em conta a

necessidade de promover, proteger e cumprir os direitos humanos de maneira não seletiva, não politizada e construtiva, sem padrões duplos. Pugnamos pelo respeito à democracia e aos direitos humanos. Nesse sentido, destacamos que eles devem ser implementados tanto no nível da governança global quanto no nível nacional. Reafirmamos nosso compromisso de garantir a promoção e a proteção da democracia, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, com o objetivo de construir um futuro compartilhado mais brilhante para a comunidade internacional, com base em uma cooperação mutuamente benéfica.

22. Reiteramos que as medidas coercitivas unilaterais, inter alia na forma de sanções econômicas unilaterais e sanções secundárias que são contrárias ao direito internacional, têm implicações de longo alcance para os direitos humanos da população dos Estados afetados, inclusive o direito ao desenvolvimento, afetando desproporcionalmente os pobres e as pessoas em situações vulneráveis. Portanto, pedimos sua eliminação.

23. Relembramos a Declaração e o Programa de Ação de Durban (DDPA) de 2001 e o Documento Final da Conferência de Revisão de Durban de 2009 e reconhecemos a necessidade de intensificar a luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata, bem como a discriminação baseada em religião, fé ou crença, em todas as suas formas contemporâneas em todo o mundo, incluindo as tendências alarmantes de aumento do discurso de ódio, e reconhecem a resolução anual da AGNU sobre "Combate à glorificação do nazismo, neonazismo e outras práticas que contribuem para alimentar as formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata".

#### **Aprimoramento da cooperação para a estabilidade e segurança global e regional**

24. Apoiamos firmemente o diálogo aprimorado do BRICS sobre questões políticas e de segurança. Acolhemos a Declaração Conjunta dos Ministros de Relações Exteriores e Relações Internacionais do BRICS, reunidos em 10 de junho de 2024, e tomamos nota da 14th Reunião dos Conselheiros de Segurança Nacional e Altos Representantes de Segurança Nacional do BRICS, realizada em 10 e 11 de setembro de 2024 em São Petersburgo.

25. Continuamos preocupados com o aumento da violência e com os conflitos armados que persistem em diferentes partes do mundo, inclusive aqueles que têm impacto significativo tanto em nível regional quanto internacional. Reiteramos nosso compromisso com a solução pacífica de controvérsias por meio da diplomacia, mediação, diálogo inclusivo e consultas de forma coordenada e cooperativa e apoiamos todos os esforços que conduzam à solução pacífica de crises. Enfatizamos a necessidade de nos engajarmos em esforços de prevenção de conflitos, inclusive abordando suas causas fundamentais. Reconhecemos as preocupações legítimas e razoáveis de segurança de todos os países. Pedimos a proteção do patrimônio cultural, especialmente em regiões afetadas por conflitos, para evitar a destruição e o tráfico ilícito de bens culturais, que são vitais para preservar a história e a identidade das comunidades afetadas.

26. Ressaltamos que a tolerância e a coexistência pacífica estão entre os valores e princípios mais importantes para as relações entre nações e sociedades. Nesse sentido, saudamos a adoção da Resolução 2686 do Conselho de Segurança e de outras resoluções da ONU a esse respeito que desfrutam de apoio consensual dos estados membros das Nações Unidas.

27. Reiteramos a necessidade do pleno respeito ao direito internacional humanitário em situações de conflito e o fornecimento de ajuda humanitária de acordo com os princípios básicos de humanidade, neutralidade, imparcialidade e independência estabelecidos na resolução 46/182 da AGNU. Conclamamos a comunidade internacional a buscar respostas coletivas para os desafios globais e regionais e para as ameaças à segurança, inclusive o terrorismo. Enfatizamos a necessidade de obedecer aos propósitos e princípios da Carta da ONU. Reiteramos que as diferenças e disputas entre os países devem ser resolvidas pacificamente por meio de diálogo e consulta. Também destacamos a necessidade de respeitar as preocupações legítimas e razoáveis de segurança de todos os países. Ressaltamos a necessidade de uma participação plena, igualitária e significativa das mulheres nos processos de paz, inclusive na prevenção e resolução de conflitos, manutenção da paz, construção da paz, reconstrução e desenvolvimento pós-conflito e sustentação da paz.

28. Estamos profundamente preocupados com os contínuos conflitos e com a instabilidade na região do Oriente Médio e Norte da África (MENA), observando a Declaração Conjunta dos Vice-Ministros das Relações Exteriores e Enviados Especiais do BRICS em sua reunião de 25 de abril de 2024.

29. Lamentamos a trágica perda de vidas civis no período recente e expressamos nossa solidariedade a todas as vítimas civis e suas famílias. Clamamos por medidas urgentes, em consonância com o direito internacional, para garantir a proteção de vidas.

30. Reiteramos nossa grave preocupação com a deterioração da situação e com a crise humanitária no Território Palestino Ocupado, e em especial com a escalada sem precedentes da violência na Faixa de Gaza e na Cisjordânia em decorrência da ofensiva militar israelense, que resultou em assassinatos e ferimentos em massa de civis, deslocamento forçado e destruição generalizada da infraestrutura civil. Enfatizamos a necessidade urgente de um cessar-fogo imediato, abrangente e permanente na Faixa de Gaza, a libertação imediata e incondicional de todos os reféns e detidos de ambos os lados que estão sendo mantidos ilegalmente em cativeiro e o fornecimento desimpedido, sustentável e suficiente de ajuda humanitária para a Faixa de Gaza, além da cessação de todas as ações agressivas. Denunciamos os ataques israelenses contra operações humanitárias, instalações, pessoal e pontos de distribuição. Para esse fim, pedimos a implementação integral das resoluções 2712 (2023), 2720 (2023), 2728 (2024) e 2735 (2024) do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, nesse sentido, saudamos os esforços contínuos da República Árabe do Egito, do Estado do Catar, bem como de esforços regionais e internacionais para alcançar um cessar-fogo imediato, acelerar a entrega de ajuda humanitária e a retirada de Israel da Faixa de Gaza. Pugnamos pela adesão ao direito internacional. Também estamos alarmados com o fato de que o agravamento do conflito na Faixa de Gaza alimenta a tensão, o extremismo e graves consequências negativas em nível regional e global. Apelamos a todas as partes relevantes que ajam com a máxima moderação e evitem ações de escalada e declarações provocativas. Reconhecemos as medidas provisórias da Corte Internacional de Justiça nos procedimentos legais instituídos pela África do Sul contra Israel. Reafirmamos nosso apoio à adesão plena do Estado da Palestina às Nações Unidas no contexto do compromisso inabalável com a visão da solução de dois Estados, com base no direito internacional, incluindo as resoluções relevantes do Conselho de Segurança da ONU e da AGNU e a Iniciativa de Paz Árabe, que inclui o estabelecimento de um Estado da Palestina soberano, independente e viável, de acordo com as fronteiras internacionalmente reconhecidas de junho de 1967, com Jerusalém Oriental como sua capital, vivendo lado a lado em paz e segurança com Israel.

31. Expressamos nossa preocupação com a situação no sul do Líbano. Condenamos a perda de vidas civis e os imensos danos à infraestrutura civil resultantes dos ataques de Israel em áreas residenciais no Líbano e pedimos a cessação imediata dos atos militares. Enfatizamos a necessidade de preservar a soberania e a integridade territorial do Estado do Líbano e de criar condições para uma solução política e diplomática, a fim de salvaguardar a paz e a estabilidade no Oriente Médio, ao mesmo tempo em que destacamos a importância da estrita observância das resoluções 1701 (2006) e 2749 (2024) do CSNU. Condenamos veementemente os ataques ao pessoal da ONU e as ameaças à sua segurança e pedimos a Israel que cesse imediatamente essa atividade.

32. Expressamos nossa preocupação com o aumento de incidentes de ataques terroristas ligados a recursos de TIC. Nesse sentido, condenamos o ato terrorista premeditado de detonação de dispositivos de comunicação portáteis em Beirute, em 17 de setembro de 2024, que resultou na perda de vidas e no ferimento de dezenas de civis. Reiteramos que esses ataques constituem uma grave violação do Direito Internacional.

33. Ressaltamos a importância de garantir o exercício dos direitos e liberdades de navegação das embarcações de todos os Estados no Mar Vermelho e no Estreito de Bab Al-Mandab, de acordo com o direito internacional. Incentivamos o aprimoramento dos esforços diplomáticos de todas as partes para esse fim, incluindo por meio da acordagem das causas do conflito, e o apoio contínuo ao diálogo e ao processo de paz do Iêmen sob os auspícios da ONU.

34. Salientamos que a soberania e a integridade territorial da Síria devem ser estritamente observadas. Condenamos a presença militar estrangeira ilegal que leva ao aumento dos riscos de um

conflito de grande escala na região. Enfatizamos que sanções unilaterais ilegais exacerbam seriamente o sofrimento do povo sírio.

35. Condenamos o ataque contra as instalações diplomáticas da República Islâmica do Irã na capital síria, Damasco, por Israel, em 1º de abril de 2024, que constitui uma violação do princípio fundamental da inviolabilidade das instalações diplomáticas e consulares nos termos da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas e da Convenção de Viena de 1963 sobre Relações Consulares.

36. Relembramos as posições nacionais relativas à situação na Ucrânia e em seus arredores, conforme expressas nos fóruns apropriados, incluindo o CSNU e a AGNU. Enfatizamos que todos os Estados devem agir de forma consistente com os Propósitos e Princípios da Carta da ONU em sua totalidade e inter-relação. Observamos com apreço as propostas relevantes de mediação e bons ofícios, visando a uma resolução pacífica do conflito por meio do diálogo e da diplomacia.

37. Enfatizamos a importância da plena implementação do JCPOA endossado pela RCSNU 2231 (2015) e ressaltamos a importância de uma abordagem construtiva baseada na boa fé de todos os atores relevantes para retomar a plena implementação dos compromissos do JCPOA por todas as partes.

38. Reiteramos que o princípio "soluções africanas para problemas africanos" deve continuar a servir como base para a resolução de conflitos no continente africano. Nesse sentido, reconhecemos o papel fundamental da União Africana na prevenção, gerenciamento e resolução de conflitos na África. Reafirmamos nosso apoio aos esforços de paz africanos no continente, inclusive aqueles empreendidos pela União Africana e pelas organizações sub-regionais africanas, de acordo com os princípios de propriedade, complementaridade e subsidiariedade africanas.

39. Saudamos os esforços e as conquistas dos países africanos em sua busca pela paz e pelo desenvolvimento e no combate ao crescente flagelo do terrorismo na África, especialmente no Chifre da África e no Sahel, e pedimos a canalização de mais recursos globais de combate ao terrorismo para os países em desenvolvimento, a fim de ajudar os países africanos, especialmente os afetados, a aprimorar sua capacidade de combate ao terrorismo. Elogiamos os esforços empreendidos pelos países africanos, pela União Africana, pelas organizações sub-regionais africanas e pelas Nações Unidas na promoção do processo de paz no Sudão do Sul, na estabilização da situação na República Centro-Africana e no sucesso do governo de Moçambique, apoiado pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), no combate à ameaça terrorista no norte do país.

40. Expressamos grave preocupação com a escalada da violência e a crise humanitária no Sudão e reiteramos nosso apelo por um cessar-fogo imediato, permanente e incondicional e uma resolução pacífica do conflito com o engajamento em negociações de paz como a única maneira de acabar com esse conflito, o acesso sustentado, urgente e desimpedido da população sudanesa à assistência humanitária e a ampliação da assistência humanitária ao Sudão e aos estados vizinhos. Condenamos o ataque à residência do Chefe de Missão da Embaixada dos Emirados Árabes Unidos no Sudão em 29 de setembro de 2024, causando danos extensos às instalações localizadas em uma área residencial em Cartum. Enfatizamos o princípio fundamental da inviolabilidade das instalações diplomáticas e consulares, e as obrigações dos Estados receptores, inclusive nos termos da Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas e da Convenção de Viena de 1963 sobre Relações Consulares.

41. Deploramos o brutal ataque de gangues em Pont Sondé, no Haiti, que resultou na morte e no deslocamento forçado de civis, e expressamos profunda preocupação com a contínua deterioração da situação de segurança, humanitária e econômica no Haiti. Elogiamos o estabelecimento do Conselho Presidencial de Transição do Haiti e a criação de um conselho eleitoral como medidas essenciais para solucionar a crise atual. Enfatizamos que a crise atual exige uma solução liderada pelos haitianos que englobe o diálogo nacional e inclusivo e a construção de consenso entre as forças políticas locais, as instituições e a sociedade, e conclamamos a comunidade internacional a apoiar os esforços do governo interino para dismantelar as gangues, melhorar a situação de segurança e estabelecer as bases para um desenvolvimento social e econômico duradouro no país e realizar eleições gerais até o final de 2025. Apoiamos o papel das Nações Unidas no fornecimento de assistência humanitária e destacamos a necessidade de cooperação internacional para lidar com as crises multifacetadas do Haiti de forma eficaz.

42. Enfatizamos a necessidade de um acordo pacífico urgente no Afeganistão para fortalecer a segurança e a estabilidade regionais. Apoiamos um Estado do Afeganistão independente, unido e pacífico, livre do terrorismo, da guerra e das drogas. Pedimos medidas mais visíveis e verificáveis no Afeganistão para garantir que o território do Afeganistão não seja usado por terroristas. Enfatizamos a necessidade de fornecer assistência humanitária urgente e ininterrupta ao povo afegão e de salvaguardar os direitos fundamentais de todos os afegãos, incluindo mulheres, meninas e diferentes grupos étnicos. Pedimos às autoridades do Afeganistão que revertam a proibição efetiva da educação secundária e superior de meninas. Enfatizamos o papel primordial e eficaz das plataformas regionais e dos países vizinhos do Afeganistão e saudamos os esforços dessas plataformas e iniciativas regionais para facilitar o acordo afegão.

43. Pedimos o fortalecimento da não proliferação e do desarmamento para proteger e manter a estabilidade global e a paz e segurança internacionais. Observamos a importância primordial dos esforços que visam acelerar a implementação das resoluções sobre o Estabelecimento de uma Zona Livre de Armas Nucleares e outras Armas de Destruição em Massa no Oriente Médio, incluindo a Conferência convocada de acordo com a Decisão 73/546 da Assembleia Geral da ONU. Pedimos a todas as partes convidadas que participem dessa conferência de boa fé e se engajem nesse esforço de forma construtiva.

44. Também pedimos a plena implementação da Resolução 1540 do Conselho de Segurança da ONU, que oferece aos Estados um importante estímulo para a adoção de medidas eficazes e robustas em nível nacional para evitar que armas de destruição em massa, seus meios de lançamento e materiais relacionados cheguem às mãos de atores não estatais, inclusive terroristas, além de oferecer estruturas de cooperação em nível internacional para esse objetivo.

45. Reafirmamos nosso apoio à garantia da sustentabilidade de longo prazo das atividades no espaço sideral e da prevenção de uma corrida armamentista no espaço sideral (PAROS) e de seu uso como uma arma, inclusive por meio de negociações para a adoção de um instrumento jurídico multilateral relevante para garantir a segurança global. Reconhecemos a apresentação do Projeto de Tratado atualizado sobre a Prevenção da Colocação de Armas no Espaço Exterior, a Ameaça ou o Uso da Força contra Objetos Espaciais Externos (PPWT) na Conferência sobre Desarmamento em 2014 como um passo importante em direção a esse objetivo. Saudamos a adoção consensual do Relatório do Grupo de Especialistas Governamentais da ONU sobre medidas práticas adicionais para a prevenção de uma corrida armamentista no espaço sideral em 16 de agosto de 2024, que forneceu elementos substantivos de um instrumento juridicamente vinculativo sobre o PAROS. Ressaltamos que compromissos práticos e não vinculantes, como Medidas de Transparência e Construção de Confiança (TCBMs), e normas, regras e princípios universalmente aceitos podem também contribuir para o PAROS.

46. Relembrando as respectivas obrigações de nossos Estados no campo do controle de exportação decorrentes de instrumentos legais relevantes reconhecidos internacionalmente, ressaltamos nossa determinação em aprimorar o diálogo e a cooperação nessa esfera, levando em conta o equilíbrio necessário entre a não proliferação e os usos pacíficos da tecnologia, ao mesmo tempo em que garantimos os direitos legítimos dos Estados de participar do intercâmbio mais completo possível de informações, equipamentos e materiais científicos e tecnológicos para fins pacíficos.

47. Reiteramos nossa condenação inequívoca do terrorismo em todas as suas formas e manifestações, quando, onde e por quem quer que seja cometido, reafirmando que ele não deve ser associado a nenhuma religião, nacionalidade, civilização ou grupo étnico. Enfatizamos que o terrorismo é uma ameaça comum, que exige uma abordagem abrangente e equilibrada em nível global e regional, com a devida consideração às prioridades nacionais dos Estados. Comprometemo-nos a aprimorar ainda mais a cooperação internacional e regional para prevenir e combater as ameaças terroristas com base no pleno respeito à soberania e à segurança dos Estados e de acordo com a Carta das Nações Unidas e o direito internacional. Reconhecemos que os Estados têm a responsabilidade primária na prevenção e no combate ao terrorismo, com as Nações Unidas continuando a desempenhar um papel central e de coordenação nessa área. Reconhecemos que todos os atos de terrorismo são criminosos e injustificáveis, independentemente de suas motivações, e enfatizamos a necessidade de garantir uma forte resposta

coletiva às ameaças terroristas persistentes e emergentes, sem duplos padrões. Rejeitamos quaisquer tentativas de politização das questões de combate ao terrorismo e o uso de grupos terroristas para atingir fins políticos. Comprometemo-nos a tomar medidas decisivas para impedir e interromper a disseminação da ideologia e da radicalização do terrorismo, o uso indevido de tecnologias modernas para fins terroristas, o movimento transfronteiriço de terroristas, o financiamento do terrorismo e outras formas de apoio ao terrorismo, incitação à prática de atos terroristas, bem como recrutamento de combatentes terroristas estrangeiros. Apelamos para a rápida finalização e adoção da Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional no âmbito da ONU. Apelamos por ações concertadas contra todos os terroristas e entidades terroristas designados pela ONU.

48. Desejamos fortalecer ainda mais a cooperação prática contra o terrorismo. Saudamos as atividades do Grupo de Trabalho Antiterrorismo do BRICS (CTWG) e seus cinco subgrupos com base na Estratégia Antiterrorismo do BRICS e no Plano de Ação Antiterrorismo do BRICS, incluindo a adoção do CTWG Position Paper.

49. Reiteramos nosso compromisso com a prevenção e o combate aos fluxos financeiros ilícitos, à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo, ao tráfico de drogas, à corrupção e ao uso indevido de novas tecnologias, inclusive criptomoedas, para fins ilegais e terroristas. Reafirmamos nosso compromisso com os princípios de natureza técnica e não politizada da cooperação internacional anticrime, inclusive com o objetivo de prevenir e estabelecer rastros financeiros desses crimes. Observamos a necessidade de fortalecer ainda mais essa cooperação com base nos instrumentos legais internacionais relevantes dos quais os países do BRICS são partes, incluindo convenções e resoluções relevantes da ONU, convenções e tratados regionais.

50. Lançamos apelo por um diálogo aprimorado dentro do BRICS sobre lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo com a participação de partes interessadas relevantes. Enfatizamos a importância de criar condições para o desenvolvimento seguro da geração mais jovem, reduzindo o risco de seu envolvimento em atividades ilegais, e acolhemos o desenvolvimento de projetos internacionais relevantes com a participação de jovens.

51. Expressamos nossa preocupação com a situação da produção, do tráfico e do abuso de drogas ilícitas em todo o mundo e reconhecemos que isso ameaça seriamente a segurança pública e a estabilidade internacional e regional, a saúde, a segurança e o bem-estar da humanidade, além de prejudicar o desenvolvimento sustentável dos Estados. Confirmamos nosso compromisso com o mecanismo internacional existente de controle de drogas baseado nas três convenções de controle de drogas da ONU. Reconhecemos a importância de aprimorar a cooperação contra narcóticos e fortalecer os contatos entre as autoridades policiais do BRICS e, nesse sentido, saudamos a Declaração Conjunta adotada na Reunião do Grupo de Trabalho Antidrogas do BRICS em Moscou, em 22 de maio de 2024.

52. Consideramos o combate ao crime organizado transnacional como uma das principais áreas de cooperação internacional para a aplicação da lei. Também notamos que essa cooperação não deve ser politizada, pois isso pode prejudicar a luta geral contra o crime. Expressamos preocupação especial com os crimes que afetam o meio ambiente e que precisam ser abordados.

53. Estamos decididos a promover a cooperação do BRICS na prevenção e no combate à corrupção e a fortalecer nossa coordenação nas principais questões da agenda internacional anticorrupção, incluindo a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Estamos determinados a honrar nosso compromisso e a solicitar que a comunidade internacional fortaleça a cooperação na negação de refúgio seguro para a corrupção. Acolhemos com satisfação o documento "Formulação da Visão Comum e Ação Conjunta do BRICS sobre Cooperação Aprimorada de Combate à Corrupção e Recuperação e Devolução de Ativos e Produtos da Corrupção" e conferimos importância a colocá-lo em prática de acordo com nossas estruturas domésticas. Apreciamos a emissão da Nota Analítica sobre Recuperação de Ativos nos países do BRICS pelo Grupo de Trabalho Anticorrupção (ACWG) e seus esforços para intensificar a colaboração entre nossos profissionais na recuperação de ativos. Também elogiamos o ACWG por atualizar o documento sobre a Cooperação do BRICS em Educação Anticorrupção, Compartilhamento de Conhecimento e Capacitação, que avalia nossas realizações coletivas, incluindo

uma série de iniciativas de especialistas realizadas este ano, e traça um caminho a seguir nessa área prioritária.

54. Reconhecemos o enorme potencial das TICs, que reduzem as divisões digitais para o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico. Também reconhecemos os desafios e as ameaças no âmbito do domínio digital e que dele decorrem. Lançamos apelo por uma abordagem abrangente, equilibrada e objetiva para o desenvolvimento e a segurança dos produtos e sistemas de TIC, bem como para o desenvolvimento e a implementação de regras e padrões comuns globalmente interoperáveis para a segurança da cadeia de suprimentos. Estamos preocupados com o aumento da frequência e da sofisticação do uso malicioso das TICs. Nesse sentido, enfatizamos a importância da cooperação internacional na prevenção e no combate ao uso das TICs para fins criminosos e, portanto, esperamos a adoção, na sessão da AGNU 79th, do projeto da Convenção das Nações Unidas contra o Cibercrime; Fortalecendo a cooperação internacional para combater determinados crimes cometidos por meio de sistemas de tecnologia da informação e comunicação e para a coleta, preservação e compartilhamento de provas de crimes graves em formato eletrônico. Também acreditamos que a assistência técnica e a capacitação são fundamentais para o desenvolvimento de recursos, habilidades, políticas públicas e instituições necessárias para aumentar a segurança dos Estados e, ao mesmo tempo, aumentar a resiliência das TICs e acelerar a transformação digital dos Estados, levando em particular consideração os interesses e as necessidades dos Estados em desenvolvimento. Destacamos o papel de liderança das Nações Unidas na promoção do diálogo para forjar entendimentos comuns sobre a segurança e o uso das TICs incluindo discussões para o desenvolvimento de uma estrutura jurídica universal nesse campo e o desenvolvimento e a implementação de normas, regras e princípios universalmente acordados para o comportamento responsável dos Estados no uso das TICs. Elogiamos o trabalho em andamento do OEWG da ONU sobre Segurança das e no Uso das TICs 2021-2025 como um único mecanismo global e inclusivo sobre esse assunto e apoiamos o estabelecimento por consenso de um mecanismo permanente de via única e liderado pelos Estados sob os auspícios das Nações Unidas, reportando-se ao Primeiro Comitê da AGNU, reconhecendo a importância do princípio do consenso em relação tanto ao estabelecimento do futuro mecanismo em si quanto aos processos de tomada de decisão do mecanismo. Estamos comprometidos a promover o respeito à soberania dos Estados e à igualdade soberana dos Estados no ambiente das TIC e nos opomos a ações unilaterais que possam prejudicar a cooperação internacional nesse domínio, incluindo a sustentabilidade das cadeias de suprimentos globais.

55. Reconhecemos o progresso feito na promoção da cooperação do BRICS de acordo com o Roteiro de Cooperação Prática para Garantir a Segurança no Uso de TICs e seu relatório de progresso, incluindo o estabelecimento e a operacionalização do Diretório de Pontos de Contato do BRICS para cooperação pragmática entre entidades nacionais responsáveis por responder a incidentes de TIC como medida de construção de confiança. Ressaltamos a importância de estabelecer quadros de cooperação entre os Estados membros do BRICS para garantir a segurança no uso das TICs. Também reconhecemos a necessidade de avançar na cooperação prática intra-BRICS por meio das atividades do Grupo de Trabalho do BRICS sobre segurança no uso das TICs.

56. Expressamos séria preocupação com a disseminação e proliferação exponencial de desinformação, informação falsa, incluindo a propagação de narrativas falsas e notícias falsas, bem como de discurso de ódio, especialmente em plataformas digitais que alimentam a radicalização e os conflitos. Ao mesmo tempo em que reafirmamos o compromisso com a soberania dos Estados, enfatizamos a importância da integridade das informações e da garantia do livre fluxo e do acesso público a informações precisas e baseadas em fatos, incluindo a liberdade de opinião e expressão, bem como a alfabetização digital e midiática, a fim de permitir uma conectividade significativa, de acordo com as leis nacionais e internacionais aplicáveis.

#### **Promoção da cooperação econômica e financeira para um desenvolvimento global justo**

57. Relembrando a Declaração de Joanesburgo II de 2023, reiteramos nossa forte convicção de que a cooperação multilateral é essencial para limitar os riscos decorrentes da fragmentação geopolítica e geoeconômica e nos comprometemos a intensificar os esforços em áreas de interesse mútuo, incluindo,

entre outros, comércio, redução da pobreza e da fome, desenvolvimento sustentável, o que inclui acesso a energia, água e alimentos, combustíveis, fertilizantes, bem como mitigação e adaptação ao impacto das mudanças climáticas, educação e saúde, incluindo prevenção, prontidão e resposta a pandemias.

58. Enfatizamos a importância da implementação total da Agenda de Ação de Adis-Abeba, adotada na Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento em 2015 e da efetiva participação países em desenvolvimento na Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que será realizada na Espanha de 30 de junho a 3 de julho de 2025. Pedimos aos países desenvolvidos que honrem seu compromisso com o financiamento para o desenvolvimento e incentivem sua cooperação com os países em desenvolvimento em diferentes áreas de desenvolvimento, incluindo tributação, dívida, comércio, assistência oficial ao desenvolvimento, transferência de tecnologia e reforma da arquitetura financeira internacional.

59. Ressaltamos a necessidade de reformar a atual arquitetura financeira internacional para enfrentar os desafios financeiros globais, incluindo a governança econômica global para tornar a arquitetura financeira internacional mais inclusiva e justa.

60. Observamos que os altos níveis de endividamento em alguns países reduzem o espaço fiscal necessário para enfrentar os desafios atuais para o desenvolvimento, agravados pelos efeitos colaterais dos choques externos, principalmente das flutuações das políticas financeiras e monetárias em algumas economias avançadas, bem como dos problemas inerentes à arquitetura financeira internacional. Altas taxas de juros e condições de financiamento mais restritas agravam as vulnerabilidades da dívida em muitos países. Acreditamos que é necessário abordar a dívida internacional de forma adequada e holística para apoiar a recuperação econômica e o desenvolvimento sustentável, levando em conta as leis e os procedimentos internos de cada nação, em conjunto com uma dívida externa sustentável e prudência fiscal. Reconhecemos a necessidade de abordar de maneira eficaz, abrangente e sistemática as vulnerabilidades da dívida dos países de baixa e média renda. Um dos instrumentos, entre outros, para abordar coletivamente as vulnerabilidades da dívida é a implementação previsível, ordenada, oportuna e coordenada da Estrutura Comum do G20 para o Tratamento da Dívida, com a participação de credores bilaterais oficiais, credores privados e Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (MDBs), de acordo com o princípio da ação conjunta e do compartilhamento justo do ônus.

61. Reconhecemos que o uso de financiamento combinado é uma forma eficaz de mobilizar capital privado para financiar projetos de infraestrutura. Observamos o importante papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento e das instituições financeiras de desenvolvimento, em especial os bancos nacionais de desenvolvimento, na ampliação institucional do uso do financiamento combinado e de outros instrumentos, contribuindo assim para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de acordo com as necessidades e prioridades específicas de cada país. Para esse fim, elogiamos o trabalho da Força-Tarefa de Infraestrutura e Parceria Público-Privada do BRICS e endossamos seu Relatório Técnico sobre Financiamento Combinado de Projetos de Infraestrutura.

62. Reconhecemos o papel fundamental do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) na promoção da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável de seus países membros. Apoiamos o desenvolvimento do NDB e a melhoria da governança corporativa e da eficácia operacional para o cumprimento da Estratégia Geral do NDB para 2022-2026. Apoiamos o NDB na expansão contínua do financiamento em moeda local e no fortalecimento da inovação em ferramentas de investimento e de financiamento. Incentivamos o Banco a seguir os princípios “member-led” e “demand-driven”, o emprego de mecanismos de financiamento inovadores para mobilizar financiamento de fontes diversificadas e, nesse sentido, reconhecemos a iniciativa de criar uma nova plataforma de investimento para alavancar a infraestrutura institucional existente do NDB de forma a impulsionar o fluxo de investimento para os países do BRICS e os mecanismos do Sul Global. Apoiamos o aprimoramento da construção de capacidades e do intercâmbio de conhecimento, inclusive por meio da criação de sinergias com fontes de conhecimento de países em desenvolvimento, a assistência dos países membros na consecução dos SDGs e a melhoria da eficiência e da eficácia no cumprimento de seu mandato, com o objetivo de ser uma instituição de desenvolvimento multilateral de primeira linha para os EMDCs. Concordamos em

conjuntamente tornar o Novo Banco de Desenvolvimento um novo tipo de MDB no século XXI. Instamos o Banco a executar seus objetivos e funções de acordo com os Artigos do Acordo do Novo Banco de Desenvolvimento de maneira justa e não discriminatória. Apoiamos a expansão da filiação ao NDB e a rápida consideração das solicitações dos países do BRICS, de acordo com a Estratégia Geral do NDB e políticas relacionadas.

63. Acolhemos com satisfação o foco do Mecanismo de Cooperação Interbancária (ICM) do BRICS em facilitar e expandir práticas e abordagens financeiras inovadoras para projetos e programas, incluindo a busca de mecanismos aceitáveis de financiamento em moedas locais. Saudamos um diálogo contínuo entre o ICM e o NDB.

64. Reconhecemos o importante papel dos países do BRICS ao trabalharem juntos para lidar com os riscos e desafios da economia mundial para alcançar a recuperação global e o desenvolvimento sustentável. Reafirmamos nosso compromisso em aprimorar a coordenação de políticas macroeconômicas, aprofundar a cooperação econômica e trabalhar para realizar uma recuperação econômica robusta, sustentável, equilibrada e inclusiva. Enfatizamos a importância da implementação contínua da Estratégia para a Parceria Econômica do BRICS 2025 em todas as trilhas ministeriais e grupos de trabalho relevantes.

65. Reiteramos nosso compromisso de aprimorar a cooperação financeira dentro do BRICS. Reconhecemos os benefícios generalizados de instrumentos de pagamento transfronteiriços mais rápidos, de baixo custo, mais eficientes, transparentes, seguros e inclusivos, baseados no princípio da minimização das barreiras comerciais e do acesso não discriminatório. Acolhemos o uso de moedas locais em transações financeiras entre os países do BRICS e seus parceiros comerciais. Incentivamos o fortalecimento das redes de correspondentes bancários dentro do BRICS e a permissão de liquidações em moedas locais, de acordo com a Iniciativa de Pagamentos Transfronteiriços do BRICS (BCBPI), que é voluntária e não vinculante, e esperamos novas discussões nessa área, inclusive na Força-Tarefa de Pagamentos do BRICS.

66. Reconhecemos a importância de explorar a viabilidade de conectar a infraestrutura dos mercados financeiros dos países do BRICS. Concordamos em discutir e estudar a viabilidade de estabelecimento de uma infraestrutura de depósito e liquidação transfronteiriça independente, o BRICS Clear, uma iniciativa para complementar a infraestrutura de mercado financeiro existente, bem como a capacidade de resseguro independente do BRICS, incluindo a Companhia de (Re)Seguros do BRICS, com participação voluntária.

67. Encarregamos nossos Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais, conforme apropriado, de continuar a considerar a questão das moedas locais, instrumentos e plataformas de pagamento e nos apresentar os resultados até a próxima Presidência.

68. Reconhecemos que o Acordo de Reserva Contingente (CRA) do BRICS é um mecanismo importante para evitar pressões de curto prazo na balança de pagamentos e fortalecer ainda mais a estabilidade financeira. Expressamos nosso forte apoio ao aprimoramento do mecanismo de CRA por meio da previsão de moedas alternativas elegíveis e saudamos a finalização das emendas aos documentos do CRA. Reconhecemos a conclusão bem-sucedida do 7th CRA Test Run e a quinta edição do Boletim Econômico do BRICS sob o título "BRICS Economies in a Higher-rate Environment".

69. Reconhecemos os resultados dos primeiros testes transfronteiriços do BRICS Rapid Information Security Channel (BRISC), que fortalecerão ainda mais a resiliência cibernética do setor financeiro dos países do BRICS.

70. Destacamos que cadeias de suprimentos seguras, resilientes, estáveis, eficazes e abertas são cruciais para o desenvolvimento sustentável. Reconhecendo o papel dos membros do BRICS como os maiores produtores mundiais de recursos naturais, ressaltamos a importância de fortalecer a cooperação dos membros do BRICS em toda a cadeia de valor e concordamos em empreender ações conjuntas com o objetivo de se opor a medidas protecionistas unilaterais que sejam inconsistentes com as disposições existentes da OMC.

71. Preocupados com o acelerado processo de digitalização de todos os aspectos da vida humana no século XXI, ressaltamos o papel fundamental dos dados para o desenvolvimento e a necessidade de intensificar o engajamento dentro do BRICS para tratar dessa questão. Destacamos que a governança justa, inclusiva e equitativa dos dados é fundamental para permitir que os países em desenvolvimento aproveitem os benefícios da economia digital e das tecnologias emergentes, incluindo a inteligência artificial. Lançamos apelo para a criação de uma estrutura global justa e equitativa para a governança de dados, incluindo fluxos de dados transfronteiriços, para abordar os princípios de coleta, armazenamento, uso e transferência de dados; garantir a interoperabilidade das estruturas de políticas de dados em todos os níveis; e distribuir os benefícios monetários e não monetários dos dados com os países em desenvolvimento.

72. Enfatizamos que o comércio eletrônico se tornou um importante impulsionador do crescimento econômico global, promovendo o comércio internacional de bens e serviços, garantindo fluxos de investimento estrangeiro e facilitando a inovação. Estamos decididos a aumentar ainda mais a confiança no comércio eletrônico e garantir a proteção total dos direitos das partes envolvidas no comércio eletrônico, intensificando a cooperação nos domínios da utilização de tecnologias digitais para a proteção dos direitos do consumidor, explorando ferramentas de resolução de disputas on-line e criando um ambiente propício para que as empresas entrem nos mercados globais, trocando opiniões sobre a questão do comércio de produtos de pequeno valor por meio do comércio eletrônico transfronteiriço.

73. Concordamos que a resiliência das cadeias de suprimentos e o comércio desimpedido na agricultura, juntamente com a produção doméstica, são cruciais para garantir a segurança alimentar e os meios de subsistência, especialmente para os agricultores de baixa renda ou desprovidos de recursos, bem como para os países em desenvolvimento importadores líquidos de alimentos. Reconhecemos os esforços para apoiar os pequenos agricultores como uma parte importante do sistema agrícola nacional. Saudamos a Conferência sobre Segurança Alimentar e Desenvolvimento Agrícola Sustentável, realizada em 27 e 28 de junho de 2024, em Moscou, e aguardamos com expectativa a próxima Cúpula Global sobre Segurança Alimentar, que será realizada em Abu Dhabi, de 26 a 28 de novembro de 2024. Reafirmamos a necessidade de desenvolver um sistema de comércio agrícola justo e implementar uma agricultura resiliente e sustentável. Comprometemo-nos a minimizar as interrupções e promover o comércio baseado em regras na agricultura e no campo dos fertilizantes, com o objetivo de garantir um fluxo contínuo de alimentos e insumos essenciais para a produção agrícola, que devem ser isentos de medidas econômicas restritivas indevidas, inconsistentes com as regras da OMC, incluindo aquelas que afetam produtores e exportadores de produtos agrícolas, bem como serviços comerciais relacionados ao transporte internacional de cargas. Nesse sentido, saudamos a iniciativa do lado russo de estabelecer uma plataforma de comércio de grãos (commodities) dentro do BRICS (a BRICS Grain Exchange) e de desenvolvê-la posteriormente, inclusive expandindo-a para outros setores agrícolas.

74. Reconhecemos a eficácia das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) dos países do BRICS como um mecanismo bem estabelecido para a cooperação comercial e industrial e para a facilitação da produção, incluindo, entre outros, os setores de alta tecnologia da economia, TI e serviços para TI, turismo, infraestrutura portuária e de transporte, desenvolvimento e comercialização de tecnologias, bem como para a produção de novos tipos de produtos com valor agregado. Também reconhecemos que as Zonas Econômicas Especiais oferecem imensas oportunidades para incentivar investimentos adicionais em áreas prioritárias de desenvolvimento econômico. Acolhemos com satisfação o estabelecimento de um fórum para cooperação em ZEEs dos países do BRICS. Concordamos em realizar atividades orientadas para a prática, incluindo o intercâmbio de melhores práticas sobre a implementação de padrões e metodologias para o gerenciamento de ZEEs.

75. Reconhecemos que o setor de MPMEs é um motor comprovado de crescimento econômico, permitindo um aumento na produtividade geral do trabalho, na renda familiar e na qualidade de bens e serviços. Pretendemos intercambiar práticas de apoio às MPMEs, inclusive por meio de serviços e plataformas digitais destinados a simplificar as operações comerciais. Reconhecemos a importância de manter as cadeias de valor existentes, criadas com a participação das MPMEs, bem como de construir

novos laços de cooperação para as MPMEs, especialmente as de alta tecnologia e voltadas para a inovação, dentro do BRICS.

76. Reconhecemos que a Parceria para a Nova Revolução Industrial (PartNIR) serve como uma plataforma de orientação para a cooperação do BRICS dentro da estrutura da Nova Revolução Industrial para identificar interesses, desafios e oportunidades no cenário industrial em rápida evolução e na construção de capacidades no campo da indústria, além de garantir a continuidade da cooperação industrial do BRICS em uma estrutura organizada para uma colaboração sustentada. Apreciamos os esforços do BRICS PartNIR Innovation Center (BPIC) na organização de eventos, incluindo o Fórum do BRICS sobre o PartNIR 2024, o Concurso de Inovação Industrial do BRICS 2024, a Exposição do BRICS sobre a Nova Revolução Industrial 2024 e os Programas de Treinamento do BPIC, e incentivamos todos os países do BRICS a participar ativamente dos eventos acima. Apreciamos os esforços do BRICS Startup Forum na consecução de projetos de startups que desempenham um papel crucial na condução da inovação e do crescimento econômico na era da Nova Revolução Industrial. Esperamos aprofundar os compromissos com os países do BRICS para participar de futuros eventos e atividades do BRICS Startup Forum. Registramos o acordo para lançar o Centro de Competências Industriais do BRICS em cooperação com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), para apoiar conjuntamente o desenvolvimento de habilidades da Indústria 4.0 entre os países do BRICS e promover parcerias e aumento da produtividade na Nova Revolução Industrial. Endossamos a decisão do Grupo Consultivo da PartNIR de criar sete grupos de trabalho, incluindo Indústria Química; Mineração e Metais; Transformação Digital da Indústria; PMEs; Manufatura Inteligente e Robótica; Indústria Fotovoltaica; Dispositivos Médicos e Farmacêuticos.

77. Reconhecendo a importância da criação de uma economia digital capacitadora, inclusiva e segura e que a conectividade digital é um pré-requisito essencial para a transformação digital, bem como para o crescimento social e econômico, enfatizamos a necessidade de fortalecer a cooperação entre os países do BRICS. Também reconhecemos que as tecnologias emergentes, como 5G, sistemas de satélite, redes terrestres e não terrestres, têm o potencial de catalisar o desenvolvimento da economia digital. Reconhecemos que a infraestrutura pública digital resiliente, segura, inclusiva e interoperável tem o potencial de fornecer serviços em escala e aumentar as oportunidades sociais e econômicas para todos. Incentivamos os membros do BRICS a explorar a possibilidade de atividades conjuntas no campo da infraestrutura digital para garantir a integridade, a estabilidade do funcionamento e a segurança dos segmentos nacionais da Internet, respeitando as estruturas legislativas nacionais em relação a quaisquer aspectos do uso da Internet, inclusive os de segurança. Observamos a necessidade de aprimorar ainda mais o diálogo intra-BRICS para desbloquear o enorme potencial das TICs e incentivar intercâmbios de políticas e diálogos sobre Inteligência Artificial (IA), com o objetivo de estabelecer uma estrutura de governança global eficaz, com base em um amplo consenso, para impulsionar as economias nacionais e mitigar os riscos de uso mal-intencionado, desinformação, vazamento de privacidade, preconceito e discriminação decorrentes de tais tecnologias, e para defender uma abordagem centrada no ser humano, orientada para o desenvolvimento, inclusiva e sustentável, com o objetivo de melhorar a vida das pessoas e eliminar as divisões digitais, especialmente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

78. Reconhecendo que a rápida mudança tecnológica, incluindo o rápido avanço da Inteligência Artificial, tem o potencial de trazer novas oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico em todo o mundo, incentivamos mais discussões internacionais, apoiamos as Nações Unidas para que desempenhem um papel importante na governança global da IA e saudamos a resolução A/RES/78/311 da Assembleia Geral da ONU, intitulada Enhancing International Cooperation on Capacity-Building of Artificial Intelligence (Aprimorando a cooperação internacional na construção de capacidades da inteligência artificial), que foi adotada por consenso. Esperamos ansiosamente a cooperação do BRICS para ajudar os países em desenvolvimento a fortalecer a construção de capacidades em IA. Incentivamos consultas sobre o tópico de IA, inclusive por meio do Grupo de Estudos sobre IA do BRICS Institute of Future Networks (BIFN).

79. Reiteramos nosso apoio ao trabalho do BIFN e incentivamos todos os membros do BRICS a nomear filiais nacionais. Lembrando a decisão de criação de quatro grupos de estudo sob o conselho do

BIFN e observando a discussão desses grupos a respeito do projeto de Termos de Referência, incentivamos os membros do BRICS a participar ativamente nesse sentido, conforme apropriado. Incentivamos os grupos de estudo a começar a trabalhar e reconhecemos os esforços contínuos do Grupo de Foco na Plataforma do BRICS sobre Bens Público Digital, criado no âmbito do Grupo de Trabalho do BRICS sobre TICs.

80. Ao mesmo tempo em que enfatizamos o papel fundamental do acesso à energia para alcançar os ODS e observamos os riscos delineados para a segurança energética, destacamos a necessidade de uma cooperação aprimorada entre os países do BRICS como grandes produtores e consumidores de produtos e serviços de energia para transições energéticas justas, inclusivas, sustentáveis, equitativas e corretas. Acreditamos que a segurança energética, o acesso e as transições energéticas são importantes e precisam ser equilibrados, levando em consideração a implementação plena e efetiva da UNFCCC e de seu Acordo de Paris. Reafirmamos nossa determinação de promover um ambiente internacional de comércio e investimento em energia livre, aberto, justo, não discriminatório, transparente, inclusivo e previsível e concordamos em aprofundar a cooperação tecnológica. Enfatizamos a necessidade de cadeias de suprimento globais resilientes e de uma demanda de energia estável e previsível para fornecer acesso universal a fontes de energia acessíveis, confiáveis, sustentáveis e modernas, bem como para garantir segurança energética nacional, global e regional. Nesse sentido, também condenamos veementemente todos os ataques terroristas contra infraestruturas energéticas transfronteiriças críticas e pedimos uma abordagem aberta e imparcial para a investigação desses incidentes.

81. Reiteramos a necessidade de levar em conta as circunstâncias nacionais, inclusive o clima e as condições naturais, a estrutura da economia nacional e a combinação de fontes de energia, bem como as circunstâncias específicas dos países em desenvolvimento cujas economias dependem muito da renda ou do consumo de combustíveis fósseis e de produtos relacionados com uso intensivo de energia, para alcançar transições energéticas justas. Acreditamos que o uso eficiente de todas as fontes de energia é fundamental para transições energéticas justas em direção a sistemas de energia mais flexíveis, resilientes e sustentáveis e, nesse sentido, defendemos o princípio da neutralidade tecnológica, ou seja, o uso de todos os combustíveis, fontes de energia e tecnologias disponíveis para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, o que inclui, entre outros, combustíveis fósseis com tecnologias de redução e remoção, biocombustíveis, gás natural e GLP, hidrogênio e seus derivados, incluindo amônia, energia nuclear e renovável etc.

82. Pleiteamos a alocação de financiamento adequado, previsível e acessível por parte dos países desenvolvidos em direção aos países em desenvolvimento para as transições energéticas justas, de acordo com os princípios do CBDR-RC. Salientamos que os novos modelos de desenvolvimento industrial associados às transições energéticas exigiriam enormes investimentos em infraestrutura existente e nova.

83. Rejeitamos medidas protecionistas unilaterais, punitivas e discriminatórias, que não estejam de acordo com o direito internacional, sob o pretexto de preocupações ambientais, como mecanismos unilaterais e discriminatórios de ajuste de carbono nas fronteiras (CBAMs), exigências de devida diligência, impostos e outras medidas, e reconfirmamos nosso total apoio ao apelo da COP28 relacionado a evitar medidas comerciais unilaterais baseadas no clima ou no meio ambiente. Também nos opomos a medidas protecionistas unilaterais, que deliberadamente interrompem as cadeias globais de fornecimento e produção e distorcem a concorrência.

84. Saudamos a cooperação em andamento no âmbito da Plataforma de Cooperação em Pesquisa Energética do BRICS, incluindo a publicação do Relatório de Transição Energética Justa do BRICS, e notamos com apreço a 6th Cúpula Energética da Juventude do BRICS, realizada em 27 e 28 de setembro de 2024 em Moscou.

85. Reconhecemos o importante papel dos mercados de carbono como um dos impulsionadores da ação climática e incentivamos o aumento da cooperação e o compartilhamento de experiências nesse campo. Opomo-nos a medidas unilaterais introduzidas sob o pretexto de preocupações climáticas e ambientais e reiteramos nosso compromisso de aumentar a coordenação sobre essas questões. Saudamos a adoção do Memorando de Entendimento sobre a Parceria de Mercados de Carbono do BRICS

como uma plataforma dedicada ao compartilhamento de conhecimentos, experiências e estudos de caso de desenvolvimento de mercados de carbono e à discussão da potencial cooperação intra-BRICS em mercados de carbono, para trocar pontos de vista sobre uma potencial cooperação entre os países do BRICS, nos termos do Artigo 6 do Acordo de Paris.

86. Saudamos o estabelecimento do Grupo de Contato sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável pelos Ministros do Meio Ambiente do BRICS em 28 de junho de 2024 em Nizhny Novgorod e a adoção da Estrutura sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável no Diálogo de Alto Nível sobre Mudanças Climáticas (30 de agosto de 2024, Moscou). Esperamos estabelecer a Plataforma de Pesquisa Climática do BRICS (BCRP) para aprimorar o intercâmbio científico e especializado de opiniões, conhecimentos e práticas do grupo.

87. Ressaltamos a necessidade crítica de projetos de adaptação climática ativa, indo além da pesquisa e da previsão em direção à implementação de soluções práticas, promovendo energia renovável, financiamento sustentável, tecnologias de baixa emissão e investimentos em desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que destacamos a importância da ação coletiva e da cooperação internacional para enfrentar os impactos adversos das mudanças climáticas e garantir iniciativas climáticas inclusivas e equitativas.

88. Tendo depósitos significativos de uma ampla gama de recursos minerais, inclusive críticos, elogiamos os resultados da Primeira Reunião dos Chefes de Serviços Geológicos dos países do BRICS e reconhecemos o esforço conjunto para lançar a Plataforma Geológica do BRICS como o primeiro passo da colaboração prática no campo da geologia e do desenvolvimento racional dos recursos minerais.

89. Reconhecendo que os problemas ambientais estão representando uma ameaça cada vez maior, causando enormes danos à economia e afetando a qualidade de vida de nossos cidadãos, acolhemos os esforços para desenvolver ainda mais a Iniciativa Rios Limpos do BRICS dentro da estrutura da Plataforma de Tecnologia Ambientalmente Adequada (BEST) do BRICS. Incentivamos o envolvimento mais ativo dos jovens em atividades ambientais, acreditando que é fundamental aumentar a cultura e o conhecimento ambiental entre a população, principalmente entre os jovens.

90. Com plena consciência da importância crítica dos oceanos para o desenvolvimento sustentável e para a estabilidade climática, reconhecemos que o planejamento e a gestão apropriados, bem como o financiamento adequado, a construção de capacidades, a transferência e o desenvolvimento de tecnologia marinha são essenciais para garantir a proteção do ambiente marinho e a conservação e o uso sustentável dos recursos marinhos e da biodiversidade.

91. Apoiamos o Processo de Kimberley como o único esquema de certificação intergovernamental global que regula o comércio de diamantes brutos, enfatizando nosso compromisso de impedir que diamantes provenientes de conflitos entrem nos mercados, e reconhecemos o lançamento da Plataforma de Cooperação Informal do BRICS com a participação de nações africanas mineradoras de diamantes para garantir o livre comércio de diamantes brutos e o desenvolvimento sustentável do setor global de diamantes. Saudamos os esforços dos Emirados Árabes Unidos como presidente do Processo de Kimberley para 2024. Apoiamos os esforços para aumentar o volume de negócios de metais preciosos no BRICS com base em padrões de qualidade comuns.

92. Reconhecendo que uma infraestrutura de transporte desenvolvida, rotas de transporte internacional seguras, protegidas e eficientes, tecnologias e regulamentações inovadoras facilitarão os fluxos comerciais e o movimento transfronteiriço de pessoas, reconhecemos a importância da integração de vários modais de transporte para a criação de um sistema de transporte eficiente e sustentável nos países do BRICS. Saudamos os resultados da Primeira Reunião de Ministros de Transportes do BRICS em São Petersburgo, em 6 de junho de 2024, e esperamos promover ainda mais o diálogo sobre transporte para atender à demanda de todas as partes interessadas e aumentar o potencial de transporte dos países do BRICS, respeitando também a soberania e a integridade territorial de todos os estados membros ao realizar a cooperação em transporte. Também esperamos explorar ainda mais as oportunidades de estabelecer uma plataforma logística para coordenar e melhorar as condições de transporte no âmbito da logística multimodal entre os países do BRICS.

93. Reiteramos nosso apoio à função central de coordenação da Organização Mundial da Saúde na implementação de esforços internacionais multilaterais para proteger a saúde pública contra doenças infecciosas e epidemias e nos comprometemos a reformar e fortalecer o sistema internacional de prevenção, prontidão e resposta a pandemias. Reconhecemos o papel fundamental da atenção primária à saúde como base fundamental para a atenção universal à saúde e para a resiliência do sistema de saúde, bem como para a prevenção e resposta a emergências de saúde. Acolhemos a promoção de laços mais estreitos entre as instituições de saúde do BRICS responsáveis pela saúde sanitária e epidemiológica e bem-estar, prevenção, preparação e resposta a doenças transmissíveis propensas a epidemias e impacto na saúde após desastres e incentivamos a exploração de oportunidades para o compartilhamento de conhecimento, troca de experiência e realização de projetos conjuntos no setor de saúde.

94. Reconhecemos que a cooperação do BRICS no combate à tuberculose (TB) e à resistência antimicrobiana (AMR), bem como no fortalecimento das capacidades de prevenção de doenças transmissíveis e outras questões de saúde, como doenças não transmissíveis, pesquisa e desenvolvimento, compartilhamento de experiências, inclusive em sistemas de medicina tradicional, saúde digital, medicina nuclear e ciência radiofarmacêutica, com ênfase especial no fortalecimento da cadeia de suprimentos radiofarmacêutica e no aumento da produção de isótopos, além de promover o desenvolvimento de soluções digitais avançadas, contribui imensamente para os esforços internacionais relevantes.

95. Apoiamos as iniciativas do Centro de Vacinas de P&D do BRICS, o desenvolvimento do Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS para prevenir riscos de doenças infecciosas em massa e as operações da Rede de Pesquisa de TB do BRICS. Saudamos os resultados da 79ª Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) sobre resistência antimicrobiana, comprometendo-se com um conjunto claro de metas e ações, incluindo a redução em 10%, até 2030, das 4,95 milhões de mortes humanas estimadas anualmente associadas à resistência antimicrobiana bacteriana (RAM). Expressamos nossa preocupação com a crescente ameaça da resistência antimicrobiana a todos os setores da economia, em particular a saúde, e observamos a oportunidade de realizar a primeira Conferência do BRICS sobre resistência antimicrobiana em maio de 2024.

96. Lembrando o potencial significativo dos países do BRICS no campo da medicina nuclear, saudamos a decisão de estabelecer um Grupo de Trabalho do BRICS sobre Medicina Nuclear. Registramos a realização bem-sucedida do Primeiro Fórum de Medicina Nuclear do BRICS em 20 e 21 de junho de 2024 em São Petersburgo e a publicação da Revista de Melhores Práticas em Medicina Nuclear do BRICS.

97. Saudamos o lançamento da primeira edição do BRICS Health Journal e tomamos nota da criação da Associação Médica do BRICS. Apoiamos o lançamento da Rede de Institutos de Saúde Pública do BRICS - uma plataforma projetada para a troca de experiências e melhores práticas no fortalecimento e proteção da saúde pública.

98. Esperamos que a cooperação do BRICS seja aprimorada, inclusive por meio de mecanismos de aplicações de satélites de sensoriamento remoto para o desenvolvimento econômico e social dos países do BRICS, inclusive em apoio ao combate às mudanças climáticas, à redução do risco de desastres e aos sistemas de alerta precoce. Incentivamos o aprimoramento do diálogo entre agências para explorar ainda mais as possibilidades de cooperação na exploração pacífica e no uso do espaço sideral e, nesse sentido, saudamos a declaração dos Chefes de Agências Espaciais do BRICS.

99. Reconhecendo que os países do BRICS têm um enorme potencial turístico, saudamos os resultados do primeiro Fórum de Turismo do BRICS, realizado em Moscou nos dias 20 e 21 de junho de 2024. Comprometemo-nos a fortalecer ainda mais a conectividade entre as pessoas, aprimorando a cooperação entre as diversas partes interessadas e desenvolvendo projetos conjuntos na esfera do turismo. Apreciamos a adoção do Roteiro para a Cooperação em Turismo do BRICS com o objetivo de facilitar o intercâmbio de turistas, o desenvolvimento de habilidades, a promoção do turismo sustentável e a digitalização dos serviços turísticos.

100. Reafirmamos nosso compromisso de avançar e desenvolver ainda mais a cooperação no campo do direito e da política de concorrência entre os países do BRICS, com o objetivo de contribuir para

o desenvolvimento sustentável dos mercados, combatendo eficazmente as práticas anticompetitivas transfronteiriças e promovendo um ambiente de mercado saudável. Reconhecemos o papel das atividades do Centro Internacional de Direito e Política Concorrencial do BRICS na criação e no compartilhamento de conhecimento entre as autoridades de concorrência do BRICS e a importância de garantir as condições mais favoráveis para o desenvolvimento do direito concorrencial das economias do BRICS e trabalhar para a eliminação de barreiras de monopólio em mercados socialmente importantes. Saudamos a realização da IX Conferência Internacional de Concorrência do BRICS em 2025, na África do Sul.

101. Saudamos a evolução contínua da cooperação entre os países do BRICS, incluindo, entre outros, discussões adicionais sobre o Acordo de Assistência Administrativa Mútua, a assinatura do Plano de Ação Conjunta do Operador Econômico Autorizado do BRICS pelas Administrações Aduaneiras do BRICS para o Reconhecimento Mútuo de seus respectivos Programas de Operador Econômico Autorizado. Essa cooperação permite a inclusão de novos países e sua indução no processo estabelecido, a capacitação, a cooperação na aplicação da lei e o fortalecimento da cooperação entre os centros de treinamento alfandegário do BRICS para implementar atividades conjuntas de treinamento alfandegário e o estabelecimento de Centros de Excelência do BRICS e suas plataformas on-line relacionadas.

102. Reconhecendo a importância de aprimorar e institucionalizar ainda mais a cooperação tributária do BRICS, saudamos a adoção da Estrutura de Governança dos Chefes de Autoridades Tributárias do BRICS como um passo importante para a cooperação tributária sistemática e consistente entre os países do BRICS.

103. Saudamos a resolução 78/230 da Assembleia Geral da ONU sobre a Promoção de uma cooperação tributária internacional inclusiva e eficaz nas Nações Unidas. Expressamos nosso apreço pelo compromisso e dedicação no desenvolvimento dos Termos de Referência para uma Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional (UNFCITC) pelo Comitê Ad Hoc da ONU. Reconhecemos a importância fundamental de desenvolver a UNFCITC com seus protocolos iniciais para fortalecer a cooperação tributária internacional e torná-la totalmente inclusiva e mais eficaz. Esperamos que a implementação da UNFCITC promova um sistema tributário internacional inclusivo, justo, transparente, eficiente, equitativo e eficaz para o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de aumentar a legitimidade, a certeza, a resiliência e a justiça das regras tributárias internacionais, ao mesmo tempo em que aborde os desafios para fortalecer a mobilização de recursos domésticos. Apoiamos iniciativas para aprimorar a cooperação tributária e construir um sistema tributário internacional mais progressivo, estável e eficaz, promovendo a transparência tributária e facilitando discussões sobre a tributação efetiva de pessoas físicas com alto patrimônio líquido.

104. Reconhecemos o papel das ferramentas de padronização na facilitação do comércio e concordamos em fortalecer a cooperação mutuamente benéfica na esfera da padronização.

105. Reconhecendo a importância dos dados, das estatísticas e das informações para a tomada de decisões eficazes, expressamos nosso apoio ao aprimoramento da cooperação estatística no âmbito do BRICS, incluindo o lançamento anual da Publicação Estatística Conjunta do BRICS e do Snapshot da Publicação Estatística Conjunta do BRICS, bem como o intercâmbio de melhores práticas nas áreas de estatísticas oficiais nos países membros do BRICS.

106. Acolhemos com satisfação a cooperação dos Escritórios de Propriedade Intelectual (PI) do BRICS e o intercâmbio de melhores práticas e experiências no campo da PI, em particular em questões tecnológicas avançadas, com o objetivo de apoiar os titulares de direitos, incluindo MPMs e talentos, na proteção, comercialização e utilização da PI.

107. Reiteramos a necessidade de fortalecer ainda mais a cooperação do BRICS no campo da gestão de desastres. Enfatizamos a importância de melhorar os sistemas e as capacidades nacionais de redução de riscos de desastres para diminuir os danos relacionados a desastres e proteger a infraestrutura, as vidas humanas e os meios de subsistência. Nesse sentido, incentivamos o aprimoramento da capacidade abrangente de redução de riscos de desastres dos países do BRICS de forma a resistir com eficácia a desastres naturais, incluindo enchentes, secas, terremotos, incêndios

florestais, etc. Apoiamos o diálogo aprimorado sobre o desenvolvimento de sistemas de monitoramento de riscos naturais, previsão de desastres naturais e suas possíveis consequências, incluindo o uso de observação da Terra por satélite, promovendo o desenvolvimento de informações e sistemas de alerta precoce para desastres naturais.

108. Reafirmamos nosso compromisso de aprimorar a cooperação do BRICS no desenvolvimento do mercado de trabalho e promover alta qualidade e pleno emprego por meio do desenvolvimento econômico e social sustentável, ambiente de mercados de trabalho inclusivo e centrado no ser humano. Comprometemo-nos a continuar os esforços para desenvolver estratégias abrangentes de aprendizagem ao longo da vida, orientação vocacional, educação profissional contínua e treinamento de habilidades vocacionais para garantir que os trabalhadores estejam equipados com as habilidades necessárias para o futuro do trabalho e um mercado de trabalho resiliente e equitativo. Enfatizamos a importância de regulamentar o emprego em plataformas para garantir trabalho decente, remuneração justa e proteção social para todos. Comprometemo-nos a melhorar a segurança e o ambiente de trabalho saudável e a modernizar os sistemas de apoio social e a tomar todas as medidas relevantes para reduzir as lesões e doenças ocupacionais para atender às diversas necessidades de nossas populações.

109. Destacamos o importante papel que a auditoria do setor público desempenha para garantir a eficiência, a responsabilidade, a eficácia e a transparência da administração pública nos países do BRICS e manter sua estabilidade financeira e econômica. Saudamos o aumento da interação e do compartilhamento das melhores práticas entre as instituições supremas de auditoria dos países do BRICS. Também prestamos atenção especial à necessidade de aprimoramento das atividades das instituições externas de auditoria do setor público que operam nos níveis regional e local nos países do BRICS, de acordo com os mandatos e procedimentos das Instituições Supremas de Auditoria, conforme apropriado.

110. Reconhecemos a necessidade de aprofundar a cooperação no campo jurídico dentro da estrutura do BRICS e reconhecemos a primeira reunião dos Ministros da Justiça do BRICS. Reconhecemos a importância de atrair investimentos e desenvolver as economias dos países do BRICS e desenvolver uma estrutura robusta para tratar das queixas dos investidores com mais consultas e deliberações entre os países do BRICS. Tomamos nota da iniciativa russa de estabelecer o Centro Internacional de Arbitragem de Investimentos do BRICS.

111. Reconhecemos o enorme potencial dos países do BRICS na esfera de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) e o Protocolo proposto para o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em CTI. Saudamos o trabalho do Comitê Diretor de CTI do BRICS, que é um dos mecanismos cruciais para gerenciar e garantir a realização bem-sucedida das atividades de CTI do BRICS. Acolhemos o estabelecimento do Grupo de Trabalho do BRICS com foco na pesquisa em ciências sociais e humanas e a adaptação dos Termos de Referência (ToR) do Programa Quadro de CTI do BRICS para melhor navegar pelo gerenciamento das Chamadas Conjuntas de Propostas para apoiar o trabalho de pesquisa, incluindo o lançamento antecipado dos Projetos Principais de CTI do BRICS. Reconhecendo o importante papel dos sistemas e bancos de dados cienciométricos no mundo científico moderno e considerando o potencial de pesquisa dos países do BRICS, incentivamos iniciativas destinadas a explorar os sistemas e bancos de dados cienciométricos nos países do BRICS.

112. Destacamos ainda a importância da ciência, tecnologia e inovação como um catalisador fundamental para o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida das pessoas nas nações do BRICS. Também observamos o progresso feito no avanço dos programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação em setores críticos transversais, incluindo campos biomédicos, energia renovável, ciências espaciais e astronômicas, ciências oceânicas e polares, por meio de projetos conjuntos de pesquisa e inovação e promoção de intercâmbios institucionais conjuntos. Saudamos o setor de CTI por estabelecer o Programa-Quadro de CTI para possível financiamento de pesquisa colaborativa conjunta e inovação em áreas científicas prioritárias. Incentivamos os países membros do BRICS a explorar a possibilidade de alocar fundos para pesquisa e desenvolvimento, especialmente para apoiar iniciativas de inovação para startups e MPMEs, alinhando-as às suas prioridades e estratégias nacionais. Incentivamos

o estabelecimento de centros de incubação e de startups para promover a inovação e a tecnologia dentro do programa-quadro de CTI do BRICS.

113. Observamos com apreço as medidas tomadas pelos países do BRICS para estabelecer estruturas para a construção de capacidades no desenvolvimento de políticas de CTI; plataformas para estudos de previsão tecnológica; e apoio às capacidades de jovens cientistas e inovadores. Incentivamos todos os países membros do BRICS a explorar formas de aumentar o investimento em infraestruturas de pesquisa para avançar as capacidades científicas e a competitividade.

114. Saudamos a ampliação da Rede de Universidades do BRICS, bem como a expansão de suas áreas de pesquisa, incluindo matemática, ciências naturais, ciências sociais e humanitárias, agricultura sustentável e segurança alimentar, ciências da saúde. Concordamos em explorar oportunidades de cooperação entre os estados-membros do BRICS para promover o desenvolvimento da estrutura para o reconhecimento mútuo de qualificações. Apoiamos o diálogo contínuo sobre sistemas de avaliação de qualidade para as universidades do BRICS, de acordo com seus sistemas nacionais de educação.

115. Reafirmamos nosso compromisso de aprimorar a cooperação em Educação e Treinamento Técnico e Profissional (TVET) do BRICS e valorizamos o papel central da Aliança de Cooperação em TVET do BRICS como uma plataforma multilateral para diálogo, compartilhamento de experiências e colaboração em projetos. Aguardamos ansiosamente mais discussões sobre a avaliação qualitativa e quantitativa dos sistemas de educação e treinamento técnico e vocacional por meio de projetos de pesquisa conjuntos. Apoiamos o estabelecimento do Mecanismo de Cooperação em Educação Digital do BRICS como resultado do processo consultivo acordado pelos Ministros da Educação do BRICS na Declaração de Skukuza de 2023 e na Declaração de Kazan de 2024.

116. Apreciamos a iniciativa de estabelecer, em 18 de agosto, o Dia do Geógrafo do BRICS como um feriado profissional anual com o objetivo de promover a pesquisa conjunta em ciências geográficas e geoespaciais dentro do BRICS para aumentar a capacidade de enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável.

117. Saudamos a realização da Reunião Global de Educação em 1º de novembro de 2024 em Fortaleza, Brasil, dedicada ao ODS 4 e liderada pela UNESCO, que pela primeira vez será realizada em um país do Sul Global.

118. Reconhecendo que o desenvolvimento de produtos de alta tecnologia com base na capacidade tecnológica nacional é um fator que predetermina a competitividade das economias nacionais, contribuindo para o crescimento econômico sustentável e inclusivo, incentivamos a cooperação tecnológica entre os países do BRICS. Reconhecemos a iniciativa da Presidência sobre a Nova Plataforma Tecnológica do BRICS sob o guarda-chuva do Conselho Empresarial do BRICS, com o objetivo de promover a cooperação em tecnologia e inovação entre os países do BRICS. Observamos os resultados do Prêmio BRICS Solutions 2024, que distinguiu as melhores práticas tecnológicas em áreas prioritárias de desenvolvimento inovador nos países do BRICS.

#### **Fortalecimento do intercâmbio entre pessoas para o desenvolvimento social e econômico**

119. Reafirmamos a importância dos intercâmbios interpessoais do BRICS para aumentar a compreensão mútua, a amizade e a cooperação. Apreciamos os eventos realizados sob a presidência da Rússia em 2024, inclusive nas áreas de mídia, cultura, educação, esportes, artes, juventude, sociedade civil, diplomacia pública e intercâmbios acadêmicos, e reconhecemos que os intercâmbios interpessoais desempenham um papel essencial no enriquecimento de nossas sociedades e no desenvolvimento de nossas economias. Nesse sentido, pedimos mais esforços para respeitar a diversidade de culturas, valorizar a herança, a inovação e a criatividade, defender conjuntamente intercâmbios e cooperação internacionais robustos entre pessoas e reconhecer a adoção da Resolução A/RES/78/286 da AGNU intitulada "Dia Internacional do Diálogo entre Civilizações".

120. Enfatizamos nosso compromisso com o aprimoramento da cooperação internacional em educação, ciência, cultura, comunicação e informação, tendo em vista a complexidade dos desafios e transformações contemporâneos e, nesse sentido, observamos a relevância dos princípios estabelecidos

na Constituição da UNESCO e seu mandato de promover a cooperação e a paz por meio da colaboração internacional que deve ser baseada na igualdade, no diálogo, nas atividades programáticas obrigatórias e no espírito de consenso. Lembramos a Estrutura da UNESCO para a Cultura e Educação Artística que foi adotada por unanimidade em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, em fevereiro de 2024.

121. Ressaltamos o papel vital da cultura no desenvolvimento sustentável, pois ela beneficia amplamente o crescimento econômico, a coesão social e o bem-estar geral. Nesse contexto, reafirmamos a importância do fortalecimento da cooperação do BRICS nas áreas de cultura e preservação do patrimônio cultural. Damos as boas-vindas ao Festival de Cultura do BRICS, que destaca a diversidade e a riqueza das culturas do BRICS e serve como um catalisador para promover uma maior compreensão mútua entre nossas nações. Também damos as boas-vindas ao Festival de Cinema do BRICS e aos concertos de música. Incentivamos a participação nas Alianças do BRICS, incluindo a Aliança de Museus, a Aliança de Museus e Galerias de Arte, a Aliança de Bibliotecas e a Aliança de Teatro para Crianças e Jovens. Saudamos o estabelecimento da Aliança de Dança Folclórica do BRICS e incentivamos o estabelecimento de uma Aliança de Escolas de Cinema do BRICS.

122. Consideramos essas alianças ideais para apoiar o intercâmbio cultural, o compartilhamento de conhecimento e a preservação de nosso patrimônio comum. Por meio dessas iniciativas, pretendemos aprofundar os laços culturais, aumentar a apreciação mútua e contribuir para um mundo mais interconectado. Ressaltamos a importância da cooperação do BRICS nos campos da preservação do patrimônio cultural e da cultura. Relembrando a Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável e a Declaração dos Líderes do G20 de Nova Délhi 2023, reconhecemos o poder da cultura como um catalisador para o desenvolvimento sustentável, incluindo criatividade, inovação e crescimento econômico inclusivo, coesão social e proteção ambiental.

123. Enfatizamos que todos os países do BRICS têm uma rica cultura esportiva tradicional e concordamos em apoiar uns aos outros na promoção de esportes tradicionais e indígenas entre os países do BRICS e em todo o mundo. Nós nos opomos veementemente a qualquer forma de discriminação com base em idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, status econômico ou outro status dos atletas. Reconhecemos a importância de eventos esportivos, reuniões, conferências e seminários conjuntos do BRICS no campo da ciência e da medicina esportiva.

124. Atribuímos grande importância ao papel do BRICS no desenvolvimento de laços esportivos entre os países do BRICS, incluindo esportes de massa, juvenis, escolares e estudantis, esportes de alta prioridade, paradesporto, esportes nacionais e tradicionais. Nesse sentido, apreciamos muito a presidência da Rússia por sediar os Jogos do BRICS em Kazan, em junho, que reuniu participantes de 27 modalidades esportivas.

125. Reiteramos a necessidade de desenvolver ainda mais os intercâmbios de jovens, inclusive em áreas como educação, treinamento, desenvolvimento de habilidades, ciência, tecnologia, inovação, empreendedorismo, estilo de vida saudável e esportes, bem como serviço comunitário e voluntariado. Avaliamos positivamente os resultados da Cúpula da Juventude do BRICS, realizada em Ulyanovsk em julho de 2024, e reconhecemos seu valor como uma plataforma para discussão aberta e interação construtiva entre os jovens dos países do BRICS. Pretendemos promover ainda mais o Conselho da Juventude do BRICS, que serve como um mecanismo para o desenvolvimento e a consolidação da agenda da juventude dentro da aliança. Concordamos em explorar a possibilidade de organizar missões educacionais aos países do BRICS para aumentar a conscientização dos jovens sobre os valores e princípios do BRICS.

126. Comprometemo-nos a promover ainda mais a interação interparlamentar entre os estados-membros do BRICS por meio da troca regular de opiniões, experiências e melhores práticas, de acordo com o Memorando sobre o Fórum Parlamentar do BRICS assinado em 28 de setembro de 2023 em Joanesburgo e seu Protocolo assinado em 12 de julho de 2024. Nesse sentido, saudamos a realização bem-sucedida do X Fórum Parlamentar do BRICS em São Petersburgo, de 11 a 12 de julho de 2024.

127. Reconhecemos que o diálogo entre os partidos políticos dos países do BRICS desempenha um papel construtivo na construção de consenso e no aprimoramento da cooperação. Observamos o

sucesso da realização do Diálogo dos Partidos Políticos do BRICS em Vladivostok, em junho de 2024, e damos as boas-vindas a outros países do BRICS para que continuem a tradição de realizar esse evento no futuro.

128. Elogiamos o progresso feito pelos países do BRICS na promoção de moradias acessíveis e desenvolvimento urbano e resiliência e apreciamos a contribuição de mecanismos, incluindo o Fórum de Urbanização do BRICS, o Fórum de Cooperação entre Cidades Amigas e Governos Locais do BRICS e o Fórum Municipal do BRICS, para facilitar a construção de mais relações de cidades amigas entre os países do BRICS e promover a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

129. Elogiamos a realização bem-sucedida do Fórum Empresarial do BRICS. Saudamos a autorreflexão realizada pelo Conselho Empresarial do BRICS, com foco nos marcos alcançados e nas áreas passíveis melhoria. Apoiamos as atividades do Conselho Empresarial do BRICS em diferentes domínios, incluindo agricultura, finanças e investimentos, infraestrutura, transporte e logística, economia digital, produção de energia e desenvolvimento sustentável.

130. Reconhecemos o papel fundamental das mulheres no desenvolvimento político, social e econômico. Destacamos a importância do empoderamento das mulheres e sua plena participação com base na igualdade em todas as esferas da sociedade, incluindo sua participação ativa nos processos de tomada de decisão, inclusive em cargos de chefia, o que é fundamental para a conquista da igualdade, do desenvolvimento e da paz. Reconhecemos que o empreendedorismo inclusivo e o acesso ao financiamento para as mulheres facilitarão sua participação em empreendimentos comerciais, inovação e economia digital. Nesse sentido, saudamos os resultados da Reunião de Ministras da Mulher e do Fórum da Mulher do BRICS, realizados em setembro, em São Petersburgo, sob o tema "Mulheres; Governança e Liderança", e reconhecemos a valiosa contribuição dessas reuniões anuais para o desenvolvimento e a consolidação do empoderamento da mulher em todos os três pilares da cooperação do BRICS.

131. Apreciamos os esforços da BRICS Women's Business Alliance para promover o empreendedorismo feminino, incluindo o lançamento da Plataforma Digital Comum da BRICS Women's Business Alliance, a realização do primeiro Fórum de Empreendedorismo Feminino do BRICS em Moscou, nos dias 3 e 4 de junho de 2024, e o primeiro Concurso de Startups Femininas do BRICS. Apoiamos o fortalecimento da cooperação entre a BRICS Women's Business Alliance e as mulheres empreendedoras do Sul Global, incluindo o estabelecimento de Escritórios Regionais, conforme apropriado.

132. Incentivamos o fortalecimento dos laços entre as comunidades de especialistas e a sociedade civil dos países do BRICS. A esse respeito, saudamos a realização bem-sucedida do Fórum Acadêmico do BRICS e do Fórum Civil do BRICS, as atividades do Conselho de Think Tank do BRICS, que aprimoram a cooperação em pesquisa e em construção de capacidades entre as comunidades acadêmicas dos países do BRICS, e o lançamento da Rede de Think Tank do BRICS para Finanças, que apoiará as discussões da trilha de finanças BRICS. Nós endossamos o estabelecimento do Conselho Civil do BRICS.

133. Congratulamos a presidência do BRICS da Rússia em 2024 e expressamos nossa gratidão ao governo e ao povo da Federação Russa pela realização da XVI Cúpula do BRICS na cidade de Kazan.

134. Estendemos total apoio ao Brasil em sua presidência do BRICS em 2025 e na realização da XVII Cúpula do BRICS no Brasil.

## **Discurso do presidente Lula em Sessão Plenária Aberta da XVI Cúpula do BRICS, na Rússia**

Discurso lido e transmitido para a Sessão Plenária Aberta da Cúpula do BRICS, realizada em Kazan (Rússia), no dia 23 de outubro de 2024

Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/10/discurso-do-presidente-lula-em-sessao-plenaria-aberta-da-xvi-cupula-do-brics-na-russia>

Mesmo sem estar pessoalmente em Kazan, quero registrar minha satisfação em me dirigir aos companheiros do BRICS. Quero agradecer o apoio que os membros do grupo têm estendido à presidência brasileira do G20.

Seu respaldo foi fundamental para avançar em iniciativas que são cruciais para a redução das desigualdades, como a taxação de super-ricos.

Nossos países implementaram nas últimas décadas políticas sociais exitosas que podem servir de exemplo para o resto do mundo.

A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza já está em fase avançada de adesões.

Convido todos a se somarem à iniciativa, que nasceu no G20, mas está aberta a outros participantes.

O BRICS é ator incontornável no enfrentamento da mudança do clima.

Não há dúvida de que a maior responsabilidade recai sobre os países ricos, cujo histórico de emissões culminou na crise climática que nos aflige hoje.

É preciso ir além dos 100 bilhões anuais prometidos e não cumpridos, e fortalecer medidas de monitoramento dos compromissos assumidos.

Os dados da ciência exprimem um sentido de urgência sem precedentes.

O planeta é um só e seu futuro depende da ação coletiva.

Também cabe aos países emergentes fazer sua parte para limitar o aumento da temperatura global a um grau e meio.

Na COP 30, em Belém, vamos juntos mostrar que é possível conciliar maior ambição em nossas Contribuições Nacionalmente Determinadas com o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

Na presidência brasileira do BRICS, queremos reafirmar a vocação do bloco na luta por um mundo multipolar e por relações menos assimétricas entre os países.

Não podemos aceitar a imposição de “apartheids” no acesso a vacinas e medicamentos, como ocorreu na pandemia, nem no desenvolvimento da Inteligência Artificial, que caminha para tornar-se privilégio de poucos.

Precisamos fortalecer nossas capacidades tecnológicas e favorecer a adoção de marcos multilaterais não excludentes, em que a voz dos governos prepondere sobre interesses privados.

O BRICS foi responsável por parcela significativa do crescimento econômico mundial nas últimas décadas.

Juntos, somos mais de 3,6 bilhões de pessoas, que integram mercados dinâmicos com elevada mobilidade social.

Representamos 36% do PIB global por paridade de poder de compra. Contamos com 72% das terras raras do planeta, 75% do manganês e 50% do grafite.

Entretanto, os fluxos financeiros continuam seguindo para nações ricas.

É um Plano Marshall às avessas, em que as economias emergentes e em desenvolvimento financiam o mundo desenvolvido.

As iniciativas e instituições do BRICS rompem com essa lógica.

A atuação do Conselho Empresarial contribuiu para ampliar o comércio entre nós.

As exportações brasileiras para os países do BRICS cresceram doze vezes entre 2003 e 2023.

O BRICS é hoje a origem de quase um terço das importações do Brasil.

A Aliança Empresarial de Mulheres está criando redes para fomentar o empoderamento econômico feminino e combater as desigualdades de gênero que persistem.

Por meio do Mecanismo de Cooperação Interbancária, nossos bancos nacionais de desenvolvimento vão estabelecer linhas de crédito em moedas locais, que reduzirão os custos de transação de pequenas e médias empresas.

O Novo Banco de Desenvolvimento (o NDB), que neste ano completa dez anos, tem investido na infraestrutura necessária para fortalecer nossas economias e promover uma transição justa e soberana.

Sob a liderança da companheira Dilma Rousseff, o NDB conta atualmente com uma carteira de quase 100 projetos e com financiamentos da ordem de 33 bilhões de dólares.

Ele foi pensado para ser bem-sucedido onde as instituições de Bretton Woods continuam falhando.

Em vez de oferecer programas que impõem condicionalidades, o NDB financia projetos alinhados a prioridades nacionais.

Em vez de aprofundar disparidades, sua governança se assenta na igualdade de voto.

Agora é chegada a hora de avançar na criação de meios de pagamento alternativos para transações entre nossos países.

Não se trata de substituir nossas moedas. Mas é preciso trabalhar para que a ordem multipolar que almejamos se reflita no sistema financeiro internacional.

Essa discussão precisa ser enfrentada com seriedade, cautela e solidez técnica, mas não pode ser mais adiada.

Muitos insistem em dividir o mundo entre amigos e inimigos. Mas os mais vulneráveis não estão interessados em dicotomias simplistas.

O que eles querem é comida farta, trabalho digno e escolas e hospitais públicos de acesso universal e de qualidade.

É um meio ambiente sadio, sem eventos climáticos que ponham em risco sua sobrevivência.

É uma vida de paz, sem armas que vitimam inocentes.

Como disse o presidente Erdogan na Assembleia Geral da ONU, Gaza se tornou “o maior cemitério de crianças e mulheres do mundo”.

Essa insensatez agora se alastra para a Cisjordânia e para o Líbano.

Evitar uma escalada e iniciar negociações de paz também é crucial no conflito entre Ucrânia e Rússia.

No momento em que enfrentamos duas guerras com potencial de se tornarem globais, é fundamental resgatar nossa capacidade de trabalhar juntos em prol de objetivos comuns.

Por isso, o lema da presidência brasileira será *“Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável”*.

Companheiros, espero vê-los na próxima Cúpula para construir mais um capítulo da nossa história comum.

Muito obrigado presidente Putin e muito obrigado aos companheiros que estão em Kazan.

## Declaração da XIV Reunião de Ministros da Saúde do BRICS

Moscú, 11 de outubro de 2024

### Preâmbulo

1. Nós, os Ministros da Saúde do BRICS, nos reunimos na 14ª Reunião Ministerial do BRICS em Moscú, Federação Russa, nos dias 10 e 11 de outubro de 2024, para discutir questões de cooperação em saúde para enfrentar os desafios globais de saúde e projetar mecanismos robustos de cooperação e, nesse sentido, decidimos:

2. Reitera o compromisso dos Estados originais e dos Estados-membros recém-empossados com o espírito do BRICS de respeito e compreensão mútuos, igualdade soberana, solidariedade, democracia, abertura, inclusão, colaboração e consenso fortalecidos. Estamos dedicados aos altos padrões de saúde pública e à forte cooperação eficaz no setor de saúde.

3. Reconhecer que os patógenos não respeitam fronteiras internacionais. É necessário que os países trabalhem coletivamente para controlar a propagação de doenças infecciosas, construindo capacidades, fortalecendo os sistemas de saúde e estabelecendo cadeias de suprimentos fortes e sustentáveis. Além disso, a tecnologia e o know-how devem ser compartilhados para garantir disponibilidade, acessibilidade, qualidade e acesso equitativo a contramedidas médicas.

4. Observe que as crises de saúde pública em andamento, como a Mpox, representam desafios para nossos esforços para alcançar o ODS3. Portanto, reconhecemos a necessidade de forte colaboração e esforços conjuntos para enfrentar esses desafios para cumprir as metas do ODS3 até 2030. Como membros do BRICS, nos esforçamos para trabalhar coletivamente para alcançar as metas de cobertura universal de saúde e proteger a população de nossos países afetados significativamente pelos impactos negativos da pandemia de COVID-19 e outras emergências de saúde.

5. Reconhecer o direito de todo ser humano de desfrutar do mais alto padrão possível de saúde física e mental e de ter acesso a uma gama completa de serviços de saúde essenciais e de qualidade sem dificuldades financeiras.

6. Reconhecer a necessidade de continuar a fortalecer a arquitetura de saúde global para que seja transparente, sustentável e equitativa e reiterar o papel central de coordenação da OMS na arquitetura de saúde global.

7. Os países do BRICS observam o progresso alcançado no processo de negociação do INB sobre um instrumento de preparação para pandemias e saudam a continuação da discussão sobre essa questão.

8. Apoiar a OMS a ter recursos previsíveis e flexíveis para implementar seu GPW-14.

9. Enfatizar a importância de mecanismos conjuntos para implementar o esforço colaborativo no campo da saúde entre os países do BRICS e reafirmar nosso compromisso com a implementação dos acordos adotados em Durban, África do Sul, em 2023.

Para garantir a cooperação entre os Estados-membros do BRICS no campo da saúde, concordamos em tomar as seguintes ações.

#### I. Cooperação no campo da medicina nuclear

10. Enfatizar a importância da decisão de estabelecer um diálogo sobre medicina nuclear consagrada na XV Declaração da Cúpula do BRICS em Joanesburgo II, em 24 de agosto de 2023.

11. Saudar o progresso na abordagem dessa questão, que se reflete no Fórum Internacional de Especialistas em Medicina Nuclear do BRICS, realizado em 20 e 21 de junho de 2024 em São Petersburgo, bem como na Reunião do Grupo de Trabalho de Medicina Nuclear do BRICS.

12. Observe que o Primeiro Fórum Internacional de Alto Nível sobre Medicina Nuclear do BRICS proporcionou uma oportunidade para os especialistas discutirem tópicos importantes para todos os países do BRICS, incluindo: educação e treinamento em medicina nuclear, desenvolvimentos inovadores em radiofármacos e sua transferência clínica, diagnóstico de radionuclídeos e tratamento de doenças oncológicas, perspectivas de métodos de medicina nuclear além das aplicações oncológicas.

13. Reconhecer a necessidade de cooperação na área de medicina nuclear e radiofarmácia dentro do grupo de trabalho de medicina nuclear do BRICS e suas iniciativas abordadas na Resolução final do primeiro fórum internacional do BRICS sobre medicina nuclear.

#### **II-O Sistema Integrado de Alerta Precoce para a Prevenção de Doenças Infecciosas em Massa**

14. Reiteramos a importância da cooperação do BRICS no campo das doenças infecciosas, enfatizamos a necessidade de fortalecer as medidas de redução de riscos e a troca de informações sobre as melhores práticas em tempo hábil, para fortalecer a implementação do Regulamento Sanitário Internacional (2005) da Organização Mundial da Saúde.

15. Observar o progresso que foi feito com a criação do Sistema Integrado de Alerta Precoce para a Prevenção de Doenças Infecciosas em Massa, que permitirá aos países do BRICS acelerar o intercâmbio de dados, materiais e conhecimentos de acordo com a respectiva legislação nacional e em termos mutuamente acordados para responder a grandes emergências de saúde pública causadas por doenças infecciosas.

~~16.~~ Registrar a reunião de peritos realizada em 27 de março de 2024 sob a Presidência da Federação da Rússia e congratular-se com a sua resolução de criar um grupo de trabalho. Encorajamos o Grupo de Trabalho a finalizar e adotar os Termos de Referência do Sistema Integrado de Alerta Precoce para a Prevenção de Doenças Infecciosas em Massa.

#### **III. Memorando de Entendimento entre as Agências Reguladoras do BRICS sobre Cooperação no Campo da Regulação de Produtos para Saúde**

17. Reconhecer que os países do BRICS compartilham desafios como o acesso a produtos médicos de qualidade, eficazes e seguros e, portanto, sublinhar a importância da cooperação técnica entre as agências reguladoras.

18. Lembre-se do Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Regulamentação de Produtos Médicos para Uso Humano que foi assinado pelos países do BRICS em dezembro de 2023 em formato virtual.

19. Nota a reunião das autoridades reguladoras de produtos médicos do BRICS, realizada em São Petersburgo em 5 de junho de 2024, à margem do Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo 2024, que permitiu continuar a discussão sobre as oportunidades de fomentar a cooperação entre as agências reguladoras dos países do BRICS.

20. Saudar a declaração final feita pelas autoridades reguladoras de produtos médicos do BRICS feita à margem do Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo 2024 e seu apelo para estabelecer um Grupo de Trabalho Conjunto de Autoridades Reguladoras dos países do BRICS para promover ainda mais a cooperação no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da

Regulamentação de Produtos Médicos para Uso Humano e explorar as possibilidades de formar uma Associação de reguladores do BRICS.

#### **IV. Criação da Revista de Saúde do BRICS**

21. Agradecemos o esforço conjunto dos membros do BRICS e saudamos a primeira edição do BRICS Health Journal, que se tornará uma ferramenta de apoio à comunidade científica do BRICS e apresentará projetos conjuntos dos países do BRICS à comunidade global.

22. Expressamos nossa intenção, por meio do BRICS Health Journal, de desenvolver ainda mais a cooperação entre as organizações de pesquisa e a comunidade científica dos países do BRICS no campo da saúde, a fim de fortalecer o potencial científico e técnico do grupo BRICS.

23. Decidir criar um grupo de trabalho para tratar de questões de financiamento e estrutura operacional da Revista.

#### **V. Criação da Associação Médica do BRICS**

24. Tomamos nota da criação da Associação Médica do BRICS, de acordo com as regulamentações nacionais, a fim de fortalecer o papel das comunidades médicas e desenvolver laços horizontais entre elas.

25. Note-se que a Associação Médica do BRICS está sendo criada como uma associação voluntária de associações médicas nacionais ou outros órgãos nacionais relevantes, conforme aplicável, dos países do BRICS sem formar uma entidade legal, com base nos princípios de igualdade e respeito mútuo.

#### **VI. Resistência antimicrobiana**

26. Reconhecer que a resistência antimicrobiana (RAM) é uma das questões mais prementes de nossos tempos que representa desafios para os países do BRICS, contribuindo para a deterioração dos indicadores de saúde, aumento da morbidade e mortalidade em nossa população e morte de animais.

27. Reconhecer a necessidade de intensificar os esforços multissetoriais, intersetoriais e interdisciplinares para enfrentar a resistência antimicrobiana de acordo com uma abordagem de Saúde Única.

28. Saudar a aceleração dos esforços dos países do BRICS para a implementação de seus respectivos Planos de Ação Nacionais com abordagem de Saúde Única para controlar a RAM e prevenir suas consequências para a saúde humana, saúde animal, fitossanidade e saúde ambiental, crescimento e desenvolvimento econômico, segurança e segurança alimentar.

29. Observe a primeira Conferência Internacional do BRICS "Resistência antimicrobiana como um desafio global para a saúde e o bem-estar nacional do BRICS. Realidade e Inovações" realizada em formato híbrido em Moscou nos dias 30 e 31 de maio de 2024, onde especialistas discutiram os desafios da RAM nos países do BRICS e globalmente, estratégias, planos e iniciativas nacionais para combater a RAM.

30. Saudar a Declaração Conjunta do BRICS sobre RAM, realizada na Primeira Conferência Internacional do BRICS "Resistência Antimicrobiana como um Desafio Global para a Saúde e o Bem-Estar Nacional do BRICS. Realidade e Inovação" com a intenção dos países do BRICS de estabelecer o Grupo de Coordenação do BRICS sobre AMR-

31. Saudar a declaração política da reunião de alto nível sobre a RAM da Assembleia Geral das Nações Unidas, adotada em 26 de setembro de 2024.

32. Aguardamos com expectativa a Quarta Conferência Ministerial sobre a RAM, organizada pelo Reino da Arábia Saudita em Jeddah, em novembro de 2024, para preparar um caminho ambicioso para enfrentar a grande ameaça global e os desafios de desenvolvimento da RAM.

#### **VII. Rede de Pesquisa em TB do BRICS**

33. Reconhecer que a TB é um desafio para alcançar uma série de ODS em todos os nossos países e que a pesquisa e a inovação no combate à TB abrem possibilidades para um crescimento equitativo e sustentável.

34. Apoiar as metas e compromissos da declaração política da Reunião de Alto Nível sobre a Luta contra a Tuberculose da Assembleia Geral das Nações Unidas, em particular aqueles relacionados ao fortalecimento da capacidade de pesquisa e colaboração por meio de plataformas e redes de pesquisa sobre tuberculose, acelerando a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas contra a tuberculose por meio de mecanismos de colaboração global.

35. Observe a reunião da XV Rede de Tuberculose do BRICS realizada em Moscou de 23 a 25 de abril de 2024 sob a Presidência da Federação Russa no BRICS.

36. Saudar a declaração da XVI reunião da Rede de Pesquisa em TB do BRICS, que enfatiza a necessidade de abordar a mobilização de recursos adicionais para a Rede de Pesquisa em TB do BRICS, ~~solicitando~~, por meio do Novo Banco de Desenvolvimento, apoio a projetos conjuntos de pesquisa dos países do BRICS sobre vigilância, prevenção, diagnóstico, terapêutica e desenvolvimento de vacinas.

#### **VIII. Centro de P&D de Vacinas do BRICS**

37. Reconhecer que ainda há a necessidade de fortalecer a cooperação internacional para responder com sucesso aos novos desafios, incluindo uma resposta rápida e coordenada à possível ameaça representada pela doença X.

38. Reafirmar que garantir o acesso equitativo às vacinas é fundamental para a prevenção de doenças infecciosas para todos os países em escala global. Estimularemos a transferência de tecnologia para a produção regional nesse sentido.

39. Reconhecer a importância da cooperação mútua entre os países do BRICS no campo do desenvolvimento de vacinas para garantir a acessibilidade e a acessibilidade das vacinas nos países em desenvolvimento.

40. Promover a cooperação para melhorar o reconhecimento mútuo das vacinas desenvolvidas nos países do BRICS e incentivar a inovação colaborativa dos países do BRICS.

41. Observe a proposta da Federação Russa de criar uma plataforma destinada a intensificar as conexões entre os participantes do Centro de P&D de Vacinas e outras organizações interessadas dos países do BRICS.

#### **IX. Rede de Institutos de Saúde Pública do BRICS**

~~42.~~ Saudar os resultados da 1ª Reunião de Especialistas do BRICS em Saúde Pública, realizada on-line em 12 de setembro de 2024, que promoveu o diálogo sobre a promoção de pesquisas em Saúde Pública e contribuiu para o bem-estar da população em todas as nações do BRICS.

43. Estabelecer a Rede de Institutos de Saúde Pública do BRICS como uma plataforma permanente de especialistas.

## **X.Perspectivas para o futuro**

44. Tomar nota da proposta feita pela Federação Russa de continuar o trabalho da Aliança de Enfermeiros do BRICS e estabelecer colaboração entre as sociedades médicas do BRICS.

45. Os países do BRICS continuarão a desenvolver a cooperação no campo da saúde.

A Declaração foi adotada em Moscou em 11 de outubro de 2024 em inglês.

Fonte: <https://cdn.brics-russia2024.ru/upload/docs/%D0%98%D0%A2%D0%9E%D0%93%D0%9E%D0%92%D0%90%D0%AF%D0%B4%D0%B5%D0%BA%D0%BB%D0%B0%D1%80%D0%B0%D1%86%D0%B8%D1%8F%D0%9C%D0%B8%D0%BD%D0%B8%D1%81%D1%82%D1%80%D0%BE%D0%B2.pdf?1728922452455691>

**Tradução: Cláudia Hoirisch**

## **A América Latina ainda está longe de alcançar o ODS 3**

### ***América Latina aún está lejos de alcanzar el ODS 3***

***Sâmia de Brito  
Sebastian Tobar  
Miryam Minayo***

**Resumen.** En esta edición de nuestro informe, presentamos el panorama político y económico reciente de la región latinoamericana, con énfasis en el relatorio conjunto OPS/CEPAL. Además, seguimos las agendas de los organismos regionales relacionados con la salud y el desarrollo, tales como: ORAS-CONHU llevo a cabo actividades en las tematicas frontera, salud y migración, COMISCA realizó agenda en vigilancia y farmacovigilancia en saúde, OTCA participó de actividades en las temáticas conocimiento tradicional de los pueblos indígenas, desarrollo sostenible y la biodiversidad.

**Palabras-clave:**1 América Latina y el Caribe. Salud. Política e Integración

**Resumo.** Nesta edição do nosso relatório, apresentamos o recente panorama político e económico da região latino-americana, com destaque para o relatório conjunto da OPAS/CELAC. Além disso, acompanhamos as agendas de organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: ORAS-CONHU realizou atividades sobre questões de fronteira, saúde e migração, COMISCA realizou uma agenda sobre vigilância e farmacovigilância em saúde, OTCA participou de atividades sobre conhecimento tradicional dos povos indígenas, desenvolvimento sustentável e biodiversidade.

**Palavras-chave:** América Latina e Caribe. Saúde. Política e Integração

### **Apresentação**

Na **Argentina**, as Universidades continuam a luta contra o veto do Presidente Milei a uma lei aprovada pelo Congresso sobre o financiamento universitário. Os protestos se materializaram a partir da tomada das universidades pelos estudantes, condução de aulas públicas nas ruas e outras medidas contundentes lideradas pela a Frente Sindical das Universidades Nacionais.

O governo nacional sustenta que as Universidades Nacionais são objeto de negócios e que não prestam contas dos seus fundos. Por esse motivo, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Rodolfo Barra<sup>105</sup>, assinou o parecer para que o Fiscal Geral da Nação (SIGEN) funcione como órgão fiscalizador das universidades nacionais.

---

<sup>105</sup> Barra informou que o sistema de controle interno planejado está incluído na Lei de Administração Financeira e Sistemas de Controle do Setor Público Nacional nº 24.156 e aplicável às universidades nacionais, detalharam fontes oficiais. <https://www.tiempoar.com.ar/informacion-general/tras-el-paro-en-todo-el-pais-el-frente-sindical-de-universidades-resolvio-profundizar-el-plan-de-lucha/>

Nas relações Brasil e Argentina, o governo brasileiro enviou ao Ministério das Relações Exteriores da Argentina um pedido formal de extradição de dezenas de militantes e ativistas identificados com o ex-presidente Jair Bolsonaro<sup>106</sup>. Os militantes e ativistas partidários de Jair Bolsonaro residem na Argentina como refugiados ou irregularmente. A ordem foi emitida pelo juiz do Supremo Tribunal Federal do Brasil, Alexandre de Moraes, e foi recebida ontem pelo Itamaraty, que analisa o documento e avalia as diligências a seguir. As centenas de réus são procurados pela Justiça brasileira após realizarem o ataque à sede do Governo e do Congresso, durante a posse de Lula Da Silva, em 8 de janeiro de 2023.

O presidente argentino, Javier Milei, garantiu que “*o direito internacional será cumprido*” e, desta forma sinaliza que as pessoas que estão em território argentino serão entregues a justiça brasileira<sup>107</sup>. Será essa uma tentativa indicar um gesto positivo ao presidente Lula em meio a troca de acusações e clima de tensão existente entre os vizinhos?

Na **Bolívia**, seguidores do antigo presidente boliviano Evo Morales continuam com os bloqueios de estradas<sup>108</sup> em rejeição do processo judicial por alegada violação e tráfico de seres humanos envolvendo o antigo governante e exigem que o Governo forneça soluções para os problemas econômicos da população<sup>109</sup>. Vale lembrar que o ex-presidente Evo Morales foi intimado pelo Ministério Público para testemunhar em um caso de estupro e tráfico de pessoas contra ele.

Em agenda externa, a chanceler boliviana viajou ao Brasil para e reuniu com o Itamaraty (MRE/Brasil)<sup>110</sup> para avaliar o andamento de acordos bilaterais e afirmar a importância do enfrentamento conjunto a desastres naturais.

---

<sup>106</sup> A Polícia Federal brasileira encaminhou o pedido de extradição ao Supremo Tribunal Federal do Brasil. Depois disso, De Moraes enviou o documento ao Ministério da Justiça que, posteriormente e através dos mecanismos correspondentes, enviou o pedido ao Itamaraty. A Extradição é uma figura jurídica que se apresenta a um país, por via diplomática, para solicitar a entrega de uma ou mais pessoas privadas de liberdade com o objetivo de serem submetidas a processo penal – ou cumprir pena já imposta – no Estado de origem do pedido. Agora, a Argentina deve responder ao pedido do seu homólogo latino-americano e espera-se que o Governo dê a conhecer a sua posição. <https://www.ambito.com/mundo/brasil-solicito-extraditar-militantes-bolsonaristas-refugiados-argentina-n6071642>

<sup>107</sup> <https://www.eldestapeweb.com/politica/javier-milei-presidente/giro-inesperado-el-gobierno-adelanta-que-va-a-cumplir-la-ley-internacional-y-milei-le-entregara-a-lula-los-bolsonaristas-golpistas-20241017141327>

<sup>108</sup> <https://correodelsur.com/politica/20241018/alcaldes-piden-a-arce-mano-dura-ante-los-bloqueos-del-evismo.html>

<sup>109</sup> Os bloqueios se concentram no departamento de Cochabamba (centro), reduto político e sindical do também líder do governante Movimento ao Socialismo (MAS), região que liga as rodovias oeste e leste do país andino. O presidente da Bolívia, Luis Arce, disse em evento em La Paz que “respeitará a estabilidade dos bolivianos” e que não cederá “aqueles que querem colocar fogo no país para se protegerem de acusações pessoais contra que eles devem mostrar seus rostos.” <https://www.vision360.bo/noticias/2024/10/17/13664-leales-a-evo-morales-no-dan-tregua-y-mantienen-por-cuarto-dia-los-bloqueos-de-carreteras>

<sup>110</sup> Os chanceleres da Bolívia, Celinda Sosa, e do Brasil, Mauro Vieira, reuniram-se em Brasília e revisaram o nível de cumprimento dos acordos alcançados na reunião presidencial de 9 de julho e reafirmaram a importância da cooperação bilateral para prevenção, atenção e articulação resposta a desastres naturais. “Na reunião demos seguimento aos nossos acordos e avançamos nas áreas económica, sanitária, combate ao narcotráfico, científica, integração, combate a incêndios, programas sociais e outras áreas. Continuaremos a trabalhar juntos em benefício do nosso povo”...“Além disso, discutiram o interesse mútuo na produção e comercialização de fertilizantes e cloreto de sódio, com o objetivo de fortalecer a indústria agrícola de ambos os países. Por outro lado, a produção de biodiesel também esteve presente

Como consequência das mudanças climáticas, o **Rio Amazonas** terá que ser dragado, pois em vários trechos não possui a profundidade e o nível de água necessários para navegação<sup>111</sup>. O Governo brasileiro defendeu a decisão, explicando que permitirá a circulação de pessoas e bens, mesmo em tempos de seca. O Amazonas é um dos rios mais importantes meio de comunicação na região amazônica. O recuo das águas impactou negativamente a movimentação de pessoas e cargas vitais, bem como o acesso de navios cargueiros ao centro de produção internacional de Manaus. As mudanças climáticas, o desmatamento e as constantes queimadas são os principais motivos da seca na região e, conseqüentemente, do esvaziamento do rio Amazonas<sup>112</sup>.

No **Chile**, o dia 18 de outubro marcou o 5º aniversário do 18-O<sup>113</sup>, uma onda de violência inesperada, causada pelo aumento do preço do transporte público e que gerou a mobilização de diversos setores da sociedade, principalmente estudantes, que saíram às ruas, marcando um antes e um depois daquele país. O atual presidente do Chile Gabriel Boric, o presidente mais jovem e mais votado, venceu após este 18-O com a promessa de mudanças e transformações que não têm sido fáceis de implementar no país andino.

Na **Colômbia**, Gustavo Petro inaugura a COP-16 em Cali<sup>114</sup>, destacando que os países ricos devem reduzir a dívida das nações do terceiro mundo:

*“É essencial hoje trocar a dívida pela ação climática. O risco não pode existir como critério de medição da taxa de juro, nem pode valorizar os empréstimos. A redução do risco da dívida do Terceiro Mundo é hoje substancial. Se os fundos de capital e de pensões dos países vivos cimentarem a sua rentabilidade nas economias dos países pobres, deixarão a humanidade sem os instrumentos para superar a crise climática”*

*“As economias de risco são aquelas que hoje podem exterminar a vida, as que mais emitem CO2 para a atmosfera, são as economias do petróleo fóssil, do carvão e do gás, são as poderosas economias dos Estados Unidos, da China e da Europa. Por que cobram sobretaxas de juros aos países que ainda hoje absorvem CO2 da atmosfera como esponjas através das nossas selvas e florestas, através da nossa biodiversidade? Ao longo da história, os países com biodiversidade também acumularam as culturas da humanidade”*

*“Somos o centro entre a América do Norte e a América do Sul, somos o centro entre a China, a Indonésia, Madagáscar e a Europa sem biodiversidade. Talvez pudéssemos chamar-nos o coração do mundo, porque somos o coração da vida no*

---

na agenda temática”, detalhou a Chancelaria Boliviana. <https://ahoraelpueblo.bo/index.php/nacional/politica/bolivia-y-brasil-repasan-avance-de-acuerdos-bilaterales-y-reafirman-importancia-de-enfrentar-de-forma-conjunta-desastres-naturales>

<sup>111</sup> Segundo o Serviço Geológico do Brasil, em setembro passado o rio caiu para o nível mais baixo já registrado, cerca de 7,6 metros abaixo da média para esta época do ano.

<sup>112</sup> <https://www.telesurtv.net/rio-amazonas-sufre-las-consecuencias-del-cambio-climatico/>

<sup>113</sup> O dia 18 de outubro de 2024 marca cinco anos de um dos episódios mais polêmicos desde o retorno da democracia: a crise social. Um processo marcado inicialmente pela esperança, mas que neste novo aniversário provoca desilusão e rejeição na população. <https://www.eldinamo.cl/pais/2024/10/18/de-la-alegria-a-la-frustracion-los-hitos-y-episodios-que-marcaron-el-estallido-social-y-las-causas-del-desencanto-ciudadano-a-cinco-anos-del-18-o/>

<sup>114</sup> <https://www.eltiempo.com/politica/gobierno/las-claves-del-discurso-del-presidente-gustavo-petro-en-la-inauguracion-de-la-cop16-en-cali-insistio-en-el-cambio-de-deuda-por-accion-climatica-3391953>

*planeta. E depois “Os indígenas da Serra Tayrona me disseram que ele era o presidente do coração do mundo e que nossa luta era pela vida”*

*“Mas a culpa não é da humanidade, seria uma falsidade ideológica, uma realidade deformada e fantasmagórica, dizer o que não é verdade. Aqueles que são os donos da inteligência artificial e aqueles que desencadeiam o colapso climático são os mímicos”.*

*“São alguns ricos poderosos que hoje sonham, donos de redes e de inteligência sem vida, em escapar para Marte em suas naves de sonho, enquanto deixam sua culpa na terra destruída.”*

*“São os predadores mais ricos que devem ser tributados para remover carbono da produção e do consumo. Com impostos sobre a mega-riqueza predatória, com a troca da dívida pela ação climática, passamos para novos modos de produção, para uma relação diferente entre os seres humanos rumo à produção e à riqueza; a uma forma diferente de conceber e vivenciar a riqueza que não se baseia mais nas energias fósseis da morte, mas nas energias limpas que precisam mais de sentimento do que de ter. ”*

Num discurso de cerca de 20 minutos, o presidente quis destacar a beleza da Colômbia e como esta pode ser fundamental para vencer a guerra contra as alterações climáticas. E disse, enfaticamente, que estão “iludidos” aqueles que consideram que a extinção da biodiversidade e da vida ainda não começou<sup>115</sup>.

Apesar das críticas as grandes economias mundiais, a Colômbia avança nas negociações com a China para aderir ao projeto “Cinturão e Rota da Seda<sup>116</sup>. As negociações e as relações entre os países vivem um dos seus melhores momentos, segundo as últimas declarações do chanceler Luis Gilberto Murillo.

No **Equador**, a violência política continua. O candidato à presidência, Jimmy Jirala, sofreu ataque armado e tentativa de assalto nas últimas semanas<sup>117</sup>. A Ministra do Interior expressou seu apoio à família Jirala e ao povo equatoriano e afirmou que “Lutamos contra a narcopolítica, contra atos criminosos, contra o terrorismo e contra todas as atividades criminosas”. Entretanto, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH<sup>118</sup>) anunciou uma visita para conhecer a situação do ex-vice-presidente Jorge Glas, que continua preso na prisão La Roca, em Guayaquil<sup>119</sup>.

---

<sup>115</sup> O Discurso pode ser acessado na íntegra em: <https://www.youtube.com/watch?v=-BHA5QcPER8>

<sup>116</sup> A Colômbia buscaria estar nesta importante lista de países que a China possui com duas importantes rotas comerciais: terrestre e marítima. O governo colombiano conta com 18 entidades trabalhando para apresentar propostas e estudar acordos para fazer parte desta rota comercial e de investimentos. <https://www.rtvnoticias.com/relaciones-colombia-y-china-ruta-de-la-seda>

<sup>117</sup> <https://www.eldiario.ec/actualidad/ecuador/ataque-al-vehiculo-de-jimmy-jairala-fue-un-intento-de-assalto/>

<sup>118</sup> A CIDH planeja realizar esta visita na próxima segunda-feira, 28 de outubro, com atividades em Quito e Guayaquil, segundo o documento compartilhado com jornalistas pela equipe jurídica de Glas, que semanas atrás havia solicitado à organização interamericana que viajasse ao Equador e expandisse as medidas cautelares que já haviam sido concedidas em 2019.

<sup>119</sup> Vale lembrar que, após quatro anos como vice-presidente do Ex Presidente de Equador Lenin Moreno, em dezembro de 2017 Glas foi condenado a oito anos de prisão por receber propina da construtora brasileira Odebrecht, num caso que atingiu vários governos da América Latina.

Na América Central, **El Salvador** aprova disposições em sua Assembleia Legislativa para aprovar a legalização de armas de fogo<sup>120</sup>.

**Guatemala**, junto com **El Salvador** e **Honduras**, avança na assinatura de um acordo sobre migração no âmbito do Plano Trifinio<sup>121</sup>. O Plano Trifinio<sup>122</sup> é uma organização regional que faz parte do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e que busca desenvolver um processo de gestão do meio ambiente e do território, para melhorar as condições de vida de comunidades fronteiriças. O acordo que irão assinar abordará questões de reforço das capacidades interinstitucionais, governança da migração, entre outros temas.

O acordo de cooperação entre a Comissão Trinacional do Plano Trifinio busca gerar oportunidades de emprego e reduzir a migração e promover reuniões entre os vice-presidentes dos países Guatemala, El Salvador e Honduras, onde mantêm comunicação constante para analisar o problema da migração para os Estados Unidos.

Sobre as eleições em **Honduras**, Xiomara Castro afirmou “*Posso garantir que em março de 2025 o povo terá eleições limpas e transparentes para realizar as eleições internas de todos os partidos.*”

Xiomara Castro destacou que a defesa da soberania e o respeito à Constituição são pilares de sua gestão, por isso enfatizou a importância da realização de eleições livres para os hondurenhos<sup>123</sup>. Entretanto, a Organização Não Governamental Centro dos Direitos da Mulher (CDM) informou que pelo menos 187 mulheres morreram, sendo que 59% dos casos foram por ferimentos de bala<sup>124</sup>, devido à violência Honduras entre Janeiro e Setembro de 2024.

No **Paraguai**, famílias indígenas manifestaram-se em vários pontos do país, no âmbito do 532º aniversário da colonização da América, com diversas reivindicações históricas sob o lema “Basta de discriminação!”. A coordenadora de Líderes Indígenas do Chaco (CLIBCh)<sup>125</sup> exigiu uma mudança nas políticas públicas que lhes permita viver em igualdade de condições com outros setores da sociedade. A demanda dos povos indígenas aponta a exposição das comunidades indígenas ao tráfico de pessoas para fins laborais e sexuais, onde as mulheres e os jovens são os mais vulneráveis. Toda esta vulnerabilidade foi agravada pela crise climática.

---

<sup>120</sup> <https://www.laprensagrafica.com/elsalvador/Asamblea-Legislativa-aprueba-disposiciones-para-legalizar-armas-de-fuego-20241016-0073.html>

<sup>121</sup> <https://lahora.gt/nacionales/dmendoza/2024/10/16/vicepresidenta-karin-herrera-viajara-a-honduras-por-reunion-del-plan-trifinio/>

<sup>122</sup> [www.plantrifinio.int](http://www.plantrifinio.int)

<sup>123</sup> <https://www.telesurtv.net/la-presidenta-hondurena-garantiza-elecciones-libres-y-transparentes-para-el-2025/>

<sup>124</sup> O relatório apresentado pela referida organização detalha que do total de casos, “40 foram feminicídios íntimos, familiares ou sexuais, 33 por crime organizado, 79 por causas indeterminadas, 30 homicídios e cinco por ligação”. 59% das mulheres morreram por armas de fogo, 49,2% dos casos ocorreram em espaços públicos e 43,8% em suas casas, disse o CDM. Além disso, em 49,7% dos casos, os assassinos eram clientes das vítimas no momento da prática do crime, enquanto em 24,1% eram pessoas desconhecidas. Segundo o relatório, 48,1% das mulheres assassinadas tinham entre 20 e 49 anos, 14% tinham mais de 50 anos e 12,3% tinham menos de 20 anos. Em 25,6% dos casos a idade da vítima não é conhecida. <https://proceso.hn/honduras-registro-187-mujeres-asesinadas-entre-enero-y-septiembre-segun-ong/>

<sup>125</sup> <https://www.ultimahora.com/indigenas-exigen-al-estado-politicas-para-salir-de-la-pobreza-y-ayuda-humanitaria-ante-la-sequia>

*“Presos entre a pobreza e a seca, num país onde o Estado se organiza e atua apenas com base em interesses empresariais, os Povos Indígenas vivem uma tragédia que se agrava diariamente no Paraguai”.*

Ao mesmo tempo, o **Paraguai**<sup>126</sup> saiu em defesa da *“liberdade, democracia e soberania”* de Taiwan<sup>127</sup>. Referindo-se às últimas manobras militares realizadas pela República Popular da China no entorno de Taiwan, o Paraguai afirmou que estas ações *“constituem uma grave ameaça à estabilidade na região Indo-Pacífico, colocando em risco a segurança global”*. Em mensagem da Chancelaria Paraguaia, descreveu como *“irracionais”* os exercícios, denominados Joint Sword-2024B ('espada unida', em inglês) dos quais participou o porta-aviões Liaoning, além de operações terrestres, marítimas, aéreas e de foguetes e tropas do exército chinês, semelhantes às de maio passado no Estreito de Taiwan. Já em Maio deste ano, o Presidente Santiago Peña ratificou os seus laços com Taiwan, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro japonês, Fumio Kishida<sup>128</sup>, na qual os líderes manifestaram a sua oposição a qualquer mudança unilateral do *“status quo”* no Estreito de Taiwan através do uso da força.

No **Peru**, num cenário de greves nos transportes<sup>129</sup> e tensões sociais, a presidente Dina Boluarte declarou que *“não vou demitir-me e ficaremos aqui até 2026”* e garantiu que existe um grupo de *“anarquistas”* que aproveita a questão da insegurança para solicitar sua eventual saída do poder. A presidente peruana, que segundo a última pesquisa Datum para El Comercio, atingiu 92% de desaprovação, afirmou que *“Tem um pequeno grupo que já está em campanha e que querem empurrar a questão da criminalidade para ver quando Dina renuncia”*. Boluarte ainda acrescentou *“Digo àquele grupo anarquista que quer quebrar o Estado de Direito, a democracia, que não vou renunciar e que ficaremos aqui até 2026 para continuar buscando mais conquistas para o Peru”*. Enquanto isso, o congresso peruano acaba de modificar as leis que declaram menores entre os 16 e os 17 anos responsáveis por crimes graves como medida para combater o crime e os homicídios por encomenda. Segundo o Congresso, essa será *“uma medida claramente enérgica na luta contra o crime”*<sup>130</sup>.

---

<sup>126</sup> As relações entre o Paraguai e a República da China (Taiwan) permaneceram constantes desde a assinatura do Acordo para o Estabelecimento de Relações Diplomáticas em julho de 1957. Apesar de ser um dos últimos países sul-americanos a gerar este vínculo bilateral, na atualidade, o Paraguai representa uma das últimas ligações de Taiwan com a região sul-americana. Numerosos interesses e importantes benefícios mútuos enquadram esta relação excepcional.

<sup>127</sup> <https://www.ultimahora.com/paraguay-sale-en-defensa-de-la-libertad-democracia-y-soberania-de-taiwan>

<sup>128</sup> Depois de romper relações diplomáticas com a nação insular de Nauru em 15 de janeiro deste ano, Taiwan mantém o apoio diplomático de doze Estados: sete Estados Latino-Americanos e Caribenhos, três Estados Oceânicos, um Estado Africano (Eswatini, a antiga Suazilândia) e um Estado Europeu (Cidade do Vaticano). <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/05/06/paraguay-resiste-las-presiones-de-china-y-reafirma-su-relacion-con-taiwan/>

<sup>129</sup> Várias associações de transportes do Peru anunciaram uma greve nacional como medida de protesto contra o governo de Dina Boluarte, exigindo medidas de segurança mais eficazes face aos contínuos ataques e extorsões que atingem o sector. Esta greve visa pressionar o governo a implementar ações concretas contra o crime e a revogar os regulamentos sobre o crime organizado. Os transportadores exigem maior proteção e justiça, devido ao aumento da violência que enfrentam diariamente em diversas regiões do país. <https://larepublica.pe/sociedad/2024/10/14/paro-nacional-de-transportistas-en-lima-y-regiones-2024-conoce-las-fechas-para-la-huelga-y-movilizacion-en-peru-460866>

<sup>130</sup> <https://www.tvperu.gob.pe/noticias/politica/congreso-aprueba-que-menores-de-16-y-17-anos-sean-declarados-imputables-por-delitos-graves>

No **Uruguai**, continua o processo preliminar para o primeiro turno das eleições que ocorrerá em 27 de outubro, no qual 2.765.903 pessoas estão qualificadas para votar<sup>131</sup>. Além do Presidente e do Vice-Presidente, serão renovadas todas as câmaras do Parlamento, que são compostas por 99 deputados e 30 senadores. No Uruguai, a reeleição não está prevista na Constituição, portanto o atual presidente Lacalle Pou não está autorizado a concorrer no processo.

Embora existam 11 propostas habilitadas para as próximas eleições no Uruguai, duas forças principais são as favoritas para disputar a presidência: o Partido da Frente Ampla (FA), com seu candidato à presidência Yamandú Orsi e Carolina Cosse à vice-presidência. A outra força é o Partido Nacional (PN) que irá às urnas com a chapa presidencial de Álvaro Luis Delgado e Shirley Valeria Ripoll, como vice-presidente.

Faltando uma semana para o primeiro turno das eleições no Uruguai, as pesquisas de intenção de voto<sup>132</sup> são lideradas pela Coalizão Frente Ampla de Esquerda, ultrapassando os 40%.

Na **Venezuela**, a novela continua. O governo Maduro demitiu o ex-reitor do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), Juan Carlos Delpino<sup>133</sup>, acusando-o de ser um “traidor do país”. Delpino foi destituído durante a sessão parlamentar pela sua alegada participação em planos de desestabilização nas eleições presidenciais de 28 de julho.

### **A urgência de investir nos sistemas de saúde na América Latina e no Caribe para reduzir a desigualdade e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>134</sup>**

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) publica um relatório seis anos a partir do prazo estabelecido para cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O documento indica que a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), juntamente com as crises em cascata e inter-relacionadas configuraram uma situação alarmante que ameaça a consecução dos ODS a nível global, incluindo os países da região.

---

<sup>131</sup> <https://www.canal26.com/internacionales/elecciones-en-uruguay-2024-cuando-son-como-es-el-proceso-y-quienes-son-los-candidatos-a-presidente--396285>

<sup>132</sup> A consultoria Factum – com margem de erro (m.e) 1,7 – mostrou neste mês de outubro que a Frente Ampla (FA) alcançaria 44% dos votos, contra 24% do governista Partido Nacional (PN) e 17% do Colorado. Partido (PC), enquanto a Opção (m.e 2,5%) deu, também este mês, 42% à FA, 24% ao PN e 12% ao PC e aos Nómadas 47%, 22% e 13%, respetivamente ( sem me especificar). <https://www.infobae.com/america/agencias/2024/10/21/a-una-semana-de-las-elecciones-el-frente-amplio-lidera-las-encuestas-en-uruguay/>

<sup>133</sup> A acusação contra Delpino era que ele apareceria na Venevisión no dia 28 de julho para tentar falar contra o processo eleitoral e alegar fraude, mas ele “recuou” e saiu dizendo que não podia dizer nada porque “não estava lá”. Denunciou que a operação contra as eleições se pretendia realizar com dinheiro de Rafael Ramírez, o que não se concretizou por “covardia” de Delpino. <https://www.eluniversal.com/politica/193224/an-exhorta-al-mp-abrir-investigacion-penal-y-administrativa-contr-juan-carlos-delpino>

<sup>134</sup> <https://www.cepal.org/es/publicaciones/80763-la-urgencia-invertir-sistemas-salud-america-latina-caribe-reducir-la-desigualdad>

Os efeitos multidimensionais da pandemia interromperam a implementação de ações que permitiriam avançar na consecução de vários ODS, provocando um retrocesso de 32% das metas no progresso regional em direção a estes Objetivos.

Neste sentido, o documento ressalta a necessidade de que a região acelere os seus esforços para enfrentar o retrocesso e invista estrategicamente em reformas dos sistemas de saúde com base na estratégia de cuidados primários de saúde no intuito de avançar no cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e alcançar sistemas de saúde universais, abrangentes, sustentáveis e resilientes. É necessário e essencial gerar transformações nos sistemas de saúde focadas em garantir a sua sustentabilidade de forma abrangente, em termos de cobertura, suficiência e sustentabilidade financeira para enfrentar um contexto marcado por baixo crescimento e incerteza macroeconômica.

O documento CEPAL/OPAS está organizado em cinco seções. Após a introdução, discutiu-se a necessidade de reforçar os sistemas de saúde dos países da região na estratégia dos CPS para fazer face aos efeitos negativos desencadeados pela pandemia nas principais dimensões do desenvolvimento econômico e social inclusivo e nos retrocessos em relação aos Objetivos da Agenda 2030.

Na segunda seção, foi analisada a relação entre os determinantes sociais da saúde e o impacto da pandemia, destacando a importância de uma coordenação eficaz entre os setores da saúde e da proteção social para lidar com esses determinantes e a busca da redução de desigualdades. Destaca-se também o papel central desempenhado pelas autoridades locais, comunidades e cidadãos na resposta à pandemia, identificando aprendizagens e lições nesta matéria, e posicionando sua centralidade para o fortalecimento dos cuidados de saúde primários.

A terceira parte aborda as consequências da pandemia para a saúde e a urgência de avançar nas reformas dos sistemas de saúde a partir de uma abordagem abrangente de cuidados primários para superar as barreiras ao acesso à saúde.

A quarta seção identificou as dimensões da sustentabilidade dos sistemas de saúde em termos de cobertura, adequação e sustentabilidade financeira, revendo a situação atual do financiamento da saúde na região e refletindo sobre os novos desafios, com especial ênfase no reforço da resiliência dos sistemas face às emergências de saúde atuais.

Finalmente, a última seção enfatiza a necessidade de priorizar o investimento para avançar em direção a criação/fortalecimento de sistemas de saúde universal, abrangente e sustentável.

### **O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) tratou do tema fronteira, saúde e migração<sup>135</sup>**

O ORAS-CONHU, realizou sob o marco do Convênio de Cooperação com a OIM, realizou o evento “Saúde nas Fronteiras entre Arica e Tacna”. O objetivo é gerar um plano de ação para o fortalecimento das capacidades de preparação e respostas a ameaças de saúde pública que ocorrem simultaneamente ao proceso de mobilidade humana e a priorização de problemas de saúde atuais na zona de frontera entre Peru e Chile.

---

<sup>135</sup><https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-y-oim-realizan-el-encuentro-binacional-peru-y-chile-salud-en-las-fronteras-entre-arica-y>

Participaram atores-chave nas fronteiras para discussão dos principais problemas de saúde e da mobilidade humana e alternativas de solução no marco dos cinco objetivos estratégicos do Plano Andino de Saúde nas Fronteiras.

Os resultados do evento serão base para a atualização do Plano Andino de Saúde para pessoas migrantes e Plano Andino de Gestão de Desastres.

**A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (Se-COMISCA)** realizou atividades nos temas de vigilância e farmacovigilância em Saúde <sup>136137</sup>

O SECOMISCA, sob o marco do Projeto de Saúde Global “Melhorar a segurança sanitária mundial: Ampliar os esforços e as estratégias para proteger e melhorar a saúde pública a nível mundial”, realizou oficinas para a socialização dos alinhamentos técnicos de vigilância centinela na Região Ocidental e Região Oriental de Saúde em El Salvador.

As oficinas tiveram o objetivo de fortalecer a vigilância de influenza e outros vírus respiratórios através da capacitação de profissionais de saúde dos estabelecimentos das regiões ocidental e oriental no funcionamento da vigilância centinela. 49 profissionais das áreas de epidemiologia, enfermagem, clínicos e profissionais de laboratórios representaram os hospitais nacionais, unidades de saúde e regiões de Saúde.

A atividade foi financiada pelo CDCs dos Estados Unidos como parte do Acordo Cooperativo de Saúde Global entre o CDC e SECOMISCA.

A Equipe da Direção de Integração Regional de Saúde, a Unidade de Medicamento e outras tecnologias sanitárias e Tecnología de Informação da SECOMISCA se reuniram com representante da Uppsala Monitoring Center para revisar os avanços do processo de implementação do Dicionário WHODrug Global para o Sistema Regional de Farmacovigilância.

Além disso, a coordenação de atividades de formação em temas de farmacovigilância e apoio técnico também foram discutidos no evento. O objetivo é se avançar no fortalecimento das capacidades dos profissionais de saúde dos Centros Nacionais de Farmacovigilância da região SICA para implementação da terminología MedDRA e o WHODrug nos processos de codificação, registro e análise de suspeitas de reações adversas a medicamentos e vacinas no Sistema Regional FACEDRA.

**A Organização do Tratado Amazônico (OTCA)** cumpriu uma agenda com o temas de conhecimento tradicional dos povos indígenas, desenvolvimento sustentável e COP 16 da Biodiversidade <sup>138139140</sup>

A OTCA, com o apoio do Programa Euroclima, organizou evento sobre mudanças climáticas e conhecimento tradicional do Povo Indígena da Amazônia. O evento contou com a

<sup>136</sup> [https://www.sica.int/noticias/realizan-talleres-de-socializacion-de-lineamientos-tecnicos-de-vigilancia-centinela-en-la-regiones-occidental-y-oriental-de-salud-de-el-salvador\\_1\\_134530.html](https://www.sica.int/noticias/realizan-talleres-de-socializacion-de-lineamientos-tecnicos-de-vigilancia-centinela-en-la-regiones-occidental-y-oriental-de-salud-de-el-salvador_1_134530.html)

<sup>137</sup> [https://www.sica.int/noticias/se-comisca-avanza-en-mejoras-al-sistema-regional-de-farmacovigilancia-facedra\\_1\\_134558.html](https://www.sica.int/noticias/se-comisca-avanza-en-mejoras-al-sistema-regional-de-farmacovigilancia-facedra_1_134558.html)

<sup>138</sup> <https://otca.org/pt/lideres-indigenas-da-amazonia-se-reunem-no-equador-para-enfrentar-as-mudancas-climaticas/>

<sup>139</sup> <https://otca.org/pt/otca-apresenta-notas-de-investimento-para-promover-o-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia/>

<sup>140</sup> <https://otca.org/pt/participacao-estrategica-da-otca-na-cop-16-da-convencao-sobre-diversidade-biologica/>

participação de autoridades indígenas e representantes governamentais que discutirão os resultados das mudanças climáticas para a Amazônia e como o conhecimento tradicional pode atuar para mitigar e adaptar as questões para o território.

A Organização busca, por meio desse evento, consolidar a Plataforma Regional Amazônia dos Povos Indígenas. O evento abordou temas importantes como conservação de florestas e águas, relação entre saberes ancestrais e saúde, além do foco no papel das mulheres indígenas.

A OTCA apresentou uma proposta de investimento para promover um modelo agroalimentar inclusivo e sustentável na região amazônica no Fórum de Investimentos da Iniciativa “Mano de la mano” da FAO 2024. A iniciativa é resultado de uma parceria entre a OTCA e FAO e tem como objetivo melhorar as condições de vida das populações rurais e urbanas através da bioeconomia.

O plano de investimentos está de acordo com as diretrizes estabelecidas na Declaração de Belem de 2023 e destaca importância da Organização como órgão de coordenação intergovernamental dos países amazônicos. O plano tem três notas de investimento principais, que representam um custo total de 89,9 milhões de dólares.

Na COP 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), os principais temas de discussão levados pela OTCA serão

- Conservação da biodiversidade
- Inclusão dos conhecimentos indígenas
- Gestão sustentável dos recursos hídricos
- Mitigação dos impactos de atividades ilícitas, como a mineração ilegal.

Na Conferência das Partes, a OTCA destacará sua capacidade de reunir oito países amazônicos, a promoção de ferramentas inovadoras, como o Observatório Regional Amazônico (ORA) que tem o objetivo de gerir dados ambientais e fortalecer a cooperação na proteção dos ecossistemas amazônicos.

## África em outubro

**Augusto Paulo Silva**

**Manuel Mahoche**

**Tomé Cá**

**Felix Rosenberg**

**Abstract.** *This report describes different developments in the continent, with reference to the African Union and its Department of Agriculture and the Environment, which considers women as the backbone of the agricultural sector, guardians of traditional knowledge and practices that underpin agri-food systems. The report also notes the holding in South Africa of the 8th World Congress of One Health with an exceptional, extraordinary and visionary agenda, which included parallel tracks addressing health science, antimicrobial agents and resistance and interface scientific policy tracks. Unfortunately, there was a low participation of Brazilian and Latin American institutions. One year after its regional meeting in Burundi, Africa CDC continues to advocate and review the progress made in creating and strengthening the National Institutes of Public Health. In the other event, the Director-General of Africa CDC took advantage of the stage offered by the African parliamentarians to inform them and advocate why the New Public Health Order is important and how Africa CDC has responded, so far and effectively, to the outbreaks that plague the continent, including the Mpox. The United Nations Children's Fund (UNICEF) continues to denounce the critical situation faced by Sudanese children amid the war that this country is experiencing. After Cape Verde, the WHO certified Egypt as malaria-free. ECOWAS WAHO held two important regional workshops, one on consensus building for a community health approach and the other, specifically for PLAOPs, on training members of Technical Advisory Groups on Vaccination. Finally, the report analyzes the electoral process in Mozambique, presenting the political platforms of the main competing parties and the key events that marked the October 9 elections.*

**Keywords:** *African Union. Sudan. Mozambique. Africa CDC. WAHO.*

**Resumo.** O presente informe repercute diferentes acontecimentos ocorridos no continente com destaque para a União Africana e o seu Departamento de agricultura e Ambiente, que considera as mulheres a espinha dorsal do setor agrícola, guardiãs de conhecimentos e práticas tradicionais que sustentam os sistemas agroalimentares. O informe também regista a realização na África do Sul do 8º Congresso Mundial de Uma Só Saúde com uma agenda excepcional, extraordinária e visionária, que incluiu trilhas paralelas abordando ciência da saúde, agentes antimicrobianos e resistência e interface de política científica trilhas. Lamentavelmente, constata-se uma fraca participação das instituições brasileiras e da América Latina. Um ano após sua reunião regional no Burundi, o CDC África continua a defender e a rever os progressos feitos na criação e fortalecimento dos Institutos Nacionais de Saúde Pública. O Diretor-Geral do CDC África aproveitou o palco oferecido pelos parlamentares africanos para informar e advogar porque é que a Nova Ordem de Saúde Pública é importante e como o CDC África tem respondido, até agora e de forma eficaz, aos surtos que assolam o continente, incluindo a Mpox. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) continua denunciando a crítica situação enfrentada pelas crianças sudanesas em meio à guerra que esse país vive. Depois de Cabo Verde, a OMS certificou o Egito como livre de malária. A OOAS da CEDEAO realizou duas importantes oficinas regionais, uma sobre a busca de consensos para uma abordagem à saúde comunitária

e a outra, especificamente para os PALOP, de capacitação dos membros de Grupos Técnicos Consultivos sobre Vacinação. Por fim, o informe analisa o processo eleitoral em Moçambique, apresentando as plataformas políticas dos principais partidos concorrentes e os acontecimentos-chave que marcaram as eleições do passado 9 de outubro.

**Palavras-chave:** União Africana. Sudão. Moçambique. CDC África. OOAS.

## **União Africana**

### **Mulheres africanas - espinha dorsal do sector agrícola**

As mulheres desempenham um papel crucial no sector agrícola do continente africano, considerou, em Addis Abeba, a Comissária para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável, Josefa Correia Sacko.

[Josefa Sacko](#), que falava a propósito do Dia Internacional da Mulher Rural, que se celebrou a 15 de outubro, disse que as mulheres são as guardiãs dos conhecimentos e práticas tradicionais que sustentam os sistemas agroalimentares.

“Apesar das suas contribuições significativas, as mulheres, particularmente as que vivem em zonas rurais, enfrentam frequentemente numerosos desafios, incluindo o acesso limitado à educação, à tecnologia e aos recursos”, sublinhou.

No seu entender, estes desafios são ainda agravados por calamidades naturais, como surtos de doenças, mudanças climáticas e acesso limitado às escolas, que afetam desproporcionadamente este grupo.

Este ano, o Dia Internacional da Mulher Rural tem como tema: “Capacitar mulheres que vivem em zonas rurais através da educação e do acesso à tecnologia, colmatando a lacuna para sistemas agroalimentares inclusivos e sustentáveis em África”.

“A educação é um poderoso instrumento de capacitação. Ao proporcionar às mulheres rurais o acesso a uma educação de qualidade, podemos dotá-las de conhecimentos e de competências necessárias para melhorar os seus meios de subsistência e contribuir eficazmente para as suas comunidades”, referiu a titular da pasta da agricultura, desenvolvimento rural, economia azul e ambiente sustentável da União Africana.

Referiu que o lema deste ano, reflete o compromisso coletivo de criar um ambiente propício para que as mulheres que vivem nas zonas rurais possam prosperar e serem agentes de mudança, alinhando com o tema geral da União Africana para 2024, “Educar um africano apto para o século XXI”, que enfatiza a necessidade de construir sistemas de educação resilientes para aumentar o acesso a uma educação inclusivo.

A Comissária disse que é importante colmatar a lacuna para sistemas agroalimentares inclusivos e sustentáveis de forma que se possam ultrapassar as barreiras que impedem as mulheres rurais de participarem plenamente e beneficiarem destes sistemas.

Para tal, prosseguiu, são necessários políticas e programas específicos que promovam a igualdade de género, apoiem o acesso das mulheres à terra e aos serviços financeiros e proporcionem formação em práticas agrícolas sustentáveis.

Desta forma, avançou que o caminho a percorrer é ainda difícil, mas a resiliência e a determinação das mulheres africanas que vivem nas zonas rurais inspiram a esperança e optimismo.

“Com as políticas, os investimentos e as parcerias certas podemos libertar o seu potencial e criar uma África onde as mulheres rurais não só prosperam como lideram a transformação para sistemas agroalimentares sustentáveis, inclusivos e resilientes”, acrescentou.

Lembrou ainda que a Comissão da União Africana está empenhada em capacitar as mulheres rurais através da educação e do acesso à tecnologia, continuarão a trabalhar com os Estados-Membros, parceiros de desenvolvimento e organizações da sociedade civil para implementar iniciativas que apoiem o empoderamento das mulheres rurais.

Por outro lado, Josefa Sacko foi [homenageada](#) em Fez, em Marrocos, pela Associação Marroquina “Baouabate”, pelo seu compromisso excepcional a favor do desenvolvimento sustentável e da resiliência climática no continente.

Josefa Sacko, agraciada por ocasião da jornada nacional da mulher marroquina, disse que este reconhecimento constitui uma etapa importante na sua carreira profissional e testemunha o trabalho incansável e abnegado que tem consagrado em favor da transformação da agricultura em África.

“O reconhecimento profissional é essencial para motivar e fortalecer a confiança da equipa, criamos laços mais fortes e impulsionamos um ciclo de superação e crescimento o que constitui um fator de motivação”, venceu.

Durante a 10ª edição do Troféu “Fez Gate”, que tem por objetivo homenagear mulheres e homens excepcionais no Reino Cherifiano, a associação “Bouabate Fez” premiou uma dezena de personalidades pelas suas ações em vários domínios.

Segundo a presidente da organização, Leila Bennis, através destas personalidades, é prestada uma homenagem a todos os marroquinos que todos os dias lutam por um Reino forte e próspero.

“A nossa associação distingue, celebra as suas realizações e os seus desempenhos”, frisou Leila Bennis.

O prémio de “Mulher do Ano” foi atribuído à antiga Ministra e Presidente da região de Guelmim Oued-Noun, Mbarka Bouaida, e o de comunicação social ficou com a jornalista Khadija Sansar. Nas categorias de “Arte e Cultura” e “Magistratura”, os troféus foram atribuídos à artista-pintora Houda Gueddar e a Malika Ibnou Zahir, respectivamente, enquanto o Presidente da Câmara do Tribunal de Cassação e o prémio especial do Júri foi atribuído à Universidade EUROMED de Fez.

## **8º Congresso Mundial de Uma Só Saúde**

De 20 a 23 de setembro, o Congresso teve quatro dias de uma agenda excepcional, extraordinária e visionária, que incluiu trilhas paralelas abordando uma ciência da saúde, agentes antimicrobianos e resistência e interface de política científica, entre outros.

Permitiu discutir os principais desafios da *One Health*, bem como partilhar dados de pesquisa e desenvolvimentos políticos. Acima de tudo, proporcionou uma grande oportunidade para olhar para a ciência e política globais da Saúde Única através de uma perspectiva africana. Através de uma chamada aberta para resumos, trabalhos notáveis de cientistas e líderes de opinião foram divulgados no maior fórum do mundo dedicado ao avanço da agenda e da comunidade *One Health*.

Como a cidade do Cabo, na África do Sul, [foi anfitriã do primeiro Congresso Mundial de Uma Só Saúde](#) na África, o CDC África organizou um evento paralelo com muita assistência sobre resistência antimicrobiana (AMR, *Antimicrobial Resistance*), uma ameaça crescente à saúde em todo o continente.

**Imagem 1:** Anúncio do 8º Congresso Mundial de Uma Só Saúde



Fonte: Global One Health Community, 2024.

No evento da Cidade do Cabo, os especialistas destacaram desafios críticos, incluindo lacunas de conhecimento entre os decisores sobre AMR, financiamento doméstico sustentável limitado e forte dependência de apoio externo. Por exemplo, o Dr. Mark Obonyo, especialista em AMR da Organização para Agricultura e Alimentação, enfatizou a necessidade de paladinos de AMR e melhores práticas adaptadas localmente.

Apesar dos desafios, os primeiros sucessos foram destacados. Por exemplo, a Tanzânia estabeleceu um grupo parlamentar de alto nível de 10 membros para liderar sua resposta à RAM. O Dr. Cnaan Tinashe Hodobo, ponto focal de AMR para saúde animal e coordenador de vigilância de AMR no Laboratório Veterinário Central no Zimbábue, apresentou a resposta da AMR do país, que inclui uma rede *One Health Lab* de 14 laboratórios, incluindo cinco para testar produtos de origem animal. Além disso, o país também introduziu o programa *One Health* em nível universitário e no currículo de enfermagem.

O Dr. Yewande Alimi, líder do CDC África e da União Africana sobre a AMR, lembrou aos participantes que mais de 20% dos africanos ainda não têm acesso a antibióticos essenciais, mesmo com a AMR a ceifar mais vidas do que o HIV-Aids, a tuberculose e a malária juntos. No entanto, os principais marcos incluem a adoção e o financiamento de planos de ação nacionais, IPC e WASH mais fortes e a expansão dos sistemas de vigilância da AMR.

Em seu discurso ao plenário, a Dra. Alimi disse que a AMR é um dos principais desafios de saúde pública do século 21, com a África tendo a maior taxa de mortalidade do mundo por infecções por AMR. Isso ocorre quando o continente carrega uma carga desproporcional de surtos de doenças zoonóticas. Entre 2012 e 2022, os surtos zoonóticos aumentaram 63%.

A Dra. Alimi também expressou preocupação com o fato de 85% das Emergências de Saúde Pública de Interesse Internacional (PHEIC, *Public Health Emergencies of International Concern*) serem zoonóticas, citando exemplos como a pandemia de H1N1 de 2009, os surtos de Ebola na África Ocidental (2014-2016), os surtos do vírus Zika (2015-2016), a epidemia de Ebola em Kivu (2018-2020), a pandemia de COVID-19 e o surto de Mpox em andamento.

"Doenças antes confinadas a geografias específicas estão se espalhando cada vez mais para novas áreas, expondo populações vulneráveis a riscos de saúde nunca vistos", disse a Dra.

Alimi. "Enfrentamos uma crise multifacetada que requer uma resposta unida: uma abordagem de saúde única."

Ela delineou a estratégia *One Health* do CDC África, com foco em doenças zoonóticas, AMR, segurança alimentar e mudanças climáticas. O plano inclui a defesa de políticas de Saúde Única, amplificando a voz da África em fóruns globais como a Assembleia Geral da ONU e envolvendo parceiros internacionais para impulsionar a pesquisa, desenvolver capacidades e mobilizar recursos. Também prioriza o aprimoramento da vigilância, diagnóstico e resposta a emergências, conforme demonstrado no atual surto de Mpox, ao mesmo tempo em que promove a colaboração intersetorial entre os setores de saúde, agricultura e meio ambiente para implementar soluções sustentáveis.

"Reconhecemos que uma abordagem *One Health* é necessária para uma vigilância eficaz e eficiente de doenças infecciosas, prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde pública para alcançar a Agenda 2063 da União Africana: a África que queremos", disse ela.

Uma semana após este congresso, o CDC África, em colaboração com o *One Health Trust* e outros parceiros, organizou uma série de diálogos políticos antes da Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a AMR. A assembleia foi concluída com líderes globais endossando uma declaração política que se compromete com metas e ações claras, incluindo a redução das estimadas 4,95 milhões de mortes anuais causadas pela AMR em 10% até 2030. A declaração também pede financiamento nacional sustentável e US\$ 100 milhões em financiamento de estímulo para ajudar a atingir a meta de pelo menos 60% dos países que financiaram planos de ação nacionais sobre AMR até 2030. Este objetivo deve ser alcançado, por exemplo, através da diversificação das fontes de financiamento e da garantia de mais contribuintes para o Fundo Fiduciário Multiparceiros para a Resistência Antimicrobiana ([Antimicrobial Resistance Multi-Partner Trust Fund](#)).

### Países da África Central fortalecem resposta a emergências sanitárias

**Imagem 2:** Participantes da reunião regional com o CDC África



Fonte: CDC África, 2024.

Um ano após a reunião regional realizada no Burundi, o CDC África continua a defender e a rever os progressos feitos na criação e fortalecimento dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP, *National Public Health Institutes*).

Para este fim, o CDC África organizou uma [reunião regional](#) de 16 a 17 de setembro para que os Diretores dos NPHI e peritos dos Ministérios da Saúde da África Central fizessem um balanço dos progressos alcançados.

Os Institutos Nacionais de Saúde Pública plenamente funcionais desempenham um papel crucial na detecção e resposta rápida e eficaz a ameaças e emergências à saúde. Em linha com as suas prioridades delineadas na Nova Ordem de Saúde Pública para África e no seu Plano Estratégico 2023-2027, o CDC África fez da criação e fortalecimento dos Institutos Nacionais de Saúde Pública um pilar prioritário para fortalecer os sistemas de saúde em África.

"Há vários anos, o CDC África tem proporcionado conhecimentos aos Estados-Membros para o estabelecimento de Institutos Nacionais de Saúde Pública, como parte do fortalecimento da segurança sanitária do continente e da consolidação dos principais ativos de saúde pública", disse o Dr. Yam-madji Aliace Djitaingar, Diretor-Geral de Saúde do Ministério da Saúde Pública do Chade. "Para atingir esse objetivo, foi dado apoio técnico e financeiro aos Estados-Membros em vários estágios de desenvolvimento do NPHI, ajudando a fortalecer as instituições existentes."

Durante a reunião de Bujumbura, em julho de 2023, foi adotado um plano de ação para acelerar o desenvolvimento de Institutos Nacionais de Saúde Pública na África Central. Os Estados-Membros se comprometeram, entre outras coisas, a finalizarem os quadros legislativos e legais para a institucionalização dos NPHI, desenvolverem Planos Anuais para mobilizar recursos e fortalecerem a colaboração entre os setores de acordo com uma abordagem de "Saúde Única". O CDC África, por seu lado, comprometeu-se a aumentar a advocacia com os Chefes de Estado e de Governo da União Africana, melhorando a colaboração regional e facilitando o intercâmbio de pares e a partilha de experiências entre instituições. Chade, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo (RDC) e República Centro-Africana (RCA) já beneficiaram destes intercâmbios.

"África, e a nossa região em particular, está a enfrentar inúmeros desafios de saúde e um aumento dos eventos de saúde pública, como evidenciado pelo surto de Mpox em curso em 15 países. Estas crises de saúde recorrentes no nosso continente exigem que aceleremos os nossos esforços", disse o Dr. Brice W. Bicaba, Diretor do Centro de Coordenação Regional do CDC para África Central. "Institutos Nacionais de Saúde Pública eficientes atuam como centros científicos para promover a prevenção e a vigilância de doenças infecciosas para garantir a segurança sanitária de nossas populações."

Em fevereiro de 2018, o CDC África realizou a sua primeira reunião de Institutos Nacionais de Saúde Pública para promover a colaboração, coordenação e intercâmbios entre si e as organizações parceiras. Na África Central, em 2018, apenas a República do Burundi tinha um Instituto Nacional de Saúde Pública. Em outubro de 2023, graças ao apoio multidimensional do CDC África, a RDC e o Chade estabeleceram os seus NPHI. Além disso, dois países, Camarões e República Centro-Africana, estão em processo de estabelecimento de seus NPHI.

## Apresentação da Nova Ordem de Saúde Pública no Parlamento Pan-Africano

**Imagem 3:** Componentes da Nova Ordem de Saúde Pública



Fonte: CDC África, 2024.

A 12ª Conferência Anual de Presidentes do Parlamento Nacional e Regional, organizada pelo Parlamento Pan-Africano (PAP, *Pan African Parliament*) em Midrand, na África do Sul, foi um evento marcante, que reuniu os parlamentares africanos para moldar o futuro do continente, discutindo questões prementes no continente, incluindo inundações devastadoras, mudanças climáticas, Mpox, doenças não transmissíveis, segurança alimentar, cooperação regional e a busca da paz.

No dia 18 de setembro, o Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África, [subiu ao palco](#) e partilhou a visão de uma África segura e mais saudável através de um discurso proferido em seu nome pelo Dr. Lul Riek, Diretor Regional do Centro de Coordenação Regional da África Austral. Ele informou aos parlamentares por que é que a Nova Ordem de Saúde Pública é importante e como o CDC África tem respondido, até agora e de forma eficaz, aos surtos que assolam o continente, incluindo a Mpox.

A Nova Ordem de Saúde Pública é uma via para a autossuficiência, disse ele. Os mecanismos, políticas e intervenções globais existentes falharam persistentemente em abordar as prioridades de segurança sanitária da África, conforme recentemente destacado pela pandemia de Covid-19, Mpox e Ebola, disse ele na reunião.

Há uma necessidade de uma mudança fundamental de paradigma em direção a um cenário de saúde pública equitativo e justo por meio de uma Nova Ordem de Saúde Pública para o continente, explicou. O continente deve assumir o controle de sua segurança sanitária por meio de forte liderança local, inovação e investimento em infraestrutura e sistemas de saúde pública, acrescentou.

A Nova Ordem de Saúde Pública visa garantir que existam sistemas de saúde adequados antes de uma crise e permaneçam resilientes durante e após a crise, disse ele. Os planos para realizar esse pedido enfatizam os cinco facilitadores: saúde da comunidade, conectividade por meio de ferramentas digitais de saúde, capacidade, colaboração e clima.

A Nova Ordem de Saúde Pública prevê o fortalecimento dos Institutos Nacionais de Saúde Pública e Pesquisa, trabalhando com universidades locais, fornecendo experiência em Centros Operacionais de Emergência (EOC, *Emergency Operating Centres*) e recursos de

sequenciamento genômico. Está voltado para desenvolver e expandir a fabricação local que verá vacinas, diagnósticos, terapias e suprimentos médicos, todos fabricados no continente. Há uma necessidade de parcerias respeitadas orientadas para a ação que garantam o envolvimento de longo prazo, o alinhamento das prioridades dos países africanos com os Estados-Membros na liderança.

Ele disse que o aumento do financiamento doméstico da saúde deve aderir à declaração de Abuja de 2001, que diz que os países africanos devem alocar 15% dos seus orçamentos à saúde, e respeitar a declaração da ALM, que veio em fevereiro de 2019, quando a União Africana convocou Chefes de Estado e de Governo e líderes regionais e globais em Adis Abeba, para a Reunião de Liderança Africana (ALM, *African Leadership Meeting*) – Investir na Saúde. A ALM visa implementar os mecanismos políticos e técnicos que ajudarão e permitirão que os países aumentem constantemente o investimento doméstico em saúde ano após ano e responsabilizem uns aos outros no compromisso coletivo de fazê-lo. Os Chefes de Estado africanos também concordaram em criar o Fundo Africano para Epidemias em fevereiro de 2022. O fundo também pode acelerar a operacionalização da Nova Ordem de Saúde Pública.

Quando se trata de uma força de trabalho de saúde pública fortalecida, a Nova Ordem de Saúde Pública, disse o Dr. Kaseya, verá o treinamento de mais epidemiologistas de campo, a implantação de agentes comunitários de saúde e o treinamento de uma nova geração de líderes de saúde pública, entre outras profissões de saúde, como a *Kofi Annan Fellowship in Public Health Leadership* lançada em 25 de maio de 2020.

O Dr. Kaseya enfatizou que a Nova Ordem de Saúde Pública é baseada em análises dos sistemas e instituições de saúde pública da África. Ele disse que 23 Estados-Membros estabeleceram Institutos Nacionais de Saúde Pública, mas nem todos estão totalmente operacionalizados e funcionando, e 21 países estão em processo de estabelecimento de NPHI.

Muitos Estados-Membros ainda dependem de sistemas de vigilância baseados em indicadores com implementação limitada de processos avançados ou baseados em eventos, disse ele. Os mais de 160 surtos de doenças comunicados anualmente revelaram lacunas na capacidade dos Estados-Membros para se prepararem e responderem a emergências. Por exemplo, apenas 5% dos laboratórios estão equipados para diagnosticar doenças prioritárias em seus países e atender aos padrões internacionais. A África depende fortemente das importações. Apenas 1% das vacinas e 30-40% de medicamentos são fabricados no continente. O Dr. Kaseya disse aos parlamentares que novos 106 eventos foram relatados em 2024, e uma média de 27 eventos são monitorados semanalmente, com 3 novos eventos semanais.

Como os casos de varíola dos seres humanos em África aumentaram devido ao aumento da transmissão entre humanos e capacidades de resposta insuficientes, disse ele, os principais desafios incluem vigilância ineficaz, capacidade laboratorial limitada, práticas de prevenção de infecções, sensibilização pública, falta de envolvimento da comunidade, vacinas e tratamentos.

As consultas e a comunicação entre o CDC África, a OMS e todos os parceiros levaram ao estabelecimento de um plano com uma equipa, uma relação, um orçamento e um quadro de monitorização e avaliação. "É a primeira vez que as agências estão usando uma equipe de coordenação continental, plano de resposta, orçamento e estrutura de monitoramento e avaliação em uma grande resposta de saúde", disse ele.

O CDC África está a coordenar com os parceiros a identificação e pré-seleção de soluções de teste de varíola, incluindo *kits* de teste no local de atendimento. Até agora, a agência de

saúde da União Africana entregou equipamentos e reagentes de sequenciamento ao Burundi e à República Centro-Africana, e um sistema automatizado de manuseio de líquidos para acelerar os testes e o sequenciamento no INRB (*L'Institut National de Recherche Biomédicale*) na RDC. O Dr. Kaseya instou o Parlamento Pan-Africano e todas as principais partes interessadas a apoiarem os países a fortalecerem a vigilância, a triagem nos pontos de entrada, a conscientização e as campanhas de vacinação sobre a Mpox.

## **Organização Internacional da Francofonia (OIF): Relatório sobre a luta contra as DTN**

Recorde-se, as Doenças Tropicais Negligenciadas (DTN) são um conjunto de doenças evitáveis e tratáveis que causam imenso sofrimento em algumas das populações mais vulneráveis do mundo. Estas doenças causam incapacidade, deformação e morte, a carga que geram aos países evita sua cidadania alcançar o seu pleno potencial. O impacto das DTN ultrapassa o âmbito da saúde: limita o crescimento da economia dos países e tem um custo anual de milhares de milhões de dólares por causa da perda de produtividade. Dos mais de 1600 milhões de pessoas que precisam anualmente de tratamentos para as DTN, uma parte significativa vive nos países francófonos, concentrados em regiões que suportam a pesada carga destas doenças, como a África Subsaariana e o Sudeste da Ásia.

Este [relatório](#) foca-se na Francofonia enquanto plataforma-chave para a abordagem destas doenças. Os países francófonos compartilham ligações linguísticas, culturais e históricas que podem facilitar uma colaboração e ação coletiva muito potentes. Tirando proveito do idioma comum e as plataformas políticas e organizativas existentes, os países da Francofonia podem trabalhar conjuntamente para combater as DTN com eficácia. A Organização Internacional da Francofonia (OIF) em particular, oferece uma instituição para a promoção da advocacia, o fortalecimento dos compromissos políticos e o impulso da colaboração além das fronteiras para ajudar à erradicação das DTN.

O reconhecimento do papel chave da Francofonia na abordagem das DTN no 16 Outubro 2018, durante a 17ª Cúpula da OIF em Yerevan, Arménia, em 2018, em que seus 57 Estados-Membros adoptaram a resolução para fortalecer a luta contra as DTN na Francofonia. A resolução compromete os Estados-Membros na promoção e fortalecimento da sua luta contra as DTN na comunidade francófona com o foco no financiamento, na sua integração nas estratégias de saúde, melhorias no acesso à água e saneamento e fortalecimento dos sistemas e saúde que garantam o acesso universal aos serviços essenciais para as populações em risco.

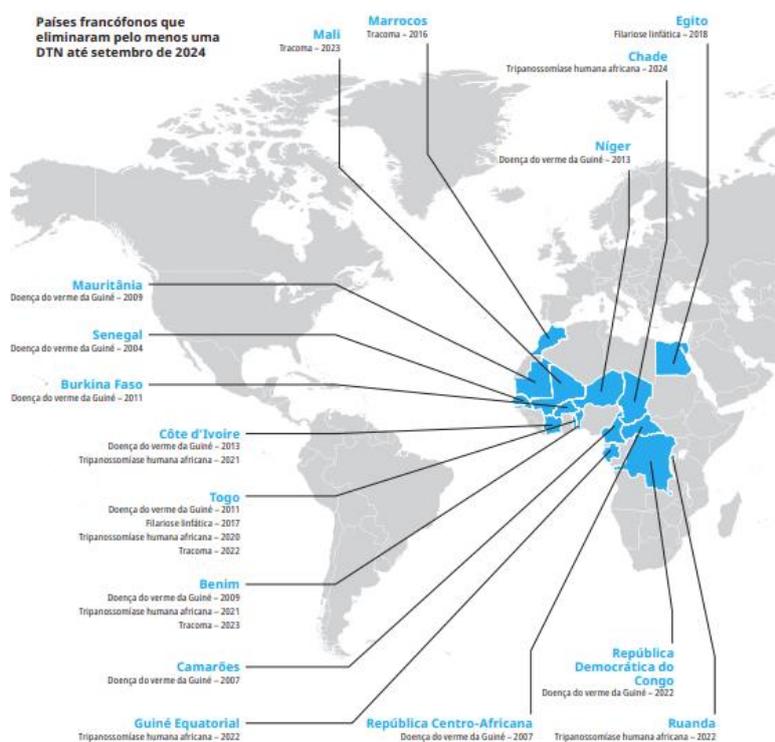
Seis anos após esta resolução histórica, este relatório fornece com uma panorâmica do progresso, os desafios, as oportunidades e as temáticas emergentes em relação as DTN mundo francófono. Procura oferecer informação importante a políticos, legisladores, pessoal da administração, doadores e comunidades, para garantir que as DTN sejam uma prioridade na agenda mundial com o fim de avançar rumo as metas destacadas no roteiro da OMS para as Doenças Tropicais Negligenciadas 2021-2030\* e o ODS 3. Novo relatório destaca os progressos e os desafios na luta contra as doenças tropicais negligenciadas nos países francófonos.

Mostra como vários países têm eliminado recentemente algumas doenças e enfatiza a necessidade de financiamento inovador para apoiar programas de controle e eliminação, assim como também a integração das atividades ligadas as DTN junto com outros programas de saúde. Trata como a mudança climática acrescenta o risco de DTN em novas regiões porque muda os padrões de transmissão que conseguem dificultar a luta contra as doenças. Acabar com a carga

destas doenças negligenciadas é chave para a redução da pobreza mundial e a desigualdade, tanto para o benefício dos países francófonos como a comunidade mundial em geral. Trabalhando juntos e garantindo os recursos precisos, os países francófonos podem impulsar a ação coletiva para melhorar a saúde e a qualidade de vida para milhões de pessoas em todo o mundo. Agora é o momento de se unir, atuar e eliminar as DTN.

Como se sabe, o tema do Dia Mundial das DTN 2025 é: Unir-se. Agir. Eliminar as DTN. Este grito apela a todos os parceiros para que se unam para alcançar os objetivos coletivos, se comprometam com os recursos e ações necessários para agir eficazmente e realcem os sucessos e desafios no caminho para eliminar as DTN.

**Imagem 4:** Países francófonos que eliminaram algumas DTN



Fonte: *Uniting to Combat NTD*, 2024.

### Unicef denuncia situação crítica das crianças sudanesas

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) [denunciou](#) a crítica situação enfrentada pelas crianças sudanesas em meio à guerra que este país vive, noticia a Prensa Latina.

Segundo o representante da UNICEF no Sudão, Sheldon Yett, não foram as crianças que iniciaram esta guerra, mas são elas realmente as mais vítimas.

Yett denunciou igualmente os efeitos da violência armada sobre as crianças, bem como o encerramento de escolas e centros de saúde.

O responsável referiu-se também aos esforços que o Unicef está a fazer para travar a propagação de doenças infecciosas e aos obstáculos que os trabalhadores humanitários enfrentam para chegar aos necessitados.

Recorde-se, desde meados de abril do ano passado, o Sudão tem mergulhado numa guerra civil, depois de terem surgido contradições sobre questões de poder entre o chefe do Exército, Abdel Fatah al-Burhan, e o líder dos paramilitares da RSF, Mohamed Hamdan Daglo.

No Sudão, onde ocorreu um golpe militar em 2019 e outro em 2021, eclodiu um conflito no qual milhares de civis morreram, incluindo cerca de 15 mil só na região ocidental de Darfur.

### **Estudo: Governos em África gastam 16 vezes menos com crianças mais novas do que com crianças mais velhas**

O UNICEF e o Instituto de Aprendizagem para o Bem-Estar (*Learning for Well-being Institute*) [publicaram conclusões](#) que sugerem que os principais gastos sociais na África priorizam predominantemente as crianças mais velhas, enquanto os gastos com os mais novos ficam significativamente para trás, em nítido contraste com os países do G20.

Os governos da África alocam esmagadoramente os gastos sociais para crianças mais velhas, ignorando os mais novos, de acordo com novos dados divulgados pelo UNICEF e pelo referido Instituto. Esses resultados sugerem que os países estão adotando uma abordagem desequilibrada para desenvolver o capital humano de suas nações, não investindo na construção da base necessária desde o dia zero.

Com base nos principais dados disponíveis sobre os gastos do setor social, os países da África parecem gastar 16 vezes mais com uma criança de 15 anos do que com uma criança de um ano. Do total de gastos sociais importantes com crianças na África, 6,5% foram para crianças de 0 a 5 anos. Em contraste, os países do G20 gastam 28% na mesma faixa etária. Os governos africanos gastam a maior parte - 55% - dos principais gastos sociais com crianças de 12 a 17 anos. Mesmo que os dados extensos não consigam capturar todos os gastos perfeitamente, essa é uma grande diferença na priorização dos gastos.

"A evidência é muito clara de que os primeiros anos de vida proporcionam uma oportunidade única na vida para estabelecer uma vida adulta saudável e dar o maior potencial para impulsionar o capital humano de um país", disse o Diretor Regional do UNICEF para a África Ocidental e Central, Gilles Fagninou. "Mesmo que nossos filhos mais novos estejam a pelo menos uma década da idade adulta, é aqui que os investimentos podem produzir o maior impacto e preparar as crianças para o sucesso."

O capital humano de um país é crucial para o bem-estar das famílias e fundamental para o crescimento e desenvolvimento econômico nacional. Embora muitas orientações aos governos no passado sobre a construção de capital humano tenham se concentrado no desenvolvimento de habilidades e educação dos jovens, evidências mais recentes demonstram que isso só pode ocorrer efetivamente quando construído sobre uma base sólida de investimentos nos primeiros anos. O setor educacional serve como um exemplo útil disso - as evidências mostram que as crianças que se beneficiam da educação infantil se saíram melhor nos últimos anos de escolaridade, melhorando assim a eficiência dos gastos dos anos posteriores. Um estudo importante em 2017 (Heckman) estimou uma taxa de retorno sobre os investimentos na primeira infância de 10 a 14%. E o Banco Mundial descobriu que as crianças pequenas que são mais bem nutridas ganham até 50% a mais do que suas contrapartes desnutridas.

Esses novos resultados ilustram que os gastos sociais na África por idade não apoiam adequadamente mulheres grávidas, bebês e crianças em idade pré-escolar. Sem essa base, é

improvável que os gastos nos últimos anos sejam eficientes ou eficazes na construção do capital humano de um país.

A Diretora Regional do UNICEF na África Oriental e Austral, Etleva Kadilli, disse:

"Sabemos que investir em todas as crianças ao longo de sua vida é crucial para seu desenvolvimento e o da sociedade em geral. Mas o que estamos vendo agora muito claramente é que os gastos na África são significativamente inclinados para idades mais avançadas, com uma enorme lacuna nos gastos com os mais jovens. Além do alto retorno do investimento em crianças pequenas, as famílias precisam de apoio - durante a gravidez, com creches e apoio em dinheiro para criar crianças pequenas - essa lacuna deve ser preenchida se quisermos perceber o potencial da crescente população infantil da África".

"Existem muito poucos investimentos que são tão importantes e impactantes quanto os investimentos no desenvolvimento da primeira infância, e especialmente na educação infantil, porque são esses investimentos que fornecem uma base sólida para o crescimento acadêmico, social e emocional posterior das crianças, e um catalisador para o futuro crescimento econômico, prosperidade e desenvolvimento", disse Adele Khodr, Diretora Regional do UNICEF para o Oriente Médio e Norte da África.

Dominic Richardson, Diretor Administrativo do *Learning for Well-being Institute*, afirmou:

"Os países precisam mapear e gerenciar o portfólio de políticas infantis ao longo da vida, desde a gravidez até a pré-escola e além. Saber para onde o dinheiro está indo, permite ao governo tomar decisões informadas sobre gastos futuros e a complementaridade dos esforços de políticas multissetoriais para as crianças".

Embora muitos países agora acompanhem os gastos sociais por idade, existem poucas evidências para a África. É extremamente importante que os governos africanos possam acompanhar os gastos do setor social por idade como base para informar as decisões políticas que beneficiem o bem-estar infantil e a sociedade em geral.

À medida que as economias africanas continuam a crescer e se desenvolver, é crucial que os governos estejam cientes desse gasto social distorcido por idade e garantam que novos fundos no futuro sejam alocados para as crianças mais novas para preencher a lacuna.

### **Egito certificado livre de malária pela OMS**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) [certificou o Egito como livre de malária](#), marcando um marco significativo de saúde pública para um país com mais de 100 milhões de habitantes. A conquista segue-se a um esforço de quase 100 anos do governo e do povo egípcio para acabar com uma doença que está presente no país desde os tempos antigos.

"A malária é tão antiga como a própria civilização egípcia, mas a doença que assolou os faraós pertence agora à sua história e não ao seu futuro", afirmou o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-Geral da OMS. "Esta certificação do Egito como livre de malária é verdadeiramente histórica e um testemunho do compromisso do povo e do governo do Egito em livrar-se deste antigo flagelo. Felicito o Egito por esta conquista, que é uma

inspiração para outros países da região e mostra o que é possível com os recursos certos e as ferramentas certas."

"Receber hoje o certificado de eliminação da malária não é o fim da jornada, mas o início de uma nova fase. Devemos agora trabalhar incansavelmente e diligentemente para sustentar a nossa conquista através da manutenção dos mais elevados padrões de vigilância, diagnóstico e tratamento, gestão integrada de vetores e sustentação à nossa resposta eficaz e rápida aos casos importados. Os nossos esforços multissetoriais contínuos serão fundamentais para preservar o estatuto de país livre de malária", afirmou o Dr. Khaled Abdel Ghaffar, Vice-Primeiro-Ministro do Egito.

"Reafirmo que continuaremos com determinação e forte vontade a salvaguardar a saúde de todas as pessoas no Egito sob a orientação da liderança sábia e a melhorar o nosso sistema de saúde. Isto continuará a ser uma pedra angular na proteção das vidas de todas as pessoas que vivem e visitam o país. Egito."

Recorde-se, a certificação da eliminação da malária é concedida pela OMS quando um país provou, sem qualquer dúvida razoável, que a cadeia de transmissão autóctone da malária pelos mosquitos *Anopheles* foi interrompida em todo o país durante pelo menos os três anos consecutivos anteriores. Um país deve também demonstrar a capacidade de impedir o restabelecimento da transmissão.

A notícia também traça a jornada do Egito até a eliminação. A malária foi rastreada já em 4.000 a.C., com evidências genéticas da doença encontradas em Tutancâmon e outras múmias egípcias antigas.

Os primeiros esforços para reduzir o contato homem-mosquito no Egito começaram na década de 1920, quando o país proibiu o cultivo de arroz e culturas agrícolas perto das casas. Com a maior parte da população do Egito a viver ao longo das margens do Rio Nilo e a prevalência da malária a atingir os 40%, o país designou a malária como doença de notificação obrigatória em 1930 e mais tarde abriu o seu primeiro posto de controle da malária centrado no diagnóstico, tratamento e vigilância.

"Hoje, o Egito provou que com visão, dedicação e unidade podemos superar os maiores desafios. Este sucesso na eliminação da malária não é apenas uma vitória para a saúde pública, mas um sinal de esperança para o mundo inteiro, especialmente para outros países endémicos. Esta conquista é o resultado de investimentos em vigilância robustos e sustentados num sistema de saúde forte e integrado, onde o envolvimento e as parcerias comunitárias permitiram o progresso. Além disso, a colaboração e o apoio aos países endémicos, como o Sudão, continuam a ser uma prioridade", afirmou a Dra. Hanan Balkhy, Diretora Regional da OMS para o Mediterrâneo Oriental.

Em 1942, os casos de malária no Egito tinham aumentado para mais de 3 milhões, como resultado do deslocamento populacional da Segunda Guerra Mundial, da interrupção dos fornecimentos e serviços médicos e da invasão do *Anopheles arabiensis*, um mosquito vector altamente eficiente, entre outros fatores. O Egito conseguiu controlar o surto de malária através da criação de 16 divisões de tratamento e do recrutamento de mais de 4000 profissionais de saúde.

A construção da barragem de Assuão, concluída em 1969, criou um risco de malária para o país, uma vez que a água estagnada produziu criadouros de mosquitos. O Egito, em

colaboração com o Sudão, lançou um projeto rigoroso de controle vetorial e de vigilância da saúde pública para detectar e responder rapidamente aos surtos de malária.

Em 2001, a malária estava firmemente sob controle e o Ministério da Saúde e da População decidiu prevenir o restabelecimento da transmissão local da malária. O Egito conteve rapidamente um pequeno surto de casos de malária na província de Assuão, em 2014, através da identificação precoce de casos, tratamento imediato, controlo de vetores e educação pública.

O diagnóstico e o tratamento da malária são fornecidos gratuitamente a toda a população do Egito, independentemente do estatuto legal, e os profissionais de saúde são formados em todo o país para detectar e rastrear casos de malária, inclusive nas fronteiras. A forte parceria transfronteiriça do Egito com os países vizinhos, incluindo o Sudão, tem sido fundamental para prevenir o restabelecimento da transmissão local da malária, abrindo caminho para que o país seja oficialmente certificado como livre da malária.

## **CEDEAO – Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS)**

### **Oficina regional de abordagem à saúde comunitária**

Esta [oficina de consenso](#), realizada em Lomé, no Togo, foi organizada pela OOAS, em parceria com os principais atores técnicos e financeiros da região, tendo reunido especialistas, decisores, organizações da sociedade civil e parceiros para fortalecer os sistemas de saúde comunitária na sub-região da CEDEAO.

Segundo a OOAS, a oficina insere-se nos esforços contínuos da organização para melhorar o acesso à Atenção Primária à Saúde e alcançar a Cobertura Universal de Saúde (CUS) até 2030. Através de discussões aprofundadas, os participantes trabalharam para harmonizar as estratégias nacionais de saúde comunitária, tendo em conta os desafios atuais e os avanços tecnológicos.

Este evento de alto nível reuniu especialistas técnicos, consultores de saúde pública, representantes da OOAS, bem como parceiros como o UNICEF, OMS, USAID, Porfel Health e o Banco Mundial.

A cerimónia de abertura foi marcada por discursos que sublinharam a importância desta oficina para a construção de uma abordagem regional coerente para a saúde comunitária.

Diretor-Geral da OOAS, Dr. Melchior Athanase Joël Codjovi AÏSSI, iniciou o seu discurso de abertura saudando a mesa de honra e todos os participantes, expressando a sua profunda gratidão ao governo togolês por ter aceite acolher este evento regional, realçando o papel crucial dos sistemas de saúde comunitária para melhorar os indicadores de saúde em África, afirmando que apenas uma abordagem comunitária poderá dar resposta aos desafios atuais. Manifestou ainda o desejo de que a ocupação dos leitos hospitalares na região da CEDEAO seja reduzida para 20%, graças a uma boa gestão da saúde comunitária, o que levará a uma melhor economia de saúde.

Ainda segundo o Diretor-Geral, foi uma oportunidade para refletir sobre o que não funcionou até o presente, tirar lições e alinhar soluções comuns para todos os países da CEDEAO. Enfatizou a importância desta iniciativa para fazer da saúde comunitária a base de saúde pública para todas as populações da região.

Por sua vez, o Secretário Nacional do Ministério da Saúde e Higiene Pública do Togo, o Dr. WOTOBÉ Kokou, em nome do Ministro da Saúde, Professor Tchim DARRE, e do Governo do

Togo, deu as boas-vindas aos participantes, saudando os esforços da OOAS em promover uma abordagem regional da saúde comunitária e sublinhando a importância do acesso universal à saúde no seio da CEDEAO. Recordou que o Togo implementou uma estratégia nacional validada em 2022, com o objetivo de fortalecer os Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Segundo ele, esta estratégia visa garantir que 90% das aldeias rurais tenham pelo menos um agente de saúde formado, sendo esta estratégia estruturada em quatro eixos seguintes:

- ❖ harmonização das práticas dos ACS
- ❖ controle do número de ACS
- ❖ reconhecimento do estatuto dos ACS
- ❖ criação de um corpo de supervisores dos ACS

O Dr. Wotobe também prestou homenagem ao Presidente do Togo pelo seu apoio à Cobertura Universal de Saúde e encorajou os participantes a trabalharem nos desafios para melhorar os cuidados de saúde comunitários.

A presença do Prof. Thierno Baldé, em representação do Coordenador Regional para Emergência e da Diretora Regional da OMS para África, sublinhou o compromisso da sua organização em apoiar este processo de busca de consensos sobre saúde comunitária.

Um dos principais objetivos desta oficina foi elaborar um consenso regional em torno dos documentos estratégicos desenvolvidos por especialistas regionais, incluindo a Política Regional de Saúde Comunitária, o Manual de Formação dos Agentes Comunitários e um Plano Regional de Mobilização de Recursos. Este processo é crucial para garantir a apropriação e o compromisso de todas as partes interessadas na implementação eficaz da saúde comunitária na subregião da CEDEAO.

Além disso, os participantes discutiram os princípios fundamentais que sustentam a capacitação das comunidades, com especial enfoque na governança local, na integração de políticas, multissetoriais — “Saúde em Todas as Políticas” — e na abordagem “Uma Só Saúde”. Estas discussões são essenciais para fortalecer a resiliência dos sistemas de saúde na subregião e promover uma abordagem de cuidados centrada na prevenção, promoção e vigilância de doenças.

### **Oficina conjunta OOAS-OMS para capacitação dos membros de Grupos Técnicos Consultivos sobre Vacinação**

Cabo Verde acolheu no dia 7 de outubro, a referida oficina destinada a capacitar os membros de Grupos Técnicos Consultivos sobre Vacinação (GTCV) dos países africanos de língua portuguesa (PALOP), foi co-organizada pela Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em colaboração com o Grupo de Trabalho para a Saúde Global (TFGH), o Centro de Apoio ao GTCV da Universidade do Cabo (NISH) e os CDC de Atlanta dos EUA.

A oficina reuniu 76 participantes, entre os quais representantes dos GTCV de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Estes grupos desempenham um papel crucial na assessoria às autoridades nacionais de saúde para a elaboração de políticas e estratégias nacionais de vacinação baseadas em dados científicos.

A cerimónia de abertura contou com intervenções de destaque:

O Diretor-Geral da OOAS, Dr. Melchior Athanase Joël Codjovi AÏSSI, foi representado pelo Dr. Yves Armand Mongbo, que felicitou o Governo de Cabo Verde pela eliminação da

malária, um feito celebrado mundialmente, que é motivo de orgulho não apenas para a região, mas para todo o continente africano. Sublinhou que esta conquista é fruto dos esforços concertados do governo e das autoridades de saúde de Cabo Verde, que souberam implementar políticas de saúde eficazes e adaptadas ao seu contexto. Este feito coloca Cabo Verde como um exemplo a seguir na luta contra as doenças transmissíveis. Destacou também o empenho de Cabo Verde no apoio às ações da OOAS e os progressos notáveis nos indicadores de saúde, especialmente os relacionados à vacinação.

O Dr. Mongbo salientou ainda a colaboração entre a OOAS e a OMS para fortalecer os Grupos Técnicos Consultivos Nacionais (GTCV) sobre a vacinação, observando que a oficina em Cabo Verde é uma continuidade daquela realizada em Lomé, em abril de 2024, para os GTCV francófonos. Com a implementação do GTCV de Cabo Verde, todos os países da CEDEAO têm agora um GTCV, uma cobertura de 100%, que representa um importante avanço, alcançado após muitos anos de esforços conjuntos com os parceiros de desenvolvimento. Recordou os desafios atuais, como a emergência e reemergência de doenças evitáveis por vacinação, a infodemia e a importância de reforçar as capacidades dos GTCV para melhor responder a estes desafios.

A Ministra da Saúde de Cabo Verde, Dra. Filomena Gonçalves, no seu discurso de abertura, destacou que, desde o lançamento do Programa Alargado de Vacinação, o país tem alcançado progressos significativos, com uma taxa de cobertura vacinal de 95% ou mais para todos os antígenos recomendados pela OMS, o que constitui um marco importante no sistema nacional de saúde.

A Ministra também indicou que, apesar dos sucessos alcançados, como a eliminação do tétano neonatal e o processo em curso para a certificação da eliminação do sarampo e da rubéola, o país continua a envidar esforços para estender a vacinação às localidades que ainda não estavam cobertas, como é o caso de Tarrafal de Monte Trigo (Santo Antão) e Boa Vista (Bairro de Boa Esperança), para que ninguém fique para trás. Novos desafios continuam a surgir e, segundo ela, a pandemia de COVID-19 evidenciou a complexidade da introdução de novas vacinas, sublinhando a importância de tomar decisões informadas e baseadas em evidências.

Acrescentou que Cabo Verde também se orgulha de ser um dos países pioneiros na introdução da vacina contra o HPV no seu calendário de vacinação, tanto para raparigas como para rapazes, num espírito de respeito pela igualdade de género.

A Dra. Edith Pereira, responsável interina do escritório da OMS em Cabo Verde, no seu discurso durante o evento, agradeceu ao governo de Cabo Verde, em particular à Ministra da Saúde, Dra. Filomena Gonçalves, pelo seu constante empenho em prol da saúde pública. Enfatizou a importância do evento, mencionando que o principal objetivo era reforçar as capacidades dos Grupos Técnicos Consultivos sobre a Vacinação, que são essenciais para garantir decisões baseadas em dados científicos.

Ela destacou ainda que, apesar dos muitos desafios, a OMS está determinada a continuar a colaborar com os países da região para superar esses obstáculos e melhorar a saúde pública.

O principal objetivo desta oficina é reforçar as capacidades dos membros e dos secretariados dos GTCV para um funcionamento mais eficaz, especialmente no contexto atual de pandemias e epidemias, como a Mpox. Entre os temas abordados, destaca-se o processo de

elaboração de recomendações baseadas em evidências científicas, com o intuito de melhorar a qualidade das decisões no âmbito das vacinas e da vacinação.

Os resultados esperados dessa oficina incluem:

- ❖ compreensão do funcionamento dos GTCV
- ❖ domínio dos métodos de elaboração de recomendações baseadas em evidências
- ❖ compreensão dos conceitos de epidemiologia e imunologia úteis para a vacinologia
- ❖ troca de experiências entre os países participantes
- ❖ revisão e atualização das ferramentas de funcionamento dos GTCV elaboração de tabelas de dados probatórios sobre questões prioritárias dos países.

## **Eleições gerais em Moçambique**

### **Contexto histórico**

Desde a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, que encerrou 16 anos de guerra civil, Moçambique tem experimentado um caminho de transições políticas e institucionais significativas, mas também de desafios persistentes que colocam à prova sua jovem democracia. As eleições de 2024 surgem como um marco decisivo na história política do país, principalmente por serem as primeiras em décadas nas quais uma nova geração de líderes assume o protagonismo na disputa pelo cargo mais alto da nação. Entre os principais candidatos estão Daniel Chapo, da FRELIMO, partido que domina o cenário político desde a independência, e Venâncio Mondlane, do emergente partido PODEMOS. No entanto, esse processo eleitoral se desenrolou em um ambiente de intensa polarização política, marcado por acusações recorrentes de irregularidades, especialmente em relação ao uso indevido de recursos públicos pelo partido no poder.

A hegemonia da FRELIMO tem sido uma constante desde a independência de Moçambique em 1975. O partido não apenas controla o Estado, mas também exerce ampla influência sobre o campo eleitoral. Embora o multipartidarismo tenha sido adotado em 1994, com a realização das primeiras eleições competitivas, a equidade dos processos eleitorais sempre foi uma questão controversa, resultando em frequentes episódios de violência pós-eleitoral em quase todos os ciclos políticos. A RENAMO, principal partido de oposição, ao lado de outras forças emergentes como o PODEMOS, tem acusado historicamente a FRELIMO de utilizar a máquina estatal para garantir sua permanência no poder, criando assim um desequilíbrio que impede o pleno desenvolvimento de uma democracia funcional.

O quadro legal que rege as eleições em Moçambique é estabelecido pela Lei n.º 3/2019, que foi posteriormente modificada pela Lei n.º 5/2023. Esta legislação define as regras para as eleições presidenciais, legislativas e provinciais, garantindo parâmetros legais para que o processo eleitoral seja conduzido de forma justa, transparente e igualitária. O processo é supervisionado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) e executado pelo Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE). Contudo, apesar deste arcabouço jurídico, a aplicação dessas normas muitas vezes fica aquém do esperado, resultando em alegações de manipulação e uso indevido de recursos por parte do partido no poder.

O cenário político de 2024 se revelou particularmente complexo, com uma intensa competição entre os principais partidos. Além da hegemonia da FRELIMO, a RENAMO, com sua

tradicional força de oposição, e o PODEMOS, com novas propostas de governança e descentralização, emergiram como atores centrais. Problemas crônicos como a violência política, o financiamento inadequado das campanhas e a transparência na contagem dos votos foram questões dominantes, preocupando tanto a população moçambicana quanto observadores internacionais.

Este informe tem como objetivo oferecer uma análise detalhada do processo eleitoral de 2024, com base no quadro legal vigente, nas plataformas políticas dos principais partidos e nos acontecimentos-chave que marcaram a eleição de 9 de outubro de 2024. O texto também visa discutir os desafios e lições que podem ser extraídas para o fortalecimento da democracia moçambicana.

### **Manifestos Eleitorais dos Principais Partidos**

As eleições presidenciais de 2024 em Moçambique destacaram propostas abrangentes dos principais candidatos à presidência, com foco nos desafios complexos que o país enfrenta, especialmente nas áreas de desenvolvimento econômico, inclusão social, governança e descentralização. Estas propostas são essenciais em um contexto de crescente tensão política e insatisfação popular, agravadas por questões como a corrupção endêmica, a desigualdade econômica, a crise habitacional e a insegurança, especialmente nas regiões periféricas e nas áreas afetadas por conflitos, como Cabo Delgado.

#### **Daniel Chapo (DC) – Candidato da FRELIMO**

Daniel Chapo, candidato da FRELIMO, centrou sua plataforma eleitoral em torno do papel da juventude como força motriz para o desenvolvimento socioeconômico de Moçambique. Reconhecendo que a juventude representa a maioria da população e possui grande potencial criativo, DC defendeu políticas que visam capacitar os jovens, especialmente no âmbito do empreendedorismo. Uma de suas principais propostas foi a criação de um Banco de Desenvolvimento Juvenil, que ofereceria linhas de crédito com condições favoráveis para jovens empreendedores. Esse banco teria como objetivo facilitar o acesso a capital inicial, oferecendo prazos de pagamento flexíveis e taxas de juros mais baixas, um aspecto crucial em um país onde o acesso ao financiamento é extremamente limitado.

Além disso, a plataforma de DC enfatizou a necessidade de promover a inclusão social e a meritocracia na administração pública. Ele defendeu que as nomeações para cargos de poder sejam baseadas em competência, dedicação ao serviço público e espírito patriótico, em um esforço para combater práticas de favoritismo e clientelismo, que têm corroído a eficiência das instituições públicas ao longo dos anos. A inclusão proposta por DC vai além da política: ele defende maior representatividade de mulheres, idosos, pessoas com deficiência e outros grupos marginalizados, que muitas vezes são excluídos das esferas de decisão.

No campo da infraestrutura, DC destacou a importância de parcerias público-privadas (PPPs) para a construção de habitações acessíveis. Ele sugeriu que o papel do Estado deve ser o de facilitador, criando condições para atrair investidores privados que possam desenvolver projetos habitacionais sustentáveis, voltados especialmente para os jovens. DC criticou iniciativas anteriores, como o projeto da Vila Olímpica em Maputo, argumentando que não atenderam às expectativas de durabilidade e qualidade, e propôs soluções mais duradouras e economicamente viáveis.

## Venâncio Mondlane (VM) – Candidato do PODEMOS

Venâncio Mondlane, candidato do partido emergente PODEMOS, apresentou uma plataforma voltada para questões estruturais, com foco em segurança nacional e desenvolvimento econômico sustentável. Um dos pilares de sua campanha foi a necessidade de fortalecer a segurança em áreas de conflito, como a província de Cabo Delgado, que tem sido assolada por insurgências e terrorismo. VM criticou a resposta histórica do Estado a essa crise, propondo um plano de investimentos de longo prazo em infraestrutura, educação e formação profissional, visando criar alternativas econômicas para as comunidades locais que atualmente dependem de atividades ilegais.

**Imagem 5:** O candidato presidencial Venâncio Mondlane numa das declarações à imprensa



Fonte: DW, 2024

Outra proposta central de VM foi a renegociação dos megaprojetos de exploração de recursos naturais no país, particularmente com multinacionais que operam na extração de gás natural em Cabo Delgado. Ele argumentou que essas corporações, muitas vezes beneficiadas por isenções fiscais, não têm contribuído de forma justa para as receitas públicas. VM defendeu a necessidade de obrigar essas empresas a reinvestirem parte de seus lucros no desenvolvimento local das regiões onde operam, promovendo o desenvolvimento econômico inclusivo e reduzindo a dependência das comunidades em atividades ilícitas.

No que tange à descentralização, VM propôs uma descentralização fiscal robusta, que garantiria que os impostos arrecadados em uma determinada região fossem retidos e aplicados localmente, ao invés de serem centralizados em Maputo. Isso, segundo VM, fortaleceria as economias locais e promoveria o desenvolvimento autossustentável das províncias, oferecendo maior autonomia às comunidades. VM também propôs reformas no sistema legislativo, com o objetivo de limitar o poder excessivo do presidente sobre a Assembleia da República, sugerindo uma governança mais inclusiva, com participação de membros de diferentes partidos.

### **RENAMO e MDM, suas propostas tradicionais**

Embora a RENAMO e o MDM não tenham apresentado programas detalhados recentemente, suas agendas tradicionais continuam a pautar suas campanhas eleitorais. A RENAMO, historicamente defensora da descentralização política e da reforma eleitoral, continua a promover maior autonomia para as províncias, especialmente nas regiões centro e norte do país, que são seus redutos eleitorais tradicionais. A RENAMO defende que um processo eleitoral mais transparente e descentralizado é crucial para garantir a equidade e a inclusão política em Moçambique.

O MDM, por sua vez, busca se posicionar como uma alternativa viável à polarização entre a FRELIMO e a RENAMO, defendendo uma agenda voltada para a gestão pública eficiente e o fortalecimento das infraestruturas urbanas. O partido enfatiza a necessidade de desenvolver as cidades e melhorar a qualidade de vida urbana, com foco na transparência e na eficiência dos serviços públicos.

### **Resultados Eleitorais e Violência Pós-Eleitoral**

O processo eleitoral de 9 de outubro de 2024 transcorreu sob grande expectativa, mas foi seguido por uma onda de tensões e contestação. Os resultados preliminares divulgados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) indicavam a vitória de Daniel Chapo, da FRELIMO, com mais de 60% dos votos. No entanto, Venâncio Mondlane e o partido PODEMOS contestaram esses resultados, alegando fraude e manipulação no processo de contagem. VM afirmou que, de acordo com as atas e editais coletados por sua equipe, ele havia vencido em várias províncias (<https://drive.google.com/drive/folders/1MD0EgfAwwN46Lhocx6SYHQOdL-PROaGj>).

A situação escalou dramaticamente na noite de 19 de outubro de 2024, quando Elvino Dias, advogado e assessor jurídico de Mondlane, e Paulo Guambe, mandatário do PODEMOS, foram assassinados em uma emboscada na Avenida Joaquim Chissano, no coração de Maputo. Este duplo homicídio ocorreu em meio ao clima de alta tensão política, exacerbado pelas alegações de fraude eleitoral, e lançou luz sobre a violência política persistente em Moçambique.

### **Contexto do Assassinato**

Elvino Dias era uma figura destacada na defesa dos direitos humanos e desempenhava um papel crucial na contestação dos resultados eleitorais apresentados por Mondlane. Sua morte, juntamente com a de Paulo Guambe, levantou fortes suspeitas de motivação política, e muitos interpretaram o crime como uma tentativa de silenciar a oposição. Testemunhas oculares relataram que o ataque foi uma emboscada cuidadosamente planejada, com indivíduos armados disparando dezenas de tiros contra o veículo onde as vítimas estavam.

### **Repercussões e reações nacionais e internacionais**

O assassinato de Elvino Dias e Paulo Guambe gerou indignação em todo o país e fora dele. A comunidade jurídica moçambicana, incluindo a Ordem dos Advogados de Moçambique, exigiu uma investigação independente e transparente sobre o crime. O Centro de Integridade Pública (CIP) condenou o assassinato como uma afronta à democracia e à liberdade de expressão, destacando que crimes como este revelam a fragilidade das instituições democráticas no país.

A comunidade internacional também reagiu rapidamente. A União Europeia, os Estados Unidos, e outros parceiros internacionais condenaram o crime e pediram uma investigação rigorosa. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), através de seu representante, expressou sérias preocupações quanto à integridade do processo eleitoral e pediu uma solução pacífica e justa para a crise política.

### **Impacto político e social**

O assassinato de figuras ligadas à oposição elevou o nível de insegurança e temor entre aqueles que se opõem ao status quo político em Moçambique. Venâncio Mondlane, em discursos inflamados, apelou à juventude moçambicana para que se mobilizasse contra o que

chamou de "fraude eleitoral" e "violência de Estado". Ele convocou manifestações pacíficas em várias partes do país, destacando que a juventude desempenha um papel central no futuro do país.

Analistas políticos expressaram preocupação com o aumento das tensões, alertando para o risco de uma escalada de violência e instabilidade política. A crise de confiança no sistema eleitoral, exacerbada pelas alegações de fraude e o assassinato de figuras importantes da oposição, coloca em risco a credibilidade das instituições moçambicanas e ameaça o processo de consolidação democrática no país.

### **Investigação e próximos passos**

As autoridades moçambicanas prometeram uma investigação completa sobre o duplo homicídio, com o envolvimento do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) e da Polícia da República de Moçambique (PRM). A comunidade internacional está atenta ao desenrolar dos eventos, com a expectativa de que os resultados oficiais das eleições sejam divulgados até o final de outubro. A possibilidade de contestação dos resultados junto ao Conselho Constitucional permanece aberta, e os observadores estão atentos às implicações políticas e sociais desse processo.

### **Considerações finais**

As eleições de 2024 e os eventos subsequentes expuseram a fragilidade das instituições democráticas em Moçambique. A violência política, as acusações de fraude e o assassinato de figuras-chave da oposição colocam em risco o processo de democratização do país. O futuro de Moçambique depende, em grande parte, da capacidade das suas instituições em garantir um processo eleitoral justo, transparente e pacífico, bem como da disposição de seus líderes políticos para promover o diálogo e a reconciliação. A resposta a esses desafios determinará o rumo da jovem democracia moçambicana e sua capacidade de alcançar uma estabilidade política.

## A União Europeia estuda emigrar os imigrantes

### *The European Union studies how to emigrate immigrants*

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire**

**Abstract.** *In Europe, immigration follows as the central topic on the political agenda. Freire comments on the political dispute and the “innovative solutions” movement, which aims to export immigrants to third countries. Ukraine is drawing up a plan for victory, but won’t join NATO yet, which would imply the allies’ direct involvement in the war. WHO Europe begins preventive work for the upcoming winter and reflects International Mental Health Day.*

**Keywords:** *Global Health; European Union; migration; Ukraine; mental health.*

**Resumo.** Na Europa, o tema central da agenda política segue sendo a imigração. Freire comenta sobre a disputa política e o movimento de “soluções inovadoras”, que visa a exportação dos imigrantes para países terceiros. A Ucrânia desenha plano de vitória, mas ainda não ingressará na Otan, o que implicaria no envolvimento direto dos aliados na guerra. A OMS Europa inicia os trabalhos preventivos para o inverno que se aproxima e repercute o dia internacional da saúde mental.

**Palavras-chave:** Saúde global; União Europeia; migração; Ucrânia; saúde mental.

[O Parlamento Europeu terá uma sessão plenária agitada com temas como: ajuda financeira à Ucrânia, a situação em Gaza e no Líbano, o orçamento da UE para 2025 e os últimos desenvolvimentos sobre a abordagem da política de migração a nível da UE.](#) Um dos temas polarizáveis é o apoio financeiro da UE à Ucrânia, no valor de 35 bilhões de euros (parte de um plano do G7 para conceder um empréstimo de 50 bilhões de euros à Ucrânia). As forças de extrema-direita devem se dividir quanto à continuidade ou não ao apoio à Ucrânia, com uma provável divisão entre os eurodeputados do Fidesz de Viktor Orbán, que se opõem ao empréstimo, e aqueles que são favoráveis. A migração seguirá sendo uma temática central, com os grupos políticos do Parlamento também divididos quanto à forma de lidar com a política comum de migração: enquanto alguns se preocupam com a manutenção dos direitos humanos e da proteção das pessoas que fogem da guerra e da perseguição, outros, principalmente as forças de direita, congratulam-se com o debate sobre novas "soluções inovadoras" para travar a migração irregular. O orçamento da UE para 2025, deve ser menos polarizado, mas também estará no centro das atenções, com os eurodeputados insatisfeitos com a proposta do Conselho de cortar 1,52 bilhões de euros de programas-chave da UE, como o Horizonte Europa e o Erasmus+, e defendendo mais fundos para enfrentar os desafios da saúde, da juventude, da agricultura e da ajuda humanitária.

[O recém-formado grupo Patriotas pela Europa, no âmbito do Parlamento Europeu, se reuniu pela primeira vez,](#) previamente a uma reunião do Conselho Europeu. A migração foi o tema central do debate, com discussões sobre novas ideias para manter os imigrantes afastados dos países europeus. Os líderes da extrema-direita simpatizam com o [protocolo Itália-Albânia, que permite transferir requerentes de asilo para centros de acolhimento em território albanês,](#) enquanto aguardam que os seus pedidos sejam avaliados pelas autoridades italianas. A

Comissão Europeia propôs dez pontos para tratar a questão da migração, incluindo alguns muito próximos da abordagem da extrema-direita: construir parcerias com países terceiros não pertencentes à UE e impulsionar o regresso dos migrantes, considerando inclusive a possibilidade de criar centros de regresso fora da UE, mas Marine Le Pen recusa contraproposta da Comissão Europeia para as políticas de migração. Para os líderes dos Patriotas, as propostas da Comissão não são suficientes. O grupo, composto por 11 forças políticas de diferentes Estados-Membros da UE, quer fazer desta reunião um encontro regular antes de cada Conselho Europeu.

Este foi o grande tema da reunião do Conselho de outubro. A proposta da Comissão Europeia de abrir centros de deportação fora das fronteiras da UE é um exemplo claro de como a maioria dos líderes da UE abraçou as ideias de migração da extrema-direita. Os insatisfeitos com o Pacto de Imigração e Asilo, alcançado em 2023, falam da necessidade de promover “soluções inovadoras” para travar a imigração irregular, um eufemismo frequentemente associado às políticas de externalização que transferem os requerentes de asilo para países terceiros, como a Itália vem fazendo com a Albânia. [Poucos são os opositores, como o espanhol Pedro Sánchez, e o belga Alexander de Croo](#). O belga reiterou a sua oposição à criação de centros fora da UE para processar os pedidos de asilo: “A história tem demonstrado que estas soluções não produzem muitos resultados”. Em vez disso, apelou à celebração de mais acordos de cooperação e parceria com países terceiros, como os que a UE celebrou com a Tunísia, o Egito e a Mauritânia. [A Espanha rejeita a criação de centros para migrantes fora da Europa](#).

[A Moldávia for às urnas para eleição presidencial e referendo sobre sua adesão à UE. O sim, ganhou por mínima margem de vitória](#). O resultado foi praticamente um empate, tendo o “não” chegado a ficar na frente durante a contagem dos votos. A Moldávia está em negociações com a UE para se tornar membro do bloco e as tratativas devem prosseguir, independente do resultado do referendo, uma vez que este não era juridicamente vinculativo. Ainda assim, um escrutínio que se esperava claro, para poder tornar o processo de adesão irreversível, acabou por trazer ainda mais instabilidade ao atual processo. A atual presidente, que disputa a reeleição, Maia Sandu, fala numa “fraude sempre precedentes”, denunciando que os números eleitorais resultaram de uma interferência estrangeira na política moldava. O país, que é vizinho da Ucrânia, se mantém na via pró-ocidental, apesar das [alegações de que a Rússia tenha tentado minar o processo eleitoral](#). Na corrida presidencial, Sandu que tem postura pró-UE, venceu o primeiro turno com 42% dos votos, mas não conseguiu maioria absoluta. No dia 3 de novembro, Alexandr Stoianoglo, um antigo procurador-geral favorável à Rússia - e que foi dispensado pela atual presidente – vai disputar com ela o segundo turno.

O presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy lançou um “plano de vitória” e está buscando apoio. Ele esteve na capital belga para se encontrar com os ministros da Otan e esteve com os líderes da União Europeia, reunidos no Conselho Europeu. O plano contém cinco pontos-chave que, segundo Zelenskyy, são necessários para que a Ucrânia inicie o processo de negociação da paz - o primeiro ponto é a adesão à Otan, uma vez que o país continua a defender-se das forças russas. Para ele, a adesão da Ucrânia à Aliança, seria um “testemunho da determinação dos aliados em apoiar a Ucrânia. Mark Rutte, novo secretário-geral da Aliança Atlântica, saiu pela tangente, prometendo que a Ucrânia será membro no futuro<sup>141</sup>. A grande

---

<sup>141</sup> Rutte reiterou o compromisso da Otan com a segurança da Ucrânia, afirmando que Kiev pode estar “absolutamente segura” de que a aliança está empenhada na sua vitória. “Estamos nisto, se necessário, a longo prazo”, acrescentou. O líder da Otan não chegou a promover o “plano de vitória” de Zelenskyy, afirmando que o plano “tem muitos aspetos e muitas questões políticas e militares que temos de discutir

questão é que a adesão do país em guerra, acionaria a garantia de segurança coletiva da Otan, arrastando todos os países aliados para uma guerra com a Rússia.

Dias depois, a [Ucrânia, recebeu de surpresa, o secretário da Defesa dos Estados Unidos, Lloyd Austin](#), para uma visita não anunciada, horas depois de um ataque com drones russos contra a capital ucraniana. De acordo com Austin, esta quarta visita ao país mostra “que os Estados Unidos, juntamente com a comunidade internacional, continuam a apoiar a Ucrânia”. Logo após o chefe dos serviços secretos militares ucranianos ter afirmado que cerca de 11.000 soldados de infantaria norte-coreanos estariam treinando no leste da Rússia, surgiu [um vídeo sugerindo a presença de tais tropas no país](#). O Centro de Comunicações Estratégicas e Segurança da Informação da Ucrânia, que funciona sob a tutela do Ministério da Cultura e Informação, divulgou um vídeo, mostrando alegadamente soldados norte-coreanos em fila para recolher sacos, roupas e outros artigos de vestuário dos militares russos.

A OMS Europa já mira a proximidade do inverno e traz o tema para uma [declaração do diretor regional](#), Hans Kluge, que faz recomendações aos países membros, como a vacinação contra a gripe, fortalecimento dos sistemas de saúde e atenção à vigilância e ao monitoramento. Ele chama atenção para a temporada dos vírus respiratórios, ressaltando que antes de entrar no quinto inverno pós pandêmico, nós temos ferramentas e conhecimentos para lidar com os vírus respiratórios que circulam com a Covid-19.

Argumentando que para não sobrecarregar os sistemas de saúde, são importantes medidas preventivas para não ficar doente e para não transmitir em caso de adoecer, ele anuncia uma campanha chamada [“Ninguém conhece o seu risco como você”](#), para sensibilizar as pessoas quanto à comportamentos como lavar as mãos, ventilar ambientes e usar máscaras. Kluge reconhece que estas orientações são destinadas a indivíduos, mas ressalta tratar-se de responsabilidade compartilhada, chamando governos e autoridades quanto à seu papel de proteger os mais vulneráveis e prestar informações tempestivas e de qualidade para as populações.

Como ações simples que podem ser adotadas para minimizar o risco de ficar doente e desenvolver uma enfermidade mais séria a OMS Europa recomenda:

- ✓ Estar com a vacinação em dia;
- ✓ Ficar em casa se estiver doente;
- ✓ Usar máscara em ambientes cheios;
- ✓ Lavar as mãos;
- ✓ Ventilar os ambientes.

Esta abordagem voltada ao comportamento individual está entre os pilares do [Plano de trabalho europeu](#), estabelecido para o período 2020-2025. Uma outra diretriz do plano, diz respeito à saúde mental paneuropeia. Sobre este assunto, a Coligação Pan-Europeia de Saúde Mental realizou a sua reunião temática “Ajudar os que prestam ajuda: desafios atuais e soluções para a saúde mental da força de trabalho da saúde e dos cuidados” em agosto na Finlândia. Os participantes discutiram abordagens à promoção de uma saúde física e mental

---

com os ucranianos para perceber o que está por detrás dele, para ver o que podemos e o que não podemos fazer”. Para já, Rutte disse que a tónica deve ser ajudar a Ucrânia a recuperar mais território e a reforçar a sua posição em futuras negociações de paz.

positiva, melhorando os ambientes e as condições de trabalho para aumentar a satisfação no trabalho e a qualidade de vida, para facilitar a retenção e o recrutamento.

No informe passado, tratávamos da crise vivenciada pela força de trabalho em saúde na Europa, cuja a saúde mental dos profissionais é um componente importante. Como se não bastasse o estresse inerente ao próprio trabalho, muitos destes profissionais enfrentam desafios que levam a elevados níveis de ansiedade, esgotamento e danos morais. Este cenário pode comprometer os sistemas de saúde e assistência social, pois pode afetar a disponibilidade dos trabalhadores, a qualidade dos cuidados e a segurança dos pacientes, levando a perdas financeiras.

No dia 10 de outubro é celebrado, anualmente, o Dia Mundial da Saúde Mental, com objetivo de promover educação, conscientização e defesa da saúde mental global. A data é apoiada pela OMS, que desenvolve material técnico e de comunicação, bem como se utiliza de seus relacionamentos com os ministérios da saúde e organizações da sociedade civil. No Dia Mundial da Saúde Mental deste ano, sob o tema “É hora de dar prioridade à saúde mental no local de trabalho”, a OMS/Europa reconhece que ainda há muito a fazer para melhorar e proteger a saúde mental dos nossos profissionais de saúde e de cuidados.

O [Quadro de Acção sobre a Força de Trabalho da Saúde e dos Cuidados na Região Europeia da OMS 2023-2030](#) identifica a retenção dos profissionais da saúde e dos cuidados como um dos seus pilares principais. Apela à melhoria das condições de trabalho, à garantia de cargas de trabalho razoáveis e à redução do estigma e da discriminação associados aos problemas de saúde mental, reconhecendo que uma série de ações se fazem necessárias para minimizar o problema. A OMS/Europa reconhece que a implementação eficaz de tais medidas exigirá uma colaboração concertada entre muitas partes interessadas a nível regional, nacional e local. Trabalhando com os membros da Coligação, bem como com a Rede de Pontos Focais de Recursos Humanos para a Saúde e com o Centro dos Chefes de Enfermagem e Obstetrícia (GCNMO, na sigla em inglês), a Organização reafirma o seu compromisso em promover a saúde mental positiva dos profissionais de saúde e de cuidados.

Ainda sobre a crise da saúde na Europa, de acordo com um novo estudo recentemente publicado, [o aumento dos preços dos produtos farmacêuticos, em especial das novas terapias e dos tratamentos contra o câncer, está provocando um aumento das despesas de saúde em todo o continente, pressionando os orçamentos nacionais](#). O relatório da Plataforma Europeia de Segurança Social (ESIP) analisou os níveis de despesa pública nacional com medicamentos e centrou-se nas terapêuticas que absorvem a maior parte da despesa. O estudo destaca um aumento constante das despesas farmacêuticas, tanto nos hospitais como nas farmácias, designadas por despesas de internamento e de ambulatório, respetivamente. O principal fator que impulsiona estes aumentos é o aumento do custo dos medicamentos, e não um aumento do volume de receitas. Entre as áreas terapêuticas mais dispendiosas, destacam-se os medicamentos oncológicos, que dominam as despesas em ambulatório e em internamento.

## Gaza: onde todos foram deixados para trás

Lucia Marques

*“Se há um inferno na terra, são as vidas das crianças em Gaza”. Antonio Guterres, Secretário-Geral das Nações Unidas, maio de 2021.<sup>142</sup>*

**Resumo:** Doze meses de guerra brutal transformaram a Faixa de Gaza em um mar irreconhecível de escombros e um cemitério para dezenas de milhares de pessoas. Mesmo que um cessar-fogo seja acordado e a ajuda humanitária seja autorizada a entrar em Gaza, a pobreza e a privação afetarão uma parcela significativa da população nos próximos anos, principalmente devido à escala de perda de vidas e membros humanos, perda de capital e capacidades humanas e destruição de infraestrutura socioeconômica. O bloqueio a Gaza, juntamente com essas ofensivas cada vez mais violentas, resultou em um (des)desenvolvimento perpétuo e uma crise humanitária contínua. Isso levou a uma deterioração sem precedentes na situação de grupos vulneráveis, que estão em uma posição severamente desfavorecida em comparação com outras mulheres, crianças e pessoas com deficiência na região árabe e no mundo. Os números são astronômicos! E mostram que são as crianças que mais estão sendo penalizadas. Se as bombas não as matarem, a doença ou a fome estão a rondar. São milhares de crianças desaparecidas sob escombros, enterradas em valas comuns ou perdidas, cujas famílias foram dizimadas. Os dados atuais do conflito, um ano depois, só confirmam a dramática situação dessa população que realmente está sendo deixada para trás. “O nível de impunidade no mundo é politicamente indefensável e moralmente intolerável”, afirmou o Secretário Geral da ONU, Antônio Guterres, em seu [discurso](#) na abertura do Debate Geral da 79ª sessão da Assembleia Geral.

**Palavras chaves:** Gaza; geração perdida, deixados para trás

**Abstract:** *Twelve months of brutal war have turned the Gaza Strip into an unrecognizable sea of rubble and a graveyard for tens of thousands of people. Even if a ceasefire is agreed and humanitarian aid is allowed to enter Gaza, poverty and deprivation will affect a huge portion of the population for years to come, due to the loss of life and limb, loss of capital and human capabilities, and destruction of socio-economic infrastructure. The blockade of Gaza, coupled with these increasingly violent offensives, has resulted in perpetual (dis)development and an ongoing humanitarian crisis. This has led to an unprecedented deterioration in the situation of vulnerable groups, who are in a severely disadvantaged position compared to other women, children and people with disabilities in the Arab region and the world. The numbers are astronomical! And they show that it is children who are being penalized the most. If bombs do not kill them, disease or famine is on the horizon. There are thousands of children missing under rubble, buried in mass graves or lost, whose families have been decimated. The current data on the conflict, one year later, only confirm the dramatic situation of this population that is really being left behind. “The level of impunity in the world is politically indefensible and morally*

---

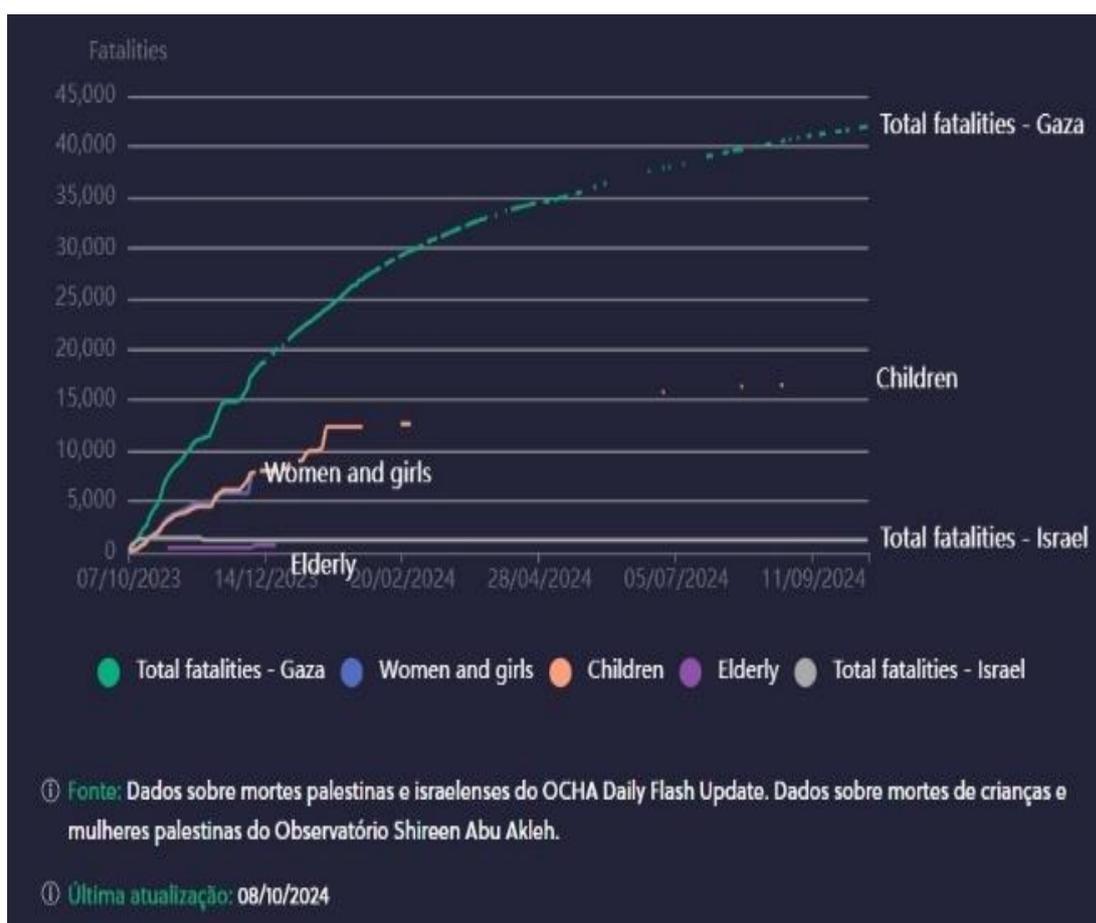
<sup>142</sup> Essa frase foi dita pelo Secretário Geral da ONU, durante a guerra Israel-Gaza, ocorrida entre 6 e 21 de maio de 2021, foram só 14 dias mas causou um grande estrago. [War on Gaza 2023: an unprecedented and devastating impact \(unesywa.org\)](#)

intolerable,” said UN Secretary-General António Guterres in his opening address to the General Debate of the 79th session of the General Assembly.

**Keywords:** Gaza; lost generation, left behind

Doze meses de guerra brutal transformaram a Faixa de Gaza em um mar irreconhecível de escombros e um cemitério para dezenas de milhares de pessoas. Mesmo que a guerra terminasse hoje, Gaza nunca mais será a mesma. Em 2007, Israel impôs um bloqueio indefinido à Faixa de Gaza, restringindo severamente a movimentação de pessoas e bens para dentro e para fora do território. Posteriormente, uma série de grandes escaladas militares foram travadas: em 2008–2009, 2012, 2014, 2021 e agora em 2023.

O bloqueio a Gaza, juntamente com essas ofensivas cada vez mais violentas, resultou em um (des)desenvolvimento perpétuo e uma crise humanitária contínua. Isso levou a uma deterioração sem precedentes na situação de grupos vulneráveis, que estão em uma posição severamente desfavorecida em comparação com outras mulheres, crianças e pessoas com deficiência na região árabe e no mundo. É o que apontava [publicação](#) da ESCWA – Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental da ONU – de um ano atrás. Os dados atuais do conflito, um ano depois, só confirmam a dramática situação dessa população que realmente está sendo deixada para trás.



<https://www.unescwa.org/>

A guerra atual tem sido considerada a mais grave da ocupação israelense de 56 anos de Gaza, incluindo o bloqueio de 16 anos e outras políticas e práticas israelenses ilegais. A escala e a velocidade da destruição em Gaza durante os últimos doze meses não têm precedentes no século 21 - morte, destruição e sofrimento humano, com repercussões que ecoarão nas próximas gerações.<sup>143</sup>

Uma catástrofe humanitária foi precipitada por um conflito na Faixa de Gaza que começou em 7 de outubro de 2023. A destruição maciça de infraestrutura e a incursão de forças ocupacionais, juntamente com a limitação de alimentos, água, combustível, medicamentos essenciais e outros suprimentos e serviços, levaram ao deslocamento interno de cerca de 2 milhões de pessoas.<sup>144</sup>

E como nada é tão ruim que não possa piorar, Gaza enfrenta agora fortes chuvas que provocaram inundações onde estão as tendas [improvisadas](#) em acampamentos superlotados, agravando a miséria das pessoas deslocadas e aumentando os temores dos desafios que o inverno trará.<sup>145</sup>

Para além do fato de que muitas tendas foram levadas com as chuvas, há ainda o risco de graves infecções uma vez que a população convive com o lixo e o esgoto a céu aberto. O sistema de saneamento, que já era precário antes da guerra por conta do bloqueio imposto por Israel, foi colapsado; sem coleta, o lixo se amontoa e se mistura aos dejetos humanos e de animais expostos a céu aberto<sup>146</sup> – não há banheiros e as estações de tratamento de água e esgoto foram destruídas pelas ações militares israelenses – trazendo risco de contaminação e proliferação de doenças infecciosas, como hepatite A, já detectada pela OMS.<sup>147</sup>

“O nível de impunidade no mundo é politicamente indefensável e moralmente intolerável”, afirmou o Secretário Geral da ONU, Antônio Guterres, em seu [discurso](#) na abertura do Debate Geral da 79ª sessão da Assembleia Geral.

---

<sup>143</sup> Lei mais sobre o desastre humanitário em Marques, L. [Gaza: mais que uma calamidade, é um massacre em câmara lenta](#). In. Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 11-2024. P. 227-235.

<sup>144</sup> [https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X\(24\)00320-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(24)00320-6/fulltext)

<sup>145</sup> [Chuvas e inundações trazem nova miséria aos campos de Gaza enquanto deslocados se preparam para o inverno | O Nacional \(thenationalnews.com\)](#)

<sup>146</sup> <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/06/20/cheiro-perturbador-crise-sanitaria-em-gaza-forca-moradores-a-viver-entre-pilhas-de-lixo-e-sob-risco-de-contaminacao.ghtml>

<sup>147</sup> <https://www.who.int/news/item/03-05-2024-rafah-incursion-would-substantially-increase-mortality-and-morbidity-and-further-weaken-an-already-broken-health-system>

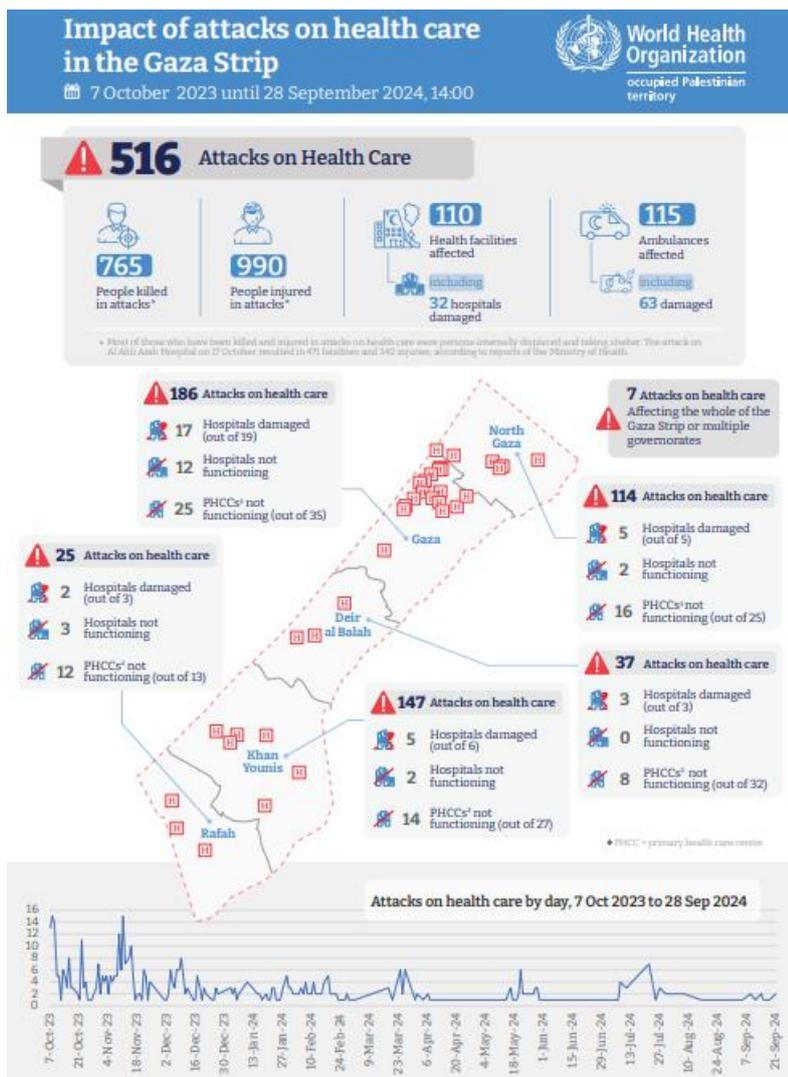
## Saúde

Os ataques aéreos e falta de suprimentos médicos, alimentos, água e combustível praticamente esgotaram um sistema de saúde já com poucos recursos. Hospitais têm operado muito além da capacidade devido ao número crescente de pacientes, bem como civis deslocados em busca de abrigo. A prestação de serviços essenciais de saúde – desde cuidados maternos e neonatais até tratamento para condições crônicas – foi severamente comprometida.

Os hospitais seguem sob fogo enquanto forças israelenses aprofundam operações no norte de Gaza<sup>148</sup>

Entre as inúmeras urgências e necessidades em saúde, a OMS aponta para a necessidade de reabilitação de reabilitação. Muitos dos feridos têm mais de um ferimento. O sistema de saúde colapsado cria uma multidão de amputados – autoridades da saúde apontam que são cerca de 85 mil feridos e um número desproporcional de amputados – que passaram por amputação sem anestesia e sem assepsia.<sup>149</sup> De acordo com o relatório, entre 3.105 e 4.050 amputações de membros também ocorreram. Grandes surtos de lesões na medula espinhal, lesões cerebrais traumáticas e queimaduras graves contribuem para o número total de ferimentos que mudam a vida, o que inclui muitos milhares de mulheres e crianças.<sup>150</sup>

O enorme aumento nas necessidades de reabilitação ocorre em paralelo com a dizimação contínua do sistema de saúde. Hoje, apenas 17 dos 36 hospitais permanecem parcialmente funcionais em Gaza, enquanto os cuidados primários de saúde e os serviços de



[https://www.emro.who.int/images/stories/Impact\\_on\\_Health Attacks\\_GS\\_update\\_for\\_28Sep.pdf?ua=1](https://www.emro.who.int/images/stories/Impact_on_Health_Attacks_GS_update_for_28Sep.pdf?ua=1)

<sup>148</sup> <https://www.reuters.com/world/middle-east/israeli-forces-storm-shelters-detain-men-north-gaza-raid-deepens-2024-10-21/>

<sup>149</sup> <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/06/19/sem-anestesia-e-sujeitos-a-graves-infeccoes-sistema-de-saude-em-colapso-cria-multidao-de-amputados-em-gaza.ghtml>

<sup>150</sup> <https://www.emro.who.int/opt/news/who-analysis-highlights-vast-unmet-rehabilitation-needs-in-gaza.html>

nível comunitário são frequentemente suspensos ou tornados inacessíveis devido à insegurança, ataques e repetidas ordens de evacuação.

O anúncio da segunda rodada de vacinação contra a pólio tipo 2 (nOPV2) parece ser a única boa notícia recente.<sup>151</sup> São necessárias no mínimo duas doses de nOPV2 para interromper a transmissão do poliovírus. No entanto, isso só será alcançado se pelo menos 90% de todas as crianças forem vacinadas em todas as comunidades e bairros. Nesta rodada, a vitamina A será coadministrada junto com a vacina contra a poliomielite, para ajudar a aumentar a imunidade geral entre crianças entre dois e dez anos.

A primeira rodada da campanha de vacinação contra a poliomielite alcançou 558.963 crianças menores de dez anos foram vacinadas contra a poliomielite durante na Faixa de Gaza.<sup>152</sup>

A campanha foi implementada como parte de uma resposta urgente e robusta à confirmação da variante circulante do poliovírus tipo 2 (cVDPV2) em Gaza, que foi encontrada no ambiente em julho de 2024, e em uma criança de 10 meses em agosto de 2024.

### **Segurança alimentar – geração perdida**

Um [estudo](#) publicado no *The Lancet Global Health* revela que, nos meses que antecederam a guerra em Gaza, a maioria das famílias já estava lutando para alimentar seus filhos pequenos enquanto se preparavam para o primeiro ano de escola. O estudo foi uma iniciativa da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA)<sup>153</sup>, que fornece ajuda humanitária aos refugiados palestinos, e avaliou o estado nutricional, a dieta e a segurança alimentar de crianças refugiadas prestes a entrar na primeira série (de 4 a 10 anos, idade média de 72,1 meses) em meados de 2023 durante um exame de saúde obrigatório. O estudo concluiu que as famílias de Gaza com crianças prestes a entrar na primeira série sofriam de insegurança alimentar e dependiam de assistência alimentar, o que possivelmente protegia o status antropométrico das crianças, cujas dietas, no entanto, careciam de diversidade.

“As crianças de Gaza não estavam nutricionalmente preparadas para suportar nem mesmo os primeiros meses de escassez de alimentos. Desde então, temos visto aumentos alarmantes na desnutrição, doenças e mortes. O que é mais necessário agora é um cessar-fogo e uma paz duradoura. Qualquer coisa menos que isso só levará a mais sofrimento em Gaza”, disse o Dr. Akihiro Seita, Diretor do Departamento de Saúde da UNRWA e autor sênior do estudo.

A desnutrição afeta não só o desenvolvimento físico das crianças, mas também o desenvolvimento mental – a capacidade de aprendizado é reduzida, além de facilitar o desenvolvimento de doenças, uma vez que a desnutrição reduz a capacidades do sistema imunidade.

---

<sup>151</sup> <https://www.emro.who.int/opt/news/second-round-of-polio-vaccination-in-the-gaza-strip-aims-to-vaccinate-over-half-a-million-children.html>

<sup>152</sup> <https://www.emro.who.int/opt/news/around-560-000-children-vaccinated-in-first-round-of-polio-campaign-in-gaza.html>

<sup>153</sup> A UNRWA conduziu o estudo de 8 de julho a 7 de setembro de 2023. A pesquisa envolveu avaliações de 3.229 crianças registradas para começar a primeira série em Gaza. A maioria das crianças tinha idade padrão para a primeira série - 5 e 6 anos - mas a faixa etária completa na pesquisa era de 4 a 10 anos. <https://www.unrwa.org/newsroom/news-releases/enough-food-first-graders-research-spotlights-how-gaza-families-struggled>

## Educação – geração perdida

As crianças que vivem em Gaza podem perder meia década de aprendizado devido à guerra de Israel, que está criando toda uma "geração perdida" de jovens, [alertou](#) um relatório da [Agência de Assistência às Obras e Refugiados Palestinos da ONU no Oriente Próximo](#). No entanto, mesmo o cenário mais pessimista não leva em conta os efeitos adicionais do trauma, da fome e do deslocamento forçado.

A velocidade de recuperação provavelmente será mais afetada pelos efeitos agravados da Covid-19 (ainda) e da guerra – associados à fome, trauma e impacto anterior de ataques ao sistema escolar, aponta o relatório. Há o grande risco de que a perda da educação também faça com que as crianças percam a fé no futuro e em conceitos como os direitos humanos.<sup>154</sup>

Até julho, mais de 625.000 crianças em idade escolar profundamente traumatizadas vivem nos escombros de Gaza.<sup>155</sup> E quanto maior o atraso na retomada das atividades educacionais, mais profundo será o impacto nas perdas educacionais.

## Considerações finais

O fracasso da comunidade internacional em fazer cumprir os princípios básicos do direito humanitário e intervir na devastação de Gaza permitiu uma nova escalada militar no Líbano.

A atual guerra em Gaza e seu cerco total por Israel mergulharam a população de Gaza em privações sem precedentes e pobreza multidimensional, levando a uma catástrofe humanitária de pleno direito.

Mesmo que um cessar-fogo seja acordado e a ajuda humanitária seja autorizada a entrar em Gaza, a pobreza e a privação afetarão uma parcela significativa da população nos próximos anos, principalmente devido à escala de perda de vidas e membros humanos, perda de capital e capacidades humanas e destruição de infraestrutura socioeconômica.

Pela falta de dados, os números são imprecisos, mas não deixam de ser astronômicos! E mostram que são as crianças que mais estão sendo penalizadas. Se as bombas não as matarem, a doença ou a fome estão a rondar. São milhares de crianças desaparecidas sob escombros, enterradas em valas comuns ou perdidas, cujas famílias foram dizimadas. São milhares de crianças cujos futuros foram destruídos pela ganância dos senhores da guerra, pela insanidade do ódio e pela gana de um homem que é capaz de tudo para se manter no poder. Os líderes políticos falharam abjetamente.

---

<sup>154</sup> <https://www.thenationalnews.com/news/2024/09/24/children-in-gaza-could-lose-five-years-of-learning-report-warns/>

<sup>155</sup> Até julho de 2024 <https://www.thenationalnews.com/news/mena/2024/07/02/more-than-8000-pupils-killed-in-gaza-and-west-bank-says-ministry-of-education/>

## Atualização EUA

**Luiz Augusto Galvão**

A proclamação do \*Dia da Saúde Infantil, 2024\* do presidente Biden se concentra em melhorar a saúde infantil com iniciativas como expandir o Crédito Fiscal Infantil, investir em creches, apoio materno, serviços de saúde mental, segurança de armas e proteção ambiental. Ele enfatiza a colaboração para garantir que as crianças prosperem.

O relatório da APHA destaca que as mudanças climáticas prejudicam desproporcionalmente as comunidades de baixa renda e minorias. Ele pede soluções equitativas, melhor infraestrutura, apoio à saúde mental e capacitação dos jovens para defender a justiça climática.

O relatório sobre Crise de Saúde Materna destaca disparidades raciais significativas nos resultados devido ao calor extremo. As gestantes negras enfrentam maiores riscos de hospitalização, mortalidade materna e morbidade grave. Os contribuintes incluem desigualdades sistêmicas, ilhas de calor urbanas, acesso limitado ao resfriamento e exposição ocupacional. Intervenções políticas urgentes são necessárias para proteger as grávidas negras dos efeitos extremos do calor.

Palavras-chave: Dia da Saúde Infantil 2024, Presidente Biden, Crédito Fiscal para Crianças, creche, saúde mental, segurança de armas, proteção ambiental, equidade, justiça, mudanças climáticas, comunidades vulneráveis, envolvimento dos jovens, envolvimento da comunidade, ação política

[Uma Proclamação sobre o Dia da Saúde Infantil de 2024 pelo presidente Joseph R. Biden Jr. no Dia da Saúde Infantil, destacando esforços e iniciativas para apoiar a saúde e o bem-estar das crianças nos Estados Unidos.](#)

O objetivo do Dia da Saúde Infantil é renovar o compromisso de apoiar as famílias e garantir que as crianças americanas tenham os recursos e o apoio de que precisam para se manterem saudáveis e fortes. É um dia para focar na saúde, segurança e bem-estar das crianças, incentivando famílias, profissionais de saúde infantil, organizações religiosas e comunitárias e governos a trabalharem juntos para ajudar as crianças a prosperar.

Várias iniciativas foram lançadas para apoiar a saúde infantil:

1. Expansão do Crédito Fiscal para Crianças: Por meio do Plano de Resgate Americano, que reduziu significativamente a pobreza infantil.
2. Investimento em creches: O maior investimento em creches de todos os tempos, mantendo as empresas abertas e os cuidadores de crianças empregados.
3. Programa de Visita Domiciliar Materna, Infantil e Primeira Infância: Fortalecido para fornecer apoio pré-natal e pós-parto.
4. Linha Direta Nacional de Saúde Mental Materna: Lançada para apoiar mães grávidas e puérperas.

5. Modernização do Plano Alimentar Econômico: Atualizado para ajudar as famílias a comprar alimentos nutritivos.
6. Redução de sódio em alimentos: Esforços para prevenir pressão alta, doenças cardíacas e derrame em crianças.
7. Refeições escolares gratuitas e saudáveis: Uma meta de fornecer refeições escolares gratuitas para mais nove milhões de crianças até 2032.
8. Investimentos em saúde mental: Mais de US\$ 2 bilhões em financiamento para ajudar as escolas a contratar conselheiros de saúde mental e o lançamento da Linha de Vida de Suicídio e Crise 988.
9. Medidas de segurança de armas: Leis significativas de segurança de armas e o estabelecimento do Escritório de Prevenção da Violência Armada da Casa Branca.
10. Investimentos em crise climática: Esforços para substituir canos de chumbo e melhorar a qualidade do ar para proteger a saúde das crianças.

## [O jornal oficial da APHA Seção especial: Promovendo a justiça climática](#)

### Visão geral

É um excelente momento para revisar um relatório de 2022 que discute os impactos multifacetados das mudanças climáticas em comunidades vulneráveis, concentrando-se principalmente nos efeitos desproporcionais sobre populações de baixa renda e minorias. Ele destaca várias iniciativas e recomendações para enfrentar esses desafios, enfatizando a importância de soluções equitativas e envolvimento da comunidade.

### Estatísticas principais

- **Jackson, Mississippi:** Mais de 100.000 pessoas ficaram sem água potável devido às chuvas recorde que exacerbaram os problemas em uma instalação de tratamento de água envelhecida.
- **Saúde mental:** 65% dos adultos negros e 62% dos adultos hispânicos relatam ansiedade climática, em comparação com 52% dos adultos brancos.
- **Calor urbano:** O calor extremo é o impacto climático mais mortal relacionado ao clima nos EUA, mas apenas 4% dos planos de avaliação climática da cidade o abordam.
- **Copa das árvores:** Os bairros com linhas vermelhas em Louisville têm 22% de cobertura arbórea em comparação com 49% nas áreas mais ricas.
- **Mortes relacionadas ao calor:** Phoenix teve um aumento de 62% nas mortes relacionadas ao calor de 2019 a 2020.

### Pontos principais

1. **Impacto desproporcional nas comunidades vulneráveis**
  - As mudanças climáticas exacerbam as desigualdades de saúde existentes, afetando desproporcionalmente as comunidades de baixa renda e minorias.
  - Essas comunidades geralmente enfrentam riscos maiores de eventos climáticos extremos, má qualidade do ar e infraestrutura inadequada.

## **2. Efeitos na saúde mental**

- A mudança climática está ligada a problemas de saúde mental, como estresse, ansiedade, depressão e TEPT.
- Populações vulneráveis, incluindo comunidades de baixa renda e minorias, experimentam impactos mais graves na saúde mental.

## **3. Ações estaduais e locais**

- Estados e cidades estão tomando medidas proativas para lidar com os riscos climáticos, muitas vezes na ausência de ação federal.
- As iniciativas incluem silvicultura urbana, superfícies inteligentes e políticas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

## **4. Envolvimento da Juventude e da Comunidade**

- Jovens e membros da comunidade são cruciais na defesa da justiça climática.
- Seu envolvimento garante que as soluções sejam relevantes e eficazes para os mais afetados pelas mudanças climáticas.

## **5. Necessidade de soluções equitativas**

- A ação climática eficaz deve incorporar os princípios de justiça, diversidade, equidade e inclusão (JEDI).
- Garantir que as comunidades marginalizadas tenham voz nos processos de tomada de decisão é essencial.
- As políticas climáticas não devem exacerbar as desigualdades existentes.

## **Recomendações**

### **1. Invista em infraestrutura**

- Atualize a infraestrutura envelhecida para resistir a eventos climáticos extremos e garantir água potável segura.
- Implemente silvicultura urbana e superfícies inteligentes para reduzir as ilhas de calor urbanas.

### **2. Apoio à saúde mental**

- Fornecer saúde mental e apoio psicossocial como parte dos planos de ação climática.
- Treine profissionais de saúde para identificar e abordar problemas de saúde mental relacionados ao clima.

### **3. Envolvimento da comunidade**

- Envolver os membros da comunidade, especialmente aqueles de populações vulneráveis, nos processos de tomada de decisão climática.
- Use a narrativa para destacar experiências pessoais de mudança climática e defender soluções voltadas para a comunidade.

#### 4. **Implementação de políticas** equitativas:

- Garantir que as políticas climáticas atendam às necessidades das comunidades marginalizadas.
- Monitore e avalie o impacto das políticas climáticas nas populações vulneráveis para evitar consequências não intencionais.

#### 5. **Empoderamento da Juventude:**

- Apoie jovens ativistas climáticos e forneça-lhes ferramentas e plataformas para defender a justiça climática.
- Incentive a colaboração intergeracional para alavancar os pontos fortes de defensores jovens e mais velhos.

### **Conclusão**

O documento ressalta a necessidade urgente de uma ação climática que priorize a equidade e a justiça. Ao envolver as comunidades vulneráveis na tomada de decisões e implementar políticas inclusivas, podemos criar um futuro mais resiliente e equitativo.

### **[O 4º relatório é sobre a Crise de Saúde Materna e as Disparidades Raciais na Saúde Materna Devido ao Calor Extremo](#)**

O Center for American Progress lançou uma série de *relatórios* com foco em recomendações de políticas para atender às necessidades das populações particularmente vulneráveis ao calor extremo. O 4º relatório é sobre a Crise de Saúde Materna e as Disparidades Raciais na Saúde Materna Devido ao Calor Extremo

As disparidades raciais na saúde materna devido ao calor extremo são significativas e multifacetadas:

#### 1. **Aumento do risco de hospitalização**

- As mulheres grávidas negras enfrentam quase o dobro do risco de hospitalização devido ao calor extremo em comparação com as mulheres brancas. Essa disparidade é exacerbada por desigualdades sistêmicas, como barreiras à moradia, assistência médica e emprego.

#### 2. **Taxas de mortalidade materna mais altas**

- As mulheres negras já têm três vezes mais chances do que as mulheres brancas de morrer de uma causa relacionada à gravidez. O calor extremo agrava ainda mais esse risco, contribuindo para taxas mais altas de mortalidade materna entre as mulheres negras.

#### 3. **Morbidade materna grave**

- Mulheres negras e hispânicas tendem a apresentar taxas mais altas de morbidade materna grave em comparação com mulheres brancas. A morbidade materna grave inclui complicações inesperadas na gravidez que podem ter consequências para a saúde a longo prazo ou ser fatais.

#### 4. **Vivendo em ilhas de calor urbanas**

- Décadas de segregação residencial forçaram as pessoas de cor a viver em "ilhas de calor" urbanas, áreas que são significativamente mais quentes do que suas contrapartes suburbanas devido à infraestrutura como concreto que absorve calor. Isso aumenta sua exposição ao calor extremo e perpetua as disparidades de saúde.

#### 5. **Acesso a tecnologias de refrigeração**

- As mulheres grávidas negras são mais propensas a experimentar calor extremo durante a gravidez, embora tenham menos acesso a tecnologias de refrigeração, como ar-condicionado. Essa falta de acesso aumenta sua vulnerabilidade a problemas de saúde relacionados ao calor.

#### 6. **Exposição ocupacional**

- Muitas mulheres negras são desproporcionalmente empregadas em empregos de baixa remuneração que podem não ter ar-condicionado ou ventilação adequada. As trabalhadoras grávidas nessas condições enfrentam maiores riscos de parto adverso e resultados de saúde fetal, incluindo aborto espontâneo e natimorto.

Essas disparidades destacam a necessidade urgente de intervenções políticas direcionadas para proteger as grávidas negras dos efeitos adversos do calor extremo.

#### **Impacto do calor extremo na morbidade materna**

O calor extremo afeta a morbidade materna de várias maneiras críticas:

##### 1. **Aumento do risco de morbidade materna grave**

- A exposição ao calor extremo durante a gravidez aumenta o risco de morbidade materna grave em 27% e em 28% apenas no terceiro trimestre. A morbidade materna grave inclui complicações inesperadas na gravidez durante o trabalho de parto e parto que podem causar consequências à saúde a curto e longo prazo e até mesmo ter resultados fatais.

##### 2. **Distúrbios hipertensivos**

- A exposição ao calor extremo está ligada a um risco aumentado de distúrbios hipertensivos durante a gravidez, como hipertensão gestacional, pré-eclâmpsia e eclâmpsia. Cada dia adicional de exposição ao calor extremo no terceiro trimestre aumenta as chances de desenvolver um distúrbio hipertensivo no parto em quase 3%.

##### 3. **Condições cardiovasculares**

- O calor extremo pode causar distúrbios hipertensivos e cardiovasculares durante a gravidez, que estão entre as principais causas de mortalidade materna nos Estados Unidos. As doenças cardiovasculares são atribuídas a 26% das mortes relacionadas à gravidez nos EUA. O estresse térmico pode afetar o fluxo sanguíneo para a placenta e levar a condições como ataques cardíacos e derrames.

#### 4. Resultados adversos da gravidez

- Altos níveis de exposição ocupacional ao calor têm sido associados a resultados adversos na gravidez, incluindo mais do que o dobro da probabilidade de aborto espontâneo e natimorto.

No geral, o calor extremo exacerba o risco de morbidade materna grave, afetando a capacidade do corpo de regular a temperatura, levando a complicações como distúrbios hipertensivos e condições cardiovasculares. Esses problemas de saúde estão entre as principais causas de mortalidade materna nos Estados Unidos.

#### [Unidos na Ciência 2024](#)

"Unidos na Ciência 2024" é um relatório detalhado compilado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) sob a direção do Secretário-Geral das Nações Unidas. Ele consolida as atualizações mais recentes em clima, clima e ciências ambientais e sociais relacionadas das principais organizações parceiras globais. O relatório está alinhado com a Cúpula do Futuro das Nações Unidas de 2024 e destaca a necessidade urgente de uma ação climática ambiciosa devido ao aumento das emissões de gases de efeito estufa e às temperaturas globais recordes.

#### Principais destaques

##### Estado da ciência do clima

- **Emissões de gases de efeito estufa:** As emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) aumentaram 1,2% de 2021 a 2022, atingindo um recorde de 57,4 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente. As emissões de metano (CH<sub>4</sub>), óxido nitroso (N<sub>2</sub>O) e gases fluorados também estão aumentando rapidamente.
- **Recordes de temperatura.** O ano de 2023 foi o mais quente já registrado, com temperaturas globais e conteúdo de calor oceânico atingindo níveis sem precedentes. A extensão do gelo marinho do Ártico e da Antártida atingiu níveis recordes.
- **Eventos climáticos extremos:** O primeiro semestre de 2024 registrou temperaturas globais excepcionalmente altas e vários eventos climáticos extremos, incluindo ondas de calor na Ásia, seca na África Austral e inundações recordes no Brasil. Há uma chance de 86% de que pelo menos um ano nos próximos cinco exceda 2023 como o ano mais quente já registrado.

##### Inovações tecnológicas

- **Inteligência artificial e aprendizado de máquina:** IA e ML estão revolucionando a previsão do tempo, tornando-a mais rápida, barata e acessível. Os modelos de IA/ML estão superando os modelos tradicionais baseados em física na previsão de algumas variáveis climáticas e eventos extremos.
- **Observações da Terra baseadas no espaço:** Inovações em tecnologias de satélite, como imagens de altíssima resolução e megaconstelações, estão melhorando as aplicações meteorológicas, climáticas, hídricas e ambientais. Essas tecnologias são cruciais para monitorar fontes e sumidouros de gases de efeito estufa.
- **Tecnologias imersivas:** gêmeos digitais, realidade virtual e o metaverso estão fornecendo soluções inovadoras para a gestão de terras e águas. Por exemplo, um

gêmeo digital de bacias hidrográficas na República da Coreia está sendo desenvolvido para simular operações de resposta a inundações.

### **Abordagens transdisciplinares**

- **Integração de Conhecimentos Diversos:** Enfrentar desafios globais como mudanças climáticas e redução de riscos de desastres requer abordagens transdisciplinares que integrem diversas perspectivas, conhecimentos e experiências. Essa abordagem pode ampliar o impacto do tempo, clima, água e ciências ambientais e sociais relacionadas.
- **Estudos de caso:** O projeto Future Resilience for African Cities And Lands (FRACTAL) usou uma abordagem transdisciplinar para aumentar a resiliência climática nas cidades africanas por meio de Laboratórios de Aprendizagem, que envolveram vários detentores de conhecimento para coproduzir conhecimento climático relevante.

### **Avisos Antecipados para Todos (EW4All)**

- **Iniciativa Global:** A iniciativa EW4All visa garantir que todos na Terra estejam protegidos de eventos climáticos, hídricos ou climáticos perigosos por meio de sistemas de alerta precoce que salvam vidas até 2027.
- **Impacto dos Sistemas de Alerta Precoce:** Os países com cobertura limitada a moderada do sistema de alerta precoce de múltiplos riscos (MHEWS) têm uma taxa de mortalidade relacionada a desastres quase seis vezes maior do que aqueles com cobertura substancial a abrangente.
- **Contribuições tecnológicas:** Avanços em IA, observações da Terra baseadas no espaço e tecnologias imersivas são cruciais para um MHEWS eficaz. Por exemplo, a União Internacional de Telecomunicações (UIT) está desenvolvendo uma ferramenta baseada em IA para melhorar o mapeamento da conectividade de desastres, que foi ativada mais de 50 vezes em mais de 30 países.

### **Estatística**

- **Emissões de GEE:** 57,4 bilhões de toneladas de CO2 equivalente em 2022.
- **Recordes de temperatura:** 2023 foi o ano mais quente já registrado, com 86% de chance de pelo menos um ano nos próximos cinco superar esse recorde.
- **Extensão do gelo marinho:** A extensão do gelo marinho do Ártico e da Antártida atingiu níveis recordes.
- **Cobertura do MHEWS:** 101 países (52% globalmente) relataram ter MHEWS, com lacunas significativas remanescentes na África, nas Américas e no Caribe.

### **Conclusão**

O relatório ressalta a importância da cooperação internacional, governança robusta e engajamento inclusivo para aproveitar todo o potencial dos avanços científicos e tecnológicos para um futuro sustentável e resiliente. A colaboração aprimorada entre escalas é essencial para garantir que os benefícios do tempo, clima, água e ciências ambientais e sociais relacionadas sejam acessíveis a todos.

## **CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO**

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**André Lobato** - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando UFRJ, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Armando De Negri Filho** - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

**Bernardo Bahia Cesáreo** - Pesquisador, CEE Fundação Oswaldo Cruz

**Caio Murta** - Graduando, Instituto de Relações Internacionais (IRI), Universidade de São Paulo

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Claudia Horisch** - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Diana Reyna Zeballos Rivas** - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

**Eduardo Nilson** - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Erica Kastrup** - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz

**Fabiane Gaspar** - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestranda em Direito Internacional

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

**Gisele Sanglard** - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

**Heliton Barros** - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**João Miguel Estephanio** – Pesquisador do CRIS/Fiocruz e Fiocruz Brasília

**Julia A. M. Abbud Ribeiro** - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Juan Garay** - Sustainable Health Equity Movement; Valyter Ecovillage.

**Laurenice Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora técnica da AISA/MS

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Manuel Mahoche** - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

**Marciglei Brito Morais** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Mariam Yacoub** – Graduada em Ciências da Saúde, mestre em Saúde Pública e Inteligência de Doenças Infecciosas. Trabalha no Colégio de Médicos e Cirurgiões de Ontário.

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Nina Bouqvar** - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

**Patrícia Lewis** - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

**Paula Reges** - Médica infectologista, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); pesquisadora do CRIS/FIOCRUZ

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Rafael Gomes França** - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

**Renan Amaral Oliveira** - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

**René Mendes** - Pesquisador Colaborador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

**Regina Ungerer** - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

**Samia de Brito** - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

**Santiago Alcázar** – Diplomata; Pesquisador Honorário do CRIS/Fiocruz

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Alianza Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tiago Nery** - Doutor em ciência política e assessor de cooperação internacional do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) da Fiocruz

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitor Rodrigues** – graduado em relações internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

**Vitória Kavanami** - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **100** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, em 2023, **22** seminários e, em 2024, estamos no 19º. seminário, todos acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

### **Próximos seminários – Série 2024**

**30 de outubro - Saúde nos BRICS**

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 19/2024**

***Período de 09 a 22 de outubro de 2024***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2024**

**255 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

---

**Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz**

---

<sup>i</sup> <https://www.binasss.sa.cr/eng.pdf>

<sup>ii</sup> <https://www.who.int/about/governance/constitution>

<sup>iii</sup> <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190632366.013.62>

<sup>iv</sup> <https://population.un.org/wpp/>

<sup>v</sup> <https://www.interacademies.org/news/launching-global-health-equity-atlas>

<sup>vi</sup> <https://www.sustainablehealthequity.org/concept-and-metrics>

<sup>vii</sup> <https://www.footprintnetwork.org/>

<sup>viii</sup> <https://www.peah.it/2024/07/13556/>

<sup>ix</sup> <https://www.peah.it/2018/07/5498/>

<sup>x</sup> <https://www.statsilk.com/software/statplanet>

<sup>xi</sup> <https://apps.who.int/nha/database>

<sup>xii</sup> <https://www.peah.it/2023/12/12800/>